UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-graduação em Filosofia

Rafael Versolato Gilberto

O MISTÉRIO DO REAL: CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO

São Paulo
2016

Rafael Versolato Gilberto

O MISTÉRIO DO REAL: CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Homero Silveira Santiago.

São Paulo
2016

Folha de Aprovação

Banca examinadora:

Assinatura: _____

Orientador: prof. Dr. Homero Silveira Santiago
Departamento de Filosofia
Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Professor (a) Dr (a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Professor (a) Dr (a): _____

Instituição: _____

Aprovado em: ____ / ____ / ____

VERSOLATO, R. *O mistério do real: capital e trabalho assalariado*. Dissertação de mestrado. Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2016.

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gm Gilberto, Rafael Versolato
 O mistério do real: capital e trabalho
 assalariado / Rafael Versolato Gilberto ; orientador
 Homero Silveira Santiago. - São Paulo, 2016.
 327 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Karl Marx. 2. Capital. 3. Trabalho. 4.
Salário. 5. Poder. I. Santiago, Homero Silveira ,
orient. II. Título.

Dedico este trabalho a *Vilmar Antônio Versolato*.

(Quem no cotidiano da militância operário-sindical me ensinou mais sobre a vida que todos os compêndios)

*“Se eu morrer não chore por mim,
faça aquilo que eu fazia e eu continuarei vivendo em você”*

(Ernesto CHE Guevara)

Agradecimentos:

Agradeço em especial à minha companheira Gabriela Kaufmann Sacchetto, que caminhou comigo lado a lado e acompanhou de perto todos os momentos desse percurso suavizando a aspereza das pedras.

Ao professor Dr. Homero Silveira Santiago pela orientação e apoio, bem como por não tolher minhas ideias e posições muitas vezes não convencionais.

À minha estimada professora Marilena Chauí não apenas pelas vezes que me incentivou, mas sobretudo por sua coragem e por sua incessante luta por um mundo melhor.

À minha amiga e irmã Viviani Anze e Carlos Alberto da Cruz Azambuja Jr. Em especial ao meu amado afilhado Ichiro Vance Anze, pela compreensão de não poder ter sido mais presente.

A toda minha família pelo apoio, em especial a Manoel Versolato.

A Karen Kaufmann Sacchetto e Renato Sacchetto pelo apoio e respeito de sempre.

Agradeço em geral a todos os amigos que participaram de diferentes maneiras, direta ou indiretamente, da construção deste trabalho. Como o parco espaço não permite que todos os nomes sejam mencionados, gostaria pelo menos de mencionar alguns: agradeço a Mario Sagayama, Vitor Mortara (Vitório), Diego Scalada (Rato), Mauro Dela Bandera, Alfredo Christofolletti, Ginneth Gómez e a todos do saudoso e sempre alegre 304; ao Vitor Flynn, Yukari Tome, Vinícius Furuie, Daniela Alarcon, Natália Guerreiro e todos os companheiros da ECA; a Eduardo Fernandes e Mari Piazzolla; a Vinícius Gualdo Fecchio, Vinícius Lopes (Vina), Thiago Fonseca (Tiaggone), Felipe Mussetti e Michel Mustafa, por serem pessoas raras, que se dispõem a pensar livremente, e pelo compartilhamento das revoltas e ideias que contribuíram de sobremaneira ao presente trabalho.

Aos companheiros do Instituto Chão e a todos aqueles que lutaram e lutam cotidianamente pela construção de um novo mundo.

Ao CNPq, e à sociedade que o financia, pela bolsa concedida.

RESUMO:

VERSOLATO, R. *O mistério do real: capital e trabalho assalariado*. 2015. 325 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Atentando à discussão contemporânea sobre as formações sociais capitalistas, é de se notar que ela se apresenta como oposição binária entre, por um lado, a opinião segundo a qual o capital do século XXI é o mesmo que o do século XIX e, por outro, a opinião segundo a qual o capital do século XXI é inteiramente outro que o do século XIX. Tratada dessa maneira, a questão se mostra como unilateral. Diferentemente desse procedimento a presente pesquisa tratará da questão consoante à lógica dialética presente em *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital* de Karl Marx.

Nessa obra, o autor demonstra que a reprodução de uma formação social é um movimento contínuo e, no caso da formação social especificamente capitalista, sua reprodução consiste na reprodução da relação capital, bem como da forma historicamente determinada do trabalho como assalariado. A presente pesquisa tem por escopo examinar na referida obra as condições e exigências desse movimento, a fim de mostrar que fenômenos supostamente misteriosos, atribuídos indevidamente a Marx como falhas de sua teoria, são, ao cabo, produto de uma compreensão insuficiente da mesma.

A formação social capitalista é caracterizada por uma forma historicamente determinada de trabalho; o capital consolidado como sistema social é o sistema do trabalho assalariado. A hipótese inicial que conduziu a pesquisa foi a de que a reprodução do capital e da formação social que lhe corresponde repousa sobre a relação entre salário, dinheiro e poder. A verificação da hipótese salienta, por conseguinte, os limites e possibilidades da referida relação tanto no que diz respeito à manutenção da formação social quanto à sua alteração.

A metodologia de trabalho utilizada teve por resultado uma pesquisa composta de duas partes, às quais se somam nove digressões ao final do texto em formatos de notas. Na primeira parte da presente pesquisa foi examinado o processo por meio do qual o capital vem-a-ser e se consolida socialmente como sistema. Na segunda parte o exame incidiu sobre a formação social capitalista constituída como sistema do trabalho assalariado. Por fim, as digressões dialogam com teorias contemporâneas, a fim de mostrar os limites das respostas fornecidas às questões levantadas por elas mesmas.

Palavras-chave: Karl Marx – Capital – Trabalho – Salário – Poder.

RESUMEN:

VERSOLATO, R. *El misterio de lo real: el capital y el trabajo asalariado*. 2015. 325 f. Tesis de maestría – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

En atención a la discusión contemporánea sobre las formaciones sociales capitalistas, se observa que ésta se presenta como una oposición binaria entre, por una parte, la opinión según la cual el capital del siglo XXI es el mismo que el del siglo XIX y, en segundo lugar, la opinión de que el capital del siglo XXI es totalmente distinto al del siglo XIX. Analizado de esta forma, la cuestión se muestra como unilateral. Independientemente de este procedimiento la presente investigación tratará el asunto de acuerdo con la lógica dialéctica presente en *El capital : crítica de la economía política. Libro I: el proceso de producción del capital* de Karl Marx.

En este trabajo el autor demuestra que la reproducción de una formación social es un movimiento continuo y, en el caso específico de la formación social capitalista, su reproducción depende de la reproducción de la relación capital, así como de la forma históricamente determinada del trabajo asalariado. La presente investigación tiene como alcance examinar en la obra referenciada las condiciones y exigencias de este movimiento, con el fin de exponer que los fenómenos supuestamente misteriosos, atribuidos erróneamente a Marx como fracasos de su teoría, son al final, el producto de una insuficiente comprensión de la misma.

La formación social capitalista se caracteriza por un modelo de trabajo determinado históricamente; el capital consolidado como sistema social es el sistema de trabajo asalariado. La hipótesis inicial que direccionó la investigación fue que la reproducción de capital y la formación social que le corresponde a se basa en la relación entre salarios, dinero y poder. La verificación de la hipótesis destaca, por lo tanto, los límites y las capacidades de dicha relación tanto en la manutención de la formación social como en su modificación.

La metodología de trabajo utilizada tuvo como resultado una investigación compuesta de dos partes, a las que se añaden nueve digresiones al final del texto, escritas en formato de notas. En la primera parte de la investigación se examinó el proceso mediante el cual el capital se produce y se consolida socialmente como un sistema. En la segunda parte el análisis se concentró en la formación social capitalista constituida como sistema del trabajo asalariado. Por último, las digresiones dialogan con las teorías contemporáneas, con el objetivo de mostrar cuáles son los límites de las respuestas dadas a las preguntas planteadas por ellas mismas.

Palabras-clave: Karl Marx – Capital – Trabajo – Salario – Poder.

ABSTRACT:

VERSOLATO, R. *The mystery of the reality: capital and wage labour*. 2015. 325 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

On contemporary debates about capitalist social formations, it's patent that they are presented as a binary opposition between, on one hand, the opinion by which 21st century's capital is the same one that 19th's one, and, on the other hand, the opinion by which 21st century's capital is completely another from 19th's one. Posed as such, the question reveals to be one-sided. Diversely, this research will approach the question according to the dialectical logic found in Karl Marx's *Capital: Critique of political economy. Volume I: The process of production of capital*.

In this work, the author expose that the reproduction of a social formation is a continuous movement, and that, in a specifically capitalist social formation, its reproduction consists in the reproduction of both the capital relation as well as labour's historically determined formed as wage labour. Our research's scope is to examine in the mentioned work the conditions and demands of such a movement, so to demonstrate that allegedly mysterious phenomena improperly attributed to Marx as flaws in his theory are ultimately results of an insufficient understanding of that work.

Capitalist social formation is characterized by a historically determined form of labour; capital is consolidated as a social system when there is a wage labour system. Our initial hypothesis on this research is that capital's and its social formation's reproduction lays rests on the relation between wage, money and power. The verification of the hypothesis point out the limits and possibilities regarding the conservation as well as the alteration of the social formation.

This work's methodology resulted in a two-parted research, followed by nine digressions are presented as end notes. In the first part we examined the process through which capital's comes-to-be and consolidates itself as a system. In the second part the examination focused on capitalist social formation constituted as wage labour system. Finally, the digressions dialogue with contemporary theories, and in doing so aim to demonstrate the limits to the answers given to the questions posed by these very theories.

Keywords: Karl Marx – Capital – Labour – Wage – Power.

Índice:

Apresentação:	
o campo de batalha	13
Parte I:	
A formação social do capital	27
Capítulo 1:	
(Des)mistificação da origem: perda da existência objetiva e apropriação da vontade pela naturalização do assalariamento	31
Capítulo 2:	
O fundamento oculto do capital: relação de separação e não-comunidade	70
Capítulo 3:	
O capital pressuposto de si mesmo: a dominação por fios invisíveis	101
Capítulo 4:	
A mágica do capital: da produção do mistério pelo homens à produção dos homens pelo mistério	142
Parte II:	
O sistema do trabalho assalariado	162
Capítulo 1:	
O trabalho em geral: autoprodução do homem pelo metabolismo entre homem e natureza	164
Capítulo 2:	
Sobre a relação entre forma e matéria ou Sarebe il valore una grazie di Dio?	183

Capítulo 3:	
O trabalho assalariado.....	201
Capítulo 4:	
A relação social de produção chamada: trabalho assalariado produtivo	228
Considerações finais	249
Digressões.....	258
Digressão A.....	258
Digressão B.....	266
Digressão C.....	273
Digressão D.....	280
Digressão E.....	290
Digressão F	296
Digressão G.....	299
Digressão H.....	303
Digressão I	310
Bibliografia:.....	319

*Soufflons nous-mêmes notre forge,
battons le fer tant qu'il est chaud.*

Apresentação:
o campo de batalha

E eu não posso cantar como convém, sem
querer ferir ninguém. / Mas não se preocupe,
meu amigo, / com os horrores que eu lhe digo. /
Isso é somente uma canção. / A vida realmente
é diferente, / quer dizer, a vida é muito pior¹

Será preciso frequentar a cada dia essa escola, e
ali crescer, ali se preparar, enquanto não
conseguirmos ler diretamente nas coisas sem a
suja mediação dos livros, enquanto não formos
capazes de *deslocar com violência* os fatos sem
a *covardia do intelectual contemplativo*.²

Precisamos advertir antes mesmo de começar. É preciso ter coragem para encarar de frente uma evidência factual cotidiana que aterroriza e, mais ainda, amedronta os filósofos institucionais: o mundo existe! Assim como as ideias não surgem das próprias ideias, pois exigem uma *base* real, assim também os problemas reais não surgem dos livros, mas do movimento do próprio real — isso, por si só, já impede de tratar a questão como mera discursividade, isto é, como mera questão de discurso onde todos são igualmente válidos. Portanto, para introduzir o assunto nada mais correto que observar, mesmo que minimamente, o que vem sendo aí no cotidiano, negando, assim, a inicial mediação canônica de livros.

De maneira alguma seria insensato afirmar que 2015³ foi considerado, tanto pela esquerda quanto pela direita, um ano em que “a bruxa estava solta” no Brasil. Aqui e acolá o rumor de que a vida dos indivíduos estava se degradando ganhava expressão sob o termo “crise”, em sentido corrente:⁴

Em meio a um cenário de *crise econômica*, o atual *processo político* brasileiro ressuscitou algumas propostas que compõem um receituário

¹ BELCHIOR. “Apenas um rapaz latino-americano”, In, *Alucinação*. Polygram, 1976.

² TRONTI, M. *Operai e capitale*. Roma: DeriveApprodi, 2006, p. 19, grifo nosso. Doravante, *OpC*.

³ Como nem todos dados oficiais referentes ao presente ano (2016) estão disponíveis, tomaremos o ano de 2015 como objeto de exame.

⁴ Não nos referimos aqui à “crise” enquanto conceito, segundo tal ou qual teoria.

econômico derrotado pelas urnas na última década. Nele há indicações de retomada das privatizações (inclusive da Petrobras), fim da política de valorização do salário mínimo, rediscussão da estabilidade no emprego para o funcionalismo público, flexibilização da legislação trabalhista e assim por diante. Os principais alvos dos que propõem “alterações radicais” na atual política econômica são as receitas vinculadas a direitos sociais, originários da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, e forjada na contramão da onda neoliberal que varria o mundo naquele período.⁵

Por ter sido realizada em novembro de 2015, essa análise de conjuntura do DIEESE tem a vantagem de considerar o ciclo produtivo anual 2014/2015 e apontar seus desdobramentos. Se, por um lado, a *retomada das privatizações*, o abandono da *política de valorização do salário mínimo*, a perda da *estabilidade no emprego* etc., são as medidas a serem tomadas para sair da crise, por outro lado, ao mesmo tempo a *venda do patrimônio nacional*, a *diminuição do salário real*, o *desemprego* etc. – ou seja, outros nomes para os mesmos fenômenos –, são a existência efetiva da própria “crise”.

Se nos perguntamos o porquê dessa contradição, a situação é ainda mais surpreendente. O jornal *Valor Econômico* a explica por meio de uma retração do Produto Interno Bruto, a partir da estimativa da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico): “a entidade revisou suas estimativas para o crescimento global e, agora, projeta retração de 2,8% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2015 e nova contração em 2016”.⁶ A mesma matéria fornece Taxa de crescimento real do PIB de diversos países:

⁵ DIEESE. *Boletim de análise de conjuntura*. Novembro, 2015, n. 005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2015/boletimConjuntura005.pdf>.

⁶ “OCDE piora previsão de recessão no Brasil em 2015 e 2016”. In, *Valor Econômico*, 16 de setembro de 2015, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4226798/ocde-piora-previsao-de-recessao-no-brasil-em-2015-e-2016>

Tabela 1:⁷

Projeções da OCDE para o PIB real - variação em %					
	2014	2015		2016	
		Projeção em setembro	Diferença sobre junho (p.p)	Projeção em setembro	Diferença sobre junho (p.p)
Estados Unidos	2,4	2,4	0,4	2,6	-0,2
Zona do euro	0,9	1,6	0,1	1,9	-0,2
Japão	-0,1	0,6	-0,1	1,2	-0,2
Alemanha	1,6	1,6	0,0	2,0	-0,4
França	0,2	1,0	-0,1	1,4	-0,3
Itália	-0,4	0,7	0,1	1,3	-0,2
Reino Unido	3,0	2,4	0,0	2,3	0,0
Canadá	2,4	1,1	-0,4	2,1	-0,2
China	7,4	6,7	-0,1	6,5	-0,2
Índia	7,2	7,2	-0,1	7,3	-0,1
Brasil	0,2	-2,8	-2,0	-0,7	-1,8
Resto do mundo	2,8	2,3	-0,2	3,3	-0,3
Mundo	3,3	3,0	-0,1	3,6	-0,2

Além disso, precisamos considerar também os valores absolutos. O mesmo jornal os fornece cruzando os dados do IBGE com os do Banco Central. Nessa tabela, a Taxa de crescimento do PIB ou sua Taxa de variação real se mostra como -2,5%:

Tabela 2:⁸

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2015 (1)	2014	2013	2012	2011	2010
PIB (R\$ bilhões) *	5.855,4	5.687,3	5.316,5	4.805,9	4.373,7	3.885,8
PIB (US\$ bilhões) **	-	2.345,4	2.387,9	2.411,5	2.613,5	2.210,3
Taxa de Variação Real (%)	-2,5	0,1	3,0	1,9	3,9	7,5
Agropecuária	2,1	2,1	8,4	-3,1	5,6	6,7
Indústria	-4,7	-0,9	2,2	-0,7	4,1	10,2
Serviços	-1,6	0,4	2,8	2,9	3,4	5,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-11,2	-4,5	5,8	0,8	6,7	17,9
Investimento (% do PIB)	18,9	20,2	20,9	20,7	20,6	20,5

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Preços de mercado. **Banco Central. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo. (1) 3º trim de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Disponível em: <http://www.valor.com.br/valor-data/indices-macroeconomicos/atividade-economica>

No entanto, em relação à Taxa de crescimento real do PIB de um país é de se notar, primeiro, que um índice negativo não significa necessariamente uma redução da produção de riqueza material; segundo, um índice positivo não implica necessariamente na melhora das condições de vida dos indivíduos vivendo em sociedade, pois pode ocorrer que a riqueza produzida seja acompanhada de sua concentração em poucas mãos e piore as condições de vida da maioria da população. Ocorre que a Taxa de crescimento real do PIB está em relação com o PIB *potencial*, isto é, com a estimativa ou projeção da riqueza a ser produzida por determinada sociedade utilizando a totalidade de sua capacidade produtiva, sem gerar pressões inflacionárias. Assim, mesmo que a Taxa de crescimento do PIB real seja positiva pode ocorrer que ela não coincida com o crescimento “projetado” ou previsto pela economia, vale dizer, que certa sociedade não tenha atingido a “meta” prescrita. Ora, não nos parece descabido questionar por que a meta determinada foi uma e não outra? Mais ainda, quem impôs aos homens vivendo em sociedade que é preciso ter uma meta a ser atingida? Não comentaremos aqui a pachorra da assim dita “ciência” econômica, que incapaz de explicar o fenômeno o naturaliza, afinal, o de PIB *potencial* também é chamado de PIB *natural*. Entretanto, a natureza não produz índices, sejam positivos sejam negativos.

Por essa razão, quando observamos o PIB nominal (tabela 2) a contradição se explicita. É bem certo que o PIB nominal deve ser considerado com certo cuidado, uma vez que ele não considera a Taxa de inflação, o que poderia conduzir a interpretações equivocadas, contudo para a apresentação da questão ele não nos levanta problemas. Ora, a tabela nos mostra que o ciclo produtivo anual referente a 2015 produziu uma quantidade imensa de riquezas, cujo valor se expressa monetariamente em *milhares de bilhões* de Reais.

Não é surpreendente que a produção de tamanha riqueza tenha por efeito na sociedade que a produziu a precarização do trabalho, o aumento do desemprego, a diminuição do poder de compra dos salários, o avanço da exploração predatória dos recursos naturais etc.? Tudo isso seria o prenúncio de uma nova era da assim dita “História Universal”, caracterizada por um pós-capitalismo contemporâneo? Não seria resultado da configuração do trabalho como imaterial, que *misteriosamente* o dotaria de poderes mágicos como, por exemplo, alterar a *natureza* valor? Em suma, pelo menos é forçoso admitir como intrigante que uma produção colossal de riquezas resulte numa crise, isto é, na degradação social da vida dos próprios indivíduos que a produziram.

Não nos faltam respostas já prontas a questões como essas. Por exemplo: o cientista político poderia dizer que o problema é a perda da soberania do Estado e sua submissão aos bancos; o economista diria que o problema é a debilidade do Estado de administrar a sociedade e de instituir um sistema tributário eficiente; o cientista social talvez dissesse que o problema é que o Estado desvia os recursos que antes deveriam ser destinados a direitos sociais, ao invés do pagamento da dívida pública; o filósofo poderia dizer que o problema é a desconstrução do Estado na modernidade; outras respostas semelhantes poderiam, obviamente, ser apresentadas. Contudo, o que nos interessa é que respostas desse tipo mostram, nelas mesmas, não apenas que são unilaterais – portanto, falsas. Elas mostram, também, o imenso esforço – propositado ou ingênuo, tanto faz – dos intelectuais para desviar a questão do deus capital e seus numes Estado, dinheiro etc. Mas isso não é tudo, pois elas mostram, além disso, ignorância a respeito do capital e da sociedade que lhe corresponde. Por outras palavras, o capital e a sociedade capitalista se patenteiam como inescrutável *mistério*.

Dessa maneira, a indignação que surge frente a determinados fatos manifesta a efetividade do *mistério* no cotidiano *real* dos indivíduos vivendo em sociedade. Por exemplo, é surpreendente que em meio a tal conjuntura de crise, em 2015 os grandes bancos no Brasil tenham lucrado mais que os grandes bancos estadunidenses.⁹ O estudo do DIEESE sobre os bancos em 2015 afirma que, “considerando os efeitos extraordinários nos lucros do Santander e do Banco do Brasil, o lucro líquido dos cinco maiores salta para R\$ 37,6 bilhões, com crescimento de 40,7% no semestre”.¹⁰ Trata-se do lucro *líquido* apenas no *primeiro semestre*. *God, that gold crisis!*

Nesse momento, *l'intellectuel de gauche* hipostasia o *capital financeiro*, de maneira que o problema passa a ser a *financeirização*. Abre-se espaço, evidentemente, ao palavreado rebuscado, a expressões pomposas, em suma, a mistificações de toda ordem.¹¹ O fato é que o problema não é a financeirização; o problema é o *capital*!

⁹ Cf. a esse respeito a reportagem do portal Infomoney sobre o estudo realizado pela consultoria Economatica, disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/4410831/bancos-brasileiros-tem-150-mais-rentabilidade-que-americanos-veja-grafico>.

¹⁰ Cf. DIEESE. “Relatório de desempenho dos bancos. 1º semestre de 2015”, p. 5. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos1sem2015.pdf>.

¹¹ Vejamos apenas um caso. Embora, nesse texto, o pensamento de Belluzzo flerte com noções da sociologia durkheimiana como “anomia”, o que pressupõe o equilíbrio e harmonia na base na ordem social do capital tal como um corpo orgânico, sua análise da crise mundial do início do século XXI, presente no *Le Monde Diplomatique*, tem o interesse de articular diversos fatores da vida social como relações de trabalho e mudanças tecnológicas, dentre outros. Por consequência, para o autor as “anomias” não decorrem do capital, mas da financeirização; ao criticar a “argumentação liberal-conservadora”, ele

Afinal, o capital financeiro não é senão uma das formas do capital. Portanto, o que deve ser combatido e destruído não é – ou melhor, não é apenas – o adjetivo *financeiro* que especifica o substantivo *capital*, mas sim o próprio capital.

Embora tenhamos nos referido até o momento à conjuntura brasileira de 2015, não se trata de uma prerrogativa nacional, mas de um movimento global. Até mesmo a reportagem supracitada do *Valor Econômico* o confessa: “as novas estimativas do grupo [OCDE], que representa os 34 países mais industrializados, são piores do que as do mercado financeiro nacional (...) Para a economia global, a OCDE revisou a estimativa de crescimento em 2015 de 3,1% para 3% (...) Para a China, a OCDE prevê crescimento de 6,7% em 2015 e de 6,5% em 2016, abaixo da média em torno de 7% registrada em anos anteriores”.¹² Aqui, o fato do crescimento não atingir a meta prescrita ser considerado um problema se explicita. A previsão¹³ de que a Taxa de crescimento do PIB chinês em 2015 iria atingir 6,7 pontos percentuais ao invés da média anteriormente prevista de 7,0 foi considerada uma calamidade, a despeito da destruição ambiental que o movimento autônomo e sempre crescente da produção tem provocado por lá.¹⁴ Esse movimento se impõe socialmente como força que domina e comanda os homens.

O breve percurso que fizemos até aqui nos compele a levantar algumas questões. Oras, por que existe uma força social capaz de dominar e comandar os indivíduos

diz: “Mas essa explicação do fenômeno é falsa. São as exigências e avaliações dos mercados financeiros, impondo uma concorrência sem quartel às empresas, que afetam negativamente o comportamento do emprego e dos salários”. Cf.: BELLUZZO. “Capital financeiro e desigualdade”. In, *Le monde diplomatique*. 04 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1314>.

¹² Interpolação nossa. Cf., “OCDE piora previsão de recessão no Brasil em 2015 e 2016”. In, *Valor Econômico*, 16 de setembro de 2015, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4226798/ocde-piora-previsao-de-recessao-no-brasil-em-2015-e-2016>.

¹³ A previsão feita pela OCDE no início de 2015 foi revisada em setembro do mesmo ano. Por isso, quando a reportagem citada diz, a título de exemplo, “Para a China, a OCDE prevê crescimento (...)”, ela se refere ao ciclo produtivo anual de 2015.

¹⁴ O impacto da produção chinesa na destruição do meio ambiente mostra de maneira nítida, prescindindo de grandes mediações, a civilização que o capital pode proporcionar aos indivíduos vivendo em sociedade quando ele marcha “de vento em popa”. A poluição e os malefícios à saúde foram objeto da conferência da ONU (COP-21) no final de 2015 (cf., o periódico francês *Le Monde*, disponível em: http://www.lemonde.fr/climat/article/2015/11/30/alerte-orange-a-la-pollution-a-pekín-au-jour-d-ouverture-de-la-cop21_4820199_1652612.html). Evidentemente, não se trata de qualquer sorte de má gestão chinesa da produção, ao contrário, trata-se da marcha autônoma do capital. Como as consequências do curso livre do capital são bem conhecidas pelos países do centro do sistema, eles exportam a levandade aos países da periferia, onde de quebra suas empresas multinacionais lucram ainda mais, devido à exploração despuída dos trabalhadores. Em diversas cidades da China é comum os indivíduos não poderem ver o horizonte e, também, somente poderem andar pelas ruas portando máscaras, por conta da poluição do ar. *Allons-y citoyens ! Voilà la civilisation du capital!* (Cf., tb. sobre a poluição na China: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2015/12/24/interna_ciencia_saude,511848/poluicao-do-ar-provoca-alerta-vermelho-em-dez-cidades-da-china.shtml).

vivendo em sociedade? De qual maneira esse movimento se efetiva pelas ações reais, de indivíduos reais vivendo em sociedade, na produção e reprodução de suas vidas? Tais questões só podem ser sinceramente colocadas ao assumirmos o capital como sujeito. O peso dessa proposição está muito além do pedantismo obtuso do intelectual bem-comportado com suas respostas prontas. Nesse ponto, que justiça seja feita: embora muito palavreado se tenha produzido desde Willian Petty e Jean Bodin até Jean-Baptiste Say e David Ricardo, passando por Quesnay, Turgot e Adam Smith, ninguém havia decifrado o capital até Karl Marx! Isso é um fato inegável, a despeito dos tientes que buscam seus cinco minutos de fama como, por exemplo, o insosso Piketty ao afirmar numa entrevista à imprensa brasileira que Marx forjou sua teoria porque “é fácil perceber o tamanho da acumulação de capital excessiva” – como ele afirmava estar à época de Marx (*sic!*) – “mas é difícil pensar nas boas e democráticas soluções para limitar o poder do capital, entre elas o estabelecimento de impostos progressivos”.¹⁵ Nesse momento não nos cabe comentar as “boas e democráticas” propostas desse intelectual bem-comportado, as quais visam “limitar o poder do capital”, mas jamais e em hipótese alguma destruir o capital. O que estamos dizendo justifica que, ao menos, temos razões sólidas para confrontar nossos questionamentos com *O capital (Livro I: o processo de produção do capital)*, de Karl Marx, em primeiro lugar, para pôr à prova os próprios questionamentos e verificar se eles se sustentam, em segundo lugar, para ver se há respostas. Dito de outra maneira, se o poeta acertadamente diz: “Viele sagen, du bist nicht und das sei besser so. / Aber wie kann das nicht sein, das so betrügen kann?”¹⁶, isso patenteia que o exame sério do assunto impõe o direcionamento a quem o tratou de maneira mais rigorosa, portanto nosso trabalho terá como objeto a referida obra de Marx.

O procedimento do capital pode surpreender a um desavisado. Por exemplo, o que fizeram os cinco grandes bancos quando lucraram R\$ 37,6 bilhões em apenas um semestre? Resposta: demitiram os trabalhadores! Segundo o estudo do DIEESE, “entre junho de 2014 e junho de 2015, o total de empregados nas cinco instituições passou de

¹⁵ Cf. PIKETTY. “Entrevista: não discutir impostos sobre a riqueza é loucura”, in, *Carta Capital*, 30 de novembro de 2014. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html?utm_content=buffer3d4f8&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer

¹⁶ BRECHT, B. “Hymne an Gott”, in, *Gesammelte Werke*, Band 8. Frankfurt: Verlag, 1967.

446.529 para 439.422, com extinção de 7.107 postos de trabalho no período, representando queda de 1,6% no total de trabalhadores nos cinco bancos”.¹⁷ No início de 2015, antes mesmo de o termo “crise” ter emplacado as manchetes dos jornais, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, divulgou a Agenda Legislativa da Indústria com um pronunciamento. Nesse discurso, dentre outras coisas, o porta-estandarte da burguesia industrial nacional afirma que uma das “soluções” para salvar a indústria nacional é “modernizar as relações trabalhistas”.¹⁸ Isso significa, por exemplo, precarizar as condições de trabalho com ampliação da terceirização (PL 4330), pois não terceirizar os trabalhadores “além de criar passivos trabalhistas” inibe “a criação de empregos”¹⁹; ou então, que a redução da jornada de trabalho (PEC 231/1995) representa um “grave retrocesso”.²⁰

Já em meados de 2014, na 103ª Conferência Internacional da OIT, a CNI se pronunciou opondo-se à elevação do salário mínimo no Brasil. Após a crise econômica mundial em 2009, houve uma ofensiva da burguesia nacional para que o Governo brasileiro deixasse de lado a política de valorização progressiva do salário mínimo, contudo o Poder Executivo não capitulou e manteve sua diretriz política; uma das consequências disso é que após 2011 o reajuste passou a ser feito por decretos.²¹ No estudo *Sistemas de salários mínimos* elaborado pela OIT para ser ratificado no referido encontro de 2014, a CNI criticou a ausência dos empregadores na determinação do reajuste.²² Em suma, se dizem que para sair da crise é preciso precarizar o trabalho e reduzir salários é porque houve, no último decênio, o aumento de direitos trabalhistas (isto é, do trabalho formal - CLT) e aumentos reais do salário dos trabalhadores em geral:

¹⁷ Cf. DIEESE. “Relatório de desempenho dos bancos. 1º semestre de 2015”, p. 12. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos1sem2015.pdf>.

¹⁸ ANDRADE, R. *Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2015*, p. 3. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/portlet/249/19189/RobsonBragadeAndrade-LanamentodaAgendaLegislativadaIndustria2015-24-03-2015.pdf>.

¹⁹ *Ibidem*, p. 4.

²⁰ *Ibidem*, p. 5.

²¹ Tabela com os valores, datas e disposições legais disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/salario_minimo.pdf.

²² Cf. *Sistemas de salários mínimos. 103ª Conferência Internacional da OIT, 2014*. Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2014, p. 198. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_235286.pdf.

Justamente na mesma semana [primeira semana de 2012] em que o Brasil adota um mínimo de 622 reais, com aumento real de 9%, uma emissora de tevê europeia informa que a Comunidade pediu ao Ministério do Trabalho grego que, caso não haja acordo com sindicatos e trabalhadores, utilize um decreto para reduzir o salário mínimo, atualmente de 600 euros (...) as atuais regras de valorização do mínimo nasceram em dezembro de 2006, quando Lula assinou um acordo com as centrais sindicais. Tratou-se de uma *vitória política* dos representantes dos trabalhadores, que realizaram uma intensa mobilização. “De 2004 a 2006 foram três marchas a Brasília, que uniram centrais sindicais e movimentos sociais”²³.

A luta dos trabalhadores brasileiros por aumentos salariais teve efeitos para a macroeconomia nacional, consoante atestou editorial do jornal *O Estado de São Paulo* um ano após o aumento do mínimo; pois “com aumentos salariais acima da inflação, o consumo cresceu em 2013 pelo décimo ano consecutivo, impulsionado também pela expansão do crédito”²⁴. Ao invés de findarem lá, as lutas resistem até 2014, conforme analisa André Singer no jornal *Folha de São Paulo*:

Na próxima quarta-feira (9), a classe trabalhadora organizada vai para a rua pela terceira vez desde junho do ano passado (...) contudo, a iniciativa tem aspecto mais estratégico que as anteriores (...) Trata-se, portanto, de verificar qual a força relativa com que contará cada classe social no jogo que se arma em torno da eleição de outubro e do programa a ser executado pelo futuro governo (...) Na pauta das centrais estão questões de fundo (...) 1 - Continuidade de valorização do salário mínimo (...) 2 - Fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias (...) 3 - Redução dos juros e do superávit primário (...) ²⁵

Não se trata apenas do salário formal, CLT, mas também de aposentadoria, dos juros cobrados, do transporte público mais caro etc. Em suma, do *dinheiro*, que medeia as relações sociais do trabalhador e seu acesso aos meios de vida. Os programas de distribuição direta de renda do Governo Federal tiveram por efeito, em áreas muito

²³ CALLEGARI, L. “O mínimo em boa hora”. In: *Carta Capital*, São Paulo, ano XVII, n. 679, p. 26-30, jan. 2012, p. 28, grifo nosso.

²⁴ Editorial disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,salarios-e-crescimento-imp-,1149711>. O sítio não informa a data da edição impressa, por isso não podemos expô-la.

²⁵ SINGER, A. “Medindo forças”. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 05 de maio de 2014. A coluna pode ser encontrada no sítio: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2014/04/1436260-medindo-forcas.shtml>

pobres, transformações das relações sociais em diversos níveis, inclusive nas relações de gênero, segundo a pesquisa de Walquiria Domingues Leão Rêgo, que

testemunhou, nos últimos cinco anos, uma mudança de comportamento nas áreas mais pobres e, talvez, machistas do Brasil. O dinheiro do Bolsa Família trouxe *poder* de escolha às mulheres. Elas agora decidem desde a lista do supermercado até o *pedido de divórcio* (...) “Há mais liberdade no dinheiro”, resume Edineide, uma das entrevistadas (...) As mulheres são mais de 90% das titulares do Bolsa Família: são elas que, mês a mês, sacam o dinheiro na boca do caixa (...) “Quando o marido vai comprar, ele compra o que ele quer. E se eu for, eu compro o que eu quero.” Elas passaram a comprar Danone para as crianças. E, a ter direito à vaidade. Walquiria testemunhou mulheres comprarem batons para si mesmas pela primeira vez na vida (...) “Boa parte delas têm uma renda fixa pela primeira vez. E várias passaram a ter mais dinheiro do que os maridos” (...) Mais do que escolher entre comprar macarrão ou arroz, o Bolsa-Família permitiu a elas decidir também se querem ou não continuar com o marido. Nessas regiões, ainda é raro que a mulher tome a iniciativa da separação. Mas isso começa a acontecer (...).²⁶

Mediada por coisas, a relação entre indivíduos exige a relação de dinheiro. A relação de dominação e poder do homem sobre a mulher pôde ser alterada devido ao acesso ao dinheiro, possibilitando inclusive o divórcio em regiões em que o jugo religioso e machista predomina. Não é tão descabida a afirmação de Marx: “seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso”²⁷. Todavia, se, por um lado, os fatos supracitados em alguma medida caracterizam a sociedade brasileira e aparecem sob a relação entre salário, dinheiro e poder, por outro, essa relação não é de modo algum prerrogativa de nosso país, pois ocorre também internacionalmente. Por exemplo, se vimos acima a ordem de arrocho salarial na Grécia, vejamos agora o famoso caso de 2014 da Argentina, que é tratado de maneira falaciosa pela grande mídia como “calote”:

Um dia depois de o governo Cristina Kirchner afirmar que não vai pagar parte da sua dívida que vence no fim deste mês, a Bolsa de

²⁶ SANCHES, M. “O bolsa família e a revolução feminista no sertão”. In: *Marie Claire*. São Paulo: dez. 2012. Disponível no sítio: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>

²⁷ MARX, K. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.105.

Buenos Aires teve um pregão de forte tensão nesta quinta-feira (19), com queda de 4,92%.

O impacto dos problemas argentinos não ficou restrito à Bolsa local. As empresas argentinas que negociam seus papéis em Nova York também foram derrubadas, com desvalorização de até 7,8%.²⁸

Quem pode mais, chora menos: os norte americanos mandaram às favas a Corte Internacional de Justiça de Haia, que deveria legislar sobre o conflito diplomático – portanto, político – entre os dois países. Assim, a justiça nacional estadunidense se arrogou o direito de legislar sobre a economia argentina, chegando ao ponto do juiz Thomas Griesa reter o pagamento feito a 92% dos credores. Isso teve consequências tanto para a bolsa da Argentina quanto para as empresas argentinas, afetando certamente a produção.

O que depreender de tudo isso? Se a produção é – e, sem dúvida, o é – a engrenagem interna do sistema capitalista, onde se contrapõem trabalho e capital, essa engrenagem somente pode girar devido ao óleo que a lubrifica, a relação capitalista de salário, dinheiro e poder. Isso é algo que está tão à mostra, que talvez por isso mesmo não seja muito visível. Não seria o caso de considerarmos essa hipótese em *O capital* de Karl Marx? Temos, também aqui, razões concretas para considerá-la e, por isso, ela pode engendrar frutos mais saudáveis.

Já deve estar claro, também, o objetivo de nossa pesquisa. Contudo, para elidir meias palavras enunciá-lo-emos letra por letra: pretendemos encontrar de que maneira a relação capitalista de dinheiro pode funcionar como graveto a emperrar a engrenagem; por outras palavras, pretendemos compreender de que maneira a relação entre salário, dinheiro e poder pode ser usada como arma para mandar pelos ares o capital e toda sua ordem social! Por conseguinte, nada mais distante de nós do que enlaçarmo-nos na estéril querela dos “marxismos”, cuja disputa interna entre as seitas para mostrar quem detém o marxismo verdadeiro soterra a luta real com *faux problèmes* como, por exemplo, o do corte ou arremedo seja epistemológico ou ontológico – e nós bem sabemos que na luta de classes, quando uma das classes não se movimenta, a outra avança; nada mais contrário à nossa postura que a discursividade do intelectual, que a partir da posição confortável de seu gabinete “faz a crítica” e mistifica, assim, a luta real

²⁸ GUTIERREZ, F. “Bolsa da Argentina tem queda de 5% após ameaça de calote”. In: *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1473239-bolsa-argentina-tem-queda-de-5-apos-ameaca-de-calote.shtml>

num discurso cuja “elegância” expressa o assentimento de uma classe social, isto é, elegância não significa nada mais do que a posição política de uma classe em considerar tal discurso importante; nada mais pernicioso ao nosso trabalho que a tibieza – politicamente orientada – da falaciosa imparcialidade científica com suas opiniões necessariamente “ponderadas” e “razoáveis”, que não são outra coisa que anulação forçada da existência do indivíduo, cuja singularidade teria força para o revolucionamento social. Por isso tudo, o trabalho que apresentamos assumiu forma inexoravelmente desgarrada. Além disso, talvez surpreenda o fato de não mencionarmos nominalmente certos marxistas quando apontamos falhas em suas teorias, mas o nosso intuito não é “apontar o dedo” a outros para mostrar que nós estamos certos e, assim, afagar nosso ego. Partimos do ponto de que a crítica interna dos marxismos – por ela mesma – é essencialmente conservadora. Nesse sentido, as palavras de Tronti, escritas durante a luta junto ao movimento operário de sua época, se impõem ainda hoje com a força de uma verdade atual: “é um princípio óbvio, que foi frequentemente mal interpretado: a crítica interna ao movimento operário deve exprimir-se *sempre* como luta externa contra o inimigo de classe; e, portanto, a crítica interna do marxismo deve exprimir-se *antes de tudo* como luta contra o pensamento burguês. Assim, hoje, a crítica destrutiva de todas as ideologias *neocapitalistas* deve ser o necessário ponto de partida” (*OpC.*, p. 33-34).

Repetimos: *a crítica destrutiva de todas as ideologias neocapitalistas deve ser o necessário ponto de partida*. Nesse momento, cumpre dizer algumas palavras acerca do texto que apresentamos. Nosso trabalho possui duas partes. Na parte I tratamos dos processos de *devir*, *gênese* e *desenvolvimento* do capital; ela possui quatro capítulos. Na parte II tratamos da caracterização da formação social do capital como *sistema do trabalho assalariado*; essa parte também possui quatro capítulos. Todo esse percurso é acompanhado por 9 digressões (A, B,C, D, E, F, G, H e I) localizadas ao final do texto, em formato de notas. Elas não dizem respeito *imediatamente* ao que é exposto no corpo do texto, mas mantêm um diálogo tácito com ele; além disso, elas também dialogam entre si, formando uma sorte de discurso subjacente ao texto principal. Por *meio* das digressões é estabelecida uma espécie de relação tensionada com o texto principal, cujo conteúdo situa o conjunto da dissertação numa dimensão política.

Além do que foi dito até aqui, para perfazer o campo resta uma última palavra. No trabalho que apresentamos não se trata, em hipótese alguma, de tentar *salvar* Marx.

Porque Marx não é o importante. O importante é enfiar o graveto na engrenagem! Somente quando se parte disso é que Marx se torna o mais importante, porquanto partindo do existente em sua concretude, ele decifrou o fundamento do capital e a relação fundamental da sociedade que lhe corresponde. Patenteia-se, sem mais, que nosso trabalho não consiste em mera discursividade, cuja forma bem-comportada e socialmente aceita é “fazer a crítica”; não se trata de coser mais um elegante discurso dotado de ponderabilidade crítica – deixamos isso aos intelectuais. Trata-se, ao contrário, de realizar o deslocamento violento de toda forma de pensamento que visa manter o capital e sua ordem. Aliás, a transformação do pensamento de Marx num discurso – por vezes rentável! – ao lado dos demais, enfileirado na galeria dos heróis da razão, foi uma exigência histórica necessária à manutenção do capital. Além de transformar o pensamento de Marx em fonte rentável o capital conseguiu cooptá-lo e neutralizá-lo, a ponto de até mesmo Delfin Netto ter se declarado publicamente como marxista na *Folha de São Paulo*, onde ele diz dentre outras coisas: “Agora, qualquer um de nós pode ser ‘marxista’, sem medo de ser feliz”²⁹. Nesse momento é imperativo advertir em alto e bom tom: *eu não sou marxista!*

Delimitado o campo de batalha, *¡a la lucha, compañeros!* Para seguir adiante é preciso abandonar todo o medo. Fazemos nossas as palavras de Minòs aos visitantes do Inferno:

*O tu che vieni al doloroso ospizio
guarda com'entri e di cui tu ti fide;
non t'inganni l'ampiezza de l'intrare*³⁰

²⁹ NETTO, D. “Marx, hoje”. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 09 de julho de 2014.

³⁰ DANTE. *Divina commedia*. Roma: Newton Compton, 2014. Canto V.

Parte I

A formação social do capital

A história da evolução da vida, por incompleta que ainda esteja, já nos deixa entrever como a inteligência se constituiu por um progresso ininterrupto ao longo de uma linha que, através da série dos vertebrados se eleva até o homem (...) a vida, desde suas origens é a continuação de um só e mesmo elã que se dividiu em linhas de evolução divergentes.³¹

Do plano Marshall à queda da União Soviética ocorreram fatos, cujos efeitos se fizeram sentir por todo o globo como o surgimento das multinacionais, o advento da indústria cultural e a mudança do lastro ouro ao lastro dólar, dentre outros. Na esteira desse processo vem se consolidar, na virada do século XX ao XXI, o debate em torno da globalização. Contrariamente a uma doce visão dessa última, a consideração sóbria do economista Vito Letizia assevera que no “curral financeiro tropical” a globalização, “na realidade, é a inclusão do Brasil no sistema internacional de sustentação da economia parasitária dos EUA, através do comércio triangular vicioso com a China”.³²

Considere-se como se queira o desenrolar da história. É fato que do pós-II Guerra Mundial em diante houve mudanças inegáveis na organização da vida social dos mais diversos Estados nacionais capitalistas. Evidentemente, diversos posicionamentos podem dar lugar a matizes variados, contudo a própria tomada de um objeto revela nela mesma se a cabeça tem os pés na terra da ideia ou o pensamento no chão da Terra. No último quarto do século XX as mudanças do assim chamado capitalismo, em todas as dimensões da vida social, permitiram a algumas vozes afirmar com força a efetivação de um capitalismo quiçá novo por inteiro, dotado de novo espírito. Nesse caso, de corpo renovado da cabeça aos pés por um novo espírito – indício de uma “mudança profunda no capitalismo (...) marcada pela atenuação da luta de classes”³³ – chegou-se a afirmar:

³¹ BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. I e p. 58.

³² LETIZIA, V. “A grande crise rastejante”, in, *O olho da história*, p. 7, ISSN 2236-0824. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n13/artigos/vito.pdf>. Essa conferência também foi realizada pelo autor no Departamento de Filosofia da FFLCH-USP em 07/12/2009, na qual estávamos presentes.

³³ BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 51. Doravante *NEC*.

Atualmente [1999], ele [o capitalismo] está passando por uma grande crise, manifestada pela perplexidade e pelo ceticismo social crescente, de tal modo que a salvaguarda do processo de acumulação ameaçado pelo estrangulamento de suas justificações numa argumentação mínima em termos de submissão necessária às leis da economia, supõe a formação de um novo conjunto ideológico mobilizador (*NEC*, p. 39, interpolação nossa).

Se a salvaguarda do processo de acumulação e, portanto, do capitalismo depende do espírito que o justifica, os autores precisam:

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações (...) dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida em sentido favorável à ordem capitalista (*NEC*, p. 42). Chamamos de espírito do capitalismo a *ideologia que justifica o engajamento no capitalismo* (*NEC*, p. 39)

Como a persistência do capitalismo depende das justificações fornecidas pelo seu espírito, então para

manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes (...) Confrontado com a exigência de justificação, o capitalismo mobiliza um “desde-sempre”, cuja legitimidade é garantida, à qual ele dará formulação nova associando-o à exigência de acumulação do capital (*NEC*, p. 53). Assim, a persistência do capitalismo, como modo de coordenação dos atos e como mundo vivenciado, não pode ser entendida sem a consideração das ideologias. (*NEC*, p. 43).

É inegável que a presente teoria é dotada de objetividade. Afinal, as mudanças da vida social em suas diversas esferas (religiosa, moral, artística, econômica etc.) das formações sociais capitalistas são visíveis a olho nu. Para os autores, da configuração

atual de uma dada sociedade resultam o conjunto de valores morais e condutas éticas, os quais compõem a ideologia dominante ou seu espírito, que orientado pela crítica elaborada pelos intelectuais, por um lado, apontam quais problemas devem ser solucionados e a sociedade acaba por acatar tais exigências, e, por outro lado, fornece a justificação da sociedade tal como ela é. Não se trata, cumpre notar, de um processo reflexivo, pois o espírito e sua sociedade são duas ordens separadas e “associadas”.

Entretanto, observamos que toda justificação supõe a *existência* de algo a ser justificado. Assim, se questionamos o quê pôs tal existência, da qual decorre o espírito que a justifica, os autores nos dizem que foi o espírito precedente, de cujas críticas resultaram na transformação real da sociedade; pois bem, se questionamos, então, o que pôs a existência precedente que o espírito precedente justificava, nos dizem que foi o espírito anterior ao precedente e assim ao infinito. Dessa maneira, traça-se uma linha regressiva até o primeiro povoado que deu origem à sociedade em questão, de tal maneira que o capitalismo resulta de um impulso evolutivo – que poderia lembrar um *élan* –, onde, segundo essa intuição, se passa de sociedade a outra melhorada pela crítica, cuja força motriz é o espírito. Tudo se passa como na tautologia do “vira-lata”: o cão descoleirado está aí, diante de nós, e vemos que para reproduzir sua existência vaga de lixeira a lixeira; nos dizem que ele vaga de lixeira a lixeira, porque não tem dono; mas, quando indagamos por que ele não tem dono, afirmam que é porque ele vaga de lixeira a lixeira; mais ainda, visto que ele não tem coleira, concluem que todos são igualmente seus donos – tanto o centro quanto a periferia.

O que vimos acima tem a vantagem de explicitar que as mudanças ocorridas desde meados do século XX nas sociedades capitalistas estão na ordem do dia. O cerne da questão, todavia, reside na maneira pela qual uma formação social se determina historicamente como capitalista, pois somente então é possível asseverar acerca de suas mudanças. Vale dizer, se elas precisaram ocorrer para que a formação social permanecesse capitalista ou se tais mudanças põem um outro, um novo capitalismo ou um capitalismo de outro tipo, isto é, algo outro que uma sociedade capitalista por excelência? Para tanto, precisaremos ver, em primeiro lugar, quais os elementos da formação social capitalista e como tais elementos foram postos historicamente, isto é, o processo de seu *devenir*. Em segundo lugar, precisaremos ver as transformações das relações que esse mesmo processo envolve engendrando historicamente a formação social capitalista, ou seja, seu processo de *gênese*. A partir disso, em seguida, podemos

examinar como uma formação social capitalista se desenvolve em *especificamente* capitalista e o que envolve seu *desenvolvimento*. Por fim, em quarto lugar, se faz necessário o exame de como a formação social assim determinada fornece as condições de existência dos próprios indivíduos que a constituem, bem como suas consequências. Pelas razões já expostas, o nosso trabalho terá como objeto o Livro I de *O capital*, de Karl Marx.

(Des)mistificação da origem:**perda da existência objetiva e apropriação da vontade pela naturalização do assalariamento****I**

Uma vez consolidado socialmente como sistema, o capital se torna um sujeito autônomo, que se expande em profundidade e extensão tanto com a destruição das antigas relações sociais, formas de trabalho e de propriedade, quanto com a destruição dos pequenos capitalistas pelos grandes. Os elementos e as relações que constituem a formação social especificamente capitalista são repostos continuamente pela própria formação social a despeito dos indivíduos. Marx o diz expressamente em *O capital*: “o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, de outro, o trabalhador assalariado”³⁴. Tais elementos e relações, contudo, não revelam neles mesmos o porquê uma determinada formação social é comandada por um sujeito autônomo, que sequer aparece aos indivíduos vivendo em sociedade, de modo que a produção e reprodução de suas vidas lhes surge como um grande *mistério*.

Assim, a não compreensão desse sujeito autônomo, ou então, a introjeção ignorada do *mistério*, está na base – e é isso o que demonstraremos – das mais diversas tentativas de *reconstrução* ou *superação* de *O capital*. Todavia, o que se poderia chamar de *história contemporânea* do capital, isto é, o desenvolvimento do capital já constituído, não revela a formação desse sujeito e, portanto, as razões de sua autonomização e movimento. Para tanto, é preciso considerar o *processo histórico de formação* deste objeto-movimento: a formação social capitalista. Portanto, a chave do problema está na compreensão do processo histórico pelo qual uma formação social

³⁴ MARX, K. *O capital, Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 653. Doravante: C.

veio-a-ser e se *constituiu* capitalista, isto é, seu *devir* e *gênese*, o que deve ser distinguido do movimento de reposição, pela formação social já capitalista, de seus pressupostos, isto é, de seu *desenvolvimento*.³⁵

Esse *processo histórico de formação* da sociedade capitalista é apresentado minuciosamente por Marx no Livro I de *O capital*, no capítulo traduzido como *A assim chamada acumulação primitiva* (*Die sogen. ursprüngliche Akkumulation*³⁶). Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, esse texto não consiste numa digressão de Marx sobre a história, que estaria ao lado e à parte da exposição conceitual propriamente dita presente nos demais capítulos, uma vez que nele é apresentado o processo pelo qual uma formação social *vem-a-ser* capitalista e a sua *gênese*. A não compreensão disso se expressa no fato de que renomadas leituras interpretaram “o capítulo sobre a acumulação primitiva como uma digressão de Marx, importante é certo, mas de caráter apenas histórico (...) Nada mais falso”.³⁷ Não nos parece correto, portanto, reduzir esse capítulo e outros textos do mesmo livro à pecha de *textos históricos* de *O capital*. Em suma: n’*A assim chamada acumulação primitiva* é apresentado, de maneira rigorosa, o processo histórico real, em que consistem os conceitos de *devir* e *gênese* não expressamente tematizados, ou seja: é lá onde tais conceitos não são tematizados como conceitos, que eles estão presentes “de fato”, digamos assim.

Esse processo é caracterizado já no item 1 (*O segredo da acumulação primitiva*) do capítulo 24:

A estrutura econômica da sociedade capitalista *surgiu* da estrutura econômica da sociedade feudal. A *dissolução* desta última liberou os *elementos* daquela (C, p. 786, grifos nosso).

³⁵ Uma apresentação clara e concisa dos conceitos de desenvolvimento, devir e gênese se encontra no excelente trabalho de Marilena Chauí: CHAUI, M. “A história no pensamento de Marx”, in, *A teoria marxista hoje*. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 143-167. Doravante: *HM*.

³⁶ Edição alemã utilizada: MARX, K. *Das Kapital: kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin: Verlag, n.d., zweiten Auflage.

³⁷ ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001, p. 234. Doravante: *GEC*.

A importância deste curto parágrafo composto de apenas duas orações é maior do que pode aparentar à primeira vista. Visto que a estrutura econômica de uma sociedade *surgiu da* outra, a primeira oração expressa a continuidade do processo. A segunda, ao contrário, expressa a descontinuidade, pois é preciso que a formação social antiga tenha sido *dissolvida*, o que implica seu desaparecimento, para que seus elementos estruturantes sejam liberados e possam, assim, integrar a nova. A dificuldade, contudo, está em que não são dois processos distintos, mas um mesmo e único processo histórico contraditório que, ao mesmo tempo, é contínuo e descontínuo.

Vejamos brevemente a descontinuidade e a continuidade, pois isso mostrará o fator de fundo responsável pela não apreensão de ambas, e da contradição entre elas. (A esse respeito, o trabalho realizado por Ruy Fausto³⁸, que a partir da discussão sobre *filogênese* e *ontogênese* da biologia recente retorna a Aristóteles e ao evolucionismo (que não se limita a Darwin), no que tange aos conceitos de *devir* e *gênese* (nem sempre bem compreendidos), mostra que o pensamento de Marx supera Aristóteles, Hegel e o assim chamado evolucionismo). Ao final desse texto se mostrará, que somente nos situando dentro dessa contradição é que o problema levantado no início começa a encontrar solução.

Em relação à descontinuidade o texto expressa que a formação social capitalista veio-a-ser a partir do seu não-ser, ou seja, do desaparecimento de outra formação social anterior, da sociedade que ela não-é. De acordo com esse movimento, uma sociedade historicamente determinada se forma a partir dos elementos liberados pela *dissolução* de outra, ou seja, os elementos estruturantes da nova sociedade não surgiram do *nada*, mas foram postos historicamente pelo *desaparecimento* da sociedade anterior. O que caracteriza a descontinuidade é que o surgimento está dentro do desaparecimento: é porque a forma antiga desapareceu que a nova veio-a-ser. Isso não significa que a descontinuidade seja inteiramente exterior à continuidade, pois como o surgimento está dentro do desaparecimento, isto é, como a forma nova surge no interior da forma antiga, então trata-se de uma descontinuidade marcada pela continuidade. O *devir* ou o *vir-a-ser* de uma formação social expressa, assim, o movimento descontínuo pelo qual o ser, a nova sociedade, surge a partir de seu não-ser, da dissolução e desaparecimento da

³⁸ FAUSTO, R. *Marx Lógica e Política II*. São Paulo: Brasiliense: 1987, p. 24-30. Doravante: *MLP II*. Os demais tomos da mesma obra serão referidos da seguinte maneira: *Marx Lógica e Política I* (São Paulo: Brasiliense, 1983) como *MLP I* e *Marx Lógica e Política III* (São Paulo: 34, 2004) como *MLP III*.

sociedade antiga. Por isso, não se trata ainda da história propriamente dita da sociedade em formação, no caso da formação social capitalista se trata de algo como “a pré-história do capital” (C, p. 786).

A formação da sociedade capitalista foi, ao mesmo tempo, um processo contínuo, uma vez que as relações sociais que a estruturam surgiram da transformação das relações que estruturavam a formação social antiga. Ou seja, as relações sociais que estruturam uma formação social vão se transformando historicamente a ponto de constituírem uma nova formação social. De acordo com esse movimento, as relações estruturantes de uma formação social (relações estas, que são estabelecidas pelos elementos constituintes da forma e que, ao mesmo tempo, os determinam) vão se alterando historicamente a ponto dissolvê-la e liberar seus elementos, mas com isso eles não são lançados ao *nada*, mas inseridos sem interrupção em outro conjunto de relações. A continuidade se caracteriza pela geração da nova forma devido à transformação da antiga: a transformação das relações que estruturavam a forma antiga gera a forma nova. No entanto, como a forma gerada é inteiramente nova, a forma antiga desapareceu; nesse sentido, a continuidade é marcada pela descontinuidade. A *gênese* de uma formação social expressa, então, o processo contínuo de transformação das relações estruturantes da forma antiga pelo qual os elementos já modificados historicamente entram em relação engendrando o conjunto de relações que estrutura a nova forma.

A continuidade e descontinuidade mostram, assim, que o processo histórico de formação do capitalismo consolidado socialmente enquanto sistema não pode ser homogêneo, isto é, não pode ser um processo que se desdobra cristalina e linearmente a partir de um ponto específico. A dificuldade que subjaz à compreensão da formação histórica do objeto é, portanto, a *origem*; ou melhor, a não existência de uma origem. Não por acaso o capítulo da acumulação primitiva se inicia mostrando que os autores da economia política buscaram fundar uma origem para o capitalismo, uma fundação primeira, mas na impossibilidade dessa, lançam mão de um mito fundador da origem semelhante ao “pecado *original* na teologia” (C, p.785, grifo nosso). Dado que o próprio objeto é movimento, fundar uma origem implica estagnar o movimento e, com isso, a perda do objeto. Por isso, é impossível fundar uma origem, “entendendo por fundar o movimento de uma fundação primeira” (MLP I, p. 34) de onde seguiria um discurso claro e distinto segundo uma ordem das razões. Isso *não implica*, bem entendido, a ausência completa de *toda* fundação, pois, ao mesmo tempo, há e não há uma fundação:

“se os discursos do entendimento (a filosofia transcendental em particular) , põem entre parênteses o mundo (o tempo) para proceder ao ato de fundar, a dialética põe entre parênteses o ato de fundar para se apropriar teórica e praticamente do mundo (...) como já dissemos, entendemos por fundação a fundação *primeira*, não toda espécie de fundação: a dialética não é de modo algum estranha a toda fundação” (*MLP I*, p. 35; cf. a esse respeito, *ibidem*, p. 34-37). Ora, dada a ausência de uma fundação primeira, o texto da acumulação primitiva não pode ser uma digressão histórica de Marx, onde se apresenta um processo linear e progressivo do feudalismo ao capitalismo.

O percurso que vai do capítulo 1 ao 23 de *O capital* mostra que, assim que o capital se consolida, ele começa a criar seus próprios pressupostos e a relação estabelecida entre eles. Segue, pois, que as condições de formação do capital e da sociedade que lhe corresponde não estão contidas de maneira alguma na formação social *especificamente* capitalista. No entanto, é somente a partir da compreensão dos pressupostos e relações do capital e da formação social que lhe corresponde que se pode traçar o caminho regressivo que mostrará o processo de sua formação. Por outras palavras, partindo da formação social capitalista consolidada Marx pode retornar ao processo histórico pelo qual essa formação social *veio-a-ser* e se constituiu capitalista. Por essa razão, no parágrafo imediatamente anterior ao citado acima, que caracteriza o processo como contínuo e descontínuo, Marx apresenta os pressupostos do capital, a saber, “é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho” (*C*, p. 786). Isso não é tudo. É apresentada, também, a relação estabelecida entre o trabalhador livre e o possuidor de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência:

[1] Com essa polarização no mercado estão dadas as condições fundamentais [*Grundbedingungen*] da produção capitalista. A *relação capitalista* [*Kapitalverhältnis*, relação-capital] *pressupõe* a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. [2] Tão logo a produção capitalista *esteja de pé*, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. [3] O *processo que cria* a relação capitalista não pode ser senão

o *processo de separação* entre o trabalhador e a *propriedade* das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (C, p. 786, interpolação e grifo nossos).

A relação estabelecida entre o trabalhador livre e proprietário dos meios de trabalho e subsistência é relação de separação. Vejamos, brevemente, os três movimentos do texto marcados por nós entre colchetes.

O primeiro movimento do texto evidencia que a relação-capital (*Kapitalverhältnis*) *pressupõe* a separação, de modo que no momento de formação do capital a separação é, de certo modo, exterior, isto é, não é gerada pelo próprio capital, mas condição dele. No entanto, isso está *dado* todos os dias no *mercado*. O segundo movimento nega o primeiro, pois nele a separação deixa de ser *pressuposta* pois o capital, em sua reprodução, reproduz a relação de separação, ou seja, a separação é reposta, e ampliada, pelo desenvolvimento do capital. A metáfora *esteja de pé* denota a consolidação do capital, donde ocorre a inversão: a separação é, agora, posta e a relação-capital pressuposta. O terceiro movimento nega o segundo, pois não se refere mais ao momento do capital consolidado, assim que ele *está de pé*, mas ao *processo que cria a relação-capital*. Esse processo é um movimento histórico de *separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho*.

A própria letra do texto mostra, de modo assaz claro, que o procedimento de Marx é a identificação dos pressupostos e da relação-capital da formação social já constituída para, em seguida, apresentar o movimento histórico. Um caminho regressivo e negativo trilhado “na história real” (C, p. 786). Que se trata de um procedimento regressivo já está claro pelo que expusemos, contudo devemos precisar em que sentido ele é negativo.

Esse movimento encerra uma negação que, ao mesmo tempo, é dupla. De uma parte, a negação se refere à passagem de uma posição à outra. Um ser-posto determinado encerra objetivamente nele uma pressuposição (na verdade, são pressuposições, mas nos referimos a apenas uma para facilitar a exposição); quando essa pressuposição é posta, essa nova posição nega o ser-posto anterior (isto é, a posição anterior); no entanto, não se trata de uma negação abstrata, mas de uma negação

concreta, que conserva nela o negado, assim a nova posição conserva nela a antiga posição como suprasumida, enquanto momento de um processo. Nesse sentido, pode-se dizer que “Marx parte da passagem de *b* para *c* a fim de chegar a *a* como fundamento posto pela aparição de *b* e pela aparição de *c*. Isso porém só é possível se *b* e *c* estiverem vinculados num processo, cujas etapas já estão dadas”³⁹. Por exemplo, estando dado historicamente o camponês autônomo, pode-se retornar ao servo e ver que nele está pré-posto ser um camponês autônomo, uma vez que o vínculo que o acorrenta à gleba pode ser rompido; contudo, a posição do camponês autônomo implica a negação de sua posição de servo, mas ao mesmo tempo a conserva, pois o camponês é ex-servo (não-servo). Isso evidencia, dentre outras coisas, que o procedimento de Marx não consiste na generalização indutiva do mesmo que se repete, uma vez que cada elemento historicamente determinado é diferente, e tampouco na dedução de cada elemento a partir de princípios universais estabelecidos *a priori*; trata-se, pois, de a partir de uma posição mais desenvolvida trilhar o caminho regressivo de busca de seus constituintes historicamente determinados, que se apresentam enquanto negados, suprasumidos. De outra parte, se refere à passagem (interna) da pressuposição à posição. Quando um pressuposto é posto, essa nova posição não corresponde exatamente àquilo que estava pressuposto; ocorre aí uma alteração, digamos assim. Ou seja, no caso em que “A” é pressuposto, quando “A” é posto, então o “A” posto não é exatamente igual ao “A” pressuposto. Assim, se considerarmos a posição do pressuposto como um processo de *explicitação*, podemos dizer que para Marx “a explicitação, que na apresentação dialética é posição do que estava pressuposto (...) *muda o valor de verdade do que estava implícito*” (MLP, p. 157). Isso ocorre porque a posição é determinada pelas relações em que está inserida, mas tais relações são sempre reais e historicamente determinadas; sendo assim, embora a possibilidade da posição já estivesse pressuposta, ao ser posta por tais relações, algo se altera em relação à pressuposição. Isso implica que não se trata de um processo lógico de atualização das potências internamente inscritas à maneira dos predicados da mônada leibniziana. Por exemplo, se está pressuposto no servo ser camponês autônomo, a posição depende das relações reais e historicamente determinadas, de modo que um camponês de um condado irlandês é diferente de outro camponês de um Dorf germânico. Aqui já entrevemos a impossibilidade de reduzir o pensamento de Marx puramente à lógica.

³⁹ GIANNOTTI, J. *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*, São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 99, grifo nosso. Doravante: TRf.

Esse procedimento regressivo e negativo, adotado por Marx em *O capital*, também fora adotado nos manuscritos de 1857-1858, que deram origem ao livro. Nos referimos aos manuscritos publicados postumamente como *Grundrisse*, nos quais se encontra o texto conhecido como *Formas que precederam a produção capitalista*.⁴⁰ A importância desse texto é ratificada por Hobsbawm, cuja publicação na língua inglesa em 1964 acompanhada de seu famoso prefácio difundiu mundialmente o texto de Marx, até então quase desconhecido. O historiador inglês afirma que “qualquer discussão histórica marxista realizada sem levar em consideração o presente trabalho — o que significa, virtualmente, a totalidade das discussões anteriores a 1941 e, desgrazadamente, muitas das posteriores — terá de ser reconsiderada à luz do mesmo”.⁴¹ De fato, ele é um dos textos de Marx sobre o qual mais se falou, cuja polêmica fez correr muita tinta, tanto antes como ainda hoje. Vejamos o texto.

O manuscrito se inicia com a identificação dos *pressupostos do trabalho assalariado* e das *condições históricas do capital*, a saber: por um lado, “o trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro” (G, p. 388) a fim de reproduzi-lo e valorizá-lo e, por outro, “a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização” (*ibidem*). Ambos decorrem da “desvinculação do trabalhador da terra” (G, p. 388) devido a duas dissoluções: “[1] a dissolução da *pequena propriedade livre* de terras, bem como [2] da *propriedade comunitária* baseada na comunidade oriental” (*ibidem*, interpolação e grifo nosso). Nesses dois casos, indicados por nós entre colchetes, por um lado, o homem trabalhador se relacionava com as condições objetivas de seu trabalho como proprietário e, por outro, se relacionava com os demais homens de três maneiras, dependendo da circunstância, como “*coproprietários*, como tantas *encarnações da propriedade* comum ou como *proprietários independentes* existindo junto com ele” (*ibidem*, grifo nosso). Portanto, a partir da identificação das pressuposições, presentes na formação social capitalista, Marx identificou as condições de existência delas (a desvinculação das duas formas de propriedade) e as relações que foram desfeitas, ou melhor, transformadas. A partir disso o texto realiza um caminho regressivo e negativo a situações reais, baseado em estudos historiográficos, a fim de

⁴⁰ MARX, K. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.105, p. 388-424. Doravante: G.

⁴¹ HOBBSAWM, E. “Introdução”, in, *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 14.

verificar o processo pelo qual essas condições foram postas, bem como as relações envolvidas e suas transformações.

Além disso, a correta localização do texto no interior dos *Grundrisse* já resolve muitos mal-entendidos; as páginas que o antecedem explicitam o motivo de sua elaboração. A correta apreensão do capital consolidado, efetivo, mostra que “as condições e os pressupostos do *devir*, da *gênese*, supõem precisamente que ele não ainda não é, mas que só *devém*; logo, desaparecem com o capital efetivo, com o próprio capital que, partindo de sua efetividade, põe as condições de sua efetivação” (G, p. 377, grifo nosso). Isso mostra, por um lado, que “para desenvolver as leis da economia burguesa” (G, p. 378), isto é, o movimento do capital já constituído, “não é necessário escrever a *história efetiva das relações de produção*” (G, p. 378). — E mesmo se fosse esse o caso, tratar-se-ia da *história das relações de produção*, mas de modo algum de escrever a *história* —. Por outro lado, mostra que tais *leis da economia burguesa* (capitalista) são, ao cabo, “relações elas próprias que *devieram* históricas” (*ibidem*, grifo nosso), ou seja, que *vieram-a-ser* através de um processo histórico. Por isso, afirma Marx, “o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida” (*ibidem*), ou seja, a formação do capital e da sociedade que lhe corresponde exige a compreensão de seu processo histórico, de seu *devir* e *gênese*. Não se trata, portanto, nem de escrever a *história*, nem de escrever a *história das relações de produção*, mas de buscar no processo histórico o *devir* e *gênese* do capital e da formação social que lhe corresponde. Mesmo no caso de escrever a *história das relações de produção* – e não de escrever a *história* – Marx alerta expressamente que isso deve ser “*um trabalho à parte*, que esperamos também poder abordar” (*ibidem*, grifo nosso); como é sabido, esse trabalho deveria compor o quarto tomo de *O capital*, cujos manuscritos foram publicados como *Teorias da mais-valia*;⁴² ainda a esse respeito, ele escreveu a Engels: “além disso [i.e., dos três primeiros livros de *O capital*], faltará escrever ainda o Livro 4, o lado histórico-literário, coisa que me é relativamente mais fácil”⁴³; portanto, a correta localização do texto *Formas que precederam a produção capitalista* mostra que não se trata de escrever a *história*. Sendo assim, nesse texto Marx não realiza qualquer procedimento historiográfico, pois se trata de ir ao processo histórico partindo da

⁴² A esse respeito conferir a “Nota do Tradutor” in: MARX, K. *Teorias da mais-valia, volume 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984, p. 10.

⁴³ Carta a Engels de 31 de julho de 1865, in: MARX, K; ENGELS, F. *Opere XLII: Lettere 1864-1867*. Roma: Riuniti, 1974, p. 142, interpolação nossa.

“correta apreensão do presente” (G, p. 378), porquanto ele fornece “a chave para a compreensão do passado” (*ibidem*) – isto é: do *passado* das relações de produção do capital efetivo, bem entendido. Portanto, a compreensão do processo histórico pelo qual uma formação social *veio-a-ser* e se *constituiu* capitalista, seu *dever* e *gênese*, tanto no caso dos *Grundrisse* quanto d’*O capital*, exige a compreensão dos “*pressupostos históricos*, que, justamente nesta qualidade de pressupostos *históricos*, são passados e, por isso, fazem parte da *história de sua formação*, mas de maneira nenhuma da sua *história contemporânea*, i. e., não fazem parte do sistema efetivo do modo de produção dominado por ele” (G, p. 377).

Portanto, no texto das *Formas que precederam a produção capitalista* Marx não pretende uma *teoria geral dos modos de produção*, tampouco se trata de definir teoricamente a *matriz universal de todas as sociedades humanas*, ou ainda dizer *a verdade das sociedades desaparecidas* etc. Em relação aos *Grundrisse* e a *O capital* em conjunto, e aqui nos referimos apenas a eles, não se trata de dizer *o que é a história* (uma filosofia da história) nem de estabelecer uma *axiomática* das leis históricas (uma teoria da história). As críticas à suposta *filosofia da história* e à *teoria da história* em Marx foram refutadas pelo excelente trabalho de Marilena Chauí (cf., *HM*, p. 148-163). No entanto, de outra parte, tampouco se trata de considerações possíveis em torno da história, uma apresentação *da* história em sentido forte, que organizaria a dispersão dos modos de produção anteriores. Talvez seja possível encontrar nele modelos ou maneiras de tratar a história, mas isso seria apresentar *a* história apenas em sentido fraco.

Podemos, agora, ir ao texto da *Assim chamada acumulação primitiva*, a fim de explicitar o que supõe o processo histórico de expropriação da terra. Um processo, que levado a efeito pela violência, arranca o trabalhador de sua comunidade, onde ele tem existência objetiva, e o põe como trabalhador inteiramente livre, como assalariado.

II

Decerto, a expressão *sociedade feudal* é uma abstração, visto que envolve a existência real de diversos povoados (ducados, condados, comarcas etc.), cujos elementos constituintes e as relações por eles estabelecidas são diferentes entre si. Isso

de tal maneira que, como diz expressamente Marx, “os próprios servos, e ao lado deles também os pequenos proprietários livres, encontravam-se submetidos *a relações de propriedade muito diferentes*, razão pela qual também foram emancipados sob *condições econômicas muito diferentes*” (C, p. 813, grifo nosso). Desses povoados surgiu a formação social capitalista. O exame dos elementos e as relações estabelecidas por eles mostrará o que supõe a acumulação primitiva, que “não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (C, p. 830).

No item 2 da *Assim chamada acumulação primitiva*, intitulado *Expropriação da terra pertencente à população rural*, Marx apresenta cinco “impulsos” (o termo é do Marx [*Anstoß*, impulso, embate], cf., p. ex., C, p. 790), isto é, cinco processos fatuais que, levados a efeito pela violência, impulsionaram a transformação de diferentes povoados. Para evitarmos equívocos em relação a esses impulsos cumpre precisarmos: se atentarmos ao fato de que a apresentação do *primeiro impulso* se encerra com a legislação de Cromwell relativa às habitações londrinas do XVII e que o *segundo impulso* se inicia com a Reforma do XVI (cf., C, p. 792), evidencia-se que não se trata de uma linearidade causal. Ao contrário de um inexorável percurso linear e sucessório, o texto nos mostra que tais impulsos podem reunir eventos concomitantes e descontínuos. Nesse processo histórico foram liberados os elementos para a formação social capitalista. A consideração correta disso altera o estatuto do texto, pois a apresentação dos impulsos não pode mais ser tomada como descrição simples de eventos históricos como quase sempre ocorre, uma vez que nele Marx expõe – mas sem o dizer expressamente – os elementos e as relações que estavam *supostos* nesses povoados e o que se altera com suas dissoluções. Portanto, nosso procedimento deve ser o exame dos impulsos, a identificação do que está suposto para, enfim, poder compreender as alterações ocorridas e suas implicações. Assim, precisaremos investigar o primeiro, o segundo e o quinto impulsos em conjunto. Em seguida, investigaremos o terceiro impulso e, por último, o quarto impulso.

Se “na Escócia a abolição da servidão ocorreu séculos depois de sua abolição na Inglaterra” (C, p. 794, nota 197), nessa última “a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV” (C, p. 788), razão pela qual predominavam na Inglaterra as relações de vassalagem e de séquito. Grande parte da população, por sua vez, consistia “em camponeses livres, economicamente autônomos,

qualquer que fosse o *rótulo feudal* a encobrir sua propriedade” (*ibidem*, grifo nosso) e a massa do assalariado agrícola era “pouco numerosa” (C, p. 789). Contudo, tanto os camponeses livres quanto o assalariado agrícola recebiam com a moradia “terras de 4 ou mais acres para o cultivo”, além de desfrutarem “das terras comunais, sobre as quais pastava seu gado e que lhes forneciam também combustíveis, como lenha, turfa etc.” (*ibidem*). Dado esse cenário, o primeiro impulso consistiu na “dissolução dos séquitos feudais” (C, p. 789):

[O poder real] não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa *dissolução* [dos séquitos]. Ao contrário, foi *o grande senhor feudal* que, na mais tenaz oposição à coroa e ao Parlamento criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente *os camponeses* das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os *mesmos títulos jurídicos* feudais que ele quanto ao usurpar-lhes *as terras comunais*. O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o consequente aumento dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora aniquilada pelas grandes guerras feudais; a nova nobreza era filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavoura em pastagens de ovelhas (C, p. 790, interpolação e grifo nosso).

Diversos fatores contribuíram para a dissolução dos séquitos feudais como, por exemplo, as *grandes guerras* feudais que aniquilaram a antiga nobreza; o *desenvolvimento técnico* da manufatura flamenga; o consequente *comércio internacional*; a alta do *preço da lã* que atraiu a nova nobreza; a *oposição política* dos senhores feudais ao Parlamento e à coroa real etc.. No entanto, o que nos importa são os elementos envolvidos, a saber, o camponês autônomo (e sua família), os demais camponeses autônomos (e suas respectivas famílias), o grande senhor feudal, as terras onde o camponês vivia e as terras comunais. O camponês autônomo se relacionava com a terra onde vivia como proprietário, pois a *posse* dela era assegurada por seu *título jurídico*, assim como os demais camponeses, de maneira que eles se relacionavam entre si como co-possuidores *da* propriedade. Além disso, se relacionam com a propriedade comunal na qualidade de coproprietários daquilo que é comum a todos, da propriedade comum. Embora a relação entre os camponeses e o senhor fosse de subordinação

daqueles a este, pode-se dizer que o senhor possuía os *mesmos títulos jurídicos* relativamente à propriedade de cada camponês autônomo. Entretanto, assim como o servo de outrora estava “sujeito a tributos” (C, p. 789, nota 191), decerto o camponês autônomo também o estava; tais tributos se realizavam em espécie, como a corveia, ou o trabalho em obras comuns etc.; eles eram fornecidos diretamente, isto é, sem mediação da troca. Presumivelmente o pequeno assalariado agrícola talvez não devesse tributos em espécie em razão do assalariamento, mas em razão da *posse* das terras onde vivia e do uso das terras comuns, ele também realizava trabalhos comuns. As relações jurídicas e econômicas, religiosas e políticas não eram exteriores entre si, como podemos notar. A transformação das terras em pastagens de ovelhas transformou, conseqüentemente, todas essas relações, de maneira que as formações sociais em que viviam tais camponeses se dissolveram liberando-os de seus antigos senhores, bem como da propriedade da terra e de seus meios de vida.

É preciso atentar que até o século XVI o sustentáculo das relações de propriedade – não apenas na Inglaterra, mas de certo modo em todos os países que no século XIX viriam a compor o Reino Unido – eram as relações religiosas. Ou seja, “a propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade da terra. Com a ruína daquela, estas não podiam se manter” (C, p. 794). Se o regime de propriedade feudal era respaldado pelas relações religiosas, a Reforma se apresenta como segundo impulso:

Na época da Reforma, a Igreja católica era *proprietária feudal* de grande parte do *solo inglês*. A *supressão dos monastérios* etc. lançou seus moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, apresentados aos rapaces favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os *antigos vassalos* hereditários e *açambarcaram suas propriedades*. A propriedade, garantida por lei aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos *dízimos* da Igreja foi tacitamente confiscada (C, p. 793, grifo nosso)

Com a Reforma são dissolvidas as relações de vassalagem, pois o roubo das terras da Igreja católica tolheu os vassalos e seus camponeses da *posse* da terra, de modo que eles foram liberados, junto com as populações dos monastérios, como

trabalhadores livres. Não se trata de um processo homogêneo, Marx o assinala claramente; contudo, em linhas gerais, trata-se de um processo que se caracteriza como “período de transição” (C, p. 792) no qual ocorre a pauperização das massas trabalhadoras devido, entre outros fatores, à “abolição da propriedade do camponês sobre a terra” (C, p. 794, nota 197). Os *camponeses empobrecidos* tinham direito a uma parte dos *dízimos* da Igreja, a fim de preservar a comunidade, de modo que uma parte dos tributos fornecidos pelos trabalhadores sob a forma do dízimo funcionava como se fosse uma espécie de fundo de consumo da comunidade. Por fim, importa notar antes de seguirmos adiante, que com a Restauração os católicos voltam ao poder e instituem legalmente a usurpação das terras que já vinha ocorrendo “em todo o continente” (C, p. 795); um marco dessa usurpação se deu quando os Stuarts “aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, indenizaram o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, [e assim] reivindicaram a moderna propriedade de bens” (C, p. 795, interpolação nossa).

Passemos, agora, ao quinto impulso, o processo de expropriação conhecido como clareamento das propriedades rurais (*clearing of estates*). Esse processo consiste em varrê-las de seres humanos destruindo as moradias (*cottages*) dos trabalhadores do campo. O texto apresenta o processo que ocorreu na Escócia, devido a três razões: primeiro, pelo “caráter sistemático”; segundo, pela “magnitude da escala”; terceiro, “pela forma particular da propriedade fundiária subtraída” (C, p. 800). Ora, a *forma particular* da propriedade patenteia que ao examinar cada um desses processos de expropriação, Marx apresenta relações diversas; embora todos tratem da expropriação da propriedade da terra, cada um deles apresenta relações especificamente diferentes.

Os celtas das Terras Altas da Escócia, ainda em meados do XVIII, formavam um sistema de clãs. Marx mostra, como caso exemplar do clareamento, o massacre realizado pela Duquesa de Sutherland, onde ocorre o saque sistemático de 794 mil acres de terras que havia muitas gerações pertenciam aos clãs, por meio de métodos como extermínios, incêndios etc., executados pelos soldados britânicos. Ela realizou a proeza de transformar 15 mil gaélicos em 131 mil ovelhas, em cerca de uma década. Os chefes dos clãs da alta Escócia transformaram o “direito titular de propriedade em propriedade privada” (*ibidem*):

Os celtas da alta Escócia formavam *clãs*, sendo *cada um* deles o *proprietário do solo* em que se assentava. O *representante do clã*, seu *chefe* ou ‘grande homem’, era apenas o *proprietário titular* desse solo, do mesmo modo como a rainha da Inglaterra é proprietária titular do solo nacional inteiro (*ibidem*, grifo nosso).

O texto apresenta a forma de propriedade fundada no sistema de clãs, onde não se encontra inicialmente a figura do servo, nem a do camponês livres ou do assalariado agrícola, mas a do membro do clã. O solo em que se assentava cada comunidade, cada clã, pertencia a todo o clã, de maneira que cada indivíduo era apenas o possuidor e o proprietário era toda a comunidade. Isso significa, por um lado, que cada indivíduo detém a *posse* por ser membro do clã e se relaciona com a terra como proprietário, além disso, os demais lhe aparecem como tantas encarnações da propriedade; e, por outro lado, como a comunidade se encarna na figura particular do *chefe*, então ele aparece como o proprietário das terras do clã como um todo, mas apenas como *proprietário titular*. Se considerarmos a nota 214 (C, p. 801), onde Marx cita Steuart, temos que cada indivíduo deve fornecer um tributo à comunidade, por meio da qual ele é proprietário. Assim, uma parte do trabalho, sob a forma do produto que excede o consumo do indivíduo e sua família, o produto excedente, é destinada ao representante do clã, ao chefe. Trata-se, portanto, de uma forma de propriedade comunal, que subsistiu no Reino Unido até o preâmbulo da formação social capitalista, quando foi dissolvida.

Os impulsos identificados acima dissolveram diversos povoados particulares liberando elementos para a formação social capitalista. Contudo, antes dessas dissoluções, os próprios elementos e as relações estabelecidas eram um produto historicamente determinado. Ou seja, eles não surgiram do nada, mas foram postos pelo processo histórico de dissolução de sociedades passadas. O fato de os elementos e as relações estabelecidas, que formavam os povoados feudais, serem produto histórico posto pela dissolução de sociedades anteriores não implica que eles sejam o mesmo que antes; ao contrário, devido à dupla negação vista no início, eles são diferentes, mas ao mesmo tempo aquilo que foi posto carrega em si traços de seu passado como uma sorte de ruína. Em vista disso e da similaridade de procedimento do texto *Formas que precederam a produção capitalista*, o recurso a esse último ajudará a compreender algo do que estava suposto nos povoados que integravam a abstração *sociedade feudal*, relativamente ao primeiro, segundo e quinto impulsos vistos.

A primeira formação social examinada nesse texto dos *Grundrisse* consiste nas comunidades denominadas oriental ou asiática. Elas são constituídas pelo clã, relações de parentesco ou combinação de clãs. Nelas a *comunidade* é pressuposta à *apropriação*, pois “somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como *proprietário* ou *possuidor*” (G, p. 389), de tal maneira que ele se relaciona como proprietário tanto com sua atividade quanto com as condições objetivas (com a terra, que fornece o objeto e instrumentos de trabalho, e com os produtos do trabalho) como extensão inorgânica de sua subjetividade. Essa relação, esse comportamento do indivíduo como *possuidor*, que detém a *posse*, determina a terra como *propriedade da comunidade*, propriedade comum, que é *possuída* por todos os seus membros e cada indivíduo se apropria imediatamente do produto do trabalho, isto é, sem a mediação da troca. Assim, “a *apropriação* real pelo processo do trabalho se realiza sob esses *pressupostos*, que não são eles mesmos *produto* do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou *divinos*” (*ibidem*). A *finalidade* do indivíduo singular é tanto sua reprodução quanto a reprodução da comunidade, pois só por meio dela ele é proprietário; a finalidade da comunidade é a reprodução de seus membros, pois só por meio deles ela é comunidade.

A *comunidade*, *apropriação* e *finalidade* mostram que nessa forma de propriedade comunitária cada indivíduo singular é *possuidor* da propriedade comum e se relaciona com os demais *possuidores* como encarnações dela; essa é a “relação fundamental [*Grundverhältnis*]”⁴⁴ (G, p. 389, interpolação nossa) dessa formação social – ela não implica no entanto transposição mecânica, visto que “pode realizar-se de maneiras muito variadas” (*ibidem*), aliás, situações muito diversas são apresentadas. Como o “proprietário real e o pressuposto real da propriedade comunitária” (*ibidem*) é a “unidade coletiva” (*ibidem*) que se situa acima das comunidades reais, então essa unidade coletiva pode aparecer como um particular ao lado das comunidades particulares e, dessa maneira, ser realizada na pessoa do *déspota* ou do *chefe* das famílias ou dos clãs. Assim, o proprietário real é a unidade coletiva ao passo que as comunidades reais aparecem como “*possuidoras hereditárias*” (*ibidem*), de tal maneira que o membro da comunidade é “de fato privado de propriedade” (*ibidem*) e, na apropriação efetiva pelo processo de trabalho, a propriedade aparece-lhe, por um lado,

⁴⁴ Edição alemã utilizada: MARX. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Marx-Engels Werke. Berlin: Dietz Verlag, 1983, Band 42.

como “supressão da unidade geral” e, por outro, como determinação de sua singularidade “pela mediação da comunidade particular” (*ibidem*). Sendo a comunidade pressuposta à apropriação e o indivíduo apenas *possuidor*, compreendemos por que a comunidade é a “substância em que o singular aparece como acidente” (G, p. 396), de modo que “no meio do *despotismo oriental* e da ausência de propriedade, que nele *parece existir juridicamente*, existe como *fundamento [Grundlage] de fato* essa propriedade tribal ou comunitária, gerada na maioria das vezes por um misto de manufatura e agricultura no interior da pequena comunidade” (G, p. 389, interpolação e grifo nosso) – atentemos à expressão “de fato”, que especifica o estatuto do fundamento, pois como veremos adiante ela tem importância.

A própria estruturação da formação social fundada nessa forma de propriedade fornece as condições do ordenamento jurídico que regula as relações econômicas, uma vez que a “apropriação real pelo trabalho” estabelece “legalmente” o “produto excedente” que deve ser destinado à “coletividade” (*ibidem*), “seja no tributo etc., seja no trabalho coletivo para a glorificação da unidade, em parte do déspota real, em parte do ente imaginário do clã, do deus” (G, p. 390). Parte do excedente entregue à coletividade é destinado à composição de “reservas coletivas”, um “fundo de trabalho”, a fim de garantir a reprodução da própria comunidade em casos de guerra, cultos religiosos etc. Onde se segue, em primeiro lugar, que as relações econômicas e jurídicas, políticas e religiosas não são extrínsecas entre si; em segundo lugar, a dominação e exploração do homem pelo homem não pode se dar por vias puramente econômicas, mas pela força, parentesco etc..

Os débitos para com o *deus* do clã somados ao fato, visto acima, de os pressupostos da comunidade aparecerem como *pressupostos naturais* ou *divinos*, evidenciam que, para Marx, a configuração da objetividade – isto é, o conjunto das relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e o conjunto das relações estabelecidas entre os indivíduos e a natureza –, fornece as *condições de organização* da existência subjetiva, o que não significa que a objetividade *determina* a subjetividade, tal simplismo mecanicista sendo inteiramente estranho ao pensamento de Marx. Em suma, o percurso até aqui demonstra que as *maneiras muito variadas* pelas quais a *relação fundamental* pode se realizar envolve um conjunto de relações sistematizadoras da formação social que não pode ser reduzido à oposição binária entre *infraestrutura* e

superestrutura, porquanto é preciso distinguir as diversas esferas (culturais, religiosas etc.) pressupostas numa formação social e a posição efetiva delas.

De volta ao texto da acumulação primitiva vejamos, agora, o terceiro impulso. Ele se refere à Revolução Gloriosa.

A tomada do poder por Guilherme III de Orange, no final do século XVII, deve ser considerada um impulso, porque com ele tiveram acesso ao poder tanto os proprietários fundiários (“latifundiários”, cf. nota 201, C, p. 795) quanto os capitalistas. Eles,

inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo dos domínios estatais, que até então era realizado apenas em proporções modestas (...) O patrimônio do Estado, apropriado de modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa (C, p. 795).

Por surpreendente que possa parecer, nesse processo atuaram tanto a *nova aristocracia*, que era aliada da *nova bancocracia* e dos *grandes manufatureiros*, quanto os *capitalistas burgueses*, que visavam, em linhas gerais, ampliar a exploração agrícola do solo e utilizá-lo comercialmente etc. O que nos importa é que com o fim da propriedade estatal eliminam-se os locais em que o Estado (a comunidade) aparece aos indivíduos como existência real ao lado das propriedades privadas. Convém não olvidar alguns pontos do segundo impulso, por exemplo, o regime de propriedade alterado pela restauração dos Stuarts, dentre outros.

Passemos à análise da formação social antiga presente no texto *Formas que precederam a produção capitalista*. Nessa formação social, que se refere tanto à sociedade grega quanto à romana, “a concentração dos domicílios na cidade [é] o fundamento [*Grundlage*] dessa organização guerreira” (G, p. 391, interpolação e grifo nosso). Diferentemente de um sistema de clãs, onde a comunidade aparece como *coletividade tribal* das famílias do clã ou como *unidade coletiva* situada acima dos clãs, o surgimento da cidade como *sede* das pessoas do campo exige que o território ocupado

(o campo) seja protegido de outros povos que pretendam ocupá-lo ou que a comunidade ocupe terras já ocupadas por outros povos (cf. *G*, p. 390). Desse modo, o vínculo comunitário aparece como unidade bélica, “por isso a guerra constitui a grande *tarefa conjunta*, o grande trabalho coletivo exigido seja para ocupar as condições objetivas da existência viva, seja para defender e perpetuar sua ocupação” (*G*, p. 391). Por outras palavras, a comunidade constitui-se como *comunidade guerreira*, o que é “uma das condições de sua existência como proprietária” (*ibidem*). — É patente, nesse ponto, que a guerra enquanto *tarefa conjunta* representa um momento em que a comunidade ganha efetividade para os indivíduos dessa formação social; por isso, compreendê-la como o *tipo de trabalho* socialmente predominante para, em seguida, supostamente “refutar” o texto de Marx com base em dados históricos sobre o sistema de trabalho na Grécia antiga, como o faz um renomado comentador brasileiro, é má-fé, no mínimo —. A comunidade, então, tem dupla existência: por um lado, frente aos demais povos ela aparece como “unidade negativa voltada para o exterior” (*ibidem*) na guerra; por outro, ela aparece internamente como Estado na propriedade comum, o “*ager publicus*” (*ibidem*). Como a propriedade comunitária é separada da propriedade individual, o indivíduo *singular* não é *possuidor*, como no caso da propriedade oriental, mas sim *proprietário privado* do lote que cabe a ele e à sua família; de outra parte, “cada parcela do solo é romana pelo fato de ser propriedade privada, o domínio, de um romano” (*G*, p. 393). Assim, a comunidade é pressuposta à apropriação, pois “ser membro da comunidade continua sendo aqui pressuposto para a apropriação de terras, mas, como membro da comunidade, o indivíduo singular é *proprietário privado*” (*G*, p. 391, grifo nosso). Para o indivíduo singular a apropriação, realizada com o trabalho, ocorre na condição de proprietário privado e tem por finalidade sua reprodução e a de sua família; mas como ele é proprietário privado apenas enquanto membro da comunidade (Estado), “a sua manutenção enquanto tal é também manutenção da comunidade e vice-versa” (*G*, p. 391). Como a finalidade do indivíduo é sua reprodução e sua reprodução é a reprodução da comunidade, “o indivíduo está situado em condições tais de ganhar sua vida que não faz da aquisição de riqueza seu objeto, mas a autoconservação, sua própria reprodução enquanto membro da comunidade; a sua própria reprodução enquanto membro do lote de terra e, nessa qualidade, como membro da comuna” (*G*, p. 392).

A *apropriação*, *comunidade* e *finalidade* mostram que na relação fundamental da formação social antiga a comunidade é pressuposto da apropriação, assim como para

a formação oriental. Porém, aqui essa relação é mediada pela *existência* do Estado, ou melhor, enquanto *proprietário privado* o indivíduo singular se relaciona com a condição do trabalho (a terra, seu meio e objeto de trabalho) como pertencentes a ele, como sua “natureza inorgânica” (G, p. 390), porém esse pertencimento “é mediado pelo seu ser como membro do Estado, pelo ser do Estado” (G, p. 391). Por isso, a apropriação da produção, “a propriedade sobre o próprio trabalho[,] é mediada pela propriedade da condição do trabalho [i. e.: propriedade privada da terra]” (G, p. 392, interpolação nossa).

Em vista do que pretendemos demonstrar, importa ressaltar que o indivíduo assegura sua “autonomia” (G, p. 391) de proprietário privado, de membro da comunidade, pela “proteção do *ager publicus* para as necessidades comunitárias e a glória comunitária etc.” (*ibidem*). Marx ressalta que os interesses coletivos para a manutenção da comunidade são “imaginários e reais” (G, p. 392); aliás, inclusive a existência do Estado, que medeia a relação fundamental, é um “*pressuposto* que é *encarado* como *divino* etc.” (G, p. 391, grifo nosso). Além disso, as relações expostas acima são postas “efetivamente como condições e elementos objetivos da personalidade do indivíduo” (G, p. 392); mais ainda, estabelecem o uso do tempo de trabalho necessário, para a reprodução do indivíduo e sua família enquanto proprietário privado, e o uso do tempo de trabalho excedente, que “pertence justamente à comuna, ao serviço militar etc.” (G, p. 392). Evidentemente, por fim, na forma antiga, sobretudo na romana, havia comércio e, por consequência, trocas, entretanto o comércio e as artes manuais não eram dignos do cidadão, membro da comunidade, mas eram próprias de *estrangeiros* e *libertini* (cf.: G, p. 393-394, e nota 55), de modo que ela não era determinante da relação fundamental, sobretudo porque além da propriedade *quiritária* a autonomia do proprietário privado e sua família era assegurada também pela “manufatura como atividade doméstica complementar das esposas e filhas (fiar e tecer)” (G, p. 392); as trocas não eram, portanto, a mediação geral das relações sociais instituídas como sistema socialmente predominante. Aliás, Marx ressalta que o desenvolvimento da troca (somado ao desenvolvimento da escravidão, do sistema monetário etc.) foi um dos agentes da dissolução da sociedade romana (cf., G, p. 399).

O conjunto das relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade na produção de suas vidas engendra as formas reais e imaginárias necessárias à sistematização da formação social e sua reprodução; todo esse movimento da formação

social não pode de maneira alguma ser reduzido apenas à produção de objetos materiais. As diversas esferas como religiosidade, linhagens sanguíneas, normatividades jurídicas, formas tributárias etc. se relacionam internamente, determinando-se umas às outras, onde é preciso distinguir e compreender a diferenciação dos níveis de posição e pressuposição de cada uma das relações, ao invés de tomá-los como uma estratificação de níveis todos já postos. Portanto, segue em primeiro lugar, que não é possível compreender o pensamento de Marx a esse respeito reduzindo-o à oposição binária entre *superestrutura* e *infraestrutura*, conforme dissemos antes; oposição que é deveras difundida tanto entre críticos quanto entre alguns seguidores de Marx (retomaremos esse assunto no capítulo 4, desta parte I). Em segundo lugar, ao identificar a *relação fundamental* da formação social greco-romana Marx demonstra que as relações econômicas *não são e não podem ser separadas, abstraídas, dos demais domínios da vida social*; nesse sentido, compreende-se o porquê o conteúdo da economia antiga era não econômico: quando Marx “fala da propriedade da antiguidade greco-romana, além de dizer que essa propriedade era propriedade comum da terra, diz também que ela não tinha como finalidade a produção de riqueza, mas ser propícia à criação de melhores cidadãos. Os seja, o conteúdo da economia antiga não é econômico” (*HM*, p. 160; a esse respeito cf. tb. o *G*, p. 399-400) – isso pode ser demonstrado igualmente nas demais formações sociais estudadas por Marx, isto é, na oriental e na germânica. Mas, aqui já basta. O fato de que o *conteúdo* das relações econômicas seja *não-econômico* mostra, em terceiro lugar, que o sentido de econômico ou de economia, em Marx é inteiramente diverso do que a “ciência” econômica entende e divulga como *a* economia, isto é, como produção e gerenciamento de bens, cujo enigma da esfinge seria a relação entre necessidades humanas infinitas e recursos finitos para satisfazê-las (*sic!*). Para Marx o assunto é mais complexo. No caso das formações sociais não-capitalistas vimos como “o econômico é determinado pelo religioso, pelo político, pelo parentesco, etc.” (*HM*, *ibidem*); no caso da formação capitalista embora o econômico esteja abstraído, separado, das demais esferas da vida e possa sobredeterminá-las, *O capital* nos mostra na seção VII, ao tratar da reprodução (temos em vista os diversos níveis da aparência à essência) que a própria abstração das relações econômicas constituem um sentido inteiramente político do econômico – embora este terceiro ponto pareça redundante depois do que fora dito, explicitá-lo é de suma importância, tendo em vista os manuais de marxismo, que categorizam o pensamento do Marx em *economia marxista*, *política marxista* e *filosofia marxista*, e que têm ampla difusão sobretudo nas humanidades.

Vejamos, por fim, o quarto impulso apresentado por Marx no processo de expropriação da terra. Ele consiste no processo conhecido como *cercamento* – que não deve ser confundido com o *clareamento* – das terras comunais (*Inclosures of Commons*). O processo de expropriação da terra compreendido entre o último terço do século XV até o XVII se caracterizava, em linhas gerais, por atos individuais de violência, que contou com uma legislação de certo modo contrária (cf., C, p. 796). Vimos que esse processo não é apresentado por Marx como continuidade linear, mas como diversidade de eventos que podem ser concomitantes e descontínuos. No século XVIII, com os novos grupos que chegaram ao poder após a Revolução Gloriosa, a lei serviu como meio de aplicação interessada da violência concentrada no Estado, um eficiente instrumento para a expropriação das terras comunais remanescentes:

o progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das ‘*Bills for Inclosures Commons*’ (leis para cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo (C, p. 796).

O que nos interessa é a relação estabelecida entre os trabalhadores e a *terra comunal* ou *as terras do povo*, o que supõe essa relação e o que se altera com sua transformação. Já vimos, desde o primeiro impulso, a importância da propriedade comunal. Além do que fora visto, é de se notar que as terras comunais, pertencentes a todo o povo, eram “frequentemente terras cultivadas comunalmente” (C, p. 798), portanto terras com as quais o indivíduo se relacionava como *proprietário* e com os demais indivíduos (a comunidade) também como *proprietários*. Em alguns casos, o uso das terras era feito “mediante um pequeno pagamento à comunidade” (*ibidem*), o qual presumivelmente era feito na maioria das vezes em espécie e não em dinheiro, visto que o assalariamento não era predominante. Além disso, a citação de Price na mesma página mostra que tais terras eram também utilizadas para a criação de “ovelhas, aves, porcos etc.” (*ibidem*).

O roubo das terras comunais e a consequente transformação dos camponeses livres em trabalhadores mercenários têm por consequência, no final do século XVIII, a

pauperização desses trabalhadores, cujo salário “começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres” (C, p. 799). Isso marca uma diferença em relação à participação dos pobres no dízimo da Igreja do século XVI, onde o produto do trabalho dos trabalhadores diretos constituía o fundo de consumo da *comunidade* e a participação no fundo, da parcela pobre da população agrícola, ocorria a partir do vínculo de *comunidade*. Ao final do século XVIII, de uma parte, a constituição da *assistência oficial dos pobres* decorria da acumulação de reservas em dinheiro e, de outra parte, o vínculo dos pobres que recorriam à *assistência* era de assalariamento, de dinheiro, portanto um vínculo essencialmente diferente. Antes de seguirmos adiante notamos que a citação que Marx faz de Apiano nesse momento, na nota 211 (cf., C, p. 798), mostra que em Roma um processo semelhante de concentração da propriedade fundiária teve efeito semelhante de empobrecimento da população rural, contudo o exemplo marca, ao mesmo tempo, que se trata de uma formação social diferente, visto que a força de trabalho era escrava.

O que se altera com a transformação da relação vista acima é a perda, para as próximas gerações, da ligação entre o trabalhador e a terra comunal, Marx o diz expressamente: “No século XIX, naturalmente, perdeu-se até mesmo a lembrança do *nexo* [*Zusammenhangs*] entre o lavrador e a propriedade comunal” (C, p. 800, interpolação nossa). Trataremos desse *nexo* mais adiante. O que supõe a relação desfeita com os *cercamentos* pode ser entrevisto pelo caráter da propriedade desfeita: “a propriedade comunal – absolutamente distinta da propriedade estatal anteriormente considerada – era uma *antiga instituição germânica*, que *subsistiu* sob o manto do *feudalismo*” (C, p. 796, grifo nosso). Assim como algo da propriedade relativa ao sistema de clãs subsistia sob o feudalismo, conforme já vimos, assim também algo da propriedade germânica (essa *instituição germânica*) subsistia até o século XVIII.

A formação social germânica se caracteriza pela urbanização do campo, devido ao fato de que as famílias se fixam nas matas, distantes umas das outras. Cada família, cada *casa singular*, constitui “por si mesma um centro autônomo da produção (manufatura puramente como trabalho doméstico acessório das mulheres etc.)” (G, p. 396). Enquanto centro autônomo de produção, a finalidade de cada família é a reprodução de seus membros. É patente, por sua vez, que a reprodução de cada núcleo familiar é, ao mesmo tempo, a reprodução da tribo, da comunidade. A comunidade, por um lado, existe nos indivíduos, uma vez que a “unidade *existente em si mesma* está

posta na descendência, na língua, no passado e história comuns etc.” (G, p. 395); por outro lado, efetivamente ela “só existe, desde logo *externamente* considerada pela reunião periódica dos membros da comunidade” (*ibidem*). Assim, por um lado, “a comunidade em si, como comunidade na língua, no sangue etc., é *pressuposta* ao *proprietário individual*” (G, p. 397, grifo nosso). Nesse sentido é correto afirmar que a apropriação pressupõe a comunidade, contudo é preciso considerar também o outro lado; isso nem sempre é considerado, sobretudo por comentadores que afirmam ser a comunidade algo idêntico às três formações – igualando as diferentes relações, as sociedades são niveladas, assim tais comentadores buscam *a* sociedade humana, o que para Marx é mistificação. Por outro lado, a comunidade não existe efetivamente como o Estado da formação social antiga, como propriedade estatal comum, mas na reunião dos chefes de família, portanto ela existe como *reunião* ou *unificação* de *sujeitos autônomos*, os *membros da comunidade* e os *chefes* de família proprietários de terras; ela não aparece, aqui, como *unidade* (como no sistema de clãs) ou *associação* (como Estado na forma greco-romana) (cf., G, p. 395). A “terra comunitária ou terra do povo” (*ibidem*) germânica existe como local de caça, extração de lenha, pastagem etc., de modo que ela aparece como “complemento da propriedade individual” (G, p. 396), ela só aparece como *propriedade comunitária* quando precisa ser defendida de outros povos etc. Nesse caso, “a propriedade do indivíduo singular não aparece mediada pela comunidade, mas é a existência da comunidade e da propriedade comunitária que aparece como mediada, *i.e.*, como relação recíproca dos sujeitos autônomos” (*ibidem*). Enquanto acessório à propriedade individual, cada membro da comunidade se relaciona com a propriedade comunal como lhe pertencendo, de tal maneira que ela não está “separada dos indivíduos singulares” (G, p. 397), mas é “propriedade efetivamente comum” (*ibidem*). Portanto, a existência da comunidade pressupõe *proprietários individuais autônomos*, pois “a comunidade só existe na relação recíproca desses *proprietários* de terra *individuais* enquanto tais” (G, 396, grifo nosso), ou seja: “como existência ela só existe em sua *assembleia efetiva* para fins comunitários” (G, p. 397).

Após termos visto a *comunidade*, *finalidade* e a *apropriação*, entrevemos a relação fundamental da formação social germânica. Cada família *existe* como unidade autônoma, uma vez que cada casa singular é proprietária individual, mas cada proprietário individual pressupõe em si a comunidade (língua, costumes etc.). No entanto, a comunidade só existe efetivamente pela reunião periódica dos membros,

proprietários privados, para fins comunitários. Assim, “o fundamento [*Grundlage*] é a habitação familiar isolada, autônoma, garantida pela associação com outras tantas habitações familiares da mesma tribo e sua reunião ocasional, em vista de tal garantia recíproca, para guerra, religião, arbitragem de litígios etc.” (G, p. 396, interpolação nossa).

Passemos, agora, ao exame do *nexo* (*Zusammenhängen*, conexão que prende junto), da relação entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho. Nas *Formas que precederam a produção capitalista*, após o exame das formações sociais que expusemos acima, Marx parte ao exame desse *nexo*, entre outros pontos. Esse novo momento do texto se inicia com: “O que importa observar aqui é o seguinte: em todas *essas formas* em que a propriedade de terra e a agricultura (...)” (G, p. 397, grifo nosso). É patente pela expressão *essas formas* que, doravante, a investigação de Marx se referirá às formas oriental, antiga e germânica, mas de modo algum às sociedades humanas em geral. O procedimento de selecionar passagens que contenham expressões como “todas as formas”, “qualquer forma” e descontextualizá-las, a fim de buscar uma teoria geral sobre *a sociedade humana* não é correto, pois em “todas essas as formas”, por exemplo, o pronome indefinido *todas* refere-se, como é evidente, ao conjunto das três *formas* examinadas. Outro caminho igualmente infeliz seria supor que as formações sociais examinadas por Marx forneceriam um quadro universal das formações sociais, do qual fossem dedutíveis as diferentes sociedades, contudo a correta localização do texto no interior dos *Grundrisse*, consoante vimos, não corrobora essa posição.

Temos como resultado de nosso percurso as relações de apropriação, comunidade e finalidade relativas às formações sociais não-capitalistas estudadas por Marx. Elas mostram, mas sem anular a diferença específica de cada relação no interior de sua respectiva forma social, que em todas essas sociedades o indivíduo trabalhador se “relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria” (G, p. 397). A terra se apresenta, de início, como objetividade fornecida pela natureza onde estão pressupostos o objeto de trabalho e as matérias-primas, os instrumentos e meios do trabalho, bem como os meios de subsistência que devem ser apropriados pelo homem a fim de assegurar sua reprodução, sua existência, portanto como lhe pertencendo. Entretanto, como tudo isso está pressuposto, a posição para o homem do que é próprio à sua reprodução e existência, a apropriação, se *realiza* com o

trabalho, por isso a apropriação é pressuposta ao trabalho, ou seja, a apropriação ocorre “não pelo trabalho, mas como *pressuposto* do trabalho” (*ibidem*, grifo nosso).

Para não nos estendermos vamos diretamente ao cerne da questão, mas apenas sucintamente, embora o assunto mereça maior desenvolvimento. O homem, portanto, se relaciona com a objetividade, por meio da qual ele existe, como a extensão inorgânica de seu corpo orgânico. Sendo assim, porém, a existência do homem é dupla, pois ele existe tanto subjetivamente em seu corpo orgânico quanto objetivamente em seu corpo inorgânico, na natureza. Enquanto parte da natureza, contudo, o homem não está pressuposto apenas objetivamente, mas seu próprio corpo orgânico, sua existência subjetiva, está pressuposto: de uma parte, nas capacidades pressupostas em seu organismo que são postas pelo intercâmbio efetivo com a objetividade natural e, de outra parte, seu próprio corpo orgânico é pressuposto ao indivíduo, pois fora posto objetivamente por outro, seus genitores, a comunidade. (cf., *G*, p. 403). Segue, pois, que a objetividade natural com a qual o indivíduo se relaciona como proprietário, chamada por Marx de “*condições objetivas da existência*” (*G*, p. 401) são de “dupla natureza: 1) subjetiva e 2) objetiva” (*ibidem*), porquanto o indivíduo singular ao se relacionar com os demais indivíduos que se lhe apresentam objetivamente, em alguma medida ele se relaciona consigo mesmo, como membro da comunidade. De uma parte, é de suma importância termos isso em vista quando tratarmos da relação entre os indivíduos na formação social capitalista, no capítulo 4 desta parte I; de outra parte, como nos referimos à relação entre o indivíduo singular – isto é, “indivíduo singular, posto pela comunidade” (*G*, p. 404) – e a natureza, tratamos o assunto num nível diferente do metabolismo individual entre homem e natureza, que apresentamos no capítulo 1 da parte II, onde se especificam as *condições de produção* para que haja trabalho. Isso posto, prossigamos.

As três formações sociais mostram, ainda, que apenas enquanto membro da comunidade o indivíduo se *comporta* com a objetividade natural como proprietário, porquanto tal comportamento é sempre mediado pela ocupação, “pacífica ou violenta” (*G*, p. 397), da terra pela comunidade. Evidentemente, fora da comunidade o indivíduo pode “nutrir-se dela como substância, como fazem os animais” (*ibidem*), o que é um comportamento inteiramente diferente. Nesse sentido, o comportamento do indivíduo como proprietário mostra que a relação imediata de apropriação é mediada pela sua relação com os demais indivíduos, com a comunidade: “esse *comportamento* em relação

ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador (...) é *imediatamente mediado* pela existência originada natural e espontaneamente, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada, do indivíduo como membro de uma comunidade” (*ibidem*, grifo nosso). Por um lado, a relação imediata que o indivíduo estabelece com as *condições objetivas do trabalho* (digamos, a relação estabelecida ente homem e natureza ou H—N) é mediada pela relação que ele estabelece com a comunidade, com os outros indivíduos (H—C); ao passo que, por outro lado, a relação imediata que o indivíduo estabelece com a comunidade (H—C) é mediada pela relação que o indivíduo estabelece com as condições objetivas do trabalho (H—N), pois “a existência efetiva da comunidade é determinada pela forma particular de sua [i.e., do indivíduo] propriedade sobre as condições objetivas do trabalho” (G, p. 398).

Além disso, é preciso considerar que o comportamento da comunidade em relação às condições objetivas de produção existe efetivamente no relacionamento recíproco de seus membros, contudo esse relacionamento recíproco depende de cada indivíduo se relacionar com os demais como membros de uma comunidade. Assim, se “pertencer a uma tribo (*comunidade*)” exige a “mediação do comportamento dessa comunidade em relação ao território” (G, p. 403), ao mesmo tempo está implicado que a relação imediata que a comunidade estabelece com as condições objetivas de produção (C—N) é mediada pela relação da comunidade com o indivíduo singular, seu membro (C—H). O tecido social é constituído, dessa maneira, por um complexo de relações onde cada relação é uma imediatidade mediatizada. Em termos lógicos poderíamos dizer que cada termo é ao mesmo tempo extremo e mediação dos demais, algo próximo – mas que não corresponde – à *terceira figura* do silogismo da qualidade exposto na *Lógica* de Hegel (*Doutrina do Conceito*), onde “*cada momento*” se torna “o *todo* e o *fundamento mediatizante*”⁴⁵ dos outros momentos. Entretanto, como não há, para Marx, uma interioridade metafísica do objeto, cada momento é uma objetividade real, historicamente determinada, o que imprime um sentido muito diferente ao conjunto do movimento, conforme veremos mais adiante quando tratarmos do fundamento. A fim de evitar mal-entendidos alertamos – mas brevemente, pois isto é evidente no texto dos *Grundrisse* —: não se trata de um esquema universal da relação entre homem e natureza, estruturante *da* sociedade humana, porquanto tanto elementos que se relacionam quanto

⁴⁵ HEGEL. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, volume I: A ciência da lógica*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 321, §187. Doravante: *Enc*.

as relações estabelecidas são posições historicamente determinadas, de modo que não se trata do mesmo que se repete em determinações históricas diferentes, o que seria um processo de particularização simples de um universal; como cada posição está lá como negação concreta, como *suprassumida*, ela é diferente de outras posições históricas, bem como o conjunto de relações estabelecidas é diferente de caso a caso. A diferença é, portanto, primeira. Diversos são os momentos do texto que corroboram o que dizemos, talvez o caso mais evidente seja o da escravidão: quando uma parte da sociedade põe outra entre as condições de produção (p.ex., quando uma tribo conquistada é arrolada entre os meios e instrumento de trabalho ao lado do gado etc. [cf., G, p. 401]), todo o conjunto de relações se altera; além disso, quando Marx mostra que a escravidão do “ponto de vista europeu” não é a mesma que a “escravidão geral do Oriente” (G, p. 406-407), mostra ao mesmo tempo que a relação de escravidão não é um universal, uma coisa *a priori*, mas que uma é diferente da outra e depende das condições nas quais existe; portanto, não há *a* escravidão, mas escravidões. O que nos importa, aqui, é atentar que o indivíduo, a comunidade e as condições objetivas do trabalho estão em uma relação de unidade.

Como visto, a apropriação ocorre “não como resultado, mas como pressuposto do trabalho, *i.e.*, da produção” (G, p. 406) e a propriedade consiste no “comportamento do ser humano em relação às suas *condições naturais de produção* como pertencentes a ele” (G, p. 403, grifo nosso), no entanto a propriedade por sua vez pressupõe a comunidade. Por conseguinte, nesse contexto “as formas dessas *condições naturais de produção* são duplas: 1) sua existência como membro da comunidade (...); 2) comportamento em relação à *terra* por mediação da comunidade, como propriedade de terra comunitária *sua* (...)” (*ibidem*). A própria comunidade, agora, está inserida entre as condições de produção. Portanto, enquanto *proprietário* o indivíduo se *comporta* com as condições do trabalho (objeto, instrumento e produto) como a extensão inorgânica de seu corpo orgânico, onde ele existe objetivamente, de modo que está numa relação de unidade consigo mesmo – ele existe objetivamente nelas. No entanto, esse comportamento por ser mediado pela comunidade implica, de uma parte, que ao se relacionar com as condições do trabalho (aqui a propriedade terra se apresenta como principal, pois oferece o objeto, instrumento e produto) o indivíduo se relaciona, mediadamente, com a comunidade como constituinte dele próprio, portanto numa relação de unidade com a comunidade; ao mesmo tempo, por outro lado, ao se

relacionar com a comunidade, essa relação é mediada por sua relação como proprietário, de modo que ele se relaciona com os demais membros como proprietários, comuns a ele, uma relação de unidade. Assim como a relação de unidade existe entre o indivíduo e as condições objetivas da produção e entre o indivíduo e a comunidade, assim também “a unidade” existe “entre uma forma particular do sistema comunitário (tribal) e a propriedade sobre a natureza a ele relacionada [i.e., o comportamento dos membros em relação às condições objetivas da produção]” (G, p. 406, interpolação nossa). Essa unidade aparece como “forma particular de propriedade” e “tem sua realidade viva em um *modo de produção* determinado, um modo que aparece seja como comportamento dos indivíduos uns em relação aos outros, seja como comportamento ativo determinado em relação à natureza inorgânica, como modo de trabalho determinado” (*ibidem*). Ser proprietário implica, portanto, ser membro de uma comunidade numa relação de unidade, pela qual o indivíduo tem existência subjetiva e objetiva, onde ao se relacionar com a objetividade ele se relaciona consigo mesmo. Nas formações sociais em que o indivíduo se comporta como proprietário, o nexos que prende junto o trabalhador e as condições objetivas de sua existência é a relação de unidade. Portanto, ao perder esse nexos de unidade (*Zusammenhang*), o indivíduo perde objetivamente sua existência.

Antes de retornarmos ao nosso percurso precisamos nos ater a três pontos. Em primeiro lugar, o que acabamos de ver implica que a relação entre o indivíduo e os demais, enquanto membros de uma comunidade na produção e reprodução de suas vidas, tem por finalidade a reprodução do próprio indivíduo e sua família, por conseguinte da própria formação social; assim, a relação de unidade vincula os membros à comunidade, de tal maneira que a produção e reprodução da formação social não pode se autonomizar perante eles. Essa vinculação (nexos) é, também, relação de unidade entre *finalidade*, *comunidade* e *propriedade*, onde “a *finalidade* de todas essas comunidades é a conservação, i.e., a reprodução dos indivíduos que a constituem como *proprietários*, i.e., no mesmo modo de existência objetivo que constitui ao mesmo tempo o *comportamento* dos membros uns em relação aos outros e, por isso, a própria *comunidade*” (G, p. 405, grifo nosso). É evidente que a diferença entre a sociedade capitalista e as não-capitalistas, estudadas por Marx, não se reduz apenas à finalidade, como pretende um comentador e “crítico” de Marx ao asseverar: “a diferença entre o capitalismo e o pré-capitalismo é, de um modo geral, a que separa um modo de produção que visa à valorização do valor e modos de produção cuja finalidade é a

produção de valores de uso”. Tomar a finalidade, enquanto produção de valor de uso, das formações sociais não-capitalistas como a *distinção geral* entre elas e o capitalismo somente é possível se o pensamento de Marx for reduzido puramente à lógica, o que se mostra como improcedente, visto que Marx parte de sociedades reais historicamente determinadas.

Em segundo lugar, ao examinar a forma da propriedade nas formações sociais não-capitalistas, Marx critica a “*gênese extraeconômica da propriedade*” (G, p. 400) de Proudhon, porquanto não se trata de uma propriedade extraeconômica, mas sim da “*relação pré-burguesa do indivíduo com as condições objetivas do trabalho*” (G, p. 400). Dessa maneira, “a *gênese extraeconômica da propriedade* nada mais significa que a *gênese histórica da economia burguesa*, das formas de produção que são *expressas pelas categorias da economia política teórica ou idealmente*” (G, p. 400). Esse trecho explicita que para Marx os conceitos são reais e podem ser refletidos idealmente na cabeça de modo teórico, de maneira mais ou menos mistificada; isso não significa, de maneira alguma, transposição mecânica ou determinismo, no sentido de uma derivação a partir de condições “dadas” por meio de uma generalização indutiva – o que dissemos no início sobre o procedimento de Marx refuta isso. Em suma, nada mais equivocado que afirmar que para Marx “os conceitos se formam e *existem* no âmbito do conhecimento”, pois um conceito não é uma construção ideal que surge a partir das próprias ideias; aliás, inclusive a concepção de que as ideias surgem das próprias ideias exige uma base real que a condicione.

Em terceiro lugar, as três formas sociais examinadas, a saber, a oriental, a antiga e a germânica foram existências concretas reais, determinadas historicamente, diferentes umas das outras. Cada uma delas, no movimento real de sua produção e reprodução, constituía uma *relação fundamental* específica. Cumpre, nesse momento, precisarmos o fundamento (*Grundlage*).

O mais comum é que *Grundlage* seja vertido por *fundamento* e *Basis* por *base*. Contudo, por vezes *Grundlage* também é traduzido como *base*, por isso precisamos distinguir cuidadosamente *Grundlage* e *Basis*. A base (*Basis*) tem um sentido próximo de apoio, dessa maneira, a base pode ser compreendida como um substrato dado sobre o qual se apoia determinado fenômeno, contudo ela não deve ser tomada como petrificada. Vejamos duas passagens que ilustram o que dissemos. Ao tratar da

formação social oriental Marx diz nos *Grundrisse*: “a terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a *base* [*Basis*] da comunidade” (G, p. 389, interpolação nossa, grifo do próprio Marx); ao tratar da formação social antiga: “tal forma não presume a terra como a base [*Basis*], mas a cidade como sede já constituída das pessoas do campo” (G, p. 390, interpolação nossa). Ambas as passagens mostram a referência à base (*Basis*) como local de apoio.

O fundamento (*Grundlage*) se apresenta como um movimento de diferenciação da essência na existência. Nesse sentido, o fundamento envolve um movimento sistematizador do ser. Vejamos uma passagem (da *Assim chamada acumulação primitiva*) em que *Grundlage* é vertido por base, mas que conserva o sentido que acabamos de expor: “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base [*Grundlage*] de todo o processo” (C, p. 787, interpolação nossa). O movimento de diferenciação sistematizador da formação social capitalista é evidente por si só na passagem, por isso prescinde de explicações. O que devemos precisar é o sentido dessa diferenciação, pois isso é, em geral, algo mal compreendido e pode resolver muitos problemas indevidamente atribuídos a Marx.

Nesse momento o recurso à Doutrina da Essência, da Lógica de Hegel, pode desfazer alguns mal-entendidos. Como é sabido, a diferença essencial posta, que subsiste em si e para si, por ser diferença, deve ser “diferença de si consigo mesma” (*Enc*, p. 237, §120) e, por isso, conter nela mesma a identidade, de modo que como a totalidade das posições das diferenças comporta a identidade, “o *fundamento* é a unidade da identidade e da diferença” (*Enc*, p. 237, §121). Isso não instaura a igualação entre identidade e diferença, o que estagnaria o movimento, por isso “o fundamento não é só unidade, mas é também, igualmente, diferença da identidade e da diferença” (*Enc*, p. 238, §121). Assim, “o fundamento é a unidade da identidade e da diferença, e, como tal, ao mesmo tempo [um] diferenciar-se de si consigo mesmo” (*Enc*, p. 243 §123). Devido a esse movimento de diferenciação do fundamento a essência é um *aparecer* pela diferença posta. Mas, a diferença é posta pela mediação de seu outro, da essência *em si*. Entretanto, a totalidade dessa mediação é todo o aparecer, portanto a essência “é agora posta como o suprasumir-se da diferença e, portanto, da mediação” (*Enc*, §122). Assim, se restaura a imediatez “do ser enquanto mediatizado pelo suprasumir da mediação – a existência” (*ibidem*). Portanto, “a existência é o ser que proveio do

fundamento, estabelecido por meio da suprassunção da mediação” (*Enc*, §123). Podemos ver, pelo exposto, que para Hegel *o fundamento é constitutivo da existência*, por meio da suprassunção da mediação.

A forma asiática mostrou que a *existência* da propriedade comunal, o que pressupõe a *existência* das demais relações (comunidade, posse etc.), é constitutiva *de fato* (recordemos) da relação fundamental que sistematiza a formação social. Recordemos também, por exemplo, no caso da sociedade romana, o *ager publicus* como *existência* fatural do Estado, cuja mediação realizada entre os demais *existentes* que se relacionam (patrícios, propriedade individual etc.), é também constitutivo da relação fundamental que sistematiza a formação social. Ou ainda, a forma germânica mostra que a *existência* de terras comunais não como existência do Estado, mas como complemento à propriedade individual, o que pressupõe a existência de proprietários individuais autônomos, constitui a relação fundamental que a sistematiza. Isso demonstra um dos pontos de mais difícil compreensão em Marx e, ao mesmo tempo, mais óbvio: o existente é constitutivo do fundamento – e isso tem implicações sérias! Não existe em Marx um *Ser em geral*, um absoluto ou universal de base, que põe a si como diferença determinada, onde a identidade é primeira. Contudo, o pensamento de Marx é mais complexo que mera inversão simples da Lógica de Hegel. É certo que a relação fundamental sistematizante da formação social tem poder de diferenciação, mas precisemos disso.

O conjunto das relações estabelecidas objetivamente pelos indivíduos entre si e entre os indivíduos e a natureza compõe uma *forma* social (à qual está unida uma base *material*); esse conjunto de relações posiciona objetivamente seus elementos constituintes. A totalidade das posições – sendo que cada posição é determinada pelas relações que ela estabelece, o que encerra negação – determina os limites internos que configuram a formação social. Assim, temos um movimento no qual a totalidade das relações sociais que configuram a formação social, sua essência (o que tem um sentido bem diverso do de Hegel), determina seus constituintes, num movimento de diferenciação, *cujas relações sistematizantes da formação social é, contudo, constituída pelos elementos existentes reais*. Embora diferentes sociedades possam ter elementos e relações similares como produção, formas de propriedade etc., eles não são os *mesmos* (em sentido forte) em ambas, conforme vimos acima que para Marx a diferença é primeira. Portanto, o universal só é, lá onde ele não é, isto é, enquanto concretamente

negado, supressumido. Portanto, o universal *a sociedade humana* só é enquanto negado concretamente na sociedade asiática, romana etc.; pela mesma razão, por não *haver universal*, Marx não podia dizer o que *é a sociedade comunista*.

Voilà! Plusieurs des critiques s'y effondrent ! A redução do pensamento de Marx à lógica aniquila o existente real, historicamente determinado, que é constitutivo do fundamento, de modo que se torna preciso lançar mão de constructos ideais como *metapressuposição, metaestrutura, pressuposto da pressuposição* etc.; artifícios de gabinete inteiramente estranhos a Marx. De outra parte, o texto *Formas que precederam a produção capitalista* não visa estabelecer nem desvendar o fundamento universal da sociedade humana, seja sob a forma de um teoria geral dos modos de produção; seja sob a forma de um esquema lógico-operatório geral da evolução humana, que parte das sociedades primitivas até a fundação do Estado de Direito moderno; seja pela identificação dos elementos integrantes do modo de produção em geral etc.. Como nosso escopo não é a relação entre fundamento e existente no pensamento de Marx e suas implicações, os breves apontamentos que fizemos acima bastam, não obstante este seja um trabalho, até onde o sabemos, ainda por fazer.

III

Devido ao percurso que fizemos o problema apresentado no início começa a esboçar um princípio de solução, mas ainda é só um começo. De volta ao nosso percurso, embora seja sabido que um dos resultados do processo de expropriação da terra apresentado por Marx seja a *criação* de um “proletariado inteiramente livre” (C, p. 804), precisamos atentar aos dois momentos desse processo, bem como ao que ele envolve. Esse trabalho é imprescindível à compreensão não apenas da liberação dos elementos necessários para o capital *vir-a-ser* um sistema social consolidado – o que marca a descontinuidade do movimento, conforme vimos –, mas também à compreensão da alteração das relações que forneceu as condições históricas da *gênese* do sujeito-capital – o que marca a continuidade do movimento. O que marca o primeiro momento desse processo é a transformação de uma imensa massa de trabalhadores em mendigos, vagabundos, pobres (*paupers*) etc., pois

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu *modo de vida* costumeiro tampouco conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhe fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (C, p. 806, grifo nosso).

Devido ao *violento* processo de expropriação da terra, que alterou as relações que determinavam os trabalhadores como camponeses autônomos etc., esses últimos foram *postos* como trabalhadores *inteiramente* livres. O advérbio *inteiramente* não é casual, ele marca tanto o lado positivo do trabalhador livre, isto é, uma vez não estando mais preso à terra e à comunidade, ele é livre para trabalhar onde queira, quanto o lado negativo, livre das condições de assegurar sua sobrevivência (C, p. 786). Essa figura inédita, o trabalhador livre, é um dos *pressupostos* do capital (cf., C, 786 e G, p. 388), portanto ele não foi inicialmente posto pelo próprio capital, mas pela alteração das antigas relações que a determinavam; por conseguinte, essa pressuposição é inicialmente exterior e inessencial à nova formação social em gestação, consoante mostra o texto citado ao afirmar que tais trabalhadores não podiam ser *absorvidos* por completo. O que nos interessa é que, aqui, a posição do pressuposto se dá pela violência.

A absorção por inteiro desses trabalhadores, isto é, tanto integrada como trabalhadores empregados quanto como exército de reserva, exigia a consolidação da formação social; por outras palavras, a internalização do pressuposto pela nova forma que o torna essencial. Essa consolidação exigiu um processo histórico de séculos, pelo qual grande parte dos trabalhadores livres foram convertidos em vagabundos, ladrões

etc.. Decerto, Marx alerta que em parte isso ocorreu por predisposição pessoal, contudo massivamente esse processo foi determinado pelas circunstâncias em que os trabalhadores estavam postos.

Um fator decisivo à internalização desse pressuposto era, como mostra o texto, a adequação da massa trabalhadora à *disciplina* exigida pelas novas circunstâncias, isto é, à “disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (C, p. 808). A violência, velha cônjuge do Estado moderno, cumpriu importante papel nisso: uma *sanguinária* legislação se encarregou de disciplinar tais trabalhadores através de açoitamentos, cortes de orelhas, ferro em brasa, escravidão e até a morte. Todo esse processo é demonstrado por Marx através da legislação trabalhista do século XV ao XVIII. No entanto, não é o exercício da violência pela aplicação de leis que nos ajuda a compreender a consolidação do capital enquanto sistema social, mas sim o que tornou desnecessário o uso da violência e a aplicação de tais leis.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir [*Fortgang*] da produção capitalista desenvolve-se [*entwickelt*] uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva (C, p. 808-809, interpolação nossa).

De início o parágrafo se refere inicialmente à classe trabalhadora do capitalismo já constituído, porém seu último movimento – que se inicia com “Diferente (...)” – marca aí uma negação, pois doravante o texto se refere à *situação* da classe trabalhadora *durante a gênese histórica da produção capitalista*. Marx se refere às primeiras gerações da classe trabalhadora assalariada como *os pais da atual classe trabalhadora* (i.e., da classe trabalhadora inglesa do século XIX). Durante a gênese da produção capitalista era necessária a utilização da força do Estado para *regular* o salário dentro dos *limites favoráveis à acumulação*, disciplinar o trabalhador e mantê-lo num grau normal de dependência, ou seja, manter o salário em níveis baixos o suficiente para que o trabalhador se acostume a trabalhar incessantemente durante todos os dias de sua vida.

Ocorre que o *evolver* (*Fortgang*, a continuação, a marcha forte) ou reprodução da formação social capitalista reproduz a própria relação-capital, por conseguinte as novas gerações da classe trabalhadora já nascem assalariadas. A configuração objetiva do meio onde o indivíduo está posto, as relações que ele estabelece e que o determinam, condicionam o indivíduo como assalariado. O *nexo* de unidade entre o trabalhador e as condições objetivas da produção como lhe pertencendo, bem como com os demais indivíduos como proprietários membros de uma comunidade, é dilacerado e com isso *a existência objetiva do indivíduo é eliminada*. Essa situação – inteiramente produzida pelas ações humanas e, nesse sentido, histórica – aparece ao indivíduo, ao correr de gerações, como dada por natureza e assim é naturalizada; dessa maneira sua existência subjetiva é condicionada.

Em sua reprodução a formação social capitalista *re-põe* internamente as novas gerações da classe trabalhadora livre; esta última, ao ser reposta pela formação social, passa de inessencial e exterior a essencial e interior, sendo naturalizada. Em diversas passagens dos *Grundrisse* Marx demonstra como as relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre os indivíduos e a natureza condicionam a existência subjetiva do indivíduo; embora lá se trate das formações sociais não-capitalistas, o que implica certas diferenças, vejamos um exemplo: “Tal pertencimento [à comunidade] é desde logo, por exemplo, condição para a sua linguagem etc. A sua própria existência produtiva só existe sob essa condição. A sua existência subjetiva enquanto tal é *condicionada* por isso, na mesma medida em que é *condicionada* por seu

comportamento em relação à terra como seu laboratório” (G, p. 403, grifo nosso). Sendo assim, “no próprio ato da reprodução não se alteram apenas as condições objetivas, por exemplo, a vila se torna cidade, o agreste, campo desmatado etc., mas os produtores se modificam” (G, p. 405). Quando a parte da riqueza produzida pela classe trabalhadora que lhe pertence, retorna à essa mesma classe sob a forma mistificada do salário e é, assim, naturalizada – naturalização que somente se consoma quando, ao mesmo tempo, é naturalizada a situação de que uma parte da mesma classe trabalhadora está excluída do trabalho e alocada como supérflua num exército de reserva –, quando essa situação histórica é naturalizada, a coerção por meio da violência torna-se desnecessária, embora possa ser pontualmente utilizada.

Dessa maneira, a violência extraeconômica antes utilizada dá lugar à *violência muda exercida pelas relações econômicas*. Pois, quando a situação em que não são todos os indivíduos da classe trabalhadora que têm o direito ao trabalho e aos meios de vida necessários à sua subsistência é tornada norma social; em que a marginalização de parte da classe trabalhadora é naturalizada por ela própria; em que o indivíduo não apenas se disciplina e submete à exploração, mas o deseja com todas as suas forças, pois caso contrário, ele próprio é excluído socialmente; quando tudo isso é naturalizado socialmente pela classe trabalhadora assalariada e tido como *leis naturais da produção*, então a violência invisível das leis econômicas finca suas raízes socialmente e, assim, *sela o domínio do capital sobre o trabalhador*. Não é por acaso que Marx utiliza o termo *domínio*, pois como a dominação pressupõe apropriação da vontade, ele indica que a própria vontade do assalariado já não mais lhe pertence. Como desde antes do nascimento cada indivíduo está destinado a ser assalariado, o assalariamento é naturalizado, é tido como algo dado por natureza, de modo que não depende da vontade do indivíduo sê-lo ou não. Assim, *pela naturalização do assalariamento a vontade do trabalhador é apropriada pelo capital*, isto é, ela é *dobrada* segundo as exigências do próprio capital. Retomaremos, ao longo dos capítulos 3 e 4 desta parte I, o processo pelo qual o capital *dobra* a vontade dos indivíduos; resta apenas salientar que, situado em tais condições, a única objetividade com a qual o indivíduo se relaciona como a extensão de si, onde ele tem existência objetiva e, nesse sentido, como lhe pertencendo, é sua prole, por isso ele é um proletário absolutamente livre.

Se num primeiro momento a posição do pressuposto se fez por violência, a reposição se faz por naturalização, como indicamos acima. Esse movimento de

formação da classe trabalhadora assalariada consistiu, como sabemos, num processo histórico. Vejamos, agora, o que ele envolve. Quando ele começou, a servidão já havia praticamente desaparecido na Inglaterra (cf., C, p. 788). Além disso,

A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, constituía nessa época, e também no século seguinte, apenas parte muito pequena da população, cuja *posição* era fortemente protegida, no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas *formal* (...). Grande parte do produto nacional, mais tarde convertida em fundo de acumulação do capital, ainda integrava, nessa época, o fundo de consumo do trabalhador (C, p. 809, grifo nosso).

Nos primórdios do processo histórico do qual resultou uma classe de trabalhadores assalariados absolutamente livres havia, decerto, alguns assalariados, contudo eles compunham apenas *parte muito pequena da população*, ou seja, não eram socialmente dominantes. Além disso, outro fator de suma importância é que embora houvesse um vínculo de assalariamento, ele não correspondia de maneira alguma ao dos assalariados inteiramente livres – classe gerada no decurso dos séculos seguintes –, pois como vimos no início esses assalariados dispunham da posse de terras nas cercanias de suas residências etc., ou seja, a *subordinação* do trabalho era apenas *formal*. A *posição* da classe trabalhadora como *inteiramente livre* era *protegida* tanto no campo, pela economia independente dos camponeses, como na cidade, pelas corporações rigidamente reguladas através dos estatutos.

Portanto, a *posição* da classe trabalhadora como *inteiramente livre* consistiu, primeiramente, num processo histórico de dissolução da economia camponesa independente (*selbständige*, autônoma), onde o trabalhador se relacionava com as condições objetivas do trabalho (a terra) como lhe pertencendo (como proprietário ou possuidor) e se relacionava com os demais trabalhadores igualmente como proprietários (ou possuidores); essa relação pressupõe, como sabemos, a comunidade. Em segundo lugar, foram dissolvidas as situações em que o trabalhador se relacionava como proprietário do instrumento de trabalho, ou melhor, as guildas e corporações das cidades

onde os aprendizes e artesãos, devido ao domínio sobre o instrumento, se relacionavam com ele como lhe pertencendo, como possuidores; nesse caso, os demais trabalhadores eram igualmente copossuidores, o que pressupunha a comunidade, nesse sentido pode-se dizer que na cidade os trabalhadores e mestres também estavam *socialmente próximos*. Por fim, o mesmo processo histórico pelo qual a classe trabalhadora foi posta como inteiramente livre dissolveu, ao mesmo tempo, o *fundo de consumo* do trabalhador ao ser convertido em fundo de acumulação do capital; como já o sabemos, isso está intimamente unido à alteração das relações de comunidade e finalidade da formação social.

Ora, todo esse processo histórico demonstrado minuciosamente por Marx, que encerra as três dissoluções, somado ao término da servidão suprarreferido, mostram as quatro dissoluções apresentadas nos *Grundrisse* para que o trabalhador se apresente como trabalhador livre e a força de trabalho como mercadoria (cf., *G*, p. 408-409). Ao se completarem essas quatro dissoluções o indivíduo naturaliza sua condição de assalariado e, com isso, sua existência objetiva é aniquilada seja nas condições do trabalho seja no produto de seu próprio trabalho seja na própria atividade que não mais lhe pertence seja nos demais indivíduos da sociedade. Essa determinação, por outro lado, o acorrenta invisivelmente ao trabalho assalariado. Assim foram liberados os elementos para determinada formação social *vir-a-ser* capitalista, entretanto tais elementos não foram lançados no nada, mas constituíram situações históricas que engendraram a formação social capitalista. Precisamos, doravante, investigar sua *gênese*, desta feita é preciso ver “quais condições são necessárias para que o trabalhador encontre um *capital* confrontado consigo” (*G*, p. 409).

O fundamento oculto do capital:
relação de separação e não-comunidade

Ele é um movimento, um *processo* cíclico que percorre diferentes estágios (...) Por isso, ele só pode ser entendido como *movimento* e não como coisa imóvel. Aqueles que consideram a *autonomização do valor* como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*⁴⁶.

Do processo de expropriação da terra resultou, por um lado, uma grande massa de trabalhadores inteiramente livres, que não dispõe de mais nada além de sua força de trabalho, mas por outro lado resultou também que as condições objetivas de produção e sua reprodução se apresentam agora como não-propriedade desses trabalhadores. No entanto, de modo algum isso é suficiente para que tais condições se constituam como capital e, mais ainda, que o capital se consolide socialmente como sistema. Todo um processo histórico engendrado por determinadas relações realizadas pelos indivíduos é exigido para tanto.

Assim como a força de trabalho ou o próprio trabalho, a atividade em ato, está presente no trabalhador, assim também o capital está presente na *pessoa* do capitalista, muito embora o capital seja algo distinto dessa última. Esse é o “pulo do gato”, como se diz. Por isso, o processo histórico de gênese do capital é inseparável do processo histórico de gênese do capitalista seja na sua figura rural, o arrendatário capitalista, seja na sua figura industrial, isto é, “industrial, aqui, em oposição a agrícola” pois “em sentido ‘categórico’ o arrendatário é um capitalista industrial tanto quanto o fabricante” (C, p. 820, nota 238), seja em sua figura comercial etc.. Não é por outra razão que o processo de gênese do capital é apresentado n’A *assim chamada acumulação primitiva* pela *gênese* do arrendatário capitalista e do capitalista industrial, que engloba as figuras do capital fabril, usurário e comercial (cf., C, p. 813-830).

⁴⁶ MARX, K. *O capital, Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 184, grifo nosso.

A gênese do capital, segundo os *Grundrisse*, exige que quatro *condições históricas* sejam atendidas (cf., *G*, p. 380-381). Em nosso percurso mostraremos como essas condições históricas são apresentadas na *A assim chamada acumulação primitiva*, mas sem serem nomeadas, por isso as veremos na ordem em que são apresentadas, a saber, a terceira, a primeira, a segunda e, por fim, a quarta e última condição histórica. Veremos durante esse percurso, outrossim, a dissolução das três *Situações históricas* necessárias apresentadas no texto de 1857-1858. Contudo, tais *condições históricas* não são uma sequencia sucessória de etapas, por isso nossa exposição assumiu um caráter ziguezagueante, onde as constantes retomadas de pontos já expostos se deve ao fato de que essas condições estão presentes ao mesmo tempo.

O processo histórico que engendra o arrendatário capitalista é concomitante ao processo de expropriação da população rural da terra visto anteriormente, contudo se lá Marx acentuava a descontinuidade do processo, aqui é acentuada sua continuidade. Justamente por ser uma continuidade descontínua não se trata de uma progressão de etapas sucessivas, mas de um processo histórico a partir de eventos factuais concomitantes, intermitentes ou contínuos. A relação que se altera no arrendamento é que o pagamento do arrendatário ao proprietário fundiário (*landlord*) começa a ser feito em dinheiro, embora em algumas situações ele pudesse ser feito ainda *in natura*:

Na Inglaterra a primeira forma de arrendatário é a do *bailiff*, ele mesmo um servo da gleba (...) Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário, a quem o *landlord* provê sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito distinta da do camponês. Ele apenas explora mais trabalho assalariado. Não tarda em se converter em *metayer* [meeiro], meio arrendatário (...) Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao *arrendatário propriamente dito*, que valoriza seu próprio capital por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais produto, em *dinheiro* ou *in natura* (*C*, p. 813-814, grifo nosso).

Para valorizar seu *próprio capital* o *arrendatário propriamente dito*, isto é, o arrendatário capitalista, precisa, por um lado, *empregar trabalhadores assalariados* e, por outro, *pagar* a renda da terra em dinheiro ou espécie. O emprego de assalariados pressupõe a alteração de diversas relações. Primeiramente, a massa trabalhadora deve

ter sido expropriada da terra, os trabalhadores devem estar na “condição de privados de propriedade” (G, p. 417) e, por consequência, de existência objetiva; com isso, uma comunidade pressuposta deve ter sido dissolvida, a produção não tem por fim a produção de objetos úteis à reprodução dos produtores imediatos, os quais não podem se apropriar imediatamente de parte do produto de seu próprio trabalho, mas apenas mediadamente pela soma de dinheiro sob a forma de salário. Em segundo lugar, o assalariamento supõe que a relação entre o arrendatário e os camponeses está abstraída tanto das demais relações sociais como, por exemplo, pertencimento à terra, fidelidade etc., quanto do montante resultante da produção, pois uma vez estabelecido o valor nominal do salário, ele tanto está sujeito às variações do sistema monetário (que no presente caso ainda está em curso) quanto resta uma quantia fixa, a despeito da riqueza produzida crescer ou não. A alteração dessas relações demonstra que para que surja o arrendatário capitalista é preciso que tenham sido *dissolvidas* as situações em que o “indivíduo que trabalha se comporta em relação à terra, ao território, como sendo seus, *i.e.*, em que trabalha, produz, como proprietário de terras” (G, p. 409), ou seja, o que nos *Grundrisse* Marx chama de “situação histórica nº I” (*ibidem*).

Por outro lado, em relação ao pagamento do arrendatário ao proprietário fundiário, diversas relações são igualmente alteradas. No caso do pagamento *in natura*, o arrendatário capitalista necessita trocar a outra parte do produto excedente, aquela que lhe cabe, por dinheiro ou pelos demais produtos de que necessita, o que exige um sistema de trocas já, de certo modo, amadurecido; além disso, a relação de assalariamento exige que a troca do produto excedente no comércio seja feita por dinheiro, uma vez que o arrendatário não pode se apropriar imediatamente do trabalho alheio, mas apenas pela mediação da troca por dinheiro sob a forma salário. No caso do pagamento ao *landlord* em dinheiro, a exigência da troca do produto excedente por dinheiro fica mais evidente e, também, a necessidade do dinheiro como mediador das relações sociais.

Assim como o dinheiro não caiu do céu, tampouco ele pôde trazer consigo um sistema monetário já desenvolvido. Ele resultou das relações reais estabelecidas entre os homens vivendo em sociedade, por conseguinte de diversas condições históricas. Por razões de exposição didática trataremos dessas condições mais adiante, quando tratarmos da gênese do capitalista industrial, contudo salientamos mais uma vez que o processo histórico que expomos não consiste numa progressão de etapas. Nesse

momento, basta lembrarmos que junto à expansão comercial marítima ao final do século XV, ocorreu no século XVI o sistemático saque europeu das reservas de ouro e prata das Américas. Um dos efeitos disso, como se sabe, foi a desvalorização do dinheiro; isso foi uma importante alavanca ao enriquecimento – e à acumulação, conforme veremos mais adiante – e formação do arrendatário capitalista.

Naquela época [século XVI], os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte, do dinheiro, rendeu frutos de ouro ao arrendatário. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente expostas, o nível do salário. Uma fração deste último foi incorporada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados (C, p. 814, interpolação nossa).

Ao tratar da *redução do salário* o texto nos mostra as relações implícitas – já vistas por nós – na determinação do trabalhador como livre, de modo que prescindimos de retomá-las. De outra parte, ao tratar dos *preços do cereal*, da *lã* etc., o texto nos mostra uma situação em que os produtos do trabalho se apresentam socialmente como valores. Ambas as situações evidenciam a inserção do *dinheiro* na formação social como mediador geral das relações sociais; além disso, a referência ao aumento do *capital monetário* do arrendatário vai na mesma direção.

O capital, entretanto, não é mera presença do dinheiro nem fortuna em dinheiro, embora essa última dê a partida ao movimento. Por isso, aliás, o capital aparece como provindo da circulação; porém, por ser aparência, ele não é produto *da* circulação. Assim, compreendemos que “a formação do capital não parte da propriedade de terra (...) tampouco parte da corporação (...) mas da fortuna mercantil e usurária” (G, p. 415). Ao mesmo tempo, essa resposta é unilateral – portanto, falsa –, pois o ponto de partida é a dissolução das *situações históricas*, que forneceram as *condições históricas* à gênese do capital, ou seja, a resposta “só pode ser uma resposta contraditória”: “o dinheiro está e não está no ponto de partida” (MLP I, p. 158). Pois, a formação do capital, sua gênese, exige que certas condições sejam atendidas e capacitem o dinheiro a se tornar capital,

pois a “fortuna [em dinheiro] só encontra as condições para comprar trabalho livre quando este foi separado das condições objetivas de sua existência pelo processo histórico. Só então também existe a possibilidade de comprar essas próprias *condições*” (G, p. 415, interpolação nossa).

O que nos interessa aqui é que a gênese do arrendatário capitalista supõe – e ao supor evidencia – a monetarização das relações dos indivíduos entre si e dos indivíduos com as condições objetivas de sua existência. Dentre outras coisas, o que Marx nos mostra ao descrever a gênese do arrendatário capitalista é que a inserção do dinheiro como mediação das relações sociais não criou os meios objetivos de produção e subsistência, mas alterou as próprias relações sociais que os determinavam como objetos para o uso imediato, pois agora elas os determinam como objetos para a troca, como valores de troca. Isso é dito expressamente nos *Grundrisse*: “o que havia mudado [com o dinheiro] nada mais fora que, agora, esses meios de subsistência eram lançados no *mercado de troca* – eram separados da sua conexão imediata com as bocas dos servos etc., e transformados de valores de uso em valores de trocas, caindo assim no domínio e sob autoridade suprema da fortuna em dinheiro. O mesmo ocorreu com os instrumentos de trabalho” (G, p. 417, interpolação nossa). Dessa maneira, onde uma leitura apressada encontraria apenas uma breve e simples descrição histórica do arrendatário capitalista – dizemos breve, porque o texto da *Assim chamada acumulação primitiva* lhe dedica apenas 4 parágrafos curtos (cf., C, p. 813-815) –, é justamente onde Marx apresenta a constituição em ato de uma das quatro *condições históricas* que têm de ser atendidas para que uma formação social se constitua capitalista. Trata-se da terceira *condição histórica*, apresentada nos *Grundrisse* poucas páginas antes do texto *Formas que precederam a produção capitalista*, onde a relação entre os indivíduos tem de ser “relação de *troca livre* – circulação de *dinheiro* – entre *ambas as partes*; relação entre os *extremos* fundada no valor de troca – não na relação de dominação e servidão; *i.e.*, produção, por conseguinte, que não fornece *imediatamente* os *meios de subsistência ao produtor*, mas que é *mediada pela troca*, e que tampouco pode se apoderar imediatamente do trabalho alheio, mas *tem de comprá-lo* ou obtê-lo do próprio trabalhador por *meio da troca*” (G, p. 381, grifo nosso). Evidentemente – alertamos mais uma vez –, o arrendatário capitalista não é a *origem* da troca livre e da circulação de dinheiro, isso seria absurdo, pois para tanto diversos fatores, que veremos em nosso percurso, atuam em conjunto.

Se o capital não é uma pilha de dinheiro, ele tampouco é um ente metafísico suprassensível. Para a gênese do capital é preciso que as corporações e guildas de artesãos urbanas tenham sido dissolvidas, pois como nelas a oferta está subordinada à demanda, não pode haver produção em larga escala; como é sabido, toda uma legislação se empenhava em conter o crescimento da oficina etc.. Além disso, “no artesanato urbano, muito embora baseado essencialmente na troca e na criação de valores de troca, a finalidade imediata e principal dessa produção é *a subsistência como artesão*, logo, valor de uso” (G, p. 422). A compreensão dessa dissolução, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, exige que se olhe não aos centros urbanos oriundos da Baixa Idade Média, mas ao campo.

No processo de expropriação da terra não ocorre apenas, por um lado, a transformação das relações que determinam o arrendatário como capitalista e, por outro, a transformação das relações que determinam população rural como trabalhadores livres. Por surpreendente que seja, quase sempre apenas esse último ponto é considerado. Ocorre, ao mesmo tempo, algo que é apontado expressamente por Marx:

A expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção *acompanha* a destruição da *indústria rural subsidiária*, o processo de cisão entre *manufatura* e agricultura (C, p. 818, grifo nosso).

Devido, por um lado, aos estatutos das corporações urbanas que limitavam a produção das oficinas e, por outro, à necessidade de grandes forças naturais como quedas de água etc., a manufatura se instalará primeiramente no campo. Se, de uma parte, conforme vimos no capítulo 1 desta parte I, a manufatura flamenga de lã impulsionou a transformação de grandes áreas da Inglaterra em pastagens de ovelhas, expulsando a população rural que *antes cultivava suas próprias terras*, de outra parte, esse processo é *acompanhado* pela transformação da *indústria doméstica subsidiária* do campesinato inglês (cf. C, p. 819, nota 236) em *manufaturas rurais* separadas da atividade agrícola dos camponeses. Nesse período inicial, a separação entre manufatura e agricultura não está inteiramente realizada; essa consumação se dará apenas com a

produção fabril, que suprassumirá, posteriormente, tanto a manufatura rural quanto a urbana.

O que nos interessa, nesse momento da gênese, é a transformação das relações com o surgimento da manufatura capaz de dotar os produtos do trabalho de “uma nova alma social” (C, p. 816). Embora a manufatura propriamente dita tenha surgido de maneira local onde havia o comércio em larga escala, terrestre e marítimo, como nas cidades italianas, Constantinopla etc. (cf., G, p. 420), essa existência era esporádica; de maneira disseminada ela surgiu no campo “em povoados sem corporações” (G, p. 421). Em *O capital* esse surgimento é ilustrado com um exemplo germânico:

Suponha, por exemplo, que uma parte dos camponeses da Vestfália, que no tempo de Frederico II fiavam linho, ainda que não de seda, fosse violentamente expropriada e expulsa da terra, enquanto a parte restante fosse transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, ergueram-se grandes fiações e tecelagens de linho, nas quais os ‘liberados’ passaram a trabalhar, agora *por salários*. O linho tem exatamente o mesmo aspecto que antes. Não se modificou nem uma única de suas fibras, mas uma *nova alma social* instalou-se em seu corpo. Ele constitui, agora, uma parte do capital constante dos patrões manufatureiros. Antes, ele era repartido entre inúmeros pequenos produtores, que, com suas famílias, o cultivavam e fiavam em pequenas porções; agora, ele se encontra nas mãos de um capitalista, que coloca outros para fiar e tecer para ele (...) Os fusos e teares, antes *esparso*s pelo interior, agora se *concentram* em algumas grandes casernas de trabalho, do mesmo modo que os trabalhadores e matéria-prima. E fusos, teares e matéria-prima, que antes constituíam *meios de existência* independentes para fiandeiros e tecelões, de agora em diante se *transformaram* em *meios de comandá-los* e de deles extrair trabalho não pago (C, p. 816-817, grifo nosso).

O texto não poderia ser mais claro: o que se altera não é o objeto do trabalho ou a matéria-prima, nem o instrumento ou o produto do trabalho, muito menos, a atividade do trabalhador, mas as relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre os indivíduos as condições objetivas da produção. De início, as famílias rurais se relacionavam com a manufatura de fios e tecidos como atividade produtiva *acessória* à reprodução de suas vidas. Uma vez privadas das condições objetivas para produzir e reproduzir suas vidas, essa atividade acessória torna-se atividade principal, com isso o

produto de seu trabalho não mais lhes pertence, mas apenas o equivalente em dinheiro de suas forças de trabalho, o *salário*. Muitos trabalhadores esparsos são reunidos sob o capital de um mesmo capitalista, assim o capitalista manufatureiro restringe os trabalhadores “a um tipo de trabalho, no qual se tornam dependentes da venda, do *comprador*, do *comerciante* e, por fim, só produzem *para e por intermédio dele*” (G, p. 420). O processo pelo qual a manufatura se apodera “da *indústria rural acessória*, fiar e tecer, o trabalho que requer menos habilidade especializada ou formação artística” é exposto claramente nos *Grundrisse* (cf. *ibidem*).

Ao transformar a atividade acessória em principal, o capital vai pouco a pouco se apoderando das mais diversas atividades acessórias, de diversos ramos produtivos. Além disso, ao mesmo tempo o capitalista sela seu *mando* e *domínio* sobre os trabalhadores, pois, de uma parte, quando o trabalhador troca sua força de trabalho por salário, ela deixa de lhe pertencer e passa a ser propriedade do capitalista, assim ela não é mais comandada pela vontade do trabalhador, mas é exercida segundo o *comando* de seu proprietário, ela é “propriedade de uma *vontade* que lhe é estranha” (G, p. 422, grifo nosso). De outra parte, o domínio sobre o assalariado é duplo, pois, por um lado, para continuar a existir o trabalhador *depende* de *vender* sua força de trabalho, a despeito de sua vontade individual; por outro lado, para continuar a existir o assalariado depende de trocar seu salário pelos objetos úteis necessários à sua existência, ou seja, ele necessita trocar, a despeito de sua vontade de realizar ou não as trocas. Tanto num quanto noutro desses últimos casos, devido à relação de assalariamento, a *vontade* das futuras gerações dos trabalhadores já está *apropriada* pelo capital antes mesmo do nascimento e, assim, o capital *dobra* a vontade do indivíduo ao submetê-la às suas próprias exigências, por isso ele já está sob seu domínio – precisaremos ter isso em vista ao longo dos capítulos 3 e 4 desta parte I, quando tratamos da *dobra* da vontade individual pelo capital. Patenteia-se, portanto, que “o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista” (C, p. 652).

O mesmo processo que transforma a população rural em trabalhadores livres e as condições objetivas de produção em propriedade privada supõe “*não* que as fontes de renda e, em parte, as condições de propriedade anteriores desses indivíduos tenham *desaparecido*, mas, ao contrário, supõe *somente* que se alterou sua utilização, que seu modo de existência se transformou” (G, p. 413). Por um lado, a transformação das relações estabelecidas pelos indivíduos na produção e reprodução de suas vidas confere

nova alma ao produto do trabalho ao pô-lo numa existência social sob a forma de valor, como mercadoria. Por outro lado, ela internaliza socialmente a troca como o sistema de conexões entre os indivíduos, dado que a troca precisa ocorrer seja entre força de trabalho e salário seja entre dinheiro e produto do trabalho (meios de subsistência). Assim, o de surgimento da manufatura rural cria um mercado consumidor interno para a própria produção em expansão.

[1] De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno. [2] Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. [3] Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda a família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. [4] A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial (C, p. 818).

O primeiro movimento do texto mostra que ao passo que o processo histórico de separação entre trabalhadores e seus meios de produção e subsistência se desenvolve, ele cria um mercado interno. Pois, “apenas a destruição da *indústria doméstica rural* pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita” (C, p. 818, grifo nosso). Sem um mercado interno a produção não pode ser escoada nem se expandir. Esse *movimento* é duplo, pois a expansão do mercado interno só pode ocorrer se acompanhada pela expansão da produção, e vice-versa. Esse movimento encontra a oficina artesanal urbana como barreira, devido às limitações estabelecidas pelas corporações de ofício no que diz respeito à produção, às exigências para se tornar aprendiz e artesão etc.. As oficinas se apresentam, assim, como “entraves” (C, p. 787) tanto à expansão da produção quanto à “livre exploração do homem pelo homem” (*ibidem*), por isso precisam ser dissolvidas e,

pouco a pouco, o são com o surgimento das manufaturas urbanas *capitalistas*, que consolidam o mercado interno.

Decerto, o comércio externo em grande escala já existia durante a Baixa Idade Média, mas era sobretudo concentrado no comércio marítimo do mediterrâneo, de que cidades italianas de Gênova e Veneza são expoentes. O comércio exterior terrestre como, por exemplo, as rotas comerciais que ligavam o norte do mediterrâneo (Marselha, Gênova etc.) a Amsterdã, passando por Lion e Paris, embora possuíssem porte notável, não eram capazes de alterar a maneira de produzir dos povoados que com ela travavam contato, pois não havia condições para isso. No que tange à Inglaterra, somente quando o *mercado externo* se alia ao *mercado interno* são dadas as condições necessárias à internalização ampla na sociedade de um sistema de trocas de mercadorias e, por consequência, a configuração da sociedade como *sociedade mercantil*.

O segundo movimento do texto, que se refere ao período anterior à sociedade mercantil, mostra que as atividades produtivas acessórias das famílias visavam à reprodução das mesmas. Essa situação é negada pelo terceiro movimento do texto, onde ocorre a transformação dos produtos do trabalho em *mercadorias*, a *venda* delas pelo capitalista e o *mercado* consumidor formado pelos distritos rurais. Essa situação mostra que a *finalidade* da produção não é mais a reprodução das famílias, os próprios indivíduos trabalhadores, que não podem mais se *apropriar* imediatamente do produto de seu próprio trabalho, agora transformado em mercadoria, pois o vínculo *comunitário* que unia (prendia junto) os indivíduos entre si e os indivíduos e as condições da produção foi desfeito. A transformação dessas relações consiste no processo de “liberação” dos indivíduos (pelo qual eles perdem o vínculo que os une, que os prende juntos), que ao mesmo tempo os *autonomiza*. Ou seja, a primeira *condição histórica* do capital está igualmente dada, a saber, “a existência da capacidade de trabalho viva como existência puramente *subjetiva*, separada dos *momentos* de sua *realidade objetiva*; por isso, separada tanto das *condições* do trabalho vivo como dos *meios de existência*, *meios de subsistência*, meios de autoconservação da *capacidade de trabalho viva*” (G, p. 380). Nesse processo, a utilização capitalista do solo, tanto na agricultura quanto na pecuária, pelo arrendatário capitalista e, ao mesmo tempo, as diversas atividades manuais e acessórias das famílias transformadas em manufaturas capitalistas fornecem juntas as primeiras condições para o surgimento da grande indústria, pois “o primeiro pressuposto desta última [i.e., da grande indústria] é a inclusão do campo em toda a sua

amplitude na produção não de valores de uso, mas de valores de troca” (G, p. 421, interpolação nossa). Eis a razão, segundo Marx, pela qual embora os antigos possuíssem a atividade artesanal urbana, não puderam chegar à grande indústria, pois o conjunto das relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre indivíduos e as condições objetivas de existência não foi transformado dessa maneira — evidencia-se, sem mais, a impossibilidade de reduzir esse conjunto de relações apenas à finalidade; ainda a respeito da finalidade, resta uma última palavra: acabamos de considerar acima a finalidade relativamente à reprodução do indivíduo, mas se a consideramos a partir do ponto de vista do produto produzido, temos, de uma parte, que ele é produzido a fim de ser trocado e, nesse sentido, a finalidade é o valor de troca, no entanto como a manufatura rural surgente se apodera de atividades acessórias já existentes, temos que, em certo sentido, a finalidade é ainda, nesse momento da gênese do capital, o valor de uso, ou seja, a produção capitalista não está ainda inteiramente realizada, por isso a finalidade é e não é o valor de uso, ao mesmo tempo.

A inclusão completa do campo na produção de valores de troca – o que não se reduz apenas à mudança de finalidade, bem entendido – e a conseqüente supressão da oficina artesanal urbana pela *manufatura capitalista urbana* fornecem as condições para que a formação social se configure como *mercantil capitalista*. Isso exige um sistema de trocas disseminado socialmente, onde “cada troca faz parte de uma cadeia *interna* de trocas, que se *autonomizou* tornando-se assim capital” (MLP I, p. 188, grifo nosso); com a *autonomização* das trocas se *inaugura* uma nova história; isso é um ponto de suma importância que teremos de ter em vista mais adiante. Tornam-se claras, dessa maneira, duas condições da sociedade mercantil: primeiro, as trocas realizadas sistematicamente entre os indivíduos de uma formação social – e que os conecta – ocorre entre equivalentes; segundo, cada indivíduo pode realizar a troca, porque é proprietário de sua mercadoria, que supostamente é produto de seu próprio trabalho, portanto se troca (supostamente) trabalho (próprio) por trabalho (próprio) — se não tivermos em vista esse resultado histórico real das relações estabelecidas entre os indivíduos vivendo em sociedade não poderemos compreender, no capítulo 3 desta parte I, como a reprodução dessas relações nega essencialmente esse próprio resultado ao conservá-lo na aparência. Esse momento da gênese do capital se apresenta, pois, como uma primeira negação do antigo modo pelo qual os homens vivendo em sociedade produziam e reproduziam suas vidas, mas de todo modo trata-se ainda de uma

primeira negação, um momento inicial onde o capital não está inteiramente realizado. Não por acaso, a passagem da seção I à seção II do Livro I d’*O capital* – que trata justamente d’*A transformação do dinheiro em capital*, isto é, a passagem da circulação simples aos momentos iniciais da produção capitalista – se inicia referindo-se ao processo *histórico* de produção de mercadorias e à circulação, onde “o comércio e o mercado mundiais inauguraram, no século XVI, a história moderna do capital” (C, p. 223). Trata-se, contudo, apenas de uma *inauguração* e não do processo consumado, pois durante o período manufatureiro a *forma* (social) capitalista se assentava sobre uma base *material* (da produção), que não lhe era inteiramente adequada (cf. a esse respeito *MLP III*, p. 134-135 e 117-118; cf. tb., *MLP II*, p. 111). Como sabemos, a manufatura ainda era limitada pela habilidade do trabalhador, força humana etc., por essa razão “o período manufatureiro propriamente dito não provocou uma transformação radical” (C, p. 818).

O período manufatureiro consegue se apoderar apenas “fragmentariamente da produção nacional” (*ibidem*), de modo que a produção de matéria-prima, a produção agrícola que visa abastecer o mercado interno etc., é ainda intermitente. Por essa razão, a descompassada produção agrícola constitui um fenômeno que “desconcerta o investigador da história inglesa” (C, p. 819). Porém, o quarto e último movimento do texto citado acima mostra que o momento da gênese do capital caracterizado pela sociedade mercantil será suprassumido com a negação do período manufatureiro pela grande indústria (cf. tb. C, p. 819, nota 236).

A expansão da produção é acompanhada pela expansão do mercado interno (bem como do mercado externo, mas nos referimos aqui ao interno). Esse último, por um lado, se torna um *grande mercado*, cujo abastecimento é assegurado pelo *capital industrial*, que conta, dentre outras coisas, com a produção fabril. No entanto, por outro lado, “somente a grande indústria proporciona, com máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e *consuma a cisão* entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a *fiação* e a *tecelagem* – ela extirpa” (*ibidem*, grifo nosso). A produção fabril *com máquinas*, essa negação da negação, provoca uma inversão radical na maneira como os homens vivendo em sociedade produzem e reproduzem suas vidas. Se, por um lado, ela *consuma a cisão* entre a agricultura e a indústria doméstica rural e, com isso, submete a produção agrícola a ela; por outro, ela transforma o trabalhador inteiramente livre – que

já naturalizou o assalariamento pelo processo histórico visto no capítulo 1, desta parte I – em apêndice da máquina; quando esse processo se consuma e, assim, o capital assume sua forma amadurecida – o que não é o caso ainda –, se consuma o processo de abstração do trabalho, por um lado, e, por outro, ele fornece as condições para que a força de trabalho seja transformada, de modo *predominante* socialmente, em mercadoria; é esse processo histórico que temos de ter em vista quando tratarmos do trabalho assalariado no capítulo 3 da parte II. Devido a esse conjunto de condições, a produção poderá se repetir reiteradamente sem interrupções, constituindo um *movimento contínuo* no qual o mais-trabalho é apropriado imediatamente de modo ininterrupto, entretanto esse movimento é ao mesmo tempo descontínuo, porque ao trabalhador *singular* ele é interrompido pelo contrato (diário, semanal etc.) com o capitalista. Esse movimento de continuidade descontínua – ou de uma descontinuidade que é *essencialmente* contínua – se realiza de tal maneira, que por meio da troca de equivalentes ocorre a apropriação sem troca do mais-trabalho. Contudo, apresentamos aqui as condições que permitem que o processo histórico de consolidação do capital ocorra, o que não deve ser entendido como se ele já tivesse, nesse momento, se consumado por inteiro. Além disso, notamos, apenas de passagem, que a Seção VII do Livro I d’*O capital*, ao apresentar a segunda negação que consolida o capital, diz: “enquanto em cada ato de troca – tomado isoladamente – são conservadas as leis da troca, o modo de apropriação pode sofrer um revolucionamento total sem que o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias se veja afetado de forma alguma” (C, p. 662). É dessa maneira que a produção fabril realiza a segunda negação, um processo que consolida a produção capitalista e inverte, ao mesmo tempo, as leis de apropriação; inversão que veremos apenas no capítulo 3, desta parte I. Ao invés de um ente metafísico, podemos começar a entrever como o conjunto de relações reais, estabelecidas pelos homens reais vivendo em sociedade, se organiza sistematicamente constituindo o capital, contudo resta ainda muito a ser visto.

Esse momento da gênese do capital mostra que as situações em que o indivíduo trabalhador se comportava como proprietário, por meio do instrumento do trabalho, foram negadas. Ou seja, é preciso que tanto o sistema de guildas quanto as manufaturas tenham desaparecido – isto é, que não sejam mais a forma socialmente predominante da produção, embora possam ter existência pontual –, pois nesses casos “a propriedade do instrumento é o comportamento em relação às condições de produção do trabalho como

propriedade” (G, p. 410). Mesmo que em alguns casos o trabalhador não seja, de fato, o dono do meio de trabalho, o domínio do instrumento e da atividade “constitui o sujeito trabalhador como proprietário” (*ibidem*). Em suma, consoante o texto *Formas que precederam a produção capitalista*, é preciso que a “situação histórica nº II” (*ibidem*) tenha sido dissolvida. Essa *situação histórica nº II*, entretanto, não é uma etapa sucessória da *situação histórica nº I*, vista anteriormente, pois ela “só pode existir como oposição” (*ibidem*) da nº I, ou então, como seu “complemento” (*ibidem*), de modo que não se trata de uma sucessão de modos de produção pré-capitalistas, como poderia supor uma compreensão errônea. Além disso, se lembrarmos que quando o processo de expropriação da terra se iniciou a servidão – bem como a escravidão – já haviam desaparecido, então temos claro que “a terceira forma possível” (*ibidem*), isto é, o que poderíamos chamar de *terceira situação histórica* ou *situação histórica nº III*, também deve ter sido dissolvida historicamente. Nessa terceira situação histórica o indivíduo trabalhador “comporta-se como proprietário só em relação aos meios de subsistência” (*ibidem*), mas não com o território, nem com o instrumento e tampouco com o próprio trabalho. Marx alerta, ainda, que a relação de servidão é “fundamentalmente diferente” (G, p. 411) da relação de escravidão, contudo em ambos os casos os trabalhadores são arrolados dentre as condições objetivas da produção, ao lado de outros animais como gado etc.. Em suma, todas essas três situações históricas têm que ter desaparecido para que o capital se constitua socialmente como sistema.

Dos resultados obtidos até aqui temos, por um lado, a liberação dos indivíduos que devido à perda da existência objetiva se autonomizam; por outro lado, temos também que as condições objetivas de existência se lhes apresentam sob a forma de valores, portanto como permutáveis. Além disso, temos que autonomizados os indivíduos, a conexão entre eles é mediada pela troca, de modo que o sistema de trocas internalizado socialmente se autonomiza perante eles. Nessas condições, vimos também, que a mediação do dinheiro desempenha importante papel. Não obstante tudo isso, a gênese do capitalista industrial exige também a presença de outro fator: a liberação das condições objetivas da produção; afinal, a liberação de um elemento de algo ao qual estava antes vinculado é, ao mesmo tempo, a liberação daquilo que o vinculava. Isso já está indicado nos parágrafos iniciais d’A *assim chamada acumulação primitiva* e atravessa, de modo não nomeado, todo o texto. O texto caracteriza esse processo de liberação como roubo:

Esses recém-liberados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido *roubados todos os seus meios de produção*, assim como *todas as garantias de existência* que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de fogo e sangue (C, p. 787, grifo nosso).

Ora, o *roubo*, a que se refere o texto, tanto dos *meios de produção* quanto das *garantias de existência* não indica que ambos foram lançados ao nada, mas que *passaram para outras mãos*, nos termos de Marx (cf., G, p. 413); por outras palavras, podemos dizer que as relações que determinavam as *condições objetivas da produção* se alteraram. A dissolução das três situações históricas mostra que o indivíduo trabalhador não se relaciona mais com as condições objetivas da produção como proprietário, pois foram dissociados pelo processo histórico. Assim, “o mesmo processo que separou uma multidão de indivíduos de suas relações afirmativas (...) anteriores com as *condições objetivas do trabalho*, que negou essas relações e, dessa maneira, transformou esses indivíduos em trabalhadores livres, esse mesmo processo liberou δυνάμει [potencialmente] essas condições *objetivas do trabalho* – território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro ou tudo isso junto – da *vinculação anterior* com os indivíduos agora delas dissociados” (G, p. 413, interpolação nossa).

Sabemos que o comportamento como proprietário, nas formações sociais não-capitalistas *estudadas por Marx*, envolve o conjunto de relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre os indivíduos e a natureza, que determinam a *comunidade*, a *finalidade* e a *apropriação*, razão pela qual cada formação social é diferente das demais. Entretanto, em todas essas formações sociais, devido à vinculação entre as condições objetivas do trabalho e o indivíduo trabalhador, que se comporta como proprietário, faz com que a produção e reprodução da formação social não esteja inteiramente abstraída das relações políticas, religiosas etc., de modo que as condições objetivas do trabalho estão vinculadas a outras esferas da vida social. A desvinculação não significa que as condições objetivas do trabalho não existam mais e sim que “elas ainda *existem*, mas existem em outra forma: como *fundos livres*, nos quais foram apagadas as antigas relações políticas etc., e que só na forma de *valores* (...) se defrontam com aqueles

indivíduos isolados e privados de propriedade” (*ibidem*). Portanto, assim como a desvinculação libera o indivíduo como trabalhador livre, assim também ela libera as condições do trabalho como *fundos livres*, mas essa liberação é dupla: se, por um lado, as condições do trabalho estão livres do indivíduo, por outro, elas estão livres das demais esferas da vida social. Não estando mais vinculadas à divindade, à linhagem sanguínea ou parentesco etc. e inseridas numa formação social onde a troca está instituída socialmente como sistema através do qual os indivíduos se relacionam, as condições do trabalho podem passar de uma mão a outra, isto é, serem trocadas e, por consequência, acumuladas.

Esses elementos liberados durante a gênese do capital – tanto o trabalhador livre em cuja subjetividade existe a força de trabalho quanto as condições objetivas do trabalho – já são produto histórico posto pelo próprio trabalho. Por isso, na produção se confrontam, de um lado, o trabalho na forma subjetiva e, de outro, o trabalho objetivado ou trabalho na forma do objeto. Com efeito, antes da dissociação, na *comunidade* “é pressuposta a existência objetiva do indivíduo singular como proprietário” (G, p. 407); sendo assim, o ato de *apropriação* não é *consequência* do trabalho – ou, como vimos no capítulo 1 desta parte I, *apropriação pelo* trabalho –, mas ele se *realiza* com o trabalho, com a produção, portanto já está claro que o trabalho pressupõe a apropriação e, esta última, pressupõe a comunidade, que por sua vez pressupõe a existência objetiva do indivíduo como proprietário, logo como o “indivíduo singular” é “*posto* pela comunidade” (G, p. 404, grifo nosso), com ele é posta a unidade dos elementos subjetivos e objetivos da produção. Com o *divórcio* desses elementos, que antes mantinham uma relação de *unidade*, se dissolve a comunidade estabelecendo uma *relação de separação* e de *não-comunidade*. Vejamos mais de perto o que muda com essa alteração.

Numa formação social onde está ausente a comunidade anteriormente pressuposta, também está ausente a existência objetiva do trabalhador, pois “o trabalhador” diz Marx “está presente de modo puramente não objetivo, subjetivo” (*ibidem*). Nessas circunstâncias somente pode haver produção se as condições subjetivas e objetivas do trabalho forem reunidas por uma relação de separação. Nessa relação, portanto, a existência subjetiva está posta como privada de objetividade ou não-proprietária, assim como a existência objetiva está posta como não-propriedade, y *compris* o produto do trabalho e os meios de subsistência; assim, na apropriação está

pressuposta a *não-comunidade* e a *separação*. Ora, é fácil ver, portanto, que o trabalho na forma subjetiva defronta o trabalho na forma objetiva como não-trabalho, como capital. Nessas circunstâncias o indivíduo singular somente pode produzir e reproduzir sua existência ao reproduzir, ao mesmo tempo, aquilo que o nega, o capital. Por outras palavras, o trabalho somente pode se realizar pela relação em que o *pôr-se* na forma de objeto é *simultaneamente* a perda do próprio objeto, pois “o trabalho objetivado é simultaneamente posto como não *objetividade* do trabalhador” (G, p. 422). Portanto, a realização do trabalho é, para o trabalhador, a perda do próprio trabalho; ao *pôr-se* como objeto a *não-comunidade* e a *separação* pressupostas são postas: o produto criado já está imediatamente separado do produtor como sua não-propriedade, pela mediação da relação de troca de sua força de trabalho por salário. Dessa maneira, o não-trabalho se apropria sem troca do trabalho que acabou de ser objetivado — como é sabido, dado que as relações de distribuição são o “reverso necessário das relações de produção” (GEC, p. 42), podemos começar a entrever o que envolve a venda da força de trabalho e o aparecer de seu valor como salário.

Nada mais claro, portanto, que o capital não inventou nem produziu essas condições, mas que essas condições permitiram o estabelecimento das relações que o engendraram. No entanto, não basta que sejam dados trabalhadores livres, de um lado, e, de outro, as condições objetivas do trabalho também livres; tampouco basta que eles sejam aglomerados separadamente; é preciso, pois, que eles sejam unidos, mas pela relação de separação, por isso “*próprio do capital é unicamente a união das massas de mãos e instrumentos que ele encontra*” (G, p. 417). O segredo, portanto, da acumulação primitiva não é a acumulação monetária, tampouco é um local ou momento de origem, como sua fundação primeira; o segredo da acumulação primitiva é a união, pela relação de separação, desses elementos dissociados: “*essa é a verdadeira acumulação; a acumulação de trabalhadores, juntamente com seus instrumentos, em certos pontos*” (G, p. 417).

Essa acumulação das condições subjetivas e objetivas da produção já dissociadas é, por sua vez, uma acumulação posta, contudo é preciso considerar a acumulação pressuposta: “a única acumulação *pressuposta* na *gênese* do capital é a de *fortuna em dinheiro*, que, considerada em si mesma, é totalmente improdutiva” (G, p. 421, grifo nosso). As condições subjetivas e objetivas da produção precisam ser postas em relação, o que *pressupõe* o possuidor de dinheiro, razão pela qual a *gênese* do capital é

indissociável da gênese do capitalista. É preciso que tenha sido acumulada uma fortuna em dinheiro suficientemente grande para *pôr* em movimento uma massa de trabalhadores assalariados e as condições objetivas do trabalho, capaz não apenas de reproduzir a manutenção dos trabalhadores, mas também de produzir trabalho excedente.

Por um lado, a fortuna em dinheiro não cria a relação-capital, pois ela exige as condições históricas que a capacitem a se tornar capital, por outro lado, as condições históricas exigem a fortuna em dinheiro para estabelecerem a relação-capital. Por isso, tiveram um papel decisivo nesse processo tanto as formas não *desenvolvidas* do capital, o capital usurário e comercial, quanto diversos acontecimentos mundiais. A *Gênese do capitalista industrial* (C, p. 820-830) envolve ambos os momentos; evidentemente, as formas não desenvolvidas do capital não surgiram do nada:

A Idade Média havia legado duas formas distintas do capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quando* *même*: o capital usurário e o capital mercantil (C, p. 820).

Embora essas duas *formas* do capital, as quais constituem o capital monetário, *já valessem* como capital, elas não podiam se converter em *capital industrial*, porque elas encontravam as seguintes “barreiras”: “o regime feudal no campo e a constituição corporativas nas cidades” (*ibidem*). Essas barreiras *caíram* com as mudanças no campo (vassalagem, séquito etc.), com a expropriação da população rural e com a manufatura capitalista. O fato de tais momentos terem sido mencionados nessa parte do texto de Marx sem demonstração denota, por um lado, que foram demonstrados ao longo do texto, não obstante a menção à manufatura, séquitos feudais etc. durante a gênese do capitalista industrial denota também, por outro lado, que tais momentos restam unilaterais se não compreendidos, ao mesmo tempo, junto aos acontecimentos que tomaram de assalto todo o planeta:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas

minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizaram a aurora da era capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (C, p. 821).

E mais adiante:

Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao *sistema colonial*, ao *sistema da dívida pública*, ao moderno *sistema tributário* e ao *sistema protecionista* (*ibidem*, grifo nosso).

Evidentemente, esses *momentos fundamentais* contaram com a contribuição do então surgente Estado-nação moderno, seu ordenamento jurídico e o uso legal da violência monopolizada. O que nos importa, todavia, é como esses momentos se *combinaram de modo sistêmico* na Inglaterra *engendrando* o capital. O sistema colonial realizou o saque violento e sistemático de diversas populações fora da Europa criando “grandes fortunas” que “brotavam de um dia para o outro, como cogumelos” (C, p. 822) e, ao mesmo tempo, garantiam às manufaturas “um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado” (*ibidem*, p. 823). O sistema da dívida pública ou, o que é o mesmo, o crédito público foi uma das “alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (C, p. 824), pois ao passo que boa parte dos empréstimos do Estado era destinada a obras que favoreciam fabricantes privados, a dívida era repartida igualmente entre todos os integrantes da nação; além disso, ela “impulsionou a sociedade por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (C, p. 825); mas isso não é tudo, pois com o endividamento do Estado surgiu o “sistema internacional de crédito” (*ibidem*), possibilitando às nações mais ricas se beneficiarem com o endividamento das menos ricas. Assim, ao passo que a dívida contraída pelo Estado favorece alguns indivíduos, ou melhor, ao passo que o Estado faz uma dívida a fim de favorecer alguns indivíduos, ela é repartida entre todos, por isso o sistema tributário moderno é seu complemento necessário. Tudo isso é, ainda, reforçado pelo sistema

protecionista onde o Estado, movido pelos interesses dos extratores de mais-valor, elimina as indústrias dos países vizinhos, além de fortalecer seus capitalistas em formação, expropriar trabalhadores independentes etc.. (Em suma: dado, por um lado, que o capital não criou as condições de acumulação, mas surgiu delas e, por outro lado, dado que para que de tais condições surgisse o capital era exigida uma acumulação prévia, os métodos da acumulação primitiva consistiram, ressalta Rosdolsky, em que “a apropriação de trabalho alheio pelo capitalista foi precedida pelo intercâmbio de mercadorias precedentes a ele e por ele lançadas em circulação como ‘valores que não tiveram origem nem em seu intercâmbio com o trabalho vivo nem em seu comportamento como capital diante do trabalho’” (GEC, p. 217). Essa apropriação de trabalho alheio foi um processo violento, onde o saque e destruição, a morte e genocídio, que pintaram de sofrimento e sangue as ditas “colônias” da Europa, compõem um capítulo especial, de modo que fundar a origem do capitalismo no mito confortável de uma *ética protestante*, a partir da austeridade, parcimônia e laboriosidade de um ascetismo laico é, além de extremamente ingênuo, uma violência descarada e hipócrita para com os países do capitalismo periférico). Certamente, todos esses momentos se combinaram desenvolvendo o sistema de trocas, o comércio e o sistema monetário, ao passo que também se desenvolvia a produção, mas eles possibilitaram, além disso, que imensas fortunas em dinheiro estivessem disponíveis e concentradas em poucas mãos, capazes de acumular as condições subjetivas e objetivas da produção.

As condições objetivas têm de estar presentes enquanto valores, conforme já visto, mas também enquanto valores de uso, no sentido de serem úteis ao processo de produção, cujo produto será lançado no mercado a fim de ser trocado. Patenteia-se, assim, que o texto d’A *assim chamada acumulação primitiva* apresenta a segunda *condição histórica* (descrita nos *Grundrisse*) para que uma formação social se constitua capitalista. Ou seja, trata-se da condição na qual “o valor ou o trabalho acumulado tem de ser uma acumulação de valores de uso suficientemente grande para fornecer as condições objetivas não só para a produção de produtos ou valores necessários à reprodução ou manutenção da capacidade de trabalho viva, mas também para absorver trabalho excedente – para dar o material objetivo ao trabalho” (G, p. 381). O trabalho na forma objeto, isto é, como condição objetiva de produção, deve estar livre para ser acumulado pelo capitalista, de tal maneira a não se apresentar como barreira ao movimento contínuo de extração do trabalho excedente.

O texto d'A *assim chamada acumulação primitiva* denota que para a gênese do capital é preciso que as três *situações históricas* tenham sido dissolvidas. Além disso, é preciso que quatro *condições históricas* sejam dadas. Já vimos três delas, vejamos por fim a quarta e última. Nesse percurso, articularemos os diversos pontos vistos acima, o que nos dará uma visão do conjunto – se é que podemos colocar dessa maneira – revelando a relação fundamental do capital. Ademais, já está patente que tais pontos não são meras categorias especulativas, montadas por Marx em sua cabeça, pois, consoante visto, eles foram demonstrados historicamente.

O mesmo processo histórico que expropriou os produtores diretos e os transformou em trabalhadores livres também liberou as condições de produção (meios de subsistência, objeto de trabalho etc.). Isso é dito expressamente por Marx: “o processo histórico foi o *divórcio de elementos até então unidos* – em consequência, seu resultado não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece numa *relação negativa* com o outro –, o trabalhador livre (potencialmente), de um lado, o capital (potencialmente), do outro. Na mesma medida, o *divórcio* entre as condições objetivas e as classes que foram transformadas em trabalhadores livres tem de aparecer no polo oposto como uma *autonomização dessas mesmas condições*” (G, p. 413, grifo nosso). Como veremos, aqui está a chave de todo o problema, desde que tenhamos em vista as relações de *comunidade, apropriação e finalidades* da formação social. Essa é uma grande dificuldade de tratar o assunto, pois se trata de um mesmo processo, que articula sistematicamente seus diversos momentos e se manifesta em níveis diversos; ademais, salientamos que o que segue não consiste numa ordem das razões, pois os momentos apresentados não são etapas sucessórias.

Antes do *divórcio* a relação de unidade pressupunha termos que embora fossem os mesmos eram distintos, a saber, a existência subjetiva e existência objetiva do indivíduo. Com o divórcio, a relação de separação pressupõe a homogeneização do diverso, a saber, a autonomização subjetiva, de um lado, e, de outro, a autonomização objetiva. Autonomizado como assalariado livre, o indivíduo singular está situado em condições tais que a sua não vinculação à terra, a determinado ofício, às relações de parentalidade etc., ao lhe aparecer como a liberdade de exercer qualquer atividade esconde a sua não liberdade de realizar a troca, pois não depende de sua vontade particular trocar tanto de sua força de trabalho por dinheiro, sob a forma de salário,

quanto de trocar seu dinheiro pelos meios de subsistência. Ele necessita trocar para poder produzir e se reproduzir.

Internalizado socialmente, o sistema de trocas se autonomiza perante os indivíduos vivendo em sociedade. Na troca individual, seja da mercadoria força de trabalho pela mercadoria-dinheiro (salário), seja da mercadoria-dinheiro por mercadoria útil, o objeto da troca *aparece* como algo acabado, em *repouso*, e o próprio ato como algo *descontínuo* em relação às demais ações individuais. Quando consideramos o conjunto das relações sociais, entretanto, as trocas em sua totalidade formam *essencialmente* um *movimento contínuo* e autônomo, a circulação, que tem de se realizar necessariamente, pois, primeiramente, os indivíduos privados dos meios de produzir e reproduzir sua existência têm de adquirir os produtos produzidos por outrem; em segundo lugar, o produto que saiu de circulação por meio da troca deve ser repostado, instituindo um movimento autônomo, independente da vontade dos indivíduos; em terceiro lugar, por consequência, a reposição do produto para que a troca seja repetida exige o movimento contínuo de sua produção, o que não decorre da vontade nem do trabalhador nem do capitalista – inclusive esse último deve trocar seu dinheiro pelos meios de subsistência –; essa necessidade sistêmica *dobra* a vontade de ambos. Por mais que a intenção ingênua do indivíduo singular (que, aqui, pode ser o trabalhador direto, o trabalhador de reserva ou o próprio capitalista) ao comprar um pão seja apenas matar sua fome, sua ação aparentemente inocente realiza um movimento sistêmico real, que está autonomizado frente a ele. Uma ação que *aparece* como estática e *descontínua* realiza *essencialmente* um movimento *contínuo*, assim ela se inverte no seu contrário — evidentemente, já advertimos de antemão, entre o ato individual e o movimento geral do sistema há uma toda uma gama de mediações, cuja apresentação é prescindível ao que queremos demonstrar.

O desenvolvimento das trocas traz consigo o do valor de troca, e este, o desenvolvimento do dinheiro e do sistema monetário. Decerto, o dinheiro existiu em formações sociais não-capitalistas, contudo ele tinha a função de efetivar a troca da produção excedente – isto é, da produção que excede o consumo imediato do indivíduo trabalhador, por isso não deve ser confundido com o mais-trabalho –, portanto estava subordinado ao indivíduo trocador, cuja “finalidade era a posse direta do produto trocado, seu consumo” (G, p. 97). O desenvolvimento das trocas e do valor de troca, “cuja mediação pode ser chamada comércio” (G, p. 419), faz com que a finalidade da

troca não seja mais o consumo, mas ganhar dinheiro; assim, o comércio realiza “a troca pela troca”, a fim de ganhar dinheiro, por isso a troca se torna “função destacada dos trocadores [i.e., comerciantes]” (G, p. 97, interpolação nossa); ela tem de ocorrer independente da vontade dos comerciantes. Dessa maneira, “*o dinheiro adquire existência autônoma* no estamento mercantil, da mesma maneira que a circulação o adquire no comércio” (G, p. 419, grifo nosso). Autonomizado, o dinheiro se põe como impulso ao sistema de trocas e à produção de valores para a troca. Ao mesmo tempo que o movimento do dinheiro autonomizado passa a comandar os próprios comerciantes, o dinheiro se insere como médium social das relações estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre eles e as coisas. Assim, possuir dinheiro é, certamente, ter acesso aos meios de subsistência, mas também é ter poder sobre a atividade do outro; o poder social do indivíduo passa a ser diretamente proporcional à quantidade de zeros de seu pecúlio monetário, razão pela qual Marx afirma, como vimos, que para a nova nobreza inglesa o dinheiro era *o poder de todos os poderes* (cf., C, p. 790). Nas formações sociais não-capitalistas a vinculação do indivíduo trabalhador às condições objetivas da produção, seu comportamento como proprietário – o que pressupõe determinadas relações de *apropriação, finalidade e comunidade*, onde a reprodução da formação social é a reprodução de seus membros – não permitiu “*a dissolução* [das formações sociais não-capitalistas] *em capital*” (G, p. 416, interpolação nossa). Ao passo que a desvinculação avançou – e com ela a alteração das relações de apropriação, finalidade e comunidade –, o dinheiro se inseriu como mediador das relações sociais e, a partir de certo nível, passou atuar “como um meio de separação extremamente enérgico” (G, p. 417, cf. tb. p. 416). Por consequência, devido à autonomização da produção frente às demais esferas da vida social (relações políticas, religiosas etc.) e à concomitante monetarização das relações sociais, a produção pôde deixar de ser determinada pelas exigências de reprodução da comunidade para ser determinada pela futura troca dos produtos por dinheiro, onde esse último já autonomizado se apresentava como estímulo à produção mais sedutor que o canto de qualquer sereia, mas com a diferença que, devido à perda do vínculo que unia os indivíduos, já não era mais possível amarrar-se tal qual Ulysses. Temos, então, o que permite ao possuidor de dinheiro se comportar como capitalista, ter como finalidade da produção o valor e comportar-se tal qual seu amo; ou seja, temos a quarta e última *condição histórica*, a saber, que: “uma das partes – a que representa as condições objetivas do trabalho na forma de valores autônomos, de valores por si – tem de se comportar como *valor* e ter como finalidade última o pôr de valor, a

autovalorização, a criação de dinheiro” (G, p. 381). Ademais, o desenvolvimento do sistema monetário permitiu a acumulação de imensas fortunas em dinheiro, através dos métodos demonstrados por Marx n’A *assim chamada acumulação primitiva*.

O detentor de fortuna em dinheiro pôde acumular as condições subjetivas e objetivas da produção e pô-las em movimento, mas isso era, de outra parte, o resultado das próprias relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade. Agora tais indivíduos necessitam comprar os objetos úteis à reprodução de suas existências. A reposição desses objetos úteis, desses valores de uso, imprime um movimento constante à produção, já orientada por sua vez pela troca dos objetos produzidos, portanto pelo valor de troca.

O possuidor de dinheiro compra no mercado todos os elementos necessários à produção (força de trabalho, meios de trabalho etc.), a fim de vender o montante produzido e, ao final, obter uma soma maior de valor em dinheiro que aquela investida. O produto resultante da produção precisa ser transformado em dinheiro, vendido, assim ele se afasta dos produtores diretos, há uma *repulsão*; para tanto, isso exige, por sua vez, não apenas o movimento contínuo da circulação, pela mediação do comércio, mas também a ampliação dos consumidores, a expansão do mercado, portanto que mais trabalhadores se tornem assalariados e, assim, consumidores. Entretanto, um maior número de assalariados para ser empregado exige maior acumulação de dinheiro capaz de empregá-los e iniciar novo movimento, portanto, uma ampliação da produção, há uma *atração*. Podemos ver, assim, como as relações estabelecidas pelos indivíduos reais vivendo em sociedade engendram um movimento, cujos momentos de *atração* e *repulsão* estão *vinculados*, onde a produção imediata é mediatizada pelo consumo, bem como o consumo imediato é mediatizado pela produção; um movimento que resulta das relações estabelecidas pelos indivíduos, mas que os comanda e domina. A dificuldade, aqui, reside em que ou o capital em sua gênese é compreendido como movimento ou ele não é compreendido. Do ponto de vista do indivíduo singular, por mais que a boa fé do capitalista seja apenas produzir antidepressivos, por exemplo, e acredite que com isso contribua para que as pessoas sejam mais felizes, sua ação cria a exigência de mais compradores, logo assalariados, ou seja, de mais indivíduos espoliados de seus meios de trabalho e de vida, privados de existência objetiva. Ademais, está para além da vontade do capitalista singular querer ou não extrair mais-valor e explorar o trabalhador, ele

precisa fazê-lo. A coerção sistêmica que o impele a isso será vista no capítulo 3 desta parte I.

Vejamos mais de perto o que envolve o movimento apresentado acima. A produção de valores de troca resulta das relações estabelecidas pelos homens vivendo em sociedade. Se, por um lado, “é inerente ao conceito de capital – em sua gênese – que ele parte do *dinheiro* e, por isso, da fortuna em dinheiro” (G, p. 415), por outro lado, essa última somente pode se tornar capital quando “o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico” (G, p. 417). Isto é: quando as condições subjetivas e objetivas da produção são postas em relação pelo possuidor de dinheiro. Por isso, o capitalista, o possuidor de dinheiro, é uma exigência da própria formação social em constituição. Sendo assim, “é por meio desse processo [histórico] que também o capitalista se interpõe como *pessoa* intermediária (historicamente) entre a propriedade da terra ou propriedade em geral e o trabalho [assalariado]” (G, p. 415, interpolação e grifo nosso).

O capital necessita se encarnar na *pessoa* do capitalista, que põe os trabalhadores livres em relação com as condições objetivas do trabalho como sua não-propriedade, como capital. Ele os põe em relação ao comprá-los no mercado, logo pela troca de equivalentes da sociedade mercantil. Essa troca de equivalentes realiza “a *transformação original* de dinheiro em capital, o processo de troca entre o capital que só existe δυνάμει [potencialmente], de um lado, e os trabalhadores livres que existem δυνάμει [potencialmente], do outro” (G, p. 414, grifo nosso). — Mas, atenção: essa *transformação original* é, por conseguinte, a negação da origem como fundação primeira, pois, por um lado, já existiam formas não desenvolvidas do capital como usurário etc., por outro lado, ocorreram de maneira pulverizada espacial e temporalmente, de modo que para que ela pudesse se afirmar como “forma universalmente dominante de uma época” (G, p. 416) ela precisou estar consolidada socialmente —. Importa notar, que ao entrarem em relação pela *mediação* do dinheiro do capitalista, os trabalhadores livres deixam de ser potencialmente assalariados e as condições objetivas do trabalho deixam de ser potencialmente capital para serem efetivamente *postos*. Mas, as relações de *comunidade*, *finalidade* e *apropriação* atuais condicionam a massa dos trabalhadores livres como *existência* autônoma num polo e a massa das condições objetivas do trabalho como *existência* autônoma no outro, de modo que ao serem postas em relação, elas se *contrapõem* (cf., G, p. 413) constituindo uma

“relação negativa” (*ibidem*), onde a realização do trabalho pelo trabalhador é simultaneamente sua perda, é não-objetividade e não-propriedade do trabalhador, é capital (cf. G, p. 422). O trabalho realizado é apropriado imediatamente pelo capitalista na produção, mas pela mediação da troca de equivalentes (força de trabalho, instrumentos de produção etc.) na circulação, de modo que a troca de equivalentes ocorre, “mas é somente a camada superficial de uma produção que se baseia na apropriação do trabalho alheio *sem troca*, contudo, sob a *aparência da troca*” (G, p. 419). Como “a produção baseada na troca e a comunidade baseada na troca desses valores de troca (...) *presumem e produzem a separação* do trabalho de suas condições objetivas” (G, p. 419, grifo nosso), então ela produz – dessa maneira – não apenas valores de troca, mas também trabalhadores assalariados e capitalistas, ou seja, reproduz a própria separação (cf. G, p. 422) a despeito da vontade dos indivíduos. O que aparece aos indivíduos como o reino da *liberdade*, pois o trabalhador é livre para vender-se onde quiser, da *igualdade*, onde se trocam equivalentes e da *justiça*, pois se troca trabalho por trabalho, tem “como seu fundamento oculto, *a apropriação do trabalho alheio sem troca*, a *total separação* entre trabalho e propriedade” (G, p. 419, grifo nosso). Essa é a *relação fundamental do capital e da formação social que lhe corresponde*, não o valor; relação que é produzida e reproduzida pelas ações dos próprios homens e a despeito deles. A relação fundamental do capital exige, portanto, a perda da “conexão objetiva do trabalhador com uma *comunidade* e com as condições dadas que ele encontra, e das quais parte como sua base [*Basis*]” (G, p. 424, interpolação e grifo nosso), de modo que “uma situação em que simplesmente seja trocado trabalho por trabalho – seja na forma viva imediata, seja na forma de produto – supõe a *dissociação* do trabalhador de seu *vínculo originário* com suas condições objetivas, motivo pelo qual, por um lado, o trabalho aparece como mero trabalho, e, por outro, seu produto, como trabalho objetivado, ganha diante dele uma *existência completamente autônoma* como valor. A *troca de trabalho por trabalho – aparentemente a condição da propriedade – se funda na ausência da propriedade do trabalhador como base do trabalho*” (G, p. 425). Portanto, a relação-capital é fundamentalmente relação de separação (ou *dissociação* entre *trabalhador com suas condições objetivas*) e a não-comunidade (ou *perda* de sua *conexão objetiva* com a *comunidade*).

Nossa investigação obteve, desta feita, importantes resultados, a saber, qual a relação fundamental, seus pressupostos e as condições para que tais pressupostos

fossem postos; tais resultados são importantes, porque permitirão compreender o que se altera com a reprodução do capital ao se consolidar socialmente como um sistema, quando em seu *desenvolvimento* ele passa a repor seus próprios pressupostos.

Do que acabamos de ver, segue, em primeiro lugar, que devido à separação e à não-comunidade a relação fundamental da formação social capitalista é especificamente diferente das formações sociais não-capitalistas, a partir das quais aquela *veio-a-ser*; em segundo lugar, *devido à autonomização* tanto dos trabalhadores assalariados livres, num polo, quanto das condições objetivas da produção (incluindo os meios de subsistência), noutro polo, podemos ver como as relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade engendram um movimento que se autonomiza dos próprios indivíduos, um movimento autônomo produzido e reproduzido pelas ações reais, de indivíduos reais, que ao mesmo tempo os domina e comanda: *daher* o capital se põe como *sujeito*; em terceiro lugar, porque autonomizados os polos em relação podem mudar e, ao mesmo tempo, conservar a relação fundamental. A rigor, dado que o objeto é movimento, seus polos autonomizados precisam mudar para que seja mantida a relação fundamental e a formação social permaneça capitalista; assim, já consolidado socialmente como sistema, esse sujeito autônomo é capacitado pelo seu movimento de *desenvolvimento* a *repor* inteiramente seus próprios pressupostos, de modo que em seu movimento de *re-posição* a mudança dos polos que se relacionam conserva a relação fundamental, nesse sentido ela pode ser considerada como “relação antediluviana” (G, p. 414); dito de outra maneira, é só porque a configuração fenomênica do *capitalismo* de hoje mudou em relação ao século XIX, que o capital permanece capital (o termo *capitalismo*, a rigor, pode portar imprecisões, de modo que a expressão *formação social capitalista* se apresenta como mais adequada, aliás *capitalismo* raramente se encontra sob a pena de Marx); o desenvolvimento do capital exige que cada vez mais povos sejam espoliados de seus meios de vida, que novas formações sociais se tornem capitalistas, que a configuração do trabalhador livre e de sua atividade mude, que novas forças produtivas materiais e intelectuais surjam, que novos meios de transporte e comunicação sejam criados etc., para que o capital se conserve e a formação social que lhe corresponde permaneça capitalista. (Digressão A)

É nesse sentido que o capital é sujeito; ele é um movimento autônomo que domina e comanda o indivíduo, a despeito de sua vontade, pois sua ação ao se realizar na trama social se inverte no contrário, ela já é ação do capital. Por isso, embora o

capital precise se encarnar na pessoa do capitalista, ele é ao mesmo tempo algo distinto do indivíduo. Marx o diz expressamente: “o capital é essencialmente *capitalista*; mas, ao mesmo tempo, é também *capital* como elemento distinto da existência do capitalista ou da produção como um todo” (G, p. 423). Capital não é uma coisa seja uma pessoa, uma máquina ou uma barra de ouro, mas “*uma relação de produção*” (*ibidem*) comandada por esse sujeito autônomo. Já está claro, ademais, que quando dizemos produção, ela não se restringe aqui, evidentemente, à redução grosseira e corrente da atuação *imediata* do homem sobre a natureza, pois ela se refere à produção (e, portanto, reprodução) da formação social, o conjunto das relações que concorrem para tanto; ou seja, o movimento contínuo de produção e reprodução engendrado pelas relações dos indivíduos vivendo em sociedade e realizado por suas próprias ações, que, ao mesmo tempo, os domina e comanda. Tomemos um exemplo aparentemente inocente, distante do *clichê* do operário metalúrgico: Se vou à padaria e compro um pão, cuja finalidade é matar minha fome, o que do meu lado é apenas uma compra e, do lado do vendedor, um assalariado tanto quanto eu, é apenas uma venda, essa ingênua ação que *realizamos*, ao mesmo tempo, *realiza* o movimento D—M—D’ ao completá-lo; *realiza* o capital e, a um só tempo, a relação de dinheiro que realizamos dá um *novo impulso* ao movimento, a despeito de nossas vontades. Não sabemos disso, mas o fazemos. Devemos notar, por fim, que as relações reais, realizadas por indivíduos reais, podem se desenvolver, pelo processo de abstração real, engendrando relações cada vez mais abstratas como o capital fictício, passando pelo crédito bancário, entretanto são e serão sempre ações realizadas por homens reais vivendo em sociedade.

Mostramos acima como o conjunto das relações que os indivíduos vivendo em sociedade estabelecem entre si e entre eles e a natureza, na produção e reprodução de suas vidas, institui socialmente um movimento autônomo e semovente, que os domina e comanda, ou seja, o capital como sujeito. Contudo, devemos precisar o que é uma relação (*Verhältnis*) para Marx, mais exatamente a relação-capital (*Kapitalverhältnis*), uma vez que as relações que compõem o sujeito capital não devem ser entendidas como uma das rubricas da tábua das 12 categorias transcendentais. Uma relação não significa que duas coisas *fora-uma-da-outra*, acabadas e imutáveis, cujas determinações estão todas postas, estabelecem uma conexão num ponto de contato onde elas se tocam, de tal maneira que como as determinações já estavam todas postas, cada uma permanece aquilo que já era antes da relação. Para Marx as determinações não estão todas postas,

pois a coisa está em movimento; segue, pois, que o relacionar é o movimento de algo ir (orientar-se) a outro, *passar* por ele e retornar a si próprio, por isso as coisas que se relacionam não estão *fora-uma-da-outra*. Ou seja, trata-se de um *processo* de orientar-se a outro para constituir a si próprio, por isso trata-se de uma relação *vinculada*, onde o outro está vinculado a si. Por consequência, como cada momento se refere ao outro, cada momento carrega nele uma historicidade, de tal maneira que é tanto referência retrospectiva quanto prospectiva. Vejamos agora um trecho dos *Grundrisse* em que a *relação* está referida ao *processo*: “se é dito que o capital é um valor de troca que produz um lucro, ou que ao menos é utilizado com o propósito de produzir um lucro, pois o capital já está pressuposto em sua própria explicação, pois o lucro é a relação determinada do capital consigo mesmo. *O capital não é uma relação simples, mas um processo, nos diferentes momentos do qual é sempre capital*” (G, p. 199). Como os diferentes momentos são constitutivos do capital, que é um processo, pode-se ver, claramente, como o movimento é constitutivo dos elementos que se relacionam, de modo que vinculados em um processo um é momento do outro. Ora, o movimento-sujeito, portanto, não consiste num sistema de relações simples – no qual os elementos que se relacionam estão fora-uns-dos-outros –, mas consiste num sistema, que é processo em movimento, portanto um todo complexo, onde cada elemento é momento do outro. (Digressão B)

Quelle horreur! C'est effrayant! Pelo o que acabamos de ver, temos que todas as críticas feitas ao Marx por *intellectuels de gauche ou pas*, que tomam o *valor* como o *fundamento* do capital e se sedimentam em sua alteração qualitativa – alteração exposta pelo próprio Marx nos *Grundrisse*, diga-se de passagem –, dão azo, assim, à sua profundidade, isto é, à profunda debilidade desses críticos de compreender o capital instituído socialmente como sistema! Em segundo lugar, somente uma posição reacionária poderia se amedrontar e inferir do que vimos qualquer sorte de quietismo, dado que as ações dos próprios indivíduos criam um sujeito autônomo, que os domina e comanda. O fato de o capital ser produzido inteiramente pelas ações humanas, nessa nudez, mostra, ao contrário, que ele pode e deve ser inteiramente destruído pela ação humana, pois, caso contrário, o Estado-nação moderno, o sistema monetário etc., podem até ser reformados, mas com isso apenas se conserva a servidão dos trabalhadores, inclusive no caso do Estado de bem estar social, onde se exporta a leviandade aos países periféricos.

O percurso que realizamos responde a uma questão que poderia desconcertar o leitor d'A *assim chamada acumulação primitiva*, a saber, por que na seção destinada à gênese do capitalista industrial Marx não se refere sequer uma única vez à pessoa do capitalista industrial? Ao expor os momentos fundamentais da acumulação primitiva, que tiveram por palco o globo terrestre, Marx demonstra o conjunto de relações que engendraram o capital industrial, que não é coisa, mas um movimento autônomo que é sujeito, embora precise encarnar-se em capitalistas singulares. Essa encarnação é apresentada no texto através das ações de capitalistas, que com o nascimento da grande indústria realizaram feitos brutais como o rapto de crianças e o tráfico de escravos de Liverpool, relatados tanto vezes como F. M. Eden (cf. C, p. 827) ou Aikin (cf. C, p. 828-829). Assim, se demonstra que tais ações foram realizadas por capitalistas e, a um só passo, que não se tratava de uma extravagância do indivíduo singular, mas uma exigência do capital como sujeito. Isso não é tudo. Ao mostrar a consolidação do capital com o surgimento da grande indústria, que “celebra seu nascimento com o rapto herodiano dos inocentes” (C, p. 827), isto é, se apropria de mão de obra infantil, levando inclusive crianças ao suicídio e a morrerem por inanição (C, p. 828), o texto ratifica sua assombrosa magnificência, pois esse caso factual mostra que as leis de propriedade se convertem em leis de apropriação capitalista – pois não se troca trabalho por trabalho – e, ao mesmo tempo, mostra que a ladainha do contrato, onde cada indivíduo dispõe livremente de sua *pessoa*, é uma *fictio juris*, porquanto “no trabalho das crianças etc., desaparece até mesmo a formalidade da venda de si mesmo” (C, p. 653, nota 19).

Para que uma formação social venha-a-ser capitalista é preciso que seus pressupostos sejam postos pelo processo histórico de dissolução de formações sociais anteriores, é preciso que haja descontinuidade. Mas esse mesmo processo histórico é um movimento contínuo no qual os elementos liberados estabelecem um conjunto de relações resultando na gênese do capital. As relações realizadas pelos indivíduos engendram um movimento autônomo, um sujeito que os domina e comanda. Uma vez firmado sobre seus próprios pés, esse sujeito autônomo se *desenvolve* por si só e passa a repor seus próprios pressupostos. Ao seu desenvolvimento, não há limite que se apresente como barreira insuperável, mesmo que para tanto seja preciso sangue, dor e,

inclusive, destruir-se a si mesmo. Dessa maneira *nasce um novo céu e uma nova terra, porque o primeiro céu e a primeira terra haviam desaparecido!*⁴⁷

⁴⁷ Apocalipse, 21:1.

O capital pressuposto de si mesmo:**a dominação por fios invisíveis****I**

No processo histórico pelo qual uma formação social *veio-a-ser* e se constituiu capitalista, os indivíduos vivendo em sociedade estabeleceram um conjunto de relações que *engendraou* um movimento autônomo, que os comanda e domina. Entretanto, para que esse movimento se torne efetivamente autônomo ou, com uma expressão de Marx, para que o capital se “sustente sobre seus próprios pés”, e a formação social que lhe corresponde se consume como *especificamente* capitalista, é preciso que a relação fundamental que sistematiza a formação social se *desenvolva*. Somente quando desenvolvida, o capital é *posto efetivamente* como capital e a formação social como *especificamente* capitalista; somente então o capital é sujeito – esse é mais um importante elemento à compreensão do *mistério*.

Nesse momento, se dissermos que “o capital é sujeito do sistema capitalista, consiste numa soma de valores que se configura da forma mais diversa, por exemplo, capital industrial, comercial ou financeiro, que resulta em lucro, juros ou renda da terra, sempre a mesma substância do processo de autovalorização. Mas a substância não é mais do que a face constituída de um conjunto de ações sociais constituintes, não definidas na plurivocidade do concreto mas exclusivamente pelas condições mínimas de seu entrelaçamento”⁴⁸; restará demonstrar, entretanto, a conexão interna entre as relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade e o sujeito capital – o que não consiste, obviamente, na exemplificação factual de elos intermediários. Precisamos demonstrar, em suma, o processo de desenvolvimento da *relação fundamental* da formação social capitalista.

⁴⁸ GIANNOTTI, J. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 231. Doravante: ODT.

Conquanto diferentes, o *desenvolvimento* não é extrínseco aos processos de *devir* e *gênese*. Contudo, eles não devem ser igualados. A dificuldade, aqui, é compreender o mesmo na diferença: o *desenvolvimento* das formações sociais não-capitalistas culminou com suas dissoluções, pondo no *devir* os elementos de outra formação social, *engendrada* pelas relações estabelecidas entre eles. Segue, disso, que “a gênese nem é inteiramente estranha ao devir, nem interior a ele” (*MLP II*, p. 30). Mas uma formação social não nasce já inteiramente desenvolvida, ela o faz ao se reproduzir. Assim, seu desenvolvimento atravessa o processo de gênese. Se fôssemos tratar a questão a partir da temática da temporalidade e da história – o que não é nosso caso – poderíamos dizer que ao tratar de uma formação social “é preciso distinguir rigorosamente a história [*desenvolvimento*] da pré-história [*gênese*] (como da pós-história [*devir*])” (*MLP II* p. 81, interpolações nossa). A partir dessa distinção de níveis diversos em sua unidade, podemos compreender o movimento pelo qual o capital se *desenvolve* ao repor seus pressupostos.

Em toda formação social os indivíduos produzem suas vidas. A produção, nesse sentido, é um fluxo contínuo. Ela deve se repetir, a fim de assegurar suas existências:

Assim como uma sociedade não pode deixar de *consumir*, tampouco pode deixar de *produzir*. Portanto, considerado a partir do ponto de vista de sua interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de *reprodução* (*C*, p. 641, grifo nosso).

O texto nos mostra uma distinção de níveis no interior do Livro I de *O capital*. Se o processo de produção é considerado a partir de suas *interconexões* e *fluxo contínuo*, todo processo de produção é processo de reprodução, ou seja, o objeto doravante, a reprodução, é movimento contínuo. Apenas a consideração do movimento contínuo de reprodução de uma formação social permite identificar como ela repõe seus pressupostos. Isso orienta nossa investigação aos capítulos 21, 22 e 23 de *O capital*; não obstante, nosso trabalho não seria feliz se não tivéssemos identificado as condições, os pressupostos e a relação fundamental do capital, a partir de seus processos de *devir* e *gênese*. Embora não retomaremos expressamente aqui os resultados obtidos a não ser eventualmente (internalização sistemática das trocas, desenvolvimento do sistema

monetário etc.), eles estão sempre presentes. Por fim, salientamos, a seção dos *Grundrisse* dedicada à *Reprodução e acumulação do capital* (G, p. 327-387) será de grande auxílio, pois permitirá mostrar pontos implícitos em *O capital*, embora haja longos trechos neste último transcritos quase integralmente daqueles.

Sabemos que o primeiro *movimento* do dinheiro que se realiza como capital, a realização *original* do dinheiro em capital, tem de percorrer algumas fases. Logo na *apresentação* da seção VII, antes do capítulo 21(*Reprodução simples*), Marx os expõe:

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse valor em dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente (C, p. 639).

Para que o *primeiro movimento* do dinheiro, que deve *funcionar* originalmente como capital, possa ocorrer é preciso um conjunto de situações e acontecimentos históricos que o condicionou, consoante vimos nos capítulos 1 e 2 desta parte I. O mesmo vale para o segundo movimento ou *segunda fase*. No entanto, todo esse esforço é vão se o mais-valor sob a forma do mais-produto não for vendido, isto é, se não se *realiza em valor* sob a forma de *dinheiro*, que a rigor é mais-dinheiro, onde esse último movimento é o primeiro do ciclo seguinte.

Até aqui nada novo sob sol; poderíamos, inclusive, supor que a investigação de Marx teria esgotado todos os seus frutos. Por outras palavras, se considerarmos o texto citado anteriormente – segundo o qual nenhuma sociedade pode deixar de consumir e, portanto, de produzir –, tendo em vista a formação social seja mercantil seja especificamente capitalista, onde, por um lado, cada ato de troca individual para o consumo impulsiona a produção do produto trocado fora circulação e, por outro, cada produto produzido impulsiona a troca fora dela, então poderíamos supor que toda a

questão já estivesse resolvida, desde que o movimento fosse concebido em sentido expansivo. E, de fato, não são raros os teóricos de ontem e *intellectuels* de hoje, que param por aí, ou seja, alguém do próprio Marx, e idealizam suas novidades teóricas do capitalismo pós-capitalista etc. Entretanto, a reprodução da relação-capital encerra mais do que comumente é visto; ademais, Marx a examinou exaustivamente e em seus mínimos detalhes.

¡Dicho eso, adelante! O movimento de desenvolvimento do capital não pode ser compreendido unilateralmente. Por isso, é preciso considerar tanto o movimento contínuo de sua dimensão social quanto a descontinuidade do processo isolado. Assim,

Embora esta [a reprodução simples] não seja mais do que a repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera *repetição* ou *continuidade* imprime ao processo certas *características novas* ou, antes, dissolve as características *aparentes* que ele ostentava quando transcorria de maneira *isolada* (C, p. 642, interpolação e grifo nosso).

A distinção entre aparência e essência, ou melhor, a passagem de como o processo *aparece* isoladamente à sua determinação essencialmente social, exige a consideração da *continuidade* do movimento de *reprodução* do capital, que *dissolve as características* do aparecer. Por outras palavras, as características essenciais do processo são ocultadas pelo aparecer, nesse sentido negadas. Assim, o movimento contínuo da reprodução permite distinguir a posição dos pressupostos do capital, a reposição de tais pressupostos e também como eles aparecem numa dada atualidade. A respeito da posição, sabemos que os pressupostos do capital foram postos pelos processos históricos de seu *devir* e *gênese*. Contudo, no texto da *Reprodução simples*, que antecede a *Assim chamada acumulação primitiva*, Marx mantém propositadamente o mito fundador do capital, segundo o qual uma minoria laboriosa e parcimoniosa teria enriquecido mediante seu próprio suor etc., a fim de mostrar a falácia de tal argumento. No entanto, a *repetição* do processo de produção, a reprodução, modifica esses pressupostos imprimindo *certas características novas* ao processo.

Sabemos que esse processo tem de começar em algum lugar e em algum momento. Do ponto de vista que desenvolvemos até aqui, portanto, é provável que o capitalista se tenha convertido em possuidor de dinheiro em virtude de uma *acumulação originária* [*ursprüngliche*], independente de trabalho alheio não pago, e que, por isso, tenha podido se apresentar no mercado como comprador da força de trabalho. No entanto, a mera *continuidade* do processo capitalista de produção, ou a reprodução simples, opera também outras *mudanças* notáveis, que afetam não apenas o capital variável, mas o *capital total* (C, 644, interpolação e grifo nosso).

Devido à *continuidade* da *reprodução*, ocorrem *mudanças notáveis* no *processo de produção capitalista*. Tais mudanças *afetam* não somente as condições subjetivas da produção, o *capital variável*, mas também as condições objetivas, o *capital constante*, ou seja, elas afetam o *capital total*. Por outras palavras, os dois pressupostos da produção capitalista, a saber, o trabalhador inteiramente livre e a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência, são modificados com a repetição reiterada da produção. Vejamos mais de perto, em primeiro lugar, o que muda relativamente às condições subjetivas.

Considerando o processo de produção do ponto de vista individual, o capitalista originário – ou melhor, o possuidor de dinheiro que o pôs para funcionar como capital pela primeira vez – pôde dar início ao processo de produção ao comprar no mercado, além das condições objetivas, a força-de-trabalho. Contudo, ele teve de comprá-la por um período de tempo determinado, limitado; encerrado o tempo estabelecido inicialmente pelo contrato de compra e venda (dia, semana, mês etc.), a força-de-trabalho tem de ser comprada novamente, assim, o contrato é renovado constantemente. Nessas circunstâncias o contrato, a troca entre força-de-trabalho e dinheiro, aparece tanto ao capitalista quanto ao trabalhador como *descontinuidade*.

O trabalhador, por sua vez, somente é pago ao final do tempo estabelecido pelo contrato. No entanto, durante esse tempo seu trabalho criou, na *forma* de produto, um valor equivalente ao seu próprio valor, que lhe retorna em dinheiro sob a *forma* de salário, e um mais-valor. Sendo assim, durante o tempo em que o trabalho se realiza antes do pagamento, o trabalhador criou o “fundo de seu próprio pagamento” (C, p. 642). Na transformação original de dinheiro em capital o capitalista deve ter acumulado, por qualquer meio – isto é, pelos métodos vistos no capítulo 2, desta parte I –, o

quantum de dinheiro relativo ao salário, porquanto o valor cristalizado no produto ainda não foi transformado em dinheiro; entretanto, na segunda volta da produção, isto é, com a renovação do contrato e o reinício da produção, o valor em dinheiro relativo ao salário não se deve mais à fortuna do capitalista, mas sim ao valor produzido anteriormente pelo trabalhador sob a forma de produto, que está convertido agora na forma dinheiro. Essa é apenas uma primeira modificação.

Assim, se consideramos o processo individual, mas em seu movimento contínuo, temos que “o que *reflui* [*zurückfließt*] continuamente para o trabalhador na forma-salário é uma parte do produto continuamente reproduzido por ele mesmo” (C, p. 642 interpolação e grifo nosso). Tendo em vista, ao mesmo tempo, que em cada ramo produtivo, sem exceção, de uma formação social (capitalista), uma parte do produto produzido pelo próprio trabalhador, “que representa o trabalho necessário” (G, p. 362), tem de retornar a ele a fim de que ele possa assegurar sua reprodução (cf. G, 356-367), então temos um movimento de *atração* entre o trabalhador e o trabalho necessário que *reflui*. Contudo, numa formação social capitalista o trabalho necessário *reflui* pela mediação do dinheiro sob a *forma-salário*, no entanto “o dinheiro não é mais do que a forma transformada do produto do trabalho” (C, p. 642). Ora, considerando a mediação do dinheiro no movimento em sua continuidade, temos claro: enquanto o trabalhador transforma sua atividade e as condições objetivas do trabalho (matérias-primas, instrumentos etc.) em produtos novos, ao mesmo tempo, os produtos produzidos por ele anteriormente são convertidos em dinheiro na circulação, cuja alíquota referente ao trabalho necessário lhe retornará sob a forma salário. Ou seja: “é com seu trabalho da semana anterior ou do último semestre que será pago seu trabalho de hoje ou do próximo semestre” (C, p. 642).

Já vimos que nada disso aparece ao indivíduo, devido à descontinuidade do contrato, contudo há mais a ser visto aí. O texto da *Reprodução simples* mostra em ato, isto é, sem nomear literalmente, a imprescindibilidade do dinheiro como mediação da relação-capital. Pois, conforme exposto no capítulo 3 (*O dinheiro ou a circulação de mercadorias*) de *O capital* – mas lá em outro nível –, embora toda venda (M—D) seja, ao mesmo tempo, seu contrário, isto é, uma compra (D—M), o dinheiro permite, nessa relação, a dissociação temporal entre a alienação do produto (aqui força-de-trabalho) e a realização do preço em dinheiro (salário) (cf. C, p. 169-222; cf. tb. cap. 4, p., 223-240) — as considerações finais apontarão alguns desdobramentos disso a serem trabalhados

numa pesquisa futura. Esse *lapso temporal*, para usar uma expressão de Marx, por um lado, permite que o movimento de *atração* seja, ao mesmo tempo, um movimento de *repulsão*, pois “se o fundo de trabalho só *aflui* constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento por seu trabalho é porque seu próprio produto se *distancia* constantemente dele sob a *forma de capital*” (C, p. 643, grifo nosso). Não são dois movimentos justapostos, mas um único e mesmo movimento, que, porém, é duplo em sua unidade.

O salário de hoje da classe trabalhadora, relativo ao trabalho necessário, é seu trabalho de ontem capitalizado, assim como o trabalho de hoje será o capital de amanhã, do qual uma parte será *re*-convertida em salário. Reiteramos mais uma vez: não se trata – como quase sempre é compreendido – de certa interação recíproca entre coisas acabadas, que institui um deslocamento espaciotemporal segundo uma causalidade, mas sim, de modo inteiramente diverso, de um movimento, cujos *momentos* instituem um todo contínuo, que quando estagnado, se apresentam como dinheiro, trabalho necessário etc., entretanto a estagnação do movimento para dizê-lo já é a perda do próprio movimento, essa é a dificuldade. O lapso temporal camufla o salário como produto do trabalho do próprio trabalhador, gerando a *ilusão* de que o capitalista tira benevolmente de seu próprio bolso o dinheiro do *fundo de trabalho*, de modo que o salário aparece como doação — já se entrevê o salário como contraface apaziguadora da comunidade dilacerada. No entanto,

[1] A *ilusão* gerada pela *forma-dinheiro* desaparece de imediato assim que consideramos não o capitalista e o trabalhador individuais, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora. [2] A classe capitalista entrega *constantemente* à classe trabalhadora, sob a forma-dinheiro, *títulos* sobre parte do produto produzido por esta última e apropriado pela primeira. [3] De modo igualmente *constante*, o trabalhador devolve esses *títulos* à classe capitalista e, assim, dela obtém a parte de seu próprio produto que cabe a ele próprio. [4] A forma-mercadoria do produto e a forma-dinheiro da mercadoria disfarçam [*verkleiden*, se traveste] a transação (C, p. 642-643, interpolação e grifo nosso).

O primeiro movimento do texto alerta que a *ilusão* desaparece quando são consideradas as classes que se relacionam, vale dizer, quando o movimento é

considerado em sua continuidade *e também* socialmente. Assim, o segundo movimento do texto apresenta um *momento* do movimento de reprodução, onde do total produzido pela classe trabalhadora e apropriada pela classe capitalista, o trabalhador recebe *títulos* (forma-dinheiro) que proporcionam seu acesso à parte da riqueza produzida por ele. Essa parte corresponde ao fundo de trabalho. Evidentemente, em todas as formações sociais o fundo de trabalho sempre foi produzido pela classe trabalhadora, se na formação social capitalista o acesso a ele é mediado, nas não-capitalistas ele sempre foi direto. A ilustração feita por Marx, a partir da apresentação comparada do servo que se torna assalariado (cf., *C*, p. 643), corrobora o que dizemos; além disso, como a participação no fundo de trabalho produzido pelo próprio trabalhador não é mais direta, mas mediada pelos “meios de pagamento adiantados por um terceiro” (*ibidem*), o trabalhador não se relaciona mais com o produto de seu próprio trabalho como proprietário, por consequência não se trata de “mera mudança de forma” (consoante afirma a *Tendência histórica da acumulação capitalista*, *C*, p. 830) do trabalhador, pois houve a perda do vínculo que o prendia junto (*Zusammenhängen*) às condições objetivas da produção, onde ele possuía existência objetiva.

A participação do trabalhador no fundo de trabalho mediada por títulos permite que, considerando o movimento socialmente, ela se realize em ramos produtivos diferentes que aquele em que o trabalhador está diretamente inserido: dada a divisão social do trabalho o indivíduo trabalhador tem de trocar o dinheiro de seu salário pelos meios de subsistência produzidos em outros ramos produtivos que não aquele onde está diretamente inserido. Em vista disso, o terceiro movimento do texto mostra outro *momento* do movimento de reprodução, onde a classe trabalhadora *devolve constantemente* esses títulos à classe capitalista, através da devolução de cada indivíduo *trabalhador* ao comprar os meios de subsistência, que asseguram a reprodução de sua existência. A devolução dos títulos é *momento* essencial à reprodução do capital, pois ele faz a mediação da troca do produto excedente dos diferentes capitalistas entre si, sob a forma de valor, consoante demonstrado minuciosamente nos *Grundrisse* (cf. *G*, 356-367). Nesse texto, a fim de facilitar a exposição da movimentação social dos capitais de diferentes ramos produtivos de uma formação social, o capital total de cada ramo produtivo (por exemplo, os ramos produtivos *A*, *B*, *C* etc.) é representado por um capitalista (por exemplo, pelos capitalistas *A*, *B*, *C* etc.). Assim, ao demonstrar esse movimento social, Marx representa todos os capitais que produzem os meios de

subsistência da classe trabalhadora na figura do *capitalista E*, de modo que os trabalhadores dos demais ramos produtivos devolvem seus títulos ao *capitalista E*, com os quais esse último realiza a troca com outros capitalistas. Por exemplo, os trabalhadores dos produtores de maquinaria (*capitalista C*) não podem comer máquinas e trocam seu salário pelo produto excedente capitalizado do *capitalista E*, que produz meios de subsistência. (Evidentemente, o assunto é muito mais complexo que isso, mas *grosso modo* basta para o que demonstramos).

Ora, isso mostra, por um lado, que ao serem produzidos como capital, os meios de subsistência pelos quais a classe trabalhadora reproduz sua existência como “capacidade de trabalho viva” (G, p. 374) são postos como “sua própria existência em forma objetiva” (*ibidem*). De maneira mais clara: os meios de subsistência se põem como a existência na forma de objeto da força-de-trabalho viva. Por essa razão eles são produzidos e reproduzidos devido a uma necessidade interna do capital, pois se não forem produzidos meios de subsistência pelo *capitalista E*, os trabalhadores do *capitalista C* não se reproduzem e, portanto, o capital encarnado no *capitalista C* não se reproduz; portanto, as máquinas necessárias ao *capitalista A*, produtor de matéria-prima, não serão produzidas etc. Por outro lado, antes mesmo de ser transformado em dinheiro, isto é, ainda na forma de produto excedente, cada capital produzido já está destinado desde o seu nascimento a reconverter-se em novas condições objetivas da produção e novas condições subjetivas da produção (força-de-trabalho), devido à necessidade interna do capital de reiniciar nova produção. Portanto, ao realizar-se em dinheiro, o capital já está destinado a converter as duas condições de produção em *momentos* de si próprio, isto é, as condições objetivas da produção são postas como *capital constante* e a condição subjetiva como *capital variável*. Esses dois lados demonstrados são um único movimento, apreensível apenas socialmente e em seu fluxo contínuo, um movimento que no transcorrer de suas voltas ininterruptas – ao correr de gerações assalariadas – reduz os trabalhadores assalariados, enquanto classe, a uma das partes integrantes do capital total, em *capital variável*, isto é, na mercadoria força-de-trabalho reproduzida pelo próprio capital como seu valor de uso. Assim, socialmente o capital se põe frente aos trabalhadores como “valor de troca autonomizado que se confronta com a capacidade de trabalho como seu *valor de uso específico*” (G, p. 370). Ao ser reproduzida como assalariada e, por isso, desprovida de existência objetiva não lhe restando senão vender sua força-de-trabalho, a classe trabalhadora é reposta pelo capital

como um valor-de-uso indispensável ao *processo de trabalho*, que medeia o *processo de valorização no processo de produção*, portanto, como mero momento do próprio capital, como *capital variável*. Em suma: ao ser reposta, a classe trabalhadora é posta como capital variável.

O quarto movimento do texto citado mostra que é justamente aquilo que permite a *transação*, a *forma-mercadoria* e a *forma-dinheiro*, que a *disfarça*. A classe trabalhadora determinada como mercadoria força-de-trabalho precisa ser trocada por dinheiro para se realizar, isto é, para realizar sua atividade ao pôr-se na forma objetiva, mas com isso ela é negada *em* capital variável. Mas, a realização da força-de-trabalho em produto como não-propriedade da classe trabalhadora, como capital, faz com que a classe trabalhadora só possa se apropriar da parte que lhe cabe se o dinheiro em que sua força-de-trabalho fora transformada for novamente negado como dinheiro, ao ser trocado por mercadoria, pelos meios de subsistência. Assim, por meio dessa negação da negação, o fundo de trabalho retorna à classe trabalhadora, que o produziu, e essa última se reproduz como nova força-de-trabalho, mera existência não objetiva. Reproduzida novamente como mercadoria força-de-trabalho inicia-se novo movimento etc.. Assim, a relação-capital se mostra como não sendo nem dinheiro nem mercadoria, mas *o movimento negativo entre dinheiro e mercadoria*; um movimento real, que não é linear, mas espiral. Por outras palavras, as relações reais estabelecidas pelos indivíduos entre si e entre os indivíduos e a natureza, vivendo em sociedade, estabelece um movimento negativo, que se autonomiza dos próprios indivíduos dominando-os; por isso, somente quando o trabalho em sua forma assalariada se torna socialmente predominante a produção de mercadorias pode se desenvolver plenamente em produção capitalista; precisamos ter isso em vista, quando retomarmos esse ponto ao final desse texto, após tratarmos da totalização do capital.

Vejamos, agora, o que ocorre com o capital constante. Seja qual for o valor do capital total adiantado e independente de sua divisão interna entre as partes constante e variável, ele produzirá sempre ao cabo de um *período*, por exemplo, um ano, um mais-valor. No movimento contínuo de reprodução, ao final de cada período será produzido sempre um mais-valor, mas, além disso, o valor equivalente ao capital constante e variável é também sempre reproduzido. O mais-valor, na reprodução simples, é tido como inteiramente gasto pelo capitalista. Segue, pois, que transcorrido um certo número de períodos ou anos, o valor do capital total originalmente adiantado foi inteiramente

reproduzido pelo trabalhador, pois o montante do mais-valor apropriado pelo capitalista para seu consumo próprio durante esse período equivaleria ao valor do capital total adiantado inicialmente à produção. Portanto, “o valor do capital adiantado, dividido pelo mais-valor anualmente consumido, resulta no número de anos ou períodos de reprodução ao término dos quais o capital originalmente adiantado foi consumido pelo capitalista e, portanto, desapareceu” (C, p. 644).

O movimento de reprodução em sua continuidade mostra que transcorrido determinado tempo o valor do capital constante é inteiramente substituído pelo mais-valor extraído do trabalhador através do mais-trabalho não pago sob a forma de mais-produto. Por outras palavras, as condições objetivas da produção são inteiramente repostas pelos próprios trabalhadores como sua não-propriedade, como capital. Dessa maneira, as condições objetivas da produção, enquanto capital constante, não pressupõem mais a fortuna original do capitalista, mas sim o próprio capital. Marx dá, com isso, o golpe final ao argumento do mito fundador do capital, pois mesmo se o indivíduo capitalista tivesse economizado no passado com muito esforço e trabalho pessoal sua fortuna monetária, que ele põe agora em movimento como capital e, por isso, é gratificado com uma renda por seu sacrifício prévio, mesmo se essa “patacoada” fosse uma facticidade histórica, sua gratificação teria, digamos, um prazo limitado: o prazo relativo ao número de períodos, cujo mais-valor substitui o capital inicial. Além disso, ao demonstrar o movimento como se o mais-valor fosse consumido inteiramente pelo capitalista como sua renda – o que supõe o consumo individual do capitalista como limite do mais-valor – Marx decepa, ao mesmo tempo, o argumento de que a exploração não resulta do capital, da relação-capital, mas dos ganhos exorbitantes.

A reprodução do capital, mesmo em sua dimensão simples, modifica seus pressupostos. Embora esse processo tenha sido apresentado como constante na *Reprodução simples* ele necessita ocorrer sempre em escala crescente. O dinheiro originalmente adiantado como capital, ao final do período – isto é, após a transformação do mais-valor na forma de mais-produto em mais-valor na forma de mais-dinheiro –, tem como resultado um capital cujo valor equivale ao adiantado inicialmente e, além dele, um capital adicional, cujo valor equivale ao mais-valor produzido, isto é, o capital adicional 1. O recém nascido capital adicional 1, composto inteiramente de mais-trabalho não pago, ao ingressar o processo de reprodução, também será capitalizado dando origem ao capital adicional 2. E assim sucessivamente em escala sempre

crescente... Se a produção do capital adicional 1 pressupunha a fortuna pessoal do capitalista, o capital adicional 2 pressupõe para ser produzido apenas o capital adicional 1, ou seja: “a propriedade de trabalho pretérito não pago se manifesta agora como a *única condição* para a apropriação *atual* de trabalho vivo não pago, em escala cada vez maior” (C, p. 658, grifo nosso).

Com efeito, se os *pressupostos* do capital foram *postos* pelo processo histórico de seu *dever* e constituíram sua *gênese*, conforme vimos pelos capítulos 1 e 2 desta parte I, eles eram de início exteriores à formação social capitalista. Pois, assim como “a fuga dos servos para as cidades, p. ex., se é uma das condições e dos pressupostos *históricos* do sistema urbano, não é uma *condição*, não é um momento da efetividade do sistema urbano desenvolvido, mas pertence a seus pressupostos *passados*” (G, p. 377); assim também, os pressupostos do capital, inicialmente exteriores, são internalizados e, com isso, “esses pressupostos *externos* aparecerão agora como *momentos do movimento* do próprio capital, de modo que ele mesmo os pressupôs como seus próprios *momentos* – qualquer que seja a sua gênese histórica” (G, p. 370, grifo nosso). Em seu movimento de reprodução o capital repõe inteiramente seus *pressupostos* – que devem ser distinguidos das *condições* –, internalizando-os como capital variável e constante; dessa maneira, o capital pressupõe a si mesmo. Ao pôr seus próprios *pressupostos* – o que, como vimos, é realizado pelas ações dos próprios indivíduos – o capital dá a si sua própria lei, se autonomiza, tanto dos indivíduos autonomizados num polo como trabalhadores livres quanto dos meios objetivos de trabalho e subsistência autonomizados, no outro. É estabelecido um movimento que se realiza pelas relações dos indivíduos e que, ao mesmo tempo, se move a despeito deles. Assim, uma vez que o movimento se move por si mesmo, as *condições* históricas que o constituíram se tornam não necessárias. Portanto, “As condições e os pressupostos do *dever*, da *gênese*, do capital supõem precisamente que ele ainda não é, mas só *devém*; logo, desaparecem com o capital efetivo, com o próprio capital que, partindo de sua efetividade, põe as condições de sua efetivação” (G, p. 377). Temos como resultado de nosso percurso o movimento de reposição; vejamos, agora, o que ele envolve.

II

Já vimos como o conjunto de relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade os posiciona determinando a forma da sociedade, a formação social. Esse conjunto se articula sistematicamente, de maneira que os *existentes* são *constitutivos* do *fundamento* da *formação social*, isto é, da *relação fundamental* pela qual a formação social se reproduz. Vimos, detalhadamente, que no caso da formação social capitalista o ponto de partida é – e Marx o retoma *expressamente* ao tratar da reprodução –: “a *separação* [*Scheidung*, divórcio] entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho era, portanto, a base [*Grundlage*, fundamento] efetivamente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista” (C, p. 645, interpolação nossa). Sabemos, outrossim, que com a reprodução da relação-capital e, por conseguinte, da formação social que lhe corresponde, “o que inicialmente era apenas o ponto de partida” se perpetua “como resultado próprio da produção capitalista” (C, p. 645). Por isso, ao repor seus próprios pressupostos, por um lado, o capital reproduz os meios objetivos de existência como não-propriedade do trabalhador, isto é, “a riqueza material como capital” (C, p. 645), por outro, reproduz o trabalhador como existência apenas subjetiva desprovida existência objetiva, isto é, “como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios de tornar essa riqueza efetiva para si” (C, p. 645). Dessa maneira,

como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está *alienado* dele [*ihm selbst entfremdet*], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como *poder* que lhe é *estranho*, que o *domina* e *explora*, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, *separada* de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do

trabalhador; numa palavra, *produz o trabalhador como assalariado* (C, p. 645, grifo nosso).

O texto exige que consideremos o processo descrito em movimento, onde o dinheiro que empregará o trabalhador hoje é trabalho de ontem capitalizado. Por isso, *antes de entrar no processo* a situação em que se encontra o trabalhador é constituída por seu próprio trabalho, que lhe é *estranho (fremd)*. E mais, o trabalhador apenas pode ingressar novamente no processo, isto é, vender sua força de trabalho a fim de se reproduzir, submetido à condição em que a realização de sua atividade criadora de valor é, ao mesmo tempo, consumida pelo capitalista; por isso, ela é atividade e passividade, ao mesmo tempo. Ressaltemos no texto, em vista do que nos interessa, que o produto do trabalho como capital efetua três inversões, ou melhor, a inversão decorrente da relação-capital se manifesta em três níveis, a saber, na atividade ou força criadora de *valor*, no produto como *meio de subsistência* e nos *meios de produção*, que são igualmente produto do trabalho.

Vejamos mais de perto o que decorre dessa inversão. Primeiro, em relação à força criadora de valor, isto é, ao trabalho como atividade em ato, o trabalho vivo. Na situação em que a produção é socialmente orientada a produzir valores para a troca, a força criadora de valor somente pode ser realizada se produzir mais valor que aquele que lhe retorna pelos títulos (salário). Mas, com isso, ela sai do processo de produção igualmente como entrou, desprovida das condições objetivas de existência, ou seja, “a capacidade de trabalho não sai mais rica do processo, sai mais pobre do que nele entrou” (G, p. 372). Assim, a força criadora de valor produz, ao mesmo tempo, “a riqueza *alheia* e a própria pobreza” (G, p. 372, grifo nosso), de modo que ela só pôde se realizar hoje sob a condição de produzir mais-valor, mas com isso ela produz a si mesma como pobreza, de modo que amanhã ela deverá vender-se novamente; contudo, o que a comprará amanhã será o mais-valor criado por ela hoje, mas ele somente a comprará sob a condição de que ela produza um novo mais-valor. Dessa maneira, a força criadora de valor é posta como “simples meio para valorizar o trabalho objetivado” (G, p. 379). Temos claro o movimento pelo qual o *valor* produzido pela própria força criadora de valor a *suga*, portanto o movimento onde “*seu próprio produto*, posto por ela mesma, tanto como sua própria objetivação quanto como sua objetivação enquanto um *poder* dela própria *independente*, *poder* que antes a domina, a

domina por meio de sua própria *ação*” (G, p. 372, grifo nosso). Contudo, esse movimento não é unilateral, pois se o trabalhador produz a si mesmo como força de trabalho e o capital contraposto como riqueza alheia, o capitalista igualmente produz a si mesmo ao produzir capital e a força de trabalho a ele contraposta, (cf. G, p. 377); por consequência, vemos como a reprodução do capital “produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (C, p. 653). Em segundo lugar, quando a classe trabalhadora é reposta como apenas um dos elementos para que ocorra produção – isto é, como “um *valor* de valor de uso particular *ao lado* das próprias condições de sua valorização como *valores* de outro valor de uso” (G, p. 379) –, não é o trabalhador que compra meios de subsistência, mas esses que, enquanto capital variável, fundo de trabalho produzido pelo próprio trabalhador, compram o trabalhador com *títulos* de participação na riqueza produzida, sob a condição de produzir trabalho excedente. Pois, como o próprio trabalho criou, por um lado, “um fundo para a manutenção das capacidades de trabalho vivas, trabalhadores” (G, p. 374), por outro, ele criou “ao mesmo tempo a condição de que esse fundo só pode ser apropriado na medida em que novo trabalho excedente seja empregado” (G, p. 374); por consequência, o indivíduo trabalhador somente tem acesso aos meios de subsistência separados dele como capital, quando se submete a esse poder estranho e cria novo capital, de modo que são os *meios de subsistência que compram pessoas*. Por fim, já vimos que quando o indivíduo trabalhador se comporta como proprietário em relação às condições objetivas de sua existência, ele utiliza os meios de produção para produzir e se reproduzir, mas quando ele se comporta em relação a esses últimos como sua não-propriedade posta pelo trabalho, vale dizer, como capital, então “o material com que trabalha é material *estranho*; da mesma maneira, o instrumento é instrumento *estranho*” (G, p. 380). A não existência objetiva do indivíduo trabalhador nos meios de produção, permite que o indivíduo possa ser substituído por outro, indiferentemente, porquanto o imprescindível é a força de trabalho, o trabalho em ato, mas não o indivíduo particular. Assim, não é mais o indivíduo em seu trabalho que utiliza os meios requeridos para realizar-se, mas o “trabalho” do indivíduo “aparece como acessório das condições objetivas” (G, p. 380, grifo nosso), que o utilizam para produzir mais-valor. Nesse sentido, os meios de produção utilizam os produtores, que são substituíveis – isso envolve todo um processo histórico, que trataremos no capítulo 3, da parte II –, mas o fazem apenas quando eles produzem mais-valor, capital, portanto como um poder estranho que os domina.

Esses três níveis mostram como os indivíduos são dominados por meio de suas próprias ações, no entanto é preciso esclarecer que não se trata de um *poder* metafísico. Sabemos que as relações estabelecidas pelos indivíduos na reprodução de suas vidas formam socialmente um sistema de relações, que uma vez instituído passa a submeter os indivíduos a se comportarem, a se relacionarem, segundo as exigências desse próprio sistema de relações. Essas exigências não decorrem da vontade do indivíduo particular, pois assim como o salário de hoje é trabalho de ontem capitalizado, assim também o trabalho de hoje será dinheiro capitalizado amanhã, o que põe a exigência de que novo trabalho será explorado etc.; isso decorre da necessidade interna do próprio capital, como vimos. Por outras palavras, “pelo próprio novo ato de produção – que só confirma a troca entre capital e trabalho vivo que lhe antecede –, o trabalho excedente e, em consequência, o valor excedente, o produto excedente, enfim, o resultado total do trabalho (tanto do trabalho excedente como do necessário) foram postos como capital” (G, p. 372); portanto, cada volta da produção confirma a exploração anterior e prepara a próxima exploração, que submeterá os próprios indivíduos que a realizam. Assim, o sistema de relações estabelecidas socialmente pelos indivíduos na produção e reprodução de suas vidas, produz e reproduz o capital, pois pela ação do indivíduo o “trabalho objetivado, é dotado de alma própria pelo próprio trabalho vivo e se fixa diante dele como *poder estranho*” (G, p. 373).

Com efeito, o *poder estranho* do capital não é, portanto, uma criação especulativa da cabeça de Marx, mas o conjunto das relações reais realizadas pelos indivíduos reais, que se institui socialmente como força capaz de submeter o indivíduo, de modo a exercer *poder* sobre ele. Nas formações sociais não-capitalistas – onde cada membro se relacionava com os demais e com a natureza como membro de uma comunidade – as relações de poder, religiosas, políticas etc., não estavam inteiramente abstraídas umas das outras, de modo que a exploração econômica se dava pela força da do açoitado ou da hóstia; na formação social capitalista – onde os indivíduos se relacionam por meio da não-comunidade e separação – o poder da força dá lugar ao poder invisível da dominação econômica. Essa força social somente é capaz de exercer seu poder sobre o indivíduo, porque ele está situado em condições tais, que a reprodução de sua existência depende da manutenção do sistema de relações e, mais ainda, de sua inserção nele. Reproduzido como “indigência subjetiva” (G. p. 376) pela relação-capital, o trabalhador assalariado necessita vender-se, custe o que custar, mesmo

que para tanto seja preciso “vestir a camisa da empresa”, ou então, aplicar forçadamente ritalina nas crianças, a fim de que elas não se rebelem contra a fábrica de assalariados (também chamada de escola) em que são trancafiadas etc.

Esse poder estranho, segundo sua vontade, é capaz de comandar o indivíduo. Esse sistema social de relações constitui o movimento pelo qual a formação social capitalista produz e se reproduz. Assim, temos claro que a reprodução dessa formação social é a reprodução do capital, por meio das ações dos próprios trabalhadores e que são *estranhas* a eles. A *necessidade* de reprodução do capital se apresenta como *vontade* dessa força social estranha: “em uma palavra, como capital, como *domínio* sobre a capacidade de trabalho viva, como valor dotado de *poder* e *vontade* próprios” (G, p. 372, grifo nosso).

Ora, como essa necessidade é realizada por indivíduos reais, ela não existe no éter e tampouco pode ser a vontade do trabalhador, portanto essa vontade só existe encarnada no indivíduo que representa o capital: o capitalista. Na relação capitalista que reproduz a separação entre a força subjetiva de trabalho e as condições objetivas do trabalho, essas últimas “confrontam a pessoa do trabalhador na pessoa do capitalista – como personificações com *vontade* e interesse próprios” (G, p. 371, grifo nosso). É preciso atentar que embora a vontade do capitalista seja a vontade do capital (encarnada), a vontade do capital é, ao mesmo tempo, distinta do indivíduo capitalista, pois caso um indivíduo deixe de ser capitalista – por exemplo, a falência de um produtor de livros didáticos não mais exigido pelo sistema –, o capital se recompõe com o surgimento de outro capitalista exigido noutro ponto do sistema, segundo sua vontade – por exemplo, o surgimento de um produtor de bebidas alcóolicas. Demonstramos, assim, por que logo no início da *Reprodução simples* Marx explicita que ao tratar da reprodução, o capitalista é um homem que porta a “máscara econômica” (C, p. 641) do capital. Além disso, demonstramos por que o texto de *O capital* (p. 645), citado acima e examinado, conclui: “por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como *poder* que lhe é *estranho*, que o *domina* e *explora*, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, *separada* de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, *produz o trabalhador como assalariado*” (C, p. 646, grifo nosso).

Prima di portar avanti il nostro lavoro, bisogna fare una piccola osservazione. A reprodução do capital em seu movimento contínuo nos mostrou que o trabalho assalariado produz o capital e, ao mesmo tempo, o capital produz o trabalho assalariado. Ora, em se tratando de um movimento contínuo, depende de onde se interrompe arbitrariamente o movimento para estabelecer o ponto inicial, uma fundação primeira, um ponto de Arquimedes. Assim, afirmar que o capital é primeiro, porque cria o trabalho assalariado é tão correto quanto afirmar que o trabalho assalariado é primeiro, porque cria o capital. Portanto, a tese de que o trabalho é primeiro e que, por isso, é o lado ativo, não está errada, é unilateral – por isso, falsa. Com efeito, a iniciativa de estabelecer o trabalho como primeiro, se assenta no anseio de estabelecer uma origem, que permitiria esticar uma causalidade linear das lutas.

A reprodução contínua do trabalhador como assalariado é indispensável ao capital em sua reprodução (cf., C, p. 646, 647), pois a força de trabalho, criadora de valor, é o meio de produção sem o qual não há capital. Em seu movimento de reprodução o capital repõe a classe trabalhadora como um meio de produção ao lado dos demais, como capital variável. Por isso, o consumo individual do trabalhador – isto é, a reconversão dos títulos (salário) em meios de subsistência a fim de reproduzir sua existência –, que aparece como afirmação de sua vontade, muda de figura tão logo consideremos “o processo de produção capitalista em seu fluxo e em escala social” (C, p. 647).

Nesse caso, o capitalista “mata dois coelhos com uma cajadada” (C, p. 647). De uma parte, após a troca entre força de trabalho e dinheiro, sob forma-salário, os meios de produção subjetivos e objetivos são consumidos na produção e reprodução de capital. O consumo da força de trabalho no processo de produção capitalista é um dos momentos da produção e reprodução do capital. Assim como os meios objetivos de produção consumidos hoje têm de ser reproduzidos, para que nova produção ocorra amanhã – o que evidencia que a produção dos diversos ramos produtivos já está pressuposta antes de sua efetivação por uma necessidade sistêmica, pois nova produção de farinha de trigo hoje exige tanto a produção de trigo ontem quanto a produção de pão amanhã etc. –, assim também a força de trabalho tem de ser reproduzida, para que nova produção ocorra continuamente. De outra parte, por conseguinte, o “consumo individual da classe trabalhadora”, isto é, a troca dos títulos por meios de subsistência e a reconversão desses em “nova força de trabalho a ser explorada pelo capital” (C, p. 637),

é reprodução da força de trabalho, do meio de produção indispensável ao capital. Evidentemente, Marx se refere aqui ao consumo “dentro dos limites do absolutamente necessário” à reprodução da força de trabalho e não do consumo individual em geral; sendo assim, os *limites do absolutamente necessário* variam em cada caso individual, segundo as exigências de formação da força de trabalho. O consumo individual da classe trabalhadora se apresenta, assim, como “momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc. e quer se efetue dentro quer se efetue fora do processo de trabalho” (C, p. 647). Portanto, o que vimos mostra, em primeiro lugar, como a vontade do indivíduo é apropriada e dobrada pela vontade do capital como um poder estranho que o domina, pois sua própria ação individual realiza o movimento sistêmico de reprodução do capital a despeito de sua vontade, do mesmo modo como “o consumo do animal de carga não deixa de ser um elemento necessário do processo de produção pelo fato de o próprio animal se satisfazer com o que come” (C, p. 647). Em segundo lugar, como uma das exigências da reprodução do capital é que uma parte da classe trabalhadora esteja *à margem* do processo de trabalho direto como população excedente, a reprodução dessa parte é uma “condição de existência do modo de produção capitalista” (C, p. 707), de modo que assim como a ação ingênua de comprar um pão reproduz o capital – como vimos no capítulo 2, desta parte I –, assim também o reproduz o trabalhador do exército de reserva que rouba o pão, mesmo que ele pense estar agindo “por fora” do capital; ao comer o pão roubado, ele reproduz o exército de reserva necessário ao capital. Portanto,

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora, mesmo *à margem* do processo imediato de trabalho, é um *acessório do capital* tanto quanto o é o instrumento *morto* de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, não é mais do que um momento do processo de reprodução do capital. Mas, o processo cuida para que estes *instrumentos* autoconscientes de produção não se evadam, e o faz removendo constantemente o produto desses instrumentos do polo que ocupam para o polo oposto, o polo do capital. Por um lado, o consumo individual cuida de sua própria conservação e reprodução; por outro lado, mediante a destruição dos meios de subsistência, ele cuida de seu constante ressurgimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; *o assalariado o está por fios invisíveis*. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos patrões e pela *fictio juris* do contrato (C, p. 648, grifo nosso).

O conjunto das relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade configura a formação social como capitalista, uma vez que o modo pelo qual eles produzem e reproduzem suas vidas se assenta na relação fundamental de separação entre o indivíduo e as condições objetivas da produção, bem como a separação dos indivíduos entre si, a não-comunidade. Tais indivíduos produzem, assim, não apenas a si próprios como pobreza subjetiva, como assalariados, e a riqueza objetiva como riqueza alheia, como capital, um poder estranho que os comanda e domina, mas reproduzem a própria relação-capital, a relação de separação e não-comunidade. A reprodução da formação social, pelo movimento de *desenvolvimento da relação fundamental*, reproduz a relação-capital, de tal maneira que os pressupostos da formação social passam a ser inteiramente repostos como capital, constante ou variável.

Como o indivíduo trabalhador alienou sua força de trabalho por salário, seu trabalho o confronta como uma atividade estranha; as condições objetivas da produção, igualmente, se lhe confrontam como estranhas; o produto de seu trabalho, seja sob a forma de meios de subsistência seja de novos meios de produção, também se lhe confrontam como estranhos. Tudo isso o confronta como um poder estranho que o domina e comanda, segundo uma vontade igualmente estranha, encarnada na pessoa do capitalista. Entretanto, o movimento de reprodução em seu fluxo contínuo e em sua dimensão social mostra que são as ações reais dos próprios indivíduos reais que criam socialmente um sistema de relações instituidor de um movimento, que adquire força social capaz de dominar os indivíduos por meio de suas próprias ações. Devido às relações estabelecidas pelos indivíduos na produção e reprodução de suas vidas, institui-se um movimento pelo qual os títulos de participação na riqueza produzida pela classe trabalhadora só flui para essa própria classe (atração), porque a riqueza produzida se afasta dela *para o polo oposto* como capital (repulsão). Até mesmo o consumo individual da classe trabalhadora, já posicionada socialmente como *instrumento autoconsciente* de produção pertencente ao capital – isto é: ao sistema de relações estabelecido socialmente pelos próprios indivíduos e do qual passa a *depende* a *reprodução* de suas próprias *existências* –, *cuida do ressurgimento* da mercadoria força de trabalho no *mercado de trabalho*.

Diferentemente das formações sociais não-capitalistas onde, devido ao vínculo (que prende junto) de unidade, a produção e reprodução da comunidade é a reprodução de seus membros, por isso a finalidade é a reprodução de seus membros, patenteia-se que a produção e reprodução da formação social capitalista é a produção e reprodução do capital, não dos indivíduos que a integram. Portanto, consoante demonstramos, a classe trabalhadora assalariada é reposta como *acessório do capital tanto quanto o é o instrumento morto de trabalho*, de modo que cada indivíduo trabalhador é *posto* como um *instrumento autoconsciente*. A subjetividade (orgânica) do indivíduo conta apenas como objetividade indiferente que porta a imprescindível mercadoria força de trabalho, de modo que o movimento de reposição do capital, sua reprodução, inverte a subjetividade do indivíduo em *objetividade (orgânica) indiferente*, pois, como afirma Marx expressamente, “a existência simplesmente subjetiva da capacidade de trabalho ante suas próprias condições confere-lhe uma forma meramente *objetiva e indiferente* em relação a elas” (G, p. 379, grifo nosso). Por outro lado, tendo em vista os três níveis em que se manifesta a inversão demonstrada acima, sabemos que o sistema de relações estabelecidas pelos indivíduos adquire força social dotada de poder e vontade próprios, que os domina e comanda ao posicionar o trabalho na forma objetiva contraposta à subjetividade do indivíduo como existência autônoma e independente, dotada de vontade e movimento próprios, de modo que a objetividade se inverte na *subjetividade inorgânica do capital*. Pelas palavras do próprio Marx, “as condições objetivas do trabalho (a saber, o material em que se valoriza, o instrumento com o qual se valoriza e os meios de subsistência com os quais se aviva a chama da capacidade de trabalho viva para o trabalho e a protege da extinção, agregando as substâncias necessárias ao seu processo vital) são postas como existências autônomas, estranhas”, ou seja, “como a objetividade de um *sujeito* distinto e autonomamente contraposto a ela” (G, p. 379, grifo nosso). Nesse sentido, a objetividade é posta como “*subjetividade alheia* (a subjetividade do capital)” (G, p. 387). Ao mesmo tempo, essa inversão posiciona o indivíduo como capitalista, uma vez que “as condições objetivas do trabalho ganham existência subjetiva diante da capacidade de trabalho viva – do capital surge o capitalista” (G, p. 379). O capital não é uma coisa nem uma pessoa, “mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (C, p. 836); essa relação social inverte a subjetividade em objetividade e a objetividade em subjetividade. — Essa inversão é um dos pontos da teoria de Marx de mais difícil compreensão.

Ora, se nos primórdios da formação social mercantil onde certa quantia de dinheiro para se movimentar como capital dependia da confluência de diversas contingências – o que Marx chama de “acaso” –, a reprodução do capital instituído socialmente como sistema mostra, por sua vez, que não se trata mais de contingência, mas da necessidade desse *sujeito autônomo e semovente*, criado pelas ações dos próprios indivíduos, de valorizar o valor; trata-se de uma necessidade sistêmica, pois a reprodução dos indivíduos, de suas existências, depende da reprodução do movimento que os domina, do capital. Como diz Marx, “já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado, como comprador e vendedor. É o beco sem saída [*Zwickmühle*] característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converte seu próprio produto em meio de compra nas mãos do primeiro” (C, p. 652). Não depende, com efeito, da vontade do indivíduo particular tanto do capitalista quanto do trabalhador (seja o inserido imediatamente no processo de produção ou o inserido nas fileiras da reserva) de reproduzir ou não a relação-capital, pois até mesmo a ação mais ingênua e estufada de boas intenções a reproduz.

Assim, a ação do indivíduo institui socialmente um movimento sistêmico que o comanda e domina. Entretanto, esse movimento não aparece, não *pode* aparecer, ao indivíduo autonomizado (separado dos demais e das condições objetivas de sua existência), porque sua sociabilidade, em seus diversos níveis, se efetiva de maneira isolada e descontínua. Dessa maneira, o consumo da força de trabalho do indivíduo pelo capitalista, que o faz “perder no trabalho morto sua própria alma” (G, p. 379); a miséria de sua existência subjetiva, que se relaciona com os demais indivíduos da sociedade pela separação e não-comunidade; o consumo individual que se efetiva como esvaziamento, pois apenas reproduz o meio de produção do capital chamado força de trabalho; o consumo sempre ampliado que aparece como opção subjetiva bem como, em contrapartida, a reciclagem de embalagens que aparece como solução à produção sempre ampliada etc., tudo isso – para não nos estendermos mais – aparece ao indivíduo da formação social capitalista como um grande *mistério* do real, ao não aparecer como o movimento do capital. Assim, portanto, o assalariado *sem exceção* – isto é, tanto o alto escalão, cujo suborno dos altos salários criam a ilusão de que o indivíduo não é trabalhador, quanto o de reserva, cuja não inserção na produção cria similar ilusão – está preso *por fios invisíveis* a uma dominação criada por ele próprio.

III

A reprodução do capital, porém, não é um movimento circular, mas “espiral” (cf., *C*, p. 657), pois ele se reproduz em escala sempre progressiva. A correta compreensão desse movimento mostra por que o desenvolvimento da relação fundamental exige que os polos que se relacionam se alterem para que ela permaneça a mesma. Ou melhor, o fundamento da formação social capitalista somente pode permanecer o mesmo com a mudança das manifestações fenomênicas dos polos que se relacionam no processo de sua efetivação. Vejamos isso mais de perto.

A quantia de dinheiro posta inicialmente em movimento como capital deverá transformar-se em meios de produção e força de trabalho, a fim de produzir um valor maior que o adiantado. Do produto total resultante da produção, o *produto bruto*, uma parte contém o valor equivalente ao adiantado inicialmente, outra parte contém o mais-valor. Para que o dinheiro inicial se realize como capital, o valor do produto bruto precisa ser transformado em dinheiro, ele precisa ser vendido. Com a venda tanto o valor inicial quanto o mais-valor são transformados em dinheiro, de modo que o novo valor existente sob a forma-dinheiro se divide, de uma parte, no equivalente ao *capital original* e, de outra, no *capital adicional 1*.

Segue, assim, que a reprodução da formação social exige que o capital seja reproduzido, ou seja, que tanto o *capital original* quanto o *capital adicional 1* iniciem novo processo de produção – evidentemente abstraímos, aqui, o consumo individual do capitalista a fim de facilitar a exposição. Resulta disso, por um lado, que o *capital adicional 1* produzirá capital equivalente a ele e um novo *capital adicional 2*; no fluxo contínuo desse movimento “ao lado dos capitais recém-formados o capital original continua a se reproduzir e produzir mais-valor” (*C*, p. 657). Sabemos que a quantia dinheiro para ser posta em movimento como *capital original* pressupunha todo um processo histórico, visto nos capítulos 1 e 2 desta parte I; no entanto, o *capital adicional 2* não pressupõe senão a existência do *capital adicional 1*, ou seja, sua única condição é que tenha sido explorado mais-trabalho não pago. Na volta seguinte da reprodução do capital o *capital adicional 2* produzirá o *capital adicional 3*, ao lado dos novos capitais adicionais produzidos pelo *capital original* e pelo *capital adicional 1*, que continuam se reproduzindo. Patenteia-se, destarte, como a reprodução do capital é um movimento

progressivo, pois a cada volta o mais-valor explorado é convertido em capital para nova exploração de mais-valor; esse movimento em expansão, realizado pela conversão do mais-valor em novo capital, é o movimento de *acumulação* do capital.

Esse movimento progressivo de reprodução do capital, sua *acumulação*, decorre de sua necessidade sistêmica de autovalorização, mediada pela troca entre os diversos capitalistas. Isso só é visível quando se considera não apenas o valor, mas também seus *componentes materiais*. Pois, quando o capital é “convertido em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas o mais-valor transforma seu modo originário de *existência*” (C, p. 656, grifo nosso) encobertando a transação.

Para que uma quantia de dinheiro se movimente como capital, o capitalista precisa comprar todos os valores de uso, os meios de produção subjetivos e objetivos, necessários à produção. Por isso, tais valores de uso têm de estar prontos e disponíveis no mercado. Após a transformação dos meios de produção em produtos e, também, da transformação dos produtos em dinheiro, ou seja, após a transformação do dinheiro em capital, um novo processo de produção somente poderá ser reiniciado se novos valores de uso (meios de produção) estiverem disponíveis, isto é, se tiverem sido *repostos* pelo processo de produção dos outros ramos produtivos que os produzem. Dessa maneira, considerando o processo de produção durante o período de um ano, temos que a produção anual atual produz os meios de produção que servirão à produção anual seguinte, uma vez que “a produção anual tem de começar por fornecer todos os objetos (valores de uso) com os quais se devem *repor* os componentes materiais do capital consumido no decorrer do ano” (C, p. 656, grifo nosso). Entretanto, por um lado, como o capital a ser aplicado este ano é maior que o capital que fora aplicado na produção do ano anterior, para que ele possa se reproduzir, este ano, é preciso que neste ano os valores de uso necessários à produção estejam disponíveis em maior quantidade, ou seja, que a produção do ano anterior (dos diversos ramos produtivos) tenha produzido trabalho excedente, na forma de meios de produção e de subsistência adicionais; por outro lado, a produção deste ano já está pré-determinada a “empregar uma parte do mais trabalho anual na fabricação de meios de produção e de subsistência adicionais, numa quantidade acima daquela requerida para a reposição do capital adiantado” (C, p. 656). Ou seja, na produção dos valores de uso do presente ano, que comporão o fundo de produção do ano seguinte, já está *pressuposta* a produção em escala ampliada: (Digressão C)

Antes de chegarem ao mercado, essas mercadorias já integravam o fundo de produção anual, isto é, a massa total dos objetos de toda a sorte em que se transforma, ao longo do ano, a massa total dos capitais individuais ou o *capital social total*, do qual cada capitalista singular possui apenas uma parte alíquota. As transações no mercado não fazem mais do que *efetivar* a transferência dos componentes singulares da produção anual, fazendo-os passar de uma mão à outra, mas não podem incrementar a produção anual total nem modificar a natureza dos objetos produzidos (C, p. 656, grifo nosso).

É uma necessidade sistêmica do *capital social total* que os múltiplos *capitais individuais* que o compõem explorem mais-trabalho sob a forma de mais-produto, pois, por um lado, para que um capital individual possa vender seu mais-produto é preciso que outros capitais individuais necessitem de sua produção em maior quantidade. Por outro lado, para que esse mesmo capital individual possa se reproduzir em escala ampliada, é preciso que os demais capitais individuais, que produzem os valores de uso necessários à sua produção, tenham produzido em escala ampliada.

Assim, considerando o movimento de acumulação em escala social e em seu fluxo contínuo, os capitalistas singulares trocam seu mais-produto entre si *efetivando-o* como capital; não depende da vontade individual do capitalista singular explorar ou não mais-valor sob a forma de mais-produto, ele precisa fazê-lo para atender aos demais capitalistas singulares, caso ele não o faça, um capitalista singular investirá seu capital nesse ramo produtivo – uma das manifestações dessa necessidade interna do capital social total aparece como concorrência externa entre capitais individuais, conforme veremos adiante. Do ponto de vista do valor, um capital individual somente transforma o mais-valor produzido sob a forma de mais-produto em valor sob a forma de mais-dinheiro, realizando assim seu dinheiro como capital, se vender sua produção, o que pressupõe que os demais capitais individuais a comprem; por outro lado, ele somente pode reproduzir esse novo capital ao transformar o novo valor na forma de dinheiro em valor na forma de novos meios de produção necessários para reiniciá-la, o que igualmente pressupõe que os demais capitais individuais os vendam. Portanto, a reprodução ampliada *pressuposta* em um capital individual é *posta efetivamente* como capital no mercado pela troca com a reprodução ampliada dos demais capitais

individuais, mas de modo algum a troca cria essa reprodução ampliada, a troca não pode *incrementar a produção* nem criar mais-valor. Nesse sentido, “a valorização *tem lugar* aqui na troca dos capitalistas entre si” (G, p. 363), mas ela não surge *da* troca. Assim, a acumulação do capital institui um movimento social, cuja necessidade sistêmica consiste em que a posição de uma valorização pressupõe as demais valorizações, de tal maneira que “a valorização consiste na *possibilidade real* de maior valorização – produção de valores novos e maiores” (G, p. 364). Em suma, o processo pelo qual o capital se reproduz patenteia que a *acumulação do capital* é o movimento contínuo do mais-valor que se transforma novamente em capital, a fim produzir novo mais-valor; por conseguinte, a acumulação de capital não consiste na concepção grosseira e ingênua que a compreende como *quantidade em geral* da riqueza em sua forma abstrata posta num *quanto* determinado, isto é, acumulação de capital não é uma pilha de dinheiro!

A necessidade sistêmica de acumulação do capital social total explicita a dinâmica do processo: a produção só se realiza hoje porque produz mais-valor, mas isso pressupõe nova e maior produção de mais-valor amanhã etc.. Contudo, conforme vimos, o valor se valoriza pela mediação de seu outro, o valor de uso (meios de produção) produzidos pelos demais capitalistas, de modo que na troca entre capitais individuais o outro capital individual “representa um determinado momento de si mesmo” (G, p. 364). Portanto, “o mais-valor só pode ser convertido em capital, porque o mais-produto, do qual ele é o mais-valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital” (C, p. 656). Segue, pois, que pelo desenvolvimento da relação-capital, o capital se reproduz progressivamente, o que a cada volta exige o emprego de maiores proporções de meios de produção objetivos e subjetivos (força de trabalho), de modo que enquanto

Transação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, é irrelevante o fato de que se empreguem *trabalhadores adicionais* com o trabalho não pago dos trabalhadores ocupados até o presente. Pode ocorrer, também, de o capitalista transformar o capital adicional numa *máquina* que ponha na rua o produtor do capital adicional, substituindo-o por *crianças* (C, p. 658, grifo nosso).

Dentre os diversos pontos que o texto levanta interesse, atentamos ao seguinte. A reprodução do capital em escala ampliada – que reproduz a relação-capital em escala

ampliada e, com isso, a *conserva* como o fundamento da formação social que lhe corresponde – modifica *necessariamente* o próprio processo de produção, o que implica, por conseguinte, modificação correspondente na circulação, mas isso não é nosso objeto, aqui. Essa modificação é necessária para que o capital em seu desenvolvimento suprasuma os *limites* se colocam como *barreiras* à expansão da produção de mais-valor; os limites do capital, que são postos por seu próprio desenvolvimento como barreira à valorização, são expostos pormenorizadamente nos *Grundrisse* (cf., *G*, p. 333-356). Para o nosso percurso basta termos em vista que em seu desenvolvimento “o capital *põe* um *obstáculo* [*Schranke*, barreira] para o *trabalho* e para a criação do *valor* que está em contradição com sua tendência de *expandi-los* contínua e *ilimitadamente*” (*G*, p. 345, interpolação e grifo nosso), de modo que o capital “tanto *põe* um *obstáculo* [*Schranke*, barreira] que lhe é específico quanto, por outro lado, avança para além de todo obstáculo [*Schranke*, barreira]” (*G*, p. 345, interpolação e grifo nosso). Pelas palavras de *O capital*: “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove os empecilhos que ele cria transitoriamente” (*C*, p. 696). O que nos interessa é que, de acordo com dadas circunstâncias, pode haver a necessidade de mudança quantitativa da força de trabalho, cujo emprego pode ser ampliado ou reduzido; além disso, também pode ser necessária a mudança qualitativa da força de trabalho, o que indica a substituição por força de trabalho infantil; o emprego da máquina mostra, ademais, a necessidade do revolucionamento técnico; isso implica a necessária mudança do processo de trabalho, de sua divisão, organização etc.; mais ainda, a produção da máquina implica o emprego da ciência como força produtiva. Em suma: a mudança do processo de produção – e, por conseguinte, da circulação – é necessária à conservação da relação-capital.

Portanto, se vimos em nosso percurso como as condições históricas para que uma formação social *venha-a-ser* e se *constitua* capitalista se tornam prescindíveis com a reprodução da relação-capital, pois no movimento de reposição o capital se torna pressuposto de si mesmo, agora vemos que o *desenvolvimento* da relação-capital modifica necessariamente o processo de produção – e de circulação – e justamente por isso ela se conserva. Tudo isso – como mostramos – é levado a efeito pelas ações reais de indivíduos reais, que criam socialmente um movimento autônomo que é sujeito. Assim, o *mistério* do real, vale dizer aqui, a ignorância desse processo, se reflete nas cabeças transcendentais ou como contemporaneidade pós-capitalista ou como existência

eterna do capital, onde desde os gregos até hoje a única diferença seria uma maior ou menor expansão da acumulação etc.. Além disso, se a sociedade *mercantil capitalista* baseada na lei da troca de equivalentes e da troca de trabalho por trabalho (supostamente a mercadoria do indivíduo era produto de seu próprio trabalho) consistiu numa primeira negação da maneira pela qual os indivíduos das formações sociais não-capitalistas produziam e reproduziam suas vidas, a reprodução do capital mostra que essas leis ao serem reiteradas, são negadas pelo próprio processo de produção capitalista e conservadas como aparência da formação social. Pois, quando o capital repõe seus pressupostos e, com isso, se torna pressuposto de si mesmo, já não se trocam mais equivalentes, uma vez que o salário da classe trabalhadora é parte da riqueza produzida por ela própria, bem como já não se troca trabalho por trabalho, pois a classe capitalista se apropria sem troca do trabalho alheio não pago. Essa negação da negação é a afirmação ou consolidação do capital socialmente como sistema. Convém darmos suficiente espaço à voz de Marx:

Na medida em que cada transação isolada obedece continuamente à lei de troca de mercadorias, segundo a qual o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende – e, supomos aqui, por seu valor real –, é evidente que a lei de apropriação ou da propriedade privada, fundada na produção e circulação de mercadorias, transforma-se, obedecendo a sua dialética própria, interna e inevitável, em seu direto oposto. A troca de equivalentes, que aparecia como a operação original, torceu-se ao ponto de que agora a troca se efetiva apenas na aparência, pois, em primeiro lugar, a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto alheio, apropriado sem equivalente; em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador, não só tem de repô-la, como tem de fazê-lo com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas alienação [*Veräußerung*] de sua

mercadoria própria, e esta só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece ao lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos” (C, p. 659, grifo nosso).

A exposição de Marx mostra com clareza a inversão da lei de apropriação de mercadorias na lei de apropriação especificamente capitalista. Essa é uma das passagens mais conhecidas de *O capital*, contudo o que nos interessa é o *comportamento* que ela expressa, consoante ressalta literalmente Marx nos *Grundrisse*. Pois, a apropriação especificamente capitalista expressa as “relações em que entram o capital e trabalho assalariado como *relações de propriedade*”, vale dizer, “o *comportamento* dos dois lados” (G, p. 386, grifo nosso). Um lado se *comporta* com o produto de seu próprio trabalho como propriedade *alheia*, o outro se *comporta* com o trabalho *alheio* como sua propriedade. Como sabemos o comportamento dentro de uma formação social não envolve apenas a *apropriação*, mas também a *finalidade* e a *comunidade*; isso elimina, com efeito, tomar o movimento de desenvolvimento que estamos apresentando como etapas sucessórias a partir de um ponto de origem no espaço e no tempo, uma fundação primeira a partir da qual progridem linearmente diversos modos de produção.

Esse desenvolvimento consiste num processo multissecular, que se desdobra de uma formação social produtora de mercadorias, da sociedade *mercantil*. Em relação a essa última Marx afirma que “é apenas quando o trabalho assalariado constitui sua base que a produção de mercadorias se impõe a toda a sociedade; mas é também somente então que ela desdobra suas potências ocultas” (C, p. 662). Ao se reproduzir por meio das *leis imanes* à produção de mercadorias, a formação social mercantil “se *desenvolve* até se converter em produção capitalista” (C, p. 662, grifo nosso), de modo que a produção capitalista se torna um resultado “inevitável” (C, p. 662). Ao invés, entretanto, desse processo ter um ponto de origem, ele é processo de totalização do capital, que ao se totalizar, totaliza o globo. Portanto, a compreensão do desenvolvimento, exige a de sua totalização.

IV

Se a produção de mercadorias característica da sociedade mercantil consistiu na negação das formações sociais não-capitalistas que lhe deram lugar, a reprodução da formação social mercantil, por meio da aplicação de suas próprias *leis imanes*, negam essa negação e consomem a produção especificamente capitalista. O movimento dessa última ocorre sempre em escala ampliada, de modo que assim como a reprodução simples do capital reproduz a relação-capital, assim também “a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista [*Kapitalverhältnis*, relação-capital] em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados” (C, p. 690, interpolação nossa). Ora, com a reprodução sempre ampliada não apenas da riqueza, mas também dos portadores da relação-capital – capitalistas e assalariados –, se patenteia a relação entre qualidade e quantidade que subjaz a esse movimento, pois se, por um lado, a consumação da produção especificamente capitalista – sua qualidade – a põe como produção sempre ampliada – ou seja, seu movimento quantitativo de acumulação –; ao mesmo tempo e por outro lado, é preciso que tenha lugar a ampliação quantitativa da produção – a acumulação – para que ela última se qualifique como especificamente capitalista — esse movimento pode desconcertar uma cabeça linear. Portanto,

A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Esse se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos *métodos* nela empregados para o aumento da *força produtiva do trabalho* e a *aceleração da produção de mais-valor*. Se, portanto, certo *grau* de acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada de capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital (C, p. 700, grifo nosso).

Se a *contínua reconversão de mais-valor em capital* ou a *acumulação do capital* se apresenta como *condição* da produção especificamente capitalista, essa última por sua vez impele a uma *acumulação acelerada de capital*, pelos *métodos* utilizados para o

aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da *produção de mais-valor*. O aumento da *força produtiva* do trabalho refere-se, obviamente, ao “aspecto da matéria” (C, p. 689), isto é, à *composição técnica do capital*, ao passo que a *produção de mais-valor* refere-se à forma da produção, de produzir valor para a troca, isto é, à *composição de valor do capital* (cf., C, p. 689). Como é sabido, “entre ambas existe uma estreita correlação” (C, p. 689), chamada de *composição orgânica do capital*, na medida em que a composição de valor é determinada pela composição técnica e expressa suas modificações, pois elas não são imediatamente uma só e mesma composição. Somente tendo isso em vista é possível compreender a *consumação* do capital, que ocorre quando a *forma* da produção não é mais *limitada pelo aspecto da matéria*.

Com efeito, o capital consolidado como sistema social não é um ente de razão transcendente, ao contrário, ele se põe pelos diversos capitais individuais disseminados pela formação social, pelos quais ela produz e se reproduz. Assim, como o conjunto dos capitais individuais constitui o capital social, “o crescimento do capital social se *consume* no crescimento de muitos capitais individuais” (C, p. 701, grifo nosso). Ou seja, na medida em que um capital individual se acumula, vale dizer, à medida que em seu movimento de reprodução novas e crescentes quantidades de *mais-valor* são continuamente convertidas em capital, esse capital individual “*concentra*” “a massa multiplicada da riqueza” (C, p. 701), ou seja, maior massa de meios de produção “dotada de comando” (C, p. 701) sobre os trabalhadores. Dessa maneira, cada capital individual *concentra* os meios de produção – e comando sobre o trabalho – como partes alíquotas do capital social, por conseguinte ao passo que os capitais individuais aumentam a *concentração* da massa da riqueza na forma objetiva como capital, também aumenta a *concentração* do capital social. Por essa razão Marx afirma que esse tipo de *concentração* “repousa diretamente sobre a acumulação, ou antes, é idêntica a ela” (C, p. 701).

Enquanto partes alíquotas do capital social, a *acumulação* de cada capital individual é acompanhada da *concentração* de meios de produção, mas, por outro lado, esse movimento é acompanhado pela *repartição* desses capitais, pois “partes dos capitais originais se descolam e passam a funcionar como novos capitais independentes” (C, p. 701). Como a concentração (atração) é, ao mesmo tempo, repartição (repulsão), seguem duas principais características da concentração do capital. Em primeiro lugar, a concentração do capital individual é “limitada pelo grau de crescimento da riqueza

social” (C, p. 701); a esse respeito já vimos como a valorização de um capital individual é efetivada pela mediação de seu outro, ou seja, pela troca com os valores de uso (a massa deles) produzidos pelos outros capitais individuais, que fornecem os meios de produção para uma nova produção. Em segundo lugar, como o capital social está *fragmentado* em diversos ramos produtivos, ele se põe em cada ramo como *repartido* em muitos capitais individuais, “que se confrontam como produtores de mercadorias autônomos e mutuamente concorrentes” (C, p. 701); a esse respeito, basta mencionarmos como a necessidade interna da produção especificamente capitalista posiciona os capitalistas singulares como concorrentes, pois não depende da vontade do indivíduo capitalista aumentar ou não a exploração de mais-trabalho.

Portanto, a acumulação e a concentração que a acompanha estão não apenas *fragmentadas* em muitos pontos, mas o crescimento dos *capitais em funcionamento* é atravessado pela *formação* de novos capitais e pela *cisão* de capitais antigos, de maneira que, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, ela aparece, por outro lado, como *repulsão* mútua entre muitos capitais individuais (C, p. 701).

Conforme já demonstrado por Marx na seção IV, de *O capital*, e lembrado por ele no capítulo 23, a acumulação pressupõe o aumento da força produtiva social do trabalho, o que por sua vez pressupõe diversas revoluções técnicas como cooperação em larga escala, sistema da maquinaria, aplicação tecnológica da ciência, meios de transporte e comunicação mais eficientes etc. (cf., C, p. 700). O aumento da produtividade de um capital individual, permitido pela aplicação de tais métodos, decorre de uma necessidade sistêmica do capital, conforme o sabemos. Pois, “como uma produção põe a outra em movimento” (G, p. 344), a cada volta uma produção precisa aumentar sua produtividade, a fim de trocar o excedente com as demais. Mas, ao mesmo tempo, a produção de cada capital individual é limitada pela produção dos demais.

A partir disso, vejamos apenas um exemplo de como o *crescimento dos capitais em funcionamento* – ou seja, a acumulação e concentração dos capitais individuais – é atravessado pela *formação* de novos capitais e *cisão* de antigos capitais. “Por exemplo”,

diz o próprio Marx, “com a duplicação da força produtiva, precisa ser aplicado tão somente um capital de 50 onde anteriormente se aplicava um capital de 100, de forma que são liberados um capital de 50 e o trabalho necessário correspondente a ele; desse modo, deve ser criado um ramo produtivo novo, qualitativamente diferente, para o capital e o trabalho liberados, que satisfaça e produza uma nova necessidade [*Bedürfnis*, carência]” (G, p. 333 interpolação nossa). Nesse caso, o capital de 50 liberado pela acumulação e concentração pode encontrar como barreira à sua reaplicação integral na mesma produção, por um lado, o fornecimento dos meios de trabalho necessários fornecidos pelos demais capitais individuais; por exemplo, um curtidor de couro pode não conseguir aplicar, hoje, integralmente o mais-valor extraído ontem, caso o produtor de peles não as tenha produzido segundo a nova quantidade demandada e caso a importação do material o torne muito caro. Por outro lado, caso esse capital de 50 não encontre aí uma barreira, a produção futura poderá encontrar uma barreira ao ser vendida, caso o capital produtor de botas não compre toda a produção ampliada de couro curtido. Entretanto, esse capital liberado de 50 para se realizar como capital necessita ser reconvertido em novos meios de produção e em correspondente comando sobre o trabalho, a fim de iniciar nova produção. Daí a tendência desse capital liberado de 50 a se *cindir* do capital que lhe deu origem e se *repelir* rumo a novo ramo produtivo ou à exploração de novas propriedades e aplicações do antigo ramo como produção à parte; por exemplo, ao lado do antigo negócio, o curtidor de couro pode iniciar um novo ao produzir couro para tambores, onde a concorrência (a *repulsão* entre produtores individuais) se lhe apresenta menor; ou então, investir seu capital num ramo ainda não dominado pela forma capitalista de produção, por exemplo, investi-lo como produção pioneira de florais medicinais, onde ele funcionará como formação de novo capital (como capital original) e, ao mesmo tempo, transforma com isso um novo ramo produtivo em produtor de capital. Evidentemente, tão logo a venda de florais se torne uma carência socialmente difundida, outros capitais adicionais fluirão para esse ramo produtivo e os capitais individuais, como produtores autônomos, se *repelirão* mutuamente como concorrentes contrapostos, tendo de aumentar a produtividade etc. — Antes de seguirmos, convém salientar que aqui se escancara a necessidade interna do capital de (1) ampliar quantitativamente o consumo de um valor de uso, (2) criar novas carências pela ampliação dos valores de uso já existentes a um círculo mais amplo de consumo e (3) produzir novas carências pela descoberta de novas propriedades úteis e criação de novos valores de uso (cf., G, p. 332), cujo desenvolvimento “a própria

ciência aparece como portadora tão perfeita quanto todas as qualidades físicas e espirituais” (G, p. 333). Portanto, todas as teorias que se fundam quer seja na suposição de que capital é produzir com máquinas (aos moldes do operário de macacão), quer seja na suposição de que apenas hoje em dia ocorre a aplicação do conhecimento ao processo produtivo e daí concluem puerilmente (a) que estamos hoje no pós-capitalismo, ou ainda, (b) que o pensamento de Marx está “superado”; todas essas teorias mostram, dessa maneira, sua ignorância do que seja o capital, seus autores são como crianças que mirando o sol afirmam ser ele um planeta menor que a Terra e, assim, mostram não apenas a ignorância do tamanho do sol, mas também mostram que sequer sabem que ao invés de um planeta, ele é uma estrela —. (Digressão D)

O exemplo, decerto, é simples, mas ilustra como “a *concorrência* nada mais é do que a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros” (G, p. 338). Isso ocorre de tal maneira que “na *concorrência* essa tendência interna do capital aparece como coerção que lhe é imposta por capital *alheio* e que o impele para além da proporção correta com um contínuo ‘Marche, marche!’ ” (G, p. 338). Todavia, se trata apenas de uma ilustração, pois o assunto é mais complexo e envolve – além da “divisão do patrimônio das famílias capitalistas” (C, p. 701) apontada em *O capital* – relações que não podem ser demonstradas aqui como a *produção proporcional*, o *volume e velocidade da moeda* como barreira da circulação à produtividade, a *crise de superprodução* etc.

Além da limitação que o *aspecto material* da produção que um capital individual põe à valorização do valor de outro capital individual, o exemplo tem interesse também em outro nível, o social. O aspecto material da produção dos capitais individuais se põe como barreira socialmente à *forma da produção* do capital, produção de valores para a troca visando à valorização. Essa barreira necessita ser supracumida para que o capital se ponha como sujeito autônomo. Ela o é com a *centralização* de capitais, que deve ser distinguida da *acumulação* e da *concentração*:

Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a *repulsão* mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua *atração*. Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É

concentração de capitais já constituídos, *supressão* [*Aufhebung*, supressão] de sua independência [*Selbständigkeit*, autonomia] individual, *expropriação de capitalista por capitalista*, conversão de muitos capitais menores em poucos maiores. Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de *pressupor* apenas a *repartição alterada* dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja *limitado* [*beschränkt*, barrado] pelo crescimento absoluto da *riqueza social* ou pelos *limites* [*Grenzen*] absolutos da *acumulação*. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da *centralização* propriamente dita, que se distingue da *acumulação* e da *concentração* (C, p. 701-702, interpolação e grifo nosso).

Por meio da centralização o *terreno de ação* do *capital social total* não é mais *barrado* pelo crescimento da *riqueza social*, isto é, pela produção dos capitais individuais, nem *limitado* pela *acumulação*, isto é, pelo mais-valor explorado pelos capitais individuais. Pois, como os muitos capitais *fragmentados* pela formação social, os quais se repelem entre si, constituem socialmente uma *unidade*, o capital social total, então esse último pode atrair diferentes capitais e agrupá-los, segundo as exigências de reprodução do próprio capital, independentemente se a anexação ocorre por vias violentas ou não. Assim, os muitos capitais individuais, que negavam o capital social, são *suprassumidos* como capitais individuais, pois dependendo das exigências de sua reprodução o capital social total pode unir diferentes capitais individuais avançando a valorização do capital para além das limitações individuais. Assim, *forma* da produção especificamente capitalista pode se movimentar pela *alteração da repartição* dos capitais já *existentes*; assim, a *forma* da produção se *autonomiza* do aspecto material da produção, vale dizer, ela se movimenta pelos e nos capitais individuais existentes, mas suprassume as limitações. Devido à autonomização da forma – que apresentamos no capítulo 2, da parte II, mas em outro nível – o capital se põe socialmente como sujeito, um movimento autônomo e semovente que não encontra mais limites nos próprios capitais individuais.

Nesse processo, o capital se consoma socialmente como sistema – e se põe como “o *ser-para-si* autônomo do valor” (G, p. 371, grifo nosso) –, ele se torna uma totalidade, a totalidade dos ramos produtivos pelos quais uma formação social se reproduz. Ou seja, a formação social consoma sua *qualidade* de produzir capital, ela é

formação social especificamente capitalista. Sabemos que o capital é relação-capital (*Kapitalverhältnis*), e essa última é uma relação na qual os termos são vinculados pela *atração e repulsão*.

Os movimentos de atração e repulsão lembram – mas não equivalem – a constituição do *ser-para-si* que consuma a *qualidade*, na passagem à *quantidade*, da Lógica do Ser de Hegel (cf., *Enc.*, §96-102). O ser-para-si é unidade *imediata* consigo mesmo, pela *mediação* do *ser* e do *existente* (*ser-aí*), portanto enquanto imediatidade mediada é *Uno*; ora, o *Uno* “é em si mesmo carente-de-diferença, e portanto o *que-exclui* de si o Outro” (*Enc.*, p. 193, §96). Mas, esse movimento negativo do *Uno* que repele de si o Outro ao pô-lo é, ao mesmo tempo, movimento de “diferenciação do *Uno* consigo mesmo, *repulsão* do *Uno*” (*Enc.*, p. 195, §97), que põe cada diferença sua como Outro *sendo-para-si*, portanto como Muitos. Como um Muito é diferente de outro Muito, cada Muito repele de si outro Muito dando lugar à “repulsão de *uns em relação aos outros*, enquanto seres presentes; ou um excluir recíproco” (*Enc.*, p. 195, §97). Torna-se claro, destarte, que “o *Uno* forma o *pressuposto* dos Muitos, e está incluído no pensamento do *Uno*, pôr-se a si mesmo como Muitos” (*Enc.*, p. 195, §97, grifo nosso). Por consequência, ocorre uma primeira negação, pois o *Uno* nega-se como *Uno*, pois só é pela *posição* do Muitos. Entretanto, sendo cada Muito diferente dos demais, então cada Muito é ele mesmo um *Uno*. Assim, “a repulsão é o *comportar-se* negativo dos muitos *Unos* entre si” (*Enc.*, p. 196, §98), mas como, agora, cada *Uno* é diferença, então todos os *Unos* são diferenças e, portanto, enquanto diferenças são idênticos. Por consequência, todos os *Unos* são apenas diferenças do mesmo *Uno*, de modo que como “são *Unos* aqueles com os quais o *Uno* se relaciona em seu repelir, neles se relaciona o *Uno* consigo mesmo. Portanto, a *repulsão* é também *essencialmente* atração” (*Enc.*, p. 196, §98, grifo nosso). Ocorre, dessa maneira, uma segunda negação, pois os muitos *Unos* são negados como Muitos, uma vez que são apenas diferenças postas do *Uno*, de tal maneira que o *Uno* ao *repelir-se* como diferenças postas em muitos *Unos*, ele relaciona-se consigo mesmo e, por isso, se *atrai*. Assim, a *repulsão* é, ao mesmo tempo, *atração*; além disso, o ser-para-si consuma sua qualidade ao suprasumir a si mesmo, de modo que “essa qualidade suprasumida nem é um nada abstrato, nem o ser igualmente abstrato, e carente de determinação; mas somente o ser indiferente à determinidade” (*Enc.*, p. 198, §98). Ao suprasumir a qualidade, passa-se “ao ser enquanto *quantidade*” (*Enc.*, p. 196, §98). Dois pontos nos interessam nessa apresentação sumária da repulsão

e atração. Em primeiro lugar, apenas quando a repulsão é também atração, o ser-para-si consome sua qualidade ao se suprasumir, ou melhor, o ser-para-si se consome como qualidade suprasumida. Em segundo lugar, a qualidade suprasumida é posta como determinidade indiferente, como *quantidade*, ou seja, quando sua qualidade é consumada, constituída por completo, tem lugar a variação quantitativa indiferente.

Temos de maneira evidente que o processo da *atração* e *repulsão* não se aplica ao Marx como decalque com sinais invertidos. O capital como *unidade* do capital social total se põe nos *muitos* capitais individuais, que se *repelem*, pois cada capital individual confronta os capitais individuais como diferentes dele. Entretanto, como cada capital individual é capital, ocorre a suprasunção da autonomia dos capitais individuais pela atração que anexa um capital individual a outro, ou seja, “a centralização complementa a obra da acumulação” (C, p. 703). Com isso, primeiro ponto, o capital consome sua qualidade e se põe socialmente como totalidade sistêmica; segundo ponto, consolidado socialmente como totalidade sistêmica, o capital é posto nos capitais individuais cuja quantidade é indiferente ao seu funcionamento como capital, ou seja, “de modo nenhum o progresso da centralização depende do crescimento positivo do volume do capital social” (C, p. 702).

Ora, esses dois pontos mostram que ao invés da posição de uma essência metafísica, a consumação do capital consiste no processo real pelo qual ele é posto socialmente como totalidade sistêmica. Por isso, nos *Grundrisse* – se trata, certamente, de outro nível da exposição, mas que tem interesse para o que estamos demonstrando – Marx ao tratar do *capital em geral* mostra que se, por um lado, ele é diferente dos *capitais particulares*, pois aparece como “uma abstração que captura a *differentia específica* do capital” (G, p. 369), o que aqui deve ser entendido como diferente dos capitais individuais reais; por outro lado, “o capital em geral, diferentemente dos capitais reais particulares, é ele próprio uma existência *real*” (G, p. 369), ou seja, ele não existe fora e ao lado dos capitais individuais reais. “Assim, se o universal, por um lado, é somente *differentia específica pensada*, por outro, é forma real *particular* ao lado da forma do particular e do singular” (G, p. 370). Segue, disso, que “o relacionar-se [do capital] consigo mesmo como estranho, torna-se desgraçadamente real nesse caso” (G, p. 370).

Unindo isso com o que vimos acima, temos como resultado: a consumação do capital, a sua posição como *unidade* numa formação social particular especificamente capitalista ou capitalista por excelência, ocorre com sua posição em *muitas* outras formações sociais particulares, mesmo que ainda não amadurecidas. A posição desse capital consumado e amadurecido – desse *universal*, digamos assim – num particular ao lado de outros particulares é a criação de um centro de gravidade em torno do qual os particulares orbitam – que esse centro gravitacional possa migrar de uma nação a outra após a consumação do capital não altera em nada a questão. Assim, “o capital de uma nação particular, por exemplo, que representa o capital *por excelência* perante outra, tem de ser emprestado a uma terceira nação, para poder se valorizar” (G, p. 369-370). Nesse sentido, compreende-se *O capital*: “na mesma medida em que se desenvolvem a produção e a acumulação capitalista, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito” (C, p. 702). *Per fas et nefas*: saque das minas de metais preciosos, desenvolvimento do sistema monetário, sistema colonial orientado pela produção capitalista europeia (cf. C, p. 824), desenvolvimento do sistema de crédito nacional e internacional etc., são acontecimentos (*geschehen*) de todo o globo que concorreram para a consumação do capital na Europa. Temos à vista, portanto, que o capital se totaliza pelo desenvolvimento da relação fundamental, porque ao se totalizar, ele totaliza todo o globo terrestre.

Essa totalização espacial é, ao mesmo tempo, totalização temporal: na medida em que o capital se põe numa formação social, ele orienta toda sua dinâmica interna e, assim, sedimenta (*Schicht*) o passado particular ao impor sobre ele a temporalidade de sua reprodução, ao incluí-lo na história da exploração burguesa destruindo os antigos vínculos comunitários, as antigas relações sociais, maneiras de apropriação etc. Portanto, a história universal (*Ge-Schichte*) é o resultado da totalização do capital, afinal, como diz expressamente Marx: “a história universal não existiu sempre; a história como história universal é um resultado”.⁴⁹ A esse respeito convém lembrarmos a historicidade da relação (*Kapitalverhältnis*), vista ao final do capítulo 2 desta parte I, que é referência retrospectiva e prospectiva.

Seguem, pois, duas considerações. Em primeiro lugar, desfaz-se sem mais a dificuldade que gira em torno da compreensão da consolidação do capital, a saber, se

⁴⁹ MARX, K. “Introdução”. In: *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 62. Doravante: *Int*.

ocorreu na Inglaterra, como relata o texto da *Assim chamada acumulação primitiva*, ou se ocorreu na França com as revoluções de julho de 1848⁵⁰; é um erro estabelecer uma origem, um ponto no tempo e no espaço como fundação primeira, pois o capital não se consolida na Inglaterra ou na França, ele se consolida no globo. Em segundo lugar, a totalização do capital mostra que devido a sua necessidade interna ele não se põe, não pode se pôr, na periferia da mesma maneira que no centro do sistema; isso raramente é visto e quando é visto, é mal compreendido, embora o próprio Marx tenha dito expressamente em diversos lugares como, por exemplo, ao tratar do exército industrial de reserva: “nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas, que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista” (C, p. 716).

A totalização do capital, por meio da acumulação e centralização, é consumação de um *movimento essencialmente contínuo*. Doravante, ele é capaz de se reproduzir ilimitadamente, segundo suas próprias exigências como um sujeito autônomo, a despeito dos indivíduos. Entretanto, esse movimento é realizado pelas ações dos próprios indivíduos vivendo em sociedade, que em seu conjunto instituem socialmente um sistema de relações que os domina e comanda como poder estranho. “Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos” (C, p. 697), diz Marx. Tudo isso não é visível, porque ao indivíduo, no isolamento de sua existência meramente subjetiva, sua ação *aparece* como *descontinuidade*, como *não-movimento* do sistema social – e como esse aparecer é o movimento mesmo, então trata-se de uma *continuidade* também *descontínua*. *Eppur si muove!* Daí o *mistério* do real.

Numa formação social onde a conexão entre os indivíduos é mediada por coisas, ou seja, ocorre por meio da compra e venda, o contrato vela o processo pelo qual a ação individual cria o sujeito capital que os domina. No ato de compra e venda da mercadoria força de trabalho a dominação do trabalhador é escondida “pela renovação periódica de

⁵⁰ Como é sabido, Marx também trata da consolidação do capital como sistema social em *O 18 de Brumário de Luís Napoleão* (São Paulo: Boitempo, 2011) e em *As lutas de classe na França* (São Paulo: Boitempo, 2012). A respeito desse processo histórico apresentado nessas obras cf. o trabalho de Felipe Mussetti (*Marx e a constituição da república francesa de 1848*, in, Verinotio, n. 19, 2014), onde o autor expõe o processo pelo qual “a fase heroica do desenvolvimento da burguesia se encerra com a consolidação do modo de produção capitalista” (p. 150), de modo que tanto as *Jornadas de Fevereiro* quanto as de *Junho* de 1848 “inserem-se no contexto histórico de maturação da estrutura social do capital” (p. 151).

sua venda de si mesmo, pela mudança de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho” (C, p. 653); no ato pelo qual o trabalhador devolve seu dinheiro ao capitalista para ter acesso aos meios de vida, os indivíduos “aparecem apenas como compradores ou vendedores de mercadorias” (C, p. 231). Entretanto, o que *aparece descontinuamente* ao indivíduo *isolado* não pode ser outra coisa senão o próprio sujeito capital: o movimento negativo, efetivado pela troca, entre dinheiro e mercadoria; mas, trata-se do sujeito capital enquanto aparência. Ora, a essência da *aparência* é, enquanto aparência, *parecer* não ser a essência, porquanto a essência ao aparecer parece não ser essência.

Recordemos o sujeito capital como movimento negativo entre dinheiro e mercadoria, que vimos no início desse texto. Em relação ao indivíduo trabalhador, o movimento negativo entre dinheiro e mercadoria se apresenta como a troca de seu dinheiro por meios de subsistência sob a forma-mercadoria e como a troca de sua força de trabalho individual por dinheiro sob a forma-salário. Quando observado socialmente como relação entre classes sociais, o movimento consiste na troca do dinheiro da classe capitalista pela mercadoria força de trabalho da classe trabalhadora – bem como pelos meios objetivos de produção, é certo, mas aqui a troca se dá entre capitalistas – e, por outro lado, na devolução do dinheiro – os “títulos” vistos – da classe trabalhadora à classe capitalista em troca das mercadorias produzidas por ela. Não depende da vontade dos indivíduos singulares, tanto o capitalista quanto o trabalhador, realizar ou não a troca e efetivar, assim, esse movimento, pois eles estão situados em tal posição que necessitam fazê-lo para reproduzir suas existências – a vontade dos indivíduos é dobrada. Assim, o movimento pelo qual a forma-dinheiro é negada pela forma-mercadoria, que por sua vez é negada pela forma-dinheiro etc., é realizado pelos indivíduos e constitui socialmente um movimento autônomo, pois é necessário que ele ocorra, de modo que ele se torna um sujeito que os domina e comanda. Nesse sentido, o movimento negativo entre dinheiro e mercadoria é sujeito. *Premièrement, donc*, não se trata da criação especulativa, feita por Marx em sua cabeça, de um modelo lógico de movimento como “determinação primeira de que as outras são predicados”; tampouco se trata, *d’autre côté*, da transformação do real em discurso, pela aplicação da dialética, uma “gramática do capital”. Trata-se, *par contre*, das ações reais de indivíduos reais que constituem socialmente um movimento sistêmico que é sujeito e os comanda e domina *por fios invisíveis*, pois o simples ato do indivíduo comprar um pão – ou até mesmo

roubá-lo – cria sua própria dominação. *Dunque: il mistero del reale che ossessiona gli uomini è prodotto dagli uomini stessi!*

A mágica do capital:

da produção do mistério pelos homens à produção dos homens pelo mistério

Não é mais misterioso para nós como os indivíduos vivendo em sociedade estabelecem relações sociais por meio das quais produzem e reproduzem suas vidas. No que tange à formação social especificamente capitalista resultou de nossa investigação que o conjunto das relações estabelecidas pelas ações reais de indivíduos reais constitui socialmente um movimento autônomo, que se move por si mesmo a despeito dos próprios indivíduos que o realizam: o capital como sujeito, que domina e comanda seus próprios suportes. Esse processo, por sua vez, não é unilateral, pois, se por um lado, os indivíduos produzem o capital como um sujeito autônomo e semovente, que os comanda e domina, por outro lado, é certo que o sujeito capital produz os indivíduos necessários à sua reprodução. Colocado dessa maneira, toda aparente facilidade do processo de reprodução do capital desaparece, pois surge a dificuldade de saber como o processo real de reprodução do capital produz os indivíduos que ao invés de destruírem seus grilhões, os reproduzem de maneira sempre renovada. Dito por outras palavras, nosso percurso não estará completo sem investigar de onde vem a força mágica do sujeito capital, criado pelos próprios homens e que os comanda e domina mantendo-se sujeito.

Devemos, por consequência, precisar que na investigação que segue não temos em vista as demais formações sociais não-capitalistas estudadas por Marx, nem a formação social mercantil simples, mas apenas a formação social especificamente capitalista. (A respeito do comportamento dos indivíduos nas formações sociais não-capitalistas cf., p. ex., duas posições distintas em: *MLP II*, p. 58-64 e *TRf*, p. 142-143). Mais ainda, nos referimos à formação social especificamente capitalista presente no Livro I, de *O capital*. Circunscrevendo nossa investigação à referida obra – e seus manuscritos, os *Grundrisse* – são prescindíveis as obras de juventude como os *Manuscritos de 1844*, *A sagrada família* ou a *Ideologia alemã*.

As diversas esferas da vida social como, por exemplo, a religião e a política, a produção e o ordenamento jurídico etc. são cada uma, certamente, uma totalidade.

Embora na formação social especificamente capitalista a produção esteja inteiramente abstraída das demais esferas, consoante vimos no capítulo 2 desta parte I, todas elas, em conjunto, são uma totalidade de totalidades. A essa totalidade Marx chama *formas da vida*. Assim,

A reflexão sobre as *forma da vida* humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um *caminho contrário* ao do *desenvolvimento real*. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os *resultados prontos* do *processo de desenvolvimento* (C, p. 150, grifo nosso).

Por um lado, como a investigação das *formas da vida percorre o caminho contrário do desenvolvimento real*, o texto corrobora, pelas palavras do próprio Marx, o procedimento que adotamos para tratar os textos da *Assim chamada acumulação primitiva* e das *Formas que precederam a produção capitalista*. Por outro lado, ele mostra que a investigação proposta acima não seria possível sem o percurso que fizemos até aqui, pois prescindiríamos dos *resultados prontos do processo de desenvolvimento*. Por fim, notamos que quando se busca em *O capital* a relação entre a objetividade posta e o comportamento do indivíduo, quase sempre restringe-se o olhar ao texto *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, do capítulo 1; é certo que esse procedimento não está errado, mas ele pode reduzir a questão, exposta em sua complexidade por Marx ao longo de toda a obra.

Por conseguinte, não nos ocuparemos, aqui, *d'essayer* uma leitura possível, ao lado das demais, do texto d'*O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*. Esse seria o caso de um trabalho analítico sobre o capítulo 1 de *O capital*; um exemplo desse caso seria o trabalho de um grande nome do marxismo brasileiro, onde o autor declara: “o intento de capturar nelas [i.e., na antologia das passagens sobre o fetiche feita pelo autor] a estrutura de uma teoria *setorial* que possui uma função particular na teoria de Marx”. Definitivamente, nada está mais distante de nosso *intento* que recortar um conceito, isolá-lo e apresentar sua genealogia, a fim de estruturar uma teoria *setorial* perfumada de “cientificidade”, da qual seríamos o especialista e dono. Deixamos esse trabalho aos *intellectuels*.

Partimos de um resultado já obtido, a saber, na formação social especificamente capitalista o trabalhador assalariado, isto é, todo trabalhador, é integrante potencial do exército de reserva, pois necessita vender sua mercadoria força de trabalho a fim de assegurar a reprodução de sua existência — nos referimos ao trabalhador assalariado enquanto tal, cuja efetivação de sua atividade pressupõe o vínculo de dinheiro, a complexidade do assunto referente à relação social chamada *trabalho assalariado produtivo* será tratada no capítulo 4 da parte II. Não nos ateremos, aqui, ao complexo processo que produz parte da população trabalhadora como exército de reserva para a produção de capital, isto é, ao movimento de reprodução do capital, cuja complexidade dos diversos momentos envolvidos em sua *expansão* e *contração*, produz devido sua necessidade interna uma população trabalhadora colocada na ociosidade como reserva, que assume variadas configurações segundo as circunstâncias (cf., *C*, p. 704-723); embora de notável importância, a *superpopulação relativa* ou o *exército industrial de reserva* não é nosso objeto aqui. O que nos importa é que juntamente à *população trabalhadora ativa* — relativa ao capital variável e produzida pela reprodução do capital, conforme vimos — é também produzida uma *superpopulação relativa*, isto é, uma parte dos trabalhadores é forçada pelo sujeito capital à ociosidade e, assim, considerada como superpopulação em relação à parte ativa. Ou seja,

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as *necessidades médias* de *valorização* do capital e, portanto, supérflua (*C*, p. 705, grifo nosso).

E mais adiante,

Ela [a superpopulação relativa] constitui um exército industrial de reserva disponível, que *pertence ao capital* de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas [do capital] *necessidades variáveis* de *valorização* o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (*C*, p. 707, interpolação e grifo nosso).

Uma leitura atenta de *O capital* elimina a compreensão mecânica da *superpopulação relativa*, por isso não nos ateremos a esse *faux problème*; ademais, a respeito da grosseira compreensão do *pauperismo* e a querela da *lei de bronze* dos salários, o trabalho de Rosdolsky já as demoliu por completo (cf. *GEC*, p. 237-260).

O sujeito autônomo capital ora atrai ora repele os trabalhadores segundo suas exigências próprias, isto é, segundo as *necessidades de valorização*, as quais são *variáveis* de acordo com as circunstâncias. Por isso, ao tratar desse movimento Marx afirma que “toda forma de movimento da indústria moderna [i.e., da indústria da formação social especificamente capitalista] deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra *desempregada* ou *semiempregada*” (C, p. 708). Assim, a condição do trabalhador assalariado estar empregado, desempregado ou semiempregado, que resulta do movimento sistêmico e autônomo de valorização do valor, se mostra *socialmente* como a vontade e finalidade do sujeito autônomo e semovente capital.

Torna-se visível, sem maiores dificuldades, como todo assalariado é integrante potencial do exército de reserva. Para não integrá-lo de fato, como é igualmente patente, não há milagres a serem feitos, o indivíduo trabalhador precisa conseguir vender-se custe o que custar. Isso se expressa, por exemplo, na concorrência entre os trabalhadores; assim como a concorrência entre os capitais individuais decorrem da necessidade interna do capital, assim também ocorre com a concorrência entre os trabalhadores, por outras palavras, “a concorrência dos trabalhadores entre si é apenas outra forma da concorrência dos capitais” (G, p. 545). Quando a necessidade de valorização exige que o sujeito capital force parte dos trabalhadores à ociosidade, ao mesmo tempo, a parte ativa, agora em sua massa reduzida, é forçada ao *sobretabalho* – que não deve ser confundido com o *mais-trabalho*, bem entendido – como horas adicionais, maior intensidade etc.; por outro lado, o sobretabalho a que são forçados os trabalhadores ativos, força os trabalhadores desempregados a concorrerem entre si para conseguirem vender-se; socialmente, aumenta a competição dos trabalhadores de reserva entre si, a dos trabalhadores ativos entre si e, também, a competição entre os ativos e os da reserva. Nesse sentido, “o sobretabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente,

esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual” (C, p. 711). Esse movimento cuida, ao mesmo tempo, da “distribuição da população trabalhadora nas diferentes esferas de investimento do capital, conforme suas necessidades mutáveis” (C, p. 714), tanto internamente quanto externamente à certa sociedade, por meio de fluxos migratórios nacionais ou internacionais – isso é ponto pacífico. Em suma: “a superpopulação relativa existe em *todos os matizes* possíveis. *Todo trabalhador a integra* durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (C, p. 716, grifo nosso).

Portanto, o que vimos sobre a concorrência expressa, dentre outras coisas, que para vender-se o trabalhador individual precisa adequar-se às exigências do ramo produtivo a que se direciona. Tais exigências, que decorrem das necessidades sempre mutáveis de valorizar o valor, considerando o conjunto de todos os ramos produtivos que compõem o capital social total se apresentam como a vontade e finalidade do sujeito capital, isto é, o movimento sistêmico e autônomo constituído socialmente pelas ações dos próprios indivíduos. Dessa maneira, o sujeito capital *dobra* – o que não significa determina, no sentido rigoroso de *determinação* – a *vontade e finalidade* do indivíduo trabalhador orientando seu *comportamento*.

Até mesmo as mais altas camadas dos assalariados, cujo o suborno dos altos salários é mais eficiente, não estão livres disso, pois o indivíduo pode, por exemplo, optar por se vender como arquiteto ou engenheiro, mas não depende de sua vontade e finalidade vender-se ou não e, para tanto, concorrer com os demais; dessa maneira, a necessidade interna do capital aparece ao indivíduo como a ilusão da *liberdade individual*, de vender-se a tal ou qual ramo produtivo etc., onde cada um pode concorrer *livremente* e se tornar capitalista. “Em consequência, esse tipo de liberdade individual é ao mesmo tempo a mais completa supressão de toda liberdade individual e a total subjugação da individualidade sob *condições sociais* que assumem a forma de *poderes coisais* [*sachlichen Mächten*], na verdade, de *coisas superpoderosas* – de coisas independentes dos próprios indivíduos que se relacionam entre si” (G, p. 546, interpolação e grifo nosso). Subjugado a tais *condições sociais*, um indivíduo não se relaciona com outro como extensão objetiva de si, onde ele existe objetivamente como

membro de uma comunidade, mas sim pela separação pela não-comunidade: como um concorrente a ser vencido para assegurar a reprodução de sua existência subjetiva. Ao correr de gerações, cada *nova geração* naturaliza as *novas exigências* das condições que se lhes apresentam objetivamente como exigências *naturalmente dadas por si mesmas*, o *mistério* é naturalizado. Ao tratar do movimento das condições objetivas e subjetivas da produção e reprodução do capital, Marx apresenta a lei geral da acumulação capitalista:

A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, *a condição de existência* do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital (C, p. 720, grifo nosso).

Em vista do que dissemos antes e dado que nosso objeto não é a *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*, o texto que apresenta a lei geral de acumulação capitalista tem para nós o seguinte interesse. O texto mostra com clareza como as condições objetivas – mas, aqui, relativamente às *condições de produção*, *condições de trabalho*, *forças produtivas* e *meios de ocupação* – se relacionam com as *condições de existência* do indivíduo trabalhador, que necessita *vender sua força* e *valorizar o capital* para reproduzir sua existência. Ora, se tivermos em vista tanto a ociosidade quanto sobretrabalho forçados a que são submetidos os indivíduos trabalhadores, o deslocamento pacífico ou violento dos trabalhadores aos ramos produtivos necessários ao capital, a orientação do comportamento pela dobra da vontade e finalidade do indivíduo, a relação do indivíduo com outro não como membro de uma comunidade mas como concorrente, sua subjugação ao poder das coisas que lhe são independentes, então temos claro que as condições objetivas da existência – produto da ação dos próprios indivíduos vivendo em sociedade na produção e reprodução de suas vidas –, ao mesmo tempo, dispõem as condições da existência subjetiva. O indivíduo é

constituído em sua corporeidade – isto é, suas disposições físicas e mentais – a partir das condições dispostas objetivamente para ele. Isso, que é algo deveras óbvio, fica patente na sequência do mesmo texto quando Marx escancara as sugestões fornecidas pelos teóricos da burguesia para produzir os trabalhadores adequados ao capital; por exemplo, quando ele cita o anglicano Townsend se referindo à fome: “a fome não só constitui a pressão mais pacífica, silenciosa e incessante, como também é o *motivo mais natural* para a indústria e o trabalho, *provocando os esforços* mais intensos” (C, p. 722, grifo nosso); ou então, quando Storch afirma que o progresso da riqueza “*gera aquela classe útil* da sociedade que exerce as funções mais fastidiosas, abjetas e repugnantes” (C, p. 722, grifo nosso).

Antes de darmos um passo adiante em nossa investigação, devemos alertar o seguinte. O que acabamos de dizer não deve ser entendido como “consequência” da superpopulação relativa. Essa última foi para nós apenas uma “porta de entrada” no assunto, digamos assim, um *approche* condizente com nosso percurso desde o início. O mesmo ponto poderia ser demonstrado a partir de outros temas de *O capital*, por exemplo, a partir do dinheiro, mas de outra maneira, evidentemente.

No entanto, a objetividade não se apresenta aos indivíduos transparentemente, pois a reprodução da formação social gera as formas ilusórias necessárias à sua própria reprodução. A ilusão gerada é, assim, objetivamente real, razão pela qual a objetividade se reflete nas cabeças dos indivíduos de maneira mais ou menos mistificada. Isso se torna mais visível quando Marx menciona as teorias dos economistas burgueses – o que não inclui, evidentemente, os economistas vulgares –, pois embora tais pensamentos reflitam essa objetividade de maneira mais ou menos mistificada, são pensamentos dotados de objetividade, isto é, “trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (C, p. 151).

O quanto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo que se cola *ao mundo das mercadorias* ou pela aparência objetiva das *determinações sociais do trabalho* é demonstrado, entre outros, pela fastidiosa e absurda disputa sobre o papel da natureza na formação do valor de troca (C, p. 157, grifo nosso).

Nossa investigação se orienta, doravante, ao texto *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* (C, p. 146-158), contudo salientamos nosso objeto não é o fetiche, tampouco visamos apresentar uma teoria *do* fetiche. O texto citado acima apresenta uma distinção de níveis, expresso pela conjunção *ou*, entre o *mundo das mercadorias* e as *determinações sociais do trabalho*. Todavia, eles estão presentes ao mesmo tempo.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os *caracteres sociais de seu próprio trabalho* como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, *como propriedades sociais que são naturais a essas coisas* e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (C, p. 147, grifo nosso).

Vejamos mais de perto essa relação social entre os objetos, que reflete a *relação social* entre os produtores com o trabalho total, *existente à margem dos produtores*. Temos já como resultados obtidos em nosso percurso que na formação social especificamente capitalista o indivíduo autonomizado existe apenas subjetivamente; as trocas consolidadas socialmente como o sistema pelo qual os indivíduos se relacionam; ao mesmo tempo, as trocas são mediadas pelo valor de troca autonomizado e difundido socialmente em suas diversas funções, isto é, o sistema monetário desenvolvido, as funções de crédito etc.; além disso, a produção é orientada a produzir valores para a troca e seu porta voz, o capitalista, se comporta como valor. Todos esses pontos – e isso para ficarmos apenas nos mais importantes – estabelecem a *relação fundamental* do capital (*Kapitalverhältnis*) e da formação social que lhe corresponde. Já são conhecidas as características dessa relação fundamental e de seu movimento de desenvolvimento, por isso não as retomaremos aqui; salientamos, apenas, que como a reprodução da formação social é um processo *contínuo*, também o é a reprodução da relação fundamental – a rigor isso apenas é válido à formação social especificamente capitalista, onde a relação fundamental é recriada. Com efeito, a reprodução contínua da relação fundamental capitalista é o movimento contínuo de seu desenvolvimento, pelo qual ela *permanece* a relação fundamental. Foi demonstrado como ela somente pode *permanecer* sendo relação fundamental ao *modificar*, necessariamente, determinados elementos,

segundo as exigências de reprodução do capital. Por exemplo, são necessárias mudanças nas condições objetivas e subjetivas da produção; a mudança dos meios de transporte e comunicação; a exploração de novos ramos produtivos, novas carências e valores de uso etc.. Por fim, sabemos que nesse processo ao passo que o indivíduo se autonomiza, se autonomiza no polo oposto o sujeito capital.

Atentamos, além disso, em relação às mudanças das condições objetivas e subjetivas da produção, que ao mesmo tempo em que os indivíduos se autonomizam, seus trabalhos se tornam privados. Esse processo não é determinado *a priori* e tampouco segue a trilha de uma marcha de inexorável necessidade, ao contrário, tais mudanças ocorrem segundo as exigências do sujeito capital, por isso se efetivam de acordo com as circunstâncias, nesse sentido ao invés de uma teleologia histórica ele consiste num “sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho” (C, p. 148). Assim, os diferentes trabalhos privados em seu conjunto compõem um ramo produtivo; o conjunto total dos ramos produtivos de uma formação social compõem o capital social total; por consequência, “o conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total” (C, p. 148). Temos claro, dessa maneira, que ao passo que os diferentes trabalhos de uma formação social se tornam privados, eles se tornam um elo da produção social total.

Dessa maneira, na medida em que os trabalhos se tornam privados e, por isso, são realizados independentemente uns dos outros, nessa mesma medida eles se tornam reciprocamente dependentes e, por isso, assumem um caráter social. Basta lembrarmos de nosso exemplo – propositadamente simplificado, a fim de facilitar a ilustração – do curtidor de couro no capítulo 3, desta parte I: o curtidor de couro depende tanto do produtor de peles quanto do de botas. Na verdade, o caráter social dos trabalhos privados e reciprocamente dependentes é duplo, no interior de uma formação social especificamente capitalista, consoante mostra Marx: “os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo *caráter social*. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma *determinada necessidade social* e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total (...) Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades [*Bedürfnisse*, carências] de seus produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é *permutável* com qualquer outro tipo útil de trabalho privado, portanto, na medida em que lhe é *equivalente*” (C, p. 148, interpolação e grifo nosso).

O duplo caráter social do trabalho que é refletido em seu produto se expressa, por um lado, como valores de uso, produtos úteis que visam suprir carências seja como meios de subsistência para os indivíduos seja como novos meios de produção pressupostos ao novo e futuro ciclo produtivo; por outro lado, se expressa como valores, produtos permutáveis produzidos desde o início para a troca. Ora, se lembrarmos dos processos de *acumulação* e *concentração* do capital em seu movimento de reprodução – tendo em vista, evidentemente, os níveis formal e material –, sabemos que não depende da vontade dos indivíduos realizar ou não essa produção, porquanto a posição de um capital pressupõe o outro. Trata-se de um movimento social e contínuo de reprodução do capital, do qual dependem tanto o trabalhador quanto o capitalista para reproduzirem suas existências. Assim, por um lado, “a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social” (G, p. 105) e, por outro, “essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral” (G, p. 104). O trabalhador assalariado, autoprodutor da mercadoria força de trabalho, depende de trocar sua mercadoria pela mercadoria dinheiro; depende, além disso, de trocar sua mercadoria dinheiro por todas as mercadorias necessárias à suprir suas carências e reproduzir sua existência; por outro lado, todos os demais produtores, que produzem as coisas necessárias ao indivíduo para suprir suas carências, necessitam trocar suas mercadorias por dinheiro; o capitalista necessita trocar sua mercadoria dinheiro pelos meios de produção, incluindo a força de trabalho, necessários para que seu dinheiro funcione como capital; ele necessita, dentro disso, trocar as mercadorias produzidas com os demais capitalistas, o que exige as mediações já vistas; outrossim, ele necessita trocar seu dinheiro pelas mercadorias necessárias à sua própria reprodução, produzidas por outros produtores privados. Segue, pois, que “como cada um trabalha para si e seu produto nada é para ele, tem naturalmente de trocar, não só para participar da capacidade de produção universal, mas para transformar seu próprio produto em um meio de vida para si mesmo” (G, p. 106). (Nesse sentido, ao tratar do fetiche e da reificação Marx utiliza o termo *produtores*, que se refere tanto ao trabalhador quanto ao capitalista – o que não implica que ambos estejam no mesmo nível e, por consequência, incidam da mesma maneira na relação fundamental, bem entendido). Portanto, se estabelece socialmente uma rede multilateral de dependência recíproca entre os indivíduos (tanto o capitalista quanto o trabalhador) de tal maneira que a reprodução de suas existências está submetida ao poder que as coisas exercem sobre eles. Não são os indivíduos vivendo em sociedade, que na

produção e reprodução de suas existências controlam as coisas produzidas por eles, mas, ao contrário, são as coisas que controlam a produção e, assim, controlam os próprios indivíduos. Eles estão submetidos invariavelmente a esse poder coisal *existente à margem dos produtores*. É justamente por isso que “a troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa. No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder coisificado” (G, p. 105).

Além do poder coisal que submete os indivíduos, de tal maneira que ao invés de se relacionarem reciprocamente como membros de uma comunidade assumem o comportamento social de coisas, a relação dos trabalhos privados com o trabalho total faz com que as coisas se relacionem socialmente. Basta lembrarmos que o capital não é nem dinheiro (forma travestida da mercadoria) nem mercadoria, mas a relação negativa entre dinheiro e mercadoria, para termos claro como o produto do trabalho é determinado como mercadoria pelo relacionamento social das coisas entre si, a despeito dos próprios indivíduos que as relacionam, pois a troca deve ocorrer para efetivar a reprodução do capital. Se nas formações sociais não-capitalistas a reprodução da comunidade era reprodução de seus membros, na formação social especificamente capitalista a reprodução da formação social é reprodução do capital, do qual dependem os indivíduos. Assim, considerando socialmente o movimento de reprodução da formação social capitalista, temos claro que são as coisas que se relacionam socialmente como relação *existente à margem dos produtores*.

Todo esse movimento em sua dimensão social e em seu fluxo contínuo não pode aparecer ao indivíduo, pois, uma vez que “os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho” (C, p. 148), o que lhes aparece são relações de compra e venda. Exatamente por isso “o que, na prática, interessa imediatamente aos agentes da troca de produtos é a questão de quantos produtos alheios eles obtêm em troca de seu próprio produto” (C, p. 149). Por conseguinte, o caráter social dos trabalhos privados não pode aparecer aos próprios produtores privados, uma vez que o que aparece são as relações de compra e venda na troca. Por isso, aos produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios

trabalhos, mas como relações reificadas [*sachlich*] entre pessoas e relações sociais entre coisas” (C, p. 148, interpolação nossa). Em suma, o sujeito autônomo e semovente capital não aparece aos indivíduos, o que lhes aparece são coisas que se relacionam socialmente e o comportamento coisificado das pessoas; assim, a ilusão é gerada pelo movimento real de reprodução da formação social. O caráter social dos trabalhos privados aparece ao indivíduo refletido através das coisas, isto é, não como pessoas que se relacionam socialmente em seus trabalhos, mas sim como coisas que se relacionam socialmente e pessoas que se relacionam entre si como coisas. Essa é a razão pela qual as propriedades sociais que as coisas refletem aparecem como se fossem propriedades *naturais* das próprias coisas, isto é, não como criação humana, mas como propriedades que as coisas portam *misteriosamente* consigo graças a uma dádiva divina – um fetiche.

Uma vez que o sujeito autônomo e semovente capital aparece aos indivíduos autonomizados como coisas que se relacionam socialmente e pessoas que se comportam como coisas, ele aparece como movimento incessante. Por outras palavras, o que aparece é a mudança incessante das coisas trocadas, da configuração dos trabalhos, dos padrões etc.. Assim como por meio desse movimento incessante de mudança o capital é reproduzido, assim também o é a formação social que lhe corresponde. Temos claro, por consequência, que a *permanência* da relação fundamental da formação social capitalista aparece aos indivíduos autonomizados como movimento incessante de *mudança*. A objetividade assim disposta ao indivíduo fornece as condições da existência subjetiva, de suas disposições físicas e mentais. Isso é visível em diversos pontos de *O capital*; vejamos, por exemplo, quando Marx mostra esse reflexo na cabeça dos produtores privados: “o cérebro dos produtores privados reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas nas formas em que se manifestam no intercâmbio prático, na troca dos produtos” (C, p. 149). Embora nesse exemplo Marx se refira a um ponto específico em um contexto específico – que não nos interessam aqui –, razão pela qual ele não deve ser tomado mecanicamente, o exemplo tem a vantagem de ilustrar o que afirmamos acima. Se esse reflexo se dá de maneira invertida, isso decorre de como a objetividade aparece, ou seja, da aparência objetiva do real. Dessa maneira, a própria reprodução real da formação social, que *permanece* especificamente capitalista, fornece em seu aparecimento objetivo aos indivíduos as condições de constituição de uma mentalidade que se atenha *unilateralmente* à *mudança*. Evidentemente, isso pode se refletir das maneiras mais diversas, inclusive como teorias que consideram cada *época*

econômica do capital como nova era da história universal, cuja roupagem varia de acordo com a *latest fashion*, seja como pós-moderno, pós-humanismo, pós-capitalismo, pós-contemporâneo etc. No entanto, o mesmo movimento real que gera a ilusão, da qual expusemos apenas um polo, gera também seu polo oposto.

Com efeito, o que defronta objetivamente os indivíduos da formação social capitalista, pelo movimento visto de constante mudança, são mercadorias. Consoante o sabemos, “as formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias” (C, p. 150) não são senão o produto das relações sociais que os próprios indivíduos vivendo em sociedade estabelecem entre si e entre eles e a natureza na produção e reprodução de suas vidas. Contudo, embora a determinação do produto do trabalho como mercadoria seja resultado social dos indivíduos vivendo em sociedade, “seu próprio movimento social possui, para eles, a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de eles as controlarem” (C, p. 150). Por consequência, se o movimento social de coisas é realizado por mercadorias, o outro polo da ilusão só pode residir na própria mercadoria. Nesse sentido, compreendemos a referencia de Marx *ao mundo das mercadorias* quando ele trata do fetiche.

O valor e a grandeza de valor, *formas que rotulam o produto do trabalho como mercadorias*, são postos no movimento social pelo qual os indivíduos produzem e reproduzem suas vidas. Isso ocorre devido ao fato “de que o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho” (C, p. 149). A rigor, o valor – e sua expressão quantitativa – só é posto *efetivamente* no contato social que os indivíduos autonomizados e reciprocamente dependentes travam na troca, ou seja, apenas quando os produtos do trabalho se relacionam socialmente *como* mercadorias. Considerando esse movimento em sua dimensão social e em seu fluxo contínuo, sabemos que cada trabalho privado consiste num elo do trabalho total, mas precisamente por que esse movimento social total não aparece ao indivíduo, as relações sociais que determinam o produto do trabalho como mercadoria, as quais refletem esse movimento social, aparecem como resultando da própria natureza da mercadoria, como *mistério*; às mercadorias são atribuídas misteriosas relações sociais. Por outras palavras, a mercadoria não mostra, nela mesma, suas propriedades sociais como resultantes do processo social de produção e reprodução da formação social. Portanto, o produto do trabalho determinado como mercadoria não se mostra ao

indivíduo como um dos *momentos* de um processo social pelo qual ele produz e se reproduz, por conseguinte como movimento; ela se mostra, ao contrário, como uma coisa autônoma e existente por si mesma, por conseguinte acabada e como não-movimento. Isso fica patente quando Marx ao comparar a produção de mercadorias com outras *formas de produção* historicamente determinadas considera a produção de uma família camponesa autônoma, onde o trabalho é imediatamente socializado. Nesse caso, tanto os trabalhos quanto os produtos se mostram imediatamente segundo sua função social e, dessa maneira, como momentos de um processo em movimento pelo qual ocorre o metabolismo entre homem e natureza (cf., C, p. 153). Contrariamente a isso, embora a mercadoria seja uma forma histórica que assume o produto do trabalho, ela se mostra socialmente aos indivíduos autonomizados como coisa autônoma, acabada e em não-movimento, portanto como a-histórica; por consequência, quando a produção e circulação de mercadorias disseminadas socialmente “já possuem a solidez de formas *naturais* da vida social” (C, p. 150, grifo nosso), então o caráter histórico das mercadorias e da formação social capitalista que as produz aparece aos indivíduos autonomizados justamente como seu contrário, como a-historicidade, razão pela qual “eles, antes, já *consideram imutáveis*” (C, p. 150, grifo nosso).

Se lembrarmos o que vimos no capítulo 2 desta parte I, sabemos que cada mercadoria, que ao se relacionar socialmente com outra na troca, sai da esfera da circulação adentrando a esfera do consumo, seja como meio de subsistência do indivíduo seja como meio de produção, pressupõe o movimento contínuo da produção que a reponha; por outro lado, a produção contínua de novos produtos como mercadoria pressupõe o movimento contínuo das trocas, afim de que elas sejam transformadas em dinheiro. Ora, temos claro, então, que uma vez que o *movimento* dessas duas esferas se põe frente ao indivíduo autonomizado pela mercadoria, ele aparece invertido em seu contrário como *não-movimento*, como coisa pronta e acabada. Por consequência, o sujeito autônomo e semovente capital, que em sua reprodução está em constante *mudança*, ao aparecer sob a forma de *mundo das mercadorias*, se mostra como um estado de coisas *definitivo*, permanente. Por isso, diz expressamente Marx: “o que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias (...) continua a *aparecer*, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias, como algo *definitivo*” (C, p. 149, grifo nosso).

Portanto, podemos ver como a objetividade dispõe as condições da existência subjetiva, de tal maneira que a formação social especificamente capitalista se apresente ao indivíduo nela inserido como algo definitivo. O movimento autônomo e incessante do sujeito capital, em sua contínua mudança, ao aparecer objetivamente como algo definitivo, como não-movimento, fornece as condições à existência subjetiva de uma mentalidade que se atenha *unilateralmente* à *permanência*, à a-historicidade. — Um procedimento que toma o fenômeno como estático, o recorta e isola operando por oposições categoriais abstratas, aliás esse procedimento é comum inclusive entre membros da autoproclamada ciência marxista, um exemplo é o projeto de estruturação de uma teoria setorial do fetiche exposto no início —. É fácil vermos, dessa maneira, como a objetividade aparece, por um lado, como universal, forma natural *da* sociedade humana, por isso idêntica a todas as demais, ou ainda neste caso, como se as formações sociais não-capitalistas em geral fossem etapas preliminares *da* sociedade humana mais evoluída, isto é, da formação social capitalista; por outro lado, ela aparece como o absoluto, como universal que após o desdobramento por inteiro de todas as suas potencialidades internas consumou a unidade imediata consigo e, portanto, como *a* sociedade humana última após a qual nada seguirá. Dessa maneira, o caráter historicamente determinado do *existente* é soterrado pela assombração sedutora do universalismo. Tomemos apenas um exemplo, dentre outros de *O capital*, onde Marx ilustra o que dissemos. Quando Marx mostra que as formas de rotulam os produtos do trabalho como mercadorias são um produto historicamente determinado, mas aparecem como formas a-históricas e, por isso, elas “são consideradas por sua consciência burguesa como uma *necessidade natural* tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por essa razão, as formas pré-burguesas do organismo social de produção são tratadas por ela mais ou menos do modo como as religiões pré-cristãs foram tratadas pelos padres da Igreja” (C, p. 156), ele cita na nota 33 sua crítica ao Proudhon de 1847 (*Miséria da filosofia*): “Os economistas procedem de um modo curioso. Para eles, há apenas dois tipos de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições do feudalismo seriam artificiais, ao passo que as da burguesia seriam naturais. Nisso eles são iguais aos teólogos, que também distinguem dois tipos de religiões. Toda religião que não a deles é uma invenção dos homens, ao passo que sua própria religião é uma revelação de Deus. — *Desse modo houve história, mas agora não há mais*” (C, p. 156, grifo nosso). Esse polo da ilusão, gerado pelo movimento real de reprodução da formação social ao aparecer objetivamente, pode ser refletido teoricamente na cabeça

dos indivíduos de diversas maneiras, inclusive como aquelas teorias em que sempre houve capitalismo, até mesmo nas formações sociais não-capitalistas. — Ainda sobre a reflexão desse processo sob a forma de teoria: também as teorias que assumem atualmente o capital, mas que afirmam que se trata de *novο* capitalismo, de modo que o capital atual é outro, algo como um não-capital, também se mostram, em vista dos dois polos da ilusão, como mistificação, *en dépit de son air critique dans le milieu savant*.

Assim, considerando os dois polos da ilusão como relação entre permanência e mudança – embora o segundo polo não corresponda exatamente a esses termos, como se pôde entrever –, temos o seguinte resultado. Se um dos polos da ilusão gerada pelo movimento real de reprodução da formação social capitalista é que a *permanência* (de sua relação fundamental) aparece como *mudança* (das coisas), o outro é que a *mudança* (o movimento do capital como sujeito autônomo) aparece como *permanência* (um estado de coisas definitivo). São dois níveis da ilusão presentes ao mesmo tempo e, de certo modo inseparáveis, mas que podem se refletir teoricamente tanto numa direção quanto noutra. Corroborar o que dissemos certa passagem dos *Grundrisse*, embora Marx se refira a outra camada teórica, pois ele trata da dupla expressão do mesmo processo de gerador do fetiche tanto pelo *materialismo* tosco quanto pelo *idealismo* tosco: “O materialismo tosco dos economistas, de considerar como *qualidades naturais* das coisas as relações sociais de produção dos seres humanos e as determinações que as coisas recebem, enquanto subsumidas a tais relações, é um idealismo igualmente tosco, um fetichismo que atribui às coisas relações sociais como determinações que lhes são imanentes e, assim, as mistifica” (*G*, p. 575).

Antes de seguirmos adiante convém abriremos um parênteses, a fim de fazer um breve apontamento. O percurso que fizemos explicitou que tanto o comportamento coisificado das pessoas e quanto o relacionamento social das coisas como pessoas não é algo que Marx tirou de sua cabeça, tal como Robert-Houdin, o mágico burguês *par excellence*, tirava coelhos de sua cartola, pois isso é produzido pelo movimento real de reprodução da formação social capitalista. O poder coisal, isto é, as coisas que controlam os indivíduos ao invés de serem controladas por eles, explicita, também, a base real que permite à *coisa* nela mesma (*das Ding an sich*) tornar-se um grande problema filosófico no século XVIII. Além disso, dado que para além das propriedades de sua materialidade, a coisa se apresenta objetivamente à sensibilidade do indivíduo autonomizado como indecifrável mistério, a *coisa em si* é completamente inacessível.

Mais ainda, para dar conta do problema constrói-se idealmente uma resposta individual, compatível com o indivíduo autonomizado: um *sujeito transcendental* que, por um lado, está completamente separado do mundo real e, por outro lado, determina por completo a objetividade que se apresenta a ele. Com efeito, tendo em vista a perda da conexão (*Zusammenhang*) que vincula os indivíduos entre si como membros de uma comunidade, bem como o indivíduo e a natureza, onde ele existia objetivamente, faz-se necessária a elaboração especulativa e formal de imperativos que orientem seu comportamento estabelecendo um *dever ser* anterior à experiência. Uma filosofia como essa se apresenta como expoente de um processo, que se consuma após ter percorrido séculos. A infância desse processo se reflete, por exemplo, no *cogito* que embora já separado do mundo real, seu vínculo com ele ainda é preservado pela existência de Deus; já o sujeito transcendental reflete um processo consumado, onde o indivíduo está completamente separado dos outros, das coisas e, inclusive, de si mesmo, visto que a *apercepção transcendental* é ela mesma uma *coisa em si*, portanto inacessível. Cumpre atentar, não obstante, que o que estamos dizendo nada tem a ver, absolutamente, com uma relação causal da história decalcada numa galeria de ideias consoante uma linearidade cronológica da história e das ideias. Isso seria, parafraseando Marx, um materialismo grosseiro! O que estamos dizendo – aliás, já deve estar claro ao leitor que nos acompanhou até aqui – é que todo pensamento, sem exceção, exige uma *base real*, o que não se reduz à *disposição material*, porquanto a *forma social* é indissociável.

A ilusão gerada pela formação social capitalista consiste, portanto, no movimento real pelo qual o modo como os indivíduos vivendo em sociedade produzem e reproduzem suas vidas aparece objetivamente a esses próprios indivíduos. Assim, a ilusão não se reduz de modo algum à produção de mentalidades, mas também as produz segundo as exigências de reprodução do capital, vale dizer, consoante a vontade do sujeito autônomo e semovente capital — a indústria cultural pode, decerto, ocupar alguns dos espaços dessa produção, contudo ela não cria esses espaços. Desta feita, se tivermos em vista como as condições objetivas se relacionam com as condições de existência do indivíduo, que expusemos quando tratamos da superpopulação relativa, temos claro como aquilo que aparece ao indivíduo, ao se lhe defrontar objetivamente, é a própria disposição das condições de sua existência subjetiva. Por isso, numa formação social onde os indivíduos estão separados uns dos outros, de maneira que podem aparecer na abstração *trabalhador*, onde as relações econômicas de produção da vida

material estão abstraídas das demais esferas da vida social, torna-se inteiramente inteligível porque “para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em se relacionar com seus produtos como mercadorias, ou seja, como valores, e, nessa forma reificada [*sachlich*], confrontar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais apropriada, especialmente em seu desenvolvimento burguês, como protestantismo, deísmo etc.” (C, p. 154). Ao passo que as formações sociais não-capitalistas, estudadas por Marx, são condicionadas “por um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e pelas relações correspondentemente limitadas dos homens no interior de seu processo material de produção da vida, ou seja, pelas relações limitadas dos homens entre si e com a natureza”, de modo que “essa limitação real se reflete idealmente nas antigas religiões naturais e populares” (C, p. 154).

Ao tratar do reflexo ideal da ilusão objetivamente real, o exemplo religioso mostra, a um só passo, que esse processo não se reduz apenas a formas de *consciência*, mas que o *comportamento* do indivíduo – manifesto nas diversas esferas *práticas* da vida social – é socialmente constituído a partir das condições objetivamente postas. Isso se torna mais evidente em certo momento dos *Grundrisse* onde, ao tratar da reificação, Marx critica a mão invisível de Adam Smith. Dentro do contexto da economia clássica, o termo *interesse* se refere ao comportamento prático do indivíduo privado da sociedade burguesa, o *homo æconomicus*, que buscando apenas seu interesse privado contribui para o interesse geral; sendo assim, o termo smithiano *interesse* tem o sentido, nesse comentário de Marx, de *comportamento* (*Verhalten*). A crítica ao comportamento do indivíduo que busca seu interesse privado conclui: “a moral da história reside (...) no fato de que o próprio interesse privado já é um interesse *socialmente determinado*, e que só pode ser alcançado dentro das *condições postas* pela sociedade e com os *meios* por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios (G, p. 105, grifo nosso).

A constituição social do comportamento (interesse) individual não surge do éter, mas a partir das condições postas socialmente e dos meios para viabilizá-lo. Portanto, assim como as características sociais refletidas objetivamente pela mercadoria aparecem como propriedades sociais que são naturais a ela, nisso reside seu *mistério*, assim também a objetividade constituída socialmente aparece ilusoriamente como disposição

misteriosa, *dada naturalmente*, das condições da existência subjetiva. Dessa maneira, o indivíduo assim constituído se comporta em relação às condições de sua existência como algo desgraçadamente natural. Nisto consiste a mágica do capital! Se, por um lado, os indivíduos vivendo em sociedade constituem socialmente um movimento autônomo, que os domina e comanda, o sujeito capital que se lhes defronta como mistério, por outro lado, a força desse sujeito reside no fato de que o mistério fornece a base – no sentido de *Basis* – para que esses mesmos indivíduos se comportem em relação às condições de suas existências como algo natural, por isso como situação a-histórica, eterna e insuperável. Trata-se de um movimento socialmente constituído, cujo ato de aparecimento é seu simultâneo ocultamento, uma verdadeira mágica mais assombrosa que a *Serra da morte* do ilusionista Blackstone.

O capital se mostra na circulação, onde se efetiva como movimento negativo *entre* dinheiro e mercadoria. Mas, nesse movimento não aparece nada mais que dinheiro e mercadoria. No entanto, nem o dinheiro e nem a mercadoria, enquanto coisas que se relacionam socialmente, são neles mesmos capital. Temos claro, dessa maneira, que é lá onde o capital não é, que ele é, ou seja, o capital só é enquanto suprassumido. O movimento de seu aparecer é, assim, seu ocultamento. Em suma, tendo em vista todo o percurso desta parte I, desde o processo de expropriação da terra até sua totalização, passando pela manufatura rural e pelo trabalho assalariado, fazemos nossas as seguintes palavras de Marx:

o capital tem sua origem na circulação e põe o trabalho como trabalho assalariado; forma-se desta maneira e, desenvolvido como totalidade, põe a propriedade da terra tanto como sua condição quanto como sua antítese. Mas, isso evidencia que assim ele apenas criou o trabalho assalariado como o seu pressuposto universal. Por isso, é preciso examinar esse último por si mesmo (G, p. 217-218).

Parte II

O sistema do trabalho assalariado

No final do século XX tem lugar, de fato, a predominância do sistema capitalista. A derrocada da antiga União Soviética, um sistema capitalista de Estado ou *il socialismo del capitale*, se nos for permitido usar a expressão de Mario Tronti (cf., *OpC.*, p. 157), corrobora essa visada do atual estado de coisas, digamos assim. Vozes mais animadas com a situação puderam propalar, talvez não sem razão: *o capitalismo venceu!*

No entanto, aqui e acolá sempre surge a dificuldade: *qual* capitalismo se tem em vista? Em todo caso, uma coisa é certa: seja qual for o estado de coisas que se tem em vista ou, por outras palavras, qual recorte transcendental é feito do fenômeno social, seja sob uma condição pós-moderna, condição humana etc., todas as descrições se assentam, invariavelmente, sobre a relação capitalista de dinheiro, o salário, que medeia a realização dos trabalhos dos homens e o acesso aos produtos do trabalho. A diversidade de “respostas” decorre, então, do recorte feito e, por certo, a multiplicidade fenomênica da aparência o possibilita. Sem sombra de dúvidas, em relação a séculos passados as atuais relações sociais, estabelecidas entre os homens na produção e reprodução de suas vidas, mudaram e podem ser retratadas com maior ou menor fidelidade, consoante faz André Gorz:

A antiga sala de controle, com seus painéis de instrumentos, desapareceu. Em um cômodo, três pessoas estão sentadas cada uma diante de sua mesa de visualização; cada mesa possui dois monitores. Um teclado que permite enviar, em código, instruções ao computador que integra 1500 parâmetros, 200 circuitos de regulação e 600 dispositivos de alarme, e interrogá-lo sobre o desenrolar do processo em curso. A materialidade da produção é posta entre parênteses, transformada em um além invisível com o qual o operário, tornado operador, comunica-se por meio de símbolos numéricos: ele compõe números em seu teclado, ele lê números em sua tela.

(...)

A espessura do mundo é abolida. O trabalho como atividade material é abolido (...) Ao fim de sua jornada, o operador levanta-se. Do que fez, não lhe resta nada, nenhuma aquisição material visível, mensurável: *ele não realizou nada*. Este nada, porém, esgotou-o: durante seu dia

(ou sua noite) de trabalho, impôs a si mesmo essa ascese que significa repressão, em si mesmo de sua existência sensível⁵¹.

Não há como negar – e seria errado fazê-lo –, que o relato seja fiel a certa configuração fenomênica da *época econômica específica* a que se refere e explicita indubitavelmente certas mudanças ocorridas no processo de trabalho ao final da década de 1980 e início dos anos 1990. O outro lado da moeda, aquele que não se vê, porque se esconde ao ser mostrado, é que conquanto o estado de coisas tenha mudado, ele, ao mesmo tempo, continua o mesmo: produz-se capital explorando trabalho. O capital desenvolvido socialmente como sistema é capaz de repor inteiramente seus pressupostos – o que vimos na Parte I –, isso explica o triunfo do capital.

Já sabemos como, em seu desenvolvimento, o sistema capitalista tem que mudar, pois só assim é capaz de permanecer o mesmo. Outrossim, sabemos que para que haja capitalismo não basta que se apresentem o trabalhador livre, de um lado, e, de outro, a propriedade privada dos meios de vida, pois como se sabe, eles têm de serem postos em *relação* pela mediação do dinheiro. Nesse processo histórico o trabalho é determinado formalmente como assalariado. Assim, é na relação de trabalho sob sua determinação formal como assalariado e em sua compreensão, que reside a chave da resolução do problema apontado.

A compreensão da relação de trabalho sob sua determinação formal como assalariado exige, antes do mais, a compreensão do *trabalho em geral*, por conseguinte de quais são as condições de produção e os elementos integrantes do processo de trabalho. Resultado do trabalho em geral, o produto deve, em segundo lugar, ser exposto a fim de que seja desmistificada muita opinião acerca de Marx, pois se trata de uma relação entre *matéria* e *forma*. Chegados aqui, podemos compreender como as condições do trabalho em geral e seus elementos integrantes estão suprasumidos na forma determinada do *trabalho assalariado*, eles estão lá presentes, mas enquanto negados. Por fim, somente após compreender a inversão operada no trabalho assalariado é possível compreender a inversão da relação social de produção, o trabalho produtivo, a qual para manter sua base deve modificar-se.

⁵¹ GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho, busca do sentido. Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 89. Doravante: MT.

O trabalho em geral:

autoprodução do homem pelo metabolismo entre homem e natureza

Tanto uma atividade produtiva específica e os meios ou instrumentos utilizados para executá-la quanto o produto por ela produzido não revelam, isoladamente, as características próprias a uma específica determinação formal do trabalho social. Marx o diz expressamente: “assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (C, p. 261). Não basta apenas o conhecimento das relações que os homens estabelecem na reprodução de suas vidas, as relações de produção, bem como a configuração técnica em que ela ocorre, as forças produtivas, pois que é pela relação entre ambos que ocorre a determinação formal do trabalho característica de uma formação social determinada.

Até aqui nada há de novo sob o sol, nosso posicionamento é ratificado, por exemplo, com Rubin, ao afirmar que “a teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: a *relação* entre as forças produtivas e as relações de produção”⁵². Assim como ambas se concentram na determinação formal do trabalho específico a determinada forma social, assim também a formação social especificamente capitalista concentra no trabalho assalariado as relações de produção e forças produtivas que lhe correspondem. Todavia, a compreensão do trabalho assalariado requer a compreensão dos fatores gerais presentes em todas as formas determinadas do trabalho e, por isso mesmo, independente de qualquer forma particular determinada, por outras palavras, a compreensão do conceito de trabalho em geral. Não por acaso a seção III (*A produção do mais-valor absoluto*), de *O capital*, que faz a passagem da primeira aparição do capital na circulação simples a um nível mais profundo da essência, se inicia com a exposição do processo de trabalho, onde Marx apresenta o conceito de trabalho, não enquanto trabalho assalariado, mas enquanto trabalho em geral. O capítulo se inicia da seguinte maneira:

⁵² RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 14, grifo nosso. Doravante: *Tm*.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz um trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob o seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho *independente* de qualquer *forma social determinada*. (C, p. 255, grifo nosso).

Marx considerará o processo de trabalho não apenas independentemente de toda e qualquer forma *determinada*, seja ela assalariada, servil etc., mas também independentemente de sua forma *social*, isto é, tratará conceitualmente do processo de trabalho individual, da relação entre homem e natureza. Cabe ressaltar, aqui, que o conceito de trabalho está longe de ser uma dedução a partir de princípios estabelecidos *a priori*, tampouco consiste numa generalização indutiva das mesmas características que se repetiriam em fatos particulares temporal e geograficamente diferentes ou concomitantes. Ao invés de incorrer por qualquer desses dois caminhos, Marx procede de maneira a examinar diferentes situações historicamente determinadas, a fim de identificar em cada uma delas, em cada particular, a singularidade ali presente; por outras palavras, Marx examina *diferentes* situações históricas concretas, a fim de identificar em cada uma os elementos supracitados comuns a todas, que estão presentes nas diferentes formações históricas concretas enquanto negação determinada.

A partir disso, é possível recompor os elos intermediários entre o particular e o universal ou, por outras palavras, identificar as leis gerais presentes em cada situação concreta. Por isso, “é um erro afirmar, de acordo com Marx, o movimento autônomo dos conceitos, regidos simplesmente por sua lógica interna. O procedimento correto é o movimento que vai do abstrato ao concreto pela descoberta das determinações intermediárias do *próprio movimento concreto*. Tais elos intermediários devem ser considerados como elos de especificação, *produzidos pela própria realidade* e ainda não conhecidos, mas passíveis de cognição”⁵³. As categorias são concretas, elas são produzidas pela realidade, no entanto elas são passíveis de ser abstraídas e reproduzidas

⁵³ VAISMAN, Ester. “Marx e a filosofia: elementos para uma discussão necessária”. In: *Nova economia*, Belo Horizonte, vol. 16, 2, maio-agoosto 2006, p. 330, grifo nosso.

na mente e, assim, conhecidas. Nesse sentido, “o ideal não é mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”⁵⁴. Todavia, “poderia parecer, com isso, que apenas fora descoberta a expressão abstrata para a relação mais simples e mais antiga que os seres humanos – seja qual for a forma de sociedade – aparecem como produtores” (*Int.*, p. 57), no entanto a recomposição mental dos elos intermediários a partir de cada situação concreta não se limita a mera “expressão abstrata”, porquanto aportam às leis gerais que regem o fenômeno. Decerto, ocorre um processo de abstração categorial feito pela mente, mas isso não é tudo; ocorre também que num concreto real mais rico os traços universais de uma categoria simples são mais visíveis permitindo, através do retorno a concretos menos ricos, identificar as singularidades e, por fim, compor um concreto pensado, que permita compreender as leis gerais que regem o fenômeno.

Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o *desenvolvimento* concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do *trabalho em geral não é apenas o resultado mental* de uma totalidade concreta de trabalhos (*Int.*, p. 57. Grifo nosso).

É a partir do estudo de diferentes formas históricas concretas, da capitalista às não-capitalistas, realizado no *Grundrisse*, que são identificados os elementos singulares do trabalho, os quais permitem a exposição, em *O capital*, do conceito de trabalho independentemente de qualquer *forma social determinada*. Visto que nosso objeto não é a metodologia de Marx, essa breve observação basta.

Para que o trabalho se realize é preciso que certas condições sejam atendidas. Patenteia-se, então, que a compreensão do conceito de trabalho em geral exige que sejam distinguidas as *condições de produção* dos *elementos integrantes* do processo de trabalho. Identificadas aquelas, podemos compreender a composição destes. Não é por outra razão que a exposição dos elementos integrantes do trabalho em *O capital* é precedida pela apresentação da relação entre homem e natureza:

⁵⁴ MARX, K. “Posfácio à segunda edição”, in, *O capital, Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 90. Doravante: *Posf.*

O trabalho é, antes de tudo, um *processo* entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu *metabolismo* com a natureza (C, p. 255, grifo nosso).

A primeira condição para a realização do trabalho, a primeira condição da produção, é que ocorra o *metabolismo* entre homem e natureza, ou seja, *antes de tudo*, é preciso que haja um *processo* entre ambos. Todo homem, que é organismo vivo, precisa repor os pressupostos de sua existência, de modo que essa re-posição é, ao mesmo tempo, sua re-produção e, portanto, um ato produtivo. Como de início tais pressupostos não foram postos pelo próprio indivíduo – pois, no caso do homem, tanto seu corpo orgânico quanto a natureza, que lhe fornece os meios de vida, não foram postos por ele –, então eles são inicialmente exteriores e inessenciais. De acordo com o conceito de Marx de desenvolvimento sabemos que em sua reprodução tais pressupostos são internalizados e tornam-se essenciais à sua existência. Desse modo, no ato produtivo tanto o corpo do homem quanto a natureza, que a ele se defronta, tornam-se essenciais, por isso o trabalho inclui “de um lado, o indivíduo vivo, de outro, a terra [a *natureza*] como a *condição objetiva de sua reprodução*” (G, 397).

Em sua reprodução o indivíduo se relaciona com a natureza como a extensão inorgânica de seu corpo orgânico, no sentido de uma extensão de si que deve ser apropriada para reproduzir-se. Esse ato de apropriação consiste num “comportamento do ser humano” (G, p. 403) para com a objetividade natural, que, “por assim dizer, constituem somente o prolongamento de seu corpo” (G, p. 403). Isso ocorre porque “assim como o sujeito trabalhador [era] indivíduo natural, existência natural, a *primeira condição* objetiva de seu trabalho apareceu como natureza, terra, *seu corpo inorgânico*; ele próprio não é só corpo orgânico, mas essa natureza inorgânica como sujeito” (G, p. 400, grifo nosso).

Temos, em primeiro lugar, que o próprio trabalho é uma atividade produtiva – estamos no plano da abstração acima justificado, portanto não se trata em hipótese alguma do conceito de trabalho produtivo, que veremos no capítulo 4 desta parte II. De uma parte, as condições subjetivas do trabalho, isto é, pernas e braços, cabeça e mãos, etc., estão pressupostas no corpo orgânico do homem; bem como, de outra parte, as

condições objetivas do trabalho, isto é, as disposições potenciais da objetividade natural, estão pressupostas em seu corpo inorgânico: “as *condições originais* da produção aparecem como pressupostos naturais, *condições naturais de existência do produtor*, exatamente como seu corpo vivo aparece como pressuposto de si mesmo” (G, p. 401, grifo nosso). A atividade produtiva humana, o trabalho, por sua vez, *posiciona* tanto as pressuposições do corpo orgânico do homem (órgãos etc.), quanto as pressuposições de seu corpo inorgânico (as disposições potenciais da objetividade natural), uns em relação aos outros, de modo a efetivar a apropriação da objetividade da natureza como apropriação pelo homem de seu corpo inorgânico, como apropriação de si. Ocorre, portanto, nessa relação de intercâmbio entre o corpo orgânico do homem e sua extensão inorgânica o *metabolismo* entre homem e natureza, pois: por um lado, as capacidades subjetivas pressupostas no corpo orgânico do homem são *postas* efetivamente pela sua atividade produtiva, elas se objetivam no produto, sendo que ocorre, ao mesmo tempo, o consumo de seus órgãos, forças etc.; de outro lado, as pressuposições objetivas de seu corpo inorgânico são *postas* efetivamente para o homem, enquanto objeto trabalhado pela *conformação* da matéria natural, isto é, a produção do produto enquanto consumo da forma de início dada na objetividade natural ao ser posta, pelo trabalho, uma nova forma que a torne útil. É evidente que nesse metabolismo entre homem e natureza, nesse intercâmbio, o homem se relaciona com a natureza como extensão inorgânica de si, razão pela qual ele existe subjetiva e objetivamente. Portanto, “o ser humano não se relaciona propriamente às condições de sua produção; mas ele existe de maneira dupla, seja subjetivamente, como ele próprio, seja objetivamente, nessas condições naturais inorgânicas de sua existência” (G, p. 403).

Antes de seguirmos adiante convém atentar ao seguinte ponto. Devido ao fato de que os pressupostos subjetivos e objetivos do trabalho são postos pelo metabolismo entre o homem e natureza, a existência do homem é dupla, pois ele existe subjetivamente em seu corpo orgânico e objetivamente na extensão inorgânica de seu corpo orgânico. Marx efetua, destarte, o deslocamento radical de uma questão da tradição filosófica, que pode assumir diversos matizes como, por exemplo, a oposição entre solipsismo e existência do mundo exterior, existência do sujeito ou do objeto etc. Radical no próprio sentido do termo, pois a raiz da questão está em outro lugar: trata-se, na reprodução do homem, da relação entre o corpo orgânico e sua extensão inorgânica. Uma vez que natureza e homem constituem um *todo*, essa dupla existência efetiva,

posta pelo metabolismo entre homem e natureza, ocorre porque a atividade produtiva humana, o trabalho, põe ambos em relação – *medeia, regula e controla*, diz *O capital* – estabelecendo um *movimento*.

O trabalho, portanto, põe em movimento os diversos elementos do todo, tanto subjetivos quanto objetivos, de modo que cada um dos elementos integrantes do trabalho, em relação conjunta, constitui momentos desse movimento. Podemos dizer, por outras palavras, que o relacionamento conjunto dos momentos constituintes do trabalho realiza o movimento de intercâmbio entre o homem e natureza instituindo um *processo*. Assim, patenteia-se que o trabalho é um processo, no qual e pelo qual os momentos constituintes do movimento de intercâmbio realizam o metabolismo entre o homem e a natureza. Assim, as seguintes palavras de Marx ganham significação maior: *o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, que medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza*.

Trataremos dos momentos simples constituintes do processo de trabalho mais adiante. Por ora, cumpre dizer algumas breves palavras sobre o conceito de processo, a fim de evitar mal-entendidos. — Salientamos, contudo, que está longe de nosso escopo o desvendamento de gêneses conceituais de Marx, bem como inseri-lo, por comparação, em tal ou qual tradição de pensamento —. Antes de Marx o conceito de processo já era utilizado pela filosofia da natureza do século XVIII. Cabe lembrarmos que ao buscar encontrar a *ideia* na realidade, Marx iniciou uma análise filosófico-dialética, que ele relata na carta de 10 de novembro de 1837: “Minha última proposição foi o início do sistema hegeliano; este trabalho, pelo qual eu me familiarizei bastante com a *ciência natural*, com *Schelling* e com a história, gerou em mim uma perturbação infinita”⁵⁵. Na filosofia da natureza de Schelling, o conceito de processo possui considerável importância, pois “a ideia de *processo* exprime o *dever* mesmo da *natureza* (...) a cada grau de seu desenvolvimento, ela deve reproduzir a oposição primordial das forças de expansão e de atração”⁵⁶.

Atento às descobertas científicas de sua época, Schelling afirma que “a natureza orgânica não é outra coisa que a matéria inorgânica repetindo-se numa potência

⁵⁵ MARX, K. «Lettre de Marx à son père ». In : *Oeuvres complètes*. Paris : Éditions de la Pléiade, 1982, vol. III, philosophie, p. 1376, grifo nosso.

⁵⁶ ÉLIE, M. *Idées pour une philosophie de la nature: commentaire*. Paris: Éditions Ellipses, 2000, p. 57-58, grifo nosso.

superior”⁵⁷ como formas numa sucessão de perfectibilidade, nesse sentido pode-se dizer que ele “sustenta o princípio da evolução”⁵⁸, mas não no sentido de cronologia empírica. Tendo em vista que os três graus do *processo dinâmico*, presentes na *Introdução ao Esboço de um sistema da filosofia da natureza*, são o magnético, o elétrico e o químico, nota-se certa relação com as últimas descobertas científicas do final do XVIII e início do XIX:

Na ciência da eletricidade havia-se chegado à teoria de Coulomb, de um fluído elétrico negativo e um positivo. Já se espreitava uma relação da eletricidade com os polos magnéticos. Também já [se] começava a estudar as relações entre os fenômenos elétricos e químicos. E o descobrimento por Galvani (1737-1798) da chamada “eletricidade animal” oferecia inclusive a transição ao orgânico. O médico vienense Meyer (1734-1815) tratou de levar à prática a teoria do magnetismo animal (...) Como é natural, Schelling se ateve, nos pormenores da sua filosofia da natureza, ao estado da ciência de então (...) todo o acontecer natural é considerado como uma combinação de forças polares opostas. Ao mesmo tempo a matéria é considerada como também como resultado dessas forças (*FM*, p. 171-172).

O conceito de processo em Schelling se refere à relação opositiva entre a identidade pura da natureza com sua diferença, cujo resultado é o produto; não enquanto retorno à identidade primitiva, mas como indiferença que mantém a oposição absoluta suprimindo apenas a oposição particular na indiferença do produto singular. Enquanto produto, o resultado é, decerto, uma identidade, mas não se trata da identidade do absoluto, onde as diferenças são suprimidas, porque ele põe nova oposição uma vez que “essa identidade se dissolve novamente numa oposição (...) uma oposição na produtividade mesma”⁵⁹.

No processo podemos identificar três momentos ou “graus”: “há, pois, aqui o *progresso* da tese à antítese, e desta à síntese” (*PhN*, p. 138, grifo nosso). A dinâmica estabelecida por esse processo de produtividade é esquematizada pelo autor: “nós temos, então, este esquema do *processo dinâmico*: Primeiro grau: Unidade do produto –

⁵⁷ SCHELLING, F. *Dedución general del proceso dinámico*. Madrid: Alianza Editorial, 1996, p. 176. Doravante: *DPD*.

⁵⁸ MESSER, A. *La filosofía moderna de Kant a Hegel*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939, p. 171. Doravante: *FM*.

⁵⁹ SCHELLING, F. *Introduction à l'Esquisse d'un système de la philosophie de la nature*. Paris: Librairie générale française, 2001, p. 138. Doravante : *PhN*.

magnetismo. Segundo grau: Duplicidade dos produtos – eletricidade. Terceiro grau: Unidade dos produtos – processo químico” (*PhN*, p. 138, grifo nosso). Poucas páginas adiante o texto organiza os resultados obtidos: “magnetismo, eletricidade e processo químico são as categorias da construção primitiva da natureza [da matéria]” (*PhN*, p. 142). Isso ocorre, segundo a *Dedução geral do processo dinâmico*, porque “o processo magnético (do qual nasce toda atividade) passa ao processo elétrico e, no qual, finalmente, desse passa ao [processo] químico”, de modo que no processo dinâmico “é uma e mesma causa que gera todos esses fenômenos” (*DPD*, p. 176). O conceito schellinguiano de processo se refere, portanto, ao movimento realizado por forças naturais opostas que constituem a matéria em suas disposições físico-químicas. É preciso atentar, nesse ponto, que dado que “a natureza orgânica total repousa sobre essa série”, então o processo dinâmico diz respeito “à produção da natureza por ela mesma”, ou seja, à “natureza total” (*PhN*, p. 143).

Podemos saber como a natureza deve ser compreendida: “para a ciência da natureza, a natureza primitivamente não é senão produtividade” (*PhN*, p. 88). Todavia, não se trata de qualquer produtividade, mas de uma “produtividade absoluta”, a qual se apresenta, portanto, “como um *devir* dotado de uma velocidade infinita” (*PhN*, p. 94, grifo nosso). Assim, é sob o conceito de *processo* que a *natureza total* pode ser compreendida como *produção absoluta* de si mesma e por si mesma, o que implica que ela “deve verdadeiramente ser concebida como tomada num desdobramento infinito” (*PhN*, p. 94). Ora, como desdobramento de si, não é difícil entendermos como a natureza total em sua autoprodução pode ser pensada como *devir*; no entanto, concebê-la como *desdobramento* de si implica, no caso de Schelling, mais que isso; implica também a noção de progresso, razão pela qual “no conceito de *devir* o conceito de *progresso* é pensado” (*PhN*, p. 94, grifo nosso).

Em relação à filosofia da natureza de Schelling, o ponto que nos importa é que o conceito de *processo* – pelo qual a natureza se produz ao desdobrar-se – implica o conceito de *devir*, no qual o progresso é pensado. De outra parte, no caso de Marx, o processo, por um lado, consiste na relação opositiva entre os momentos do todo postos em atividade e constituintes do movimento; entretanto, por outro lado, o conceito de processo em Marx assegura autonomia relativa ao trabalho, uma vez que ele não reporta *imediatamente* ao conceito de *devir*. Assim, embora o processo de trabalho sempre estivesse presente em todas as formações sociais, Marx consegue pensar o processo de

trabalho por fora de uma marcha teleológica ou de qualquer sorte de progresso *necessário*.

Voltando ao nosso percurso, sabemos que o homem existe subjetiva e objetivamente, uma vez que ele se relaciona com a natureza, ao se apropriar dela, como a extensão inorgânica de seu corpo orgânico. Salvo em situações iniciais e transitórias de apropriação direta e, por isso, anteriores a todo trabalho (cf. *C*, p. 257), nesse ato de apropriação – que pressupõe a *comunidade*, não esqueçamos – o processo de trabalho transforma a matéria natural conformando-a num produto utilizável para suprir uma carência (*Bedürfnis*) humana. Por isso, segundo *O capital*, o homem

se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a, por meio desse *movimento*, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem *latentes* e submete o jogo de suas forças ao seu próprio domínio (*C*, p. 255, grifo nosso).

Nada é mais claro ser o homem produto histórico de si mesmo. Em sua reprodução pelo processo de trabalho o homem conforma a objetividade natural com vistas a suprir uma carência. Nesse processo, pelo trabalho ele modifica a natureza pondo-a sob nova determinação formal, que antes lhe estava objetivamente pressuposta; de outra parte, as próprias capacidades humanas, que estavam pressupostas, *latentes*, são desenvolvidas. Vejamos isso mais de perto.

Que o homem possui dupla existência, pois ele existe subjetiva e objetivamente, já o sabemos. Mas, ele existe onde? Na Terra, considerada como “totalidade”, como todo no qual todas as partes estão em “conexão imediata” (*C*, p. 256); pelo trabalho, todavia, o homem “separa” as “coisas” (*C*, p. 256) dessa conexão imediata, inserindo-as – e não é exagero dizê-lo – num universo propriamente humano. Ocorre, assim, um processo de separação, de abstração real, que pode ser refletido na cabeça, mas para Marx a abstração – bem como os conceitos – é antes de tudo real (sobre esse assunto cf., *MLP I*, p. 90-92, 94-97 e 98). Pelo processo de trabalho o homem conforma a objetividade natural, ele a transforma num produto e, assim, a separa de sua conexão

imediate como o todo. No entanto, essa objetividade natural é a existência objetiva do homem, seu corpo inorgânico, de modo que ao modificar sua existência objetiva, ele se modifica subjetivamente, porquanto é a objetividade natural em que o homem vive que fornece as condições de reprodução e estruturação de seu corpo orgânico — até hoje não se descobriu um homem sequer que vivesse no éter ao invés de na Terra! Enquanto existência objetiva do homem, a natureza se apresenta como seu “laboratório” (G, p. 397), no qual ele submete tanto a *matéria natural*, que se apresenta como uma força natural, uma potência (*Naturmacht*), quanto o *jogo de suas próprias forças* ao seu próprio *domínio*. A configuração da objetividade transformada pelo trabalho humano, bem como o próprio homem são produzidos historicamente, razão pela qual o homem realiza a autoprodução de si mesmo.

Assim, o processo de trabalho se configura como um processo de controle e domínio pelo homem de sua existência, tanto subjetiva quanto objetiva, a fim de se reproduzir. Todo o processo está orientado e submetido a essa finalidade. A segunda condição de produção e, portanto, do trabalho, é a finalidade.

O ato produtivo humano con-forma a matéria natural sob uma forma utilizável à finalidade de suprir uma carência; o objetivo do homem no processo de trabalho é, portanto, a produção de um objeto útil; podemos dizer, a produção de um valor de uso. Cumpre, então, objetar: o trabalho animal, por sua vez, não transformaria a matéria natural, a fim de suprir uma carência? A diferença consiste em que o animal não altera o ciclo da natureza, ao contrário, ele reproduz aquela conexão do todo vista acima. “O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência”⁶⁰: como é sabido, o que distingue o trabalho animal do humano é o fato de que o homem possui o produto em sua cabeça. Ele produz “um resultado que já existia idealmente” (C, p. 256) — esse é um ponto pacífico em Marx. (Digressão E)

O que importa salientar é que não se deve inferir daí qualquer sorte de anterioridade ou precedência do pensamento sobre o trabalho. O homem é, de início e *ao mesmo tempo*, um ser sensível e pensante, mas ao passo que o processo de abstração real, visto acima, ocorre, o homem desenvolve sua sensibilidade e, ao mesmo tempo,

⁶⁰ LUKÁCS, G. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: *O jovem Hegel e outros escritos filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 228.

sua consciência. No plano de abstração teórica em que estamos, a finalidade do trabalho é produzir um valor de uso para suprir uma carência, ou seja, trata-se de uma relação humana ativa com o fim de resultar num produto a ser *apropriado* pelo homem. Por isso, essa relação *efetiva*, o trabalho, não pode ter um *a priori* do pensamento sobre a realidade: “a apropriação efetiva não acontece primeiro na relação imaginada, mas na relação ativa, real, com essas condições – o seu pôr efetivo como as condições de sua atividade subjetiva” (G, p. 404). Que a representação de um valor de uso possa ser produzida na cabeça do homem anteriormente à sua produção real, em nada altera a situação, pois apenas como representação ou “projeto” o objeto não existe efetivamente. Aristóteles já ensinou, “cada coisa possui tanto de verdade quanto possui de ser”⁶¹.

A atividade produtiva, o trabalho, põe em movimento um processo de unidade da dupla existência subjetiva e objetiva do homem, pelo qual ele se reproduz. Segue, pois, que esse processo unívoco é duplo, “pois se essa reprodução, por um lado, aparece como apropriação dos objetos pelos sujeitos, por outro, aparece igualmente como *conformação*, sujeição dos objetos a uma *finalidade subjetiva*” (G, p. 401, grifo nosso). Sem *finalidade* subjetiva não há trabalho humano, portanto ela é condição da atividade produtiva, consoante visto acima.

Grosso modo, a finalidade pode ser caracterizada como a transformação da matéria natural num objeto útil, isto é, num produto capaz de suprir uma carência. O fato de que o produto já estava pronto idealmente, pois se encontrava na representação do trabalhador, difere o trabalho humano do trabalho meramente instintivo do animal. A ausência da representação do resultado do trabalho na consciência do animal faz com que sua atividade se limite sempre à mesma alteração da forma do elemento natural, isto é, a reprodução do ciclo da natureza, uma vez que seu produto não está separado da conexão imediata do todo: a cada colmeia construída a abelha repete sempre o mesmo ciclo da natureza, fato que não ocorre com a cabana, casa ou edifício feitos pelo homem. Mas isso não é tudo, pois o trabalho humano envolve muito mais:

Isso não significa que ele [o trabalhador] se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele *realiza* nesse último, ao mesmo tempo, o seu *objetivo*, que ele *sabe* que determina, como lei, o tipo e o modo

⁶¹ ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2013, p. 73, α 993b.

de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua *vontade*. (C, p. 256, grifo nosso).

A relação entre finalidade e vontade é de suma importância ao processo de trabalho, mas, infelizmente, não é incomum pouco atentar a ela. Ao transformar o elemento natural num produto útil para suprir uma carência, além da *alteração da forma* o homem *realiza seu objetivo*, sua finalidade. Ora, isso determina tanto o *tipo* quanto o *modo* da atividade produtiva, pois se o objetivo é comer peixe, ele determina o tipo de atividade, a pesca; bem como o modo como ela será realizada, pois não se captura uma baleia com vara de pescar. No entanto, não basta a representação de um produto útil na cabeça do trabalhador sem a vontade de realizá-lo; dito por outras palavras, a finalidade de transformar a matéria natural num objeto útil exige que a vontade do trabalhador esteja subordinada a ela para que o produto seja produzido. Sem a vontade subordinada à finalidade, o objetivo não se realiza num produto, portanto a subordinação da vontade é a terceira condição da produção.

O que nos interessa, aqui, é o seguinte: enquanto laboratório das forças humanas, o homem se relaciona com a natureza como sua “condição natural de produção, com a qual ele se relaciona como sua própria existência inorgânica” (G, p. 408), de modo que ao realizar seu objetivo, sua vontade está subordinada a si mesmo e a natureza se apresenta a ele, “como o laboratório de suas forças e *domínio* de sua *vontade*” (G, p. 408, grifo nosso) — em hipótese alguma isso se aplica às formas determinadas do trabalho, pois tratamos aqui apenas do trabalho em geral. No trabalho, a relação entre finalidade e vontade é mediada pela apropriação, de modo que se o trabalhador se relaciona com o elemento natural como *seu* laboratório, então ele se relaciona consigo mesmo: a atividade produtiva relaciona o corpo orgânico com sua extensão inorgânica a ser apropriada. Assim, quanto mais a atividade humana, pelo processo de trabalho, constitui o envolvimento orgânico do trabalhador consigo, com a extensão inorgânica de si, tanto mais essa atividade o atrai e, por isso, menos sua *atenção* se manifesta como compêlimento *voluntário*:

a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio

conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos esse último *usufrui* dele como jogo de suas *próprias* forças físicas e mentais (C, p. 256, grifo nosso).

Domínio da vontade do homem, a natureza é o espaço onde ele a exerce e realiza sua finalidade, por meio do trabalho, apropriando-se dela sob a nova forma de objeto útil. Na apropriação o homem se relaciona com a natureza como extensão inorgânica de si, por isso ele pode submeter ao seu domínio tanto suas próprias forças, relativas ao seu corpo orgânico, quanto as forças naturais, relativas ao seu corpo inorgânico onde ele exerce sua vontade. Essa dominação da natureza ocorre somente enquanto extensão de si, porque, propriamente falando, não pode haver *relação de dominação* da natureza, uma vez que esta última é destituída de vontade a ser apropriada: “Com o animal, o solo etc., no fundo, não pode haver uma relação de dominação por meio da apropriação, muito embora o animal sirva” (G, p. 411). A apropriação da natureza que priva outro de dispor dela, que priva um homem do lugar de exercício de sua vontade, corresponde, portanto, à privação da vontade alheia de se efetivar. Trata-se de uma relação de dominação, pois “a apropriação da *vontade* alheia é o pressuposto da relação de dominação” (G, p. 411). O processo de trabalho pelo qual ocorre a apropriação encerra nele, portanto, a relação de dominação, relação de poder. Essa relação varia, evidentemente, dependendo de *quem* domina e *o quê* é dominado. No nível em que estamos tratando o assunto aqui, o homem domina a si mesmo, ao se apropriar da natureza como a extensão de si.

O resultado a que chegamos é que para que a atividade produtiva se realize é preciso que três condições sejam atendidas, a saber: primeiro, deve ocorrer o *metabolismo* entre homem e natureza; segundo, a representação do produto a ser produzido deve estar presente na mente do trabalhador, com a *finalidade* de orientar o processo; terceiro, a *vontade* do trabalhador deve estar subordinada à finalidade. Todas essas condições precisam ser atendidas para que seja realizada a atividade produtiva humana, o trabalho, que põe em movimento seus fatores subjetivos e objetivos instituindo um processo.

O processo de trabalho, portanto, é um movimento de intercâmbio entre homem e natureza, cujos momentos simples “são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus

meios” (C, p. 256). Os momentos do trabalho devem ser considerados com a devida atenção, pois eles permitem compreender como e por que um mesmo modo de produção é capaz de repor seus pressupostos e, contudo, assumir diferentes configurações. Cumpre importante papel nisso a mediação dos “meios de trabalho”, da “coisa” ou “complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de *guia* de sua atividade sobre esse objeto” (C, p. 256, grifo nosso). O tipo de transformação efetuada pelo homem na natureza – e, portanto, a configuração do meio em que ele vive – depende do meio de trabalho, que se interpõe entre sua atividade e o objeto do trabalho. O ouro é sempre ouro, mas a transformação operada na montanha pela picareta que rasga o filão difere, a olhos nus, das escavadeiras da Vale do Rio Doce. Não por acaso, quando Marx trata da mediação entre o homem e o objeto do trabalho, realizada pelo “meio de trabalho”, ele cita em nota a astúcia da Razão, de Hegel (cf., C, p. 256, nota 2). Numa determinada atividade particular, num trabalho, uma coisa (o meio de trabalho) atua sobre outra (o objeto do trabalho) transformando-a, segundo o objetivo ou propósito humano, o qual só intervém *mediatamente* no processo. O processo de trabalho repõe os pressupostos da produção e a cada reposição o processo se modifica, desenvolvendo-se. Assim, o elemento mediador do processo de trabalho se desenvolve e, mais que isso, como ele é o guia da atividade – conforme visto acima –, ele corresponde à medida do grau desse desenvolvimento:

Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam papel fundamental como meios de trabalho nos primeiros estágios da história humana. O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem ‘a toolmaking animal’, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as *épocas econômicas* não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem a *medida* do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as *condições sociais* nas quais se trabalha (C, p. 257, grifo nosso).

Por que as *épocas econômicas* são diferenciáveis, segundo seus meios de trabalho? Se atentarmos aos conceitos de *medida* e *grau*, presentes no texto, essa questão pode ser respondida sem maiores dificuldades, pois indicam que se trata logicamente de uma dialética da quantidade e da qualidade. Como é sabido, Marx releu a Lógica de Hegel quando redigia *O capital*, em cujas anotações de 1861 encontramos que na *medida* está posta a “unidade da qualidade e da quantidade, *quantidade qualitativa*”⁶². Com efeito, o recurso à lógica dialética é patente, pois, consoante Maximilien Rubel comenta esse texto, “Marx reata com a ‘dialética da negatividade’ que o tinha fascinado aproximadamente vinte anos antes na *Fenomenologia*” (*PLH*, p. 1837). Contudo, isso não implica qualquer sorte de adesão à dialética hegeliana consoante alerta expressamente Marx: “a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento” (*Posf.*, p. 91).

Quando consumada a qualidade, a determinidade é posta como *sendo-por-si*, por isso como variação quantitativa indiferente, no entanto a variação somente pode ocorrer, porque a quantidade em geral se põe numa quantidade determinada, num *quanto*, de modo que se têm muitos quantos, que em razão da indiferença podem variar. Daí apresenta-se a contradição, pois se tem uma variação, que embora varie, permanece o mesmo na variação. Fica patente, portanto, que a determinação quantitativa apresenta-se, agora, também qualitativa, de modo que à determinação corresponda tanto uma extensão (quantidade) como uma intensão (qualidade). A isso corresponde o *grau* de determinação da coisa, ou melhor, como “no *grau* está posto o conceito do quanto” (*PLH*, p.1492), então

toda e qualquer grandeza intensiva é extensiva também, e também sucede o mesmo inversamente. Por exemplo: certo grau de temperatura é uma grandeza intensiva, a que como tal corresponde também uma sensação totalmente simples; se depois vamos ao termômetro, então encontramos como correspondente a esse grau de temperamento certa dilatação da coluna de mercúrio, e essa grandeza extensiva varia ao mesmo tempo com a temperatura, enquanto esta é grandeza intensiva (*Enc.*, p. 217, §103).

⁶² MARX, K. « Précis de la Logique hégélienne de l'Être ». In : *Oeuvres complètes*. Paris : Éditions de la Pléiade, 1982, vol. III, philosophie, p. 1490. Doravante: *PLH*.

No grau a determinação é quantitativa e qualitativa, cuja unidade se apresenta como medida. Segue, pois, que se da qualidade suprasumida passou-se à determinação quantitativa indiferente; agora, esta é também suprasumida, visto que ela também é qualitativa, de modo que “o resultado dessa dialética (...) é a unidade e a verdade desses dois, a quantidade qualitativa, ou a *medida*” (*Enc.*, p. 212-213, §106). A *medida do grau*, portanto, é a medida numa determinação, a qual consoante vimos é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. Assim, dentro de seus limites a coisa pode ser posta em muitos graus determinados sem, contudo, que sua medida seja alterada, de modo que se abre um espectro de variabilidade de determinações quantitativo-qualitativas, isto é, a *regra*. Segue, pois, que quando a medida varia para além de seu limite suprasumindo-o, então tem lugar outra medida, porquanto “quando a quantidade presente na medida ultrapassa certo limite, também a qualidade que lhe corresponde é suprasumida. Contudo, não se nega nisso a qualidade em geral, mas apenas a qualidade determinada, cujo lugar é logo tomado de novo por uma outra qualidade” (*Enc.*, p. 217, §109).

Portanto, a um *grau* determinado do desenvolvimento tanto da *força de trabalho* quanto das *condições sociais* nas quais se trabalha corresponde uma medida característica de determinada *época econômica*, para usar as palavras de Marx. A medida, de uma parte, pode variar para além de seu limite suprasumindo-o; mas, de outra parte, pode variar sem que seu limite seja suprasumido. Segue, disso, que no primeiro caso um modo de produção pode variar gradativamente determinando-se em diferentes épocas econômicas até suprasumir seu limite, dando lugar a outro modo de produção. No segundo caso, um modo de produção pode variar gradativamente, pode se determinar em diferentes épocas econômicas, sem, contudo, suprasumir seu limite, ou seja, repondo seus pressupostos por inteiro.

A mediação entre a atividade humana e o objeto do trabalho é feita pelo meio de trabalho, pelo instrumento, que denota a técnica utilizada. Cada *grau* determinado da técnica é tanto quantitativo (mais ou menos desenvolvida) quanto qualitativo (a maneira como a atividade é realizada), razão pela qual ele fornece a medida do grau que caracteriza sua *época econômica*. Por outras palavras, para a compreensão de determinada época econômica é preciso atentar à técnica que lhe corresponde, porque ela indica tanto o *desenvolvimento da força de trabalho* como as *condições sociais nas quais se trabalha*. Por exemplo, a programação de software denota determinado grau de

desenvolvimento das forças produtivas e as respectivas condições sociais, que caracterizam uma *época econômica* específica. Épocas econômicas podem ser diferentes, mas o modo pelo qual produzem pode manter a mesma relação fundamental. Por isso, no texto citado Marx não utilizou *modo de produção*, mas sim *épocas econômicas*. Ou seja, pode ocorrer que o grau da técnica se altere configurando diferentes épocas econômicas, mas cuja relação fundamental ainda seja a relação capital (*Kapitalverhältnis*). (Digressão F)

Cumprir, antes de prosseguir, que as condições de produção e os momentos simples do trabalho não constituem um complexo de relações a-histórico, por outras palavras um esquema a-histórico que se determinaria historicamente. Esse seria o caso se Marx tivesse procedido por indução, a fim de identificar o mesmo que se repete em diferentes formações sociais historicamente determinadas, onde a despeito das diferenças de cada posição histórica a *relação estabelecida* entre eles seria a *mesma*. Ao contrário, por ter procedido de maneira a identificar as posições suprasumidas de cada uma, que estão presentes em cada formação social historicamente determinada como negadas, esse mesmo complexo de relações é ele mesmo mutável. Comprova o que dizemos, por exemplo, o fato de o escravo – nas sociedades estudadas por Marx nos *Grundrisse* – estar posto como *condição inorgânica da produção* (cf.: G, p. 401); ou então, o fato de que com a grande indústria é a máquina que emprega o trabalhador, conforme veremos no terceiro capítulo desta parte II. Nesses casos – para ficarmos apenas neles –, a especificidade histórica desses fatores (*existentes*) exige a *mudança* do complexo de *relações* estabelecidas pelos homens na reprodução da forma social. Por fim, a mudança dessas posições ocorre devido não apenas à posição, mas porque cada uma delas é uma determinação histórica resultante das relações estabelecidas com as outras, ou seja, decorrente do movimento de *desenvolvimento* de cada forma social; ou seja, não é apenas a posição da força de trabalho humana que a determina, num caso, como escrava e, noutro, como assalariada, mas a historicidade determinante delas.

Quando todas as condições da produção forem atendidas, os momentos simples integrantes do trabalho podem ser postos em movimento estabelecendo um processo, no qual eles são consumidos e do qual resulta a produção do produto, um elemento natural con-formado pelo trabalho. Assim, “se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista do resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho como trabalho produtivo” (C, p. 258). Marx se

refere, aqui, ao fato de que do processo de trabalho resulta um produto, nesse sentido ele *aparece* como trabalho produtivo. *Não se trata em hipótese alguma do conceito de trabalho produtivo do processo de produção capitalista*; o próprio Marx, nesse momento do texto, alerta expressamente na nota 7: “essa determinação do trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo algum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção” (C, p. 258, nota 7).

Trataremos do conceito de *trabalho produtivo* na parte final deste capítulo, todavia alertamos desde já a esse ponto, visto que esse *faux problème* é fonte de muita confusão, que se estende até hoje. Essa desatenção ao ler Marx deu espaço a formulações como, por exemplo: “desse ponto de vista, o trabalho é dito produtivo, não porém produtivo de valor”. A questão do comentador, aqui, não é *como* o valor se efetiva, mas sim de onde ele *provém* ou *nasce*. Sendo assim, ele questiona: onde o valor é produzido? E responde: “O valor de troca manifesta a *entidade* valor, *nascida* do relacionamento social da troca”. Aqui a confusão é ainda maior: primeiro, valor não é uma *entidade*; segundo, o valor (suposta entidade) se *efetiva* na troca, mas não *nasce* nela – paramos por aqui, porquanto o caminho de crítica interna aos “marxismos” é essencialmente conservador.

Voltando ao nosso percurso, salientamos que o texto d’*O capital* é claro a respeito do resultado do processo de trabalho:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma *transformação* do objeto do trabalho, segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um *material natural* adaptado às necessidades humanas *por meio da modificação de sua forma*. O trabalho se *incorporou* a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora ele se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na *forma* do ser. (C, p. 258, grifo nosso).

Essa conhecida passagem de *O capital* é de grande importância, porquanto mostra assaz claramente que o processo de trabalho, pelo qual o homem reproduz sua existência, se apoia sobre a relação entre matéria e forma. Trata-se, aqui, a questão no

nível do trabalho em geral, não de uma ou outra forma determinada. Assim, atendidas as condições de produção, os elementos integrantes do trabalho, uma vez postos em movimento, estabelecem um processo que se *extingue* no produto. Ou seja, o homem *modifica a forma do material natural* adaptando-o a uma *forma* útil para suprir uma carência. *Faites attention*: o trabalho se *incorpora* ao *objeto* (do trabalho), não à matéria, razão pela qual o *movimento* (do trabalho) consumado se *manifesta* na *forma do ser*, não da matéria.

Se a utilidade do produto, seu valor de uso, decorre dessa relação entre matéria e forma, de outra parte, o valor também deve necessariamente ter aí seu fundamento, caso contrário ou teríamos um caso de surgimento *ex nihilo* ou ele seria criado pela troca, ou então, por sua utilidade marginal. E nenhum desses três casos se aplica a Marx, que, ao contrário, realizou a crítica devassadora dessas teorias. É curioso que esse assunto seja pouco estudado, ou então, que não tenha sido “suficientemente desenvolvido” (*MLP I*, p. 145), já que a compreensão da relação entre matéria e forma em Marx é a chave à compreensão do valor.

Sobre a relação entre forma e matéria

ou

Sarebbe il valore *una grazie* di Dio?

Há certamente uma diferença – e Marx o assinala explicitamente no *Grundrisse* – entre as questões lógicas e as questões, digamos, não-lógicas, mas o laço que une umas às outras é muito mais estreito do que se pensa (...) Por outro lado, a passagem do lógico ao não-lógico ou vice-versa impõe-se frequentemente. O que não significa que seja fácil operar essas transgressões (*MLP III*, p. 275).

Do estudo sobre o processo de trabalho, vale dizer, da relação entre homem e natureza, resultou uma objetividade conformada pela atividade humana utilizável para suprir uma carência, processo esse que se realiza numa relação entre forma e matéria. O assunto envolve, decerto, muitos conceitos como, por exemplo, valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, divisão social do trabalho e a conexão social da troca, contudo ele gira em torno de um ponto específico: o valor. Nesse ponto, a questão pertinente é: qual a relação – se é que há alguma – da relação entre forma e matéria e o valor? A não compreensão do assunto fez correr muita tinta e teve por resultado respostas criativas, conquanto fantasiosas, a ponto de conceber-se o valor como disposição afetiva, produto da cultura, ato criativo da imaginação que ocorre na circulação etc.. A despeito das aparências, a solução do problema está lá, na relação entre forma e matéria.

O assunto, de indispensável importância à compreensão do pensamento de Marx, foi muito bem estudado por Ruy Fausto. O seu objetivo, contudo, foi o exame crítico do livro de Benetti e Cartelier, *Marchands, Salariat et Capitalistes*, (cf.: *MLP I*, p. 141), por isso seu foco foi a investigação rigorosa da *exposição* categorial de *O capital*, o que direcionou para o estudo da relação entre forma e matéria tanto como diferença distintiva entre a formação social capitalista e as demais formações sociais

quanto como sua determinação interna ao capitalismo: “os pontos mais importante para a nossa discussão são, entretanto, as duas primeiras divisões, matéria e forma como diferença que separa o capitalismo do universo antropológico geral, e forma e matéria como diferença interior ao capitalismo” (*MLP I*, p. 147). Tratar a questão nos marcos da distinção entre o universo antropológico e o capitalismo, e a diferença específica deste último no qual o antropológico está presente como negado (enquanto supracomum, i.e., como negação determinada) o conduziu à análise das formas *do* valor, mas não à análise da forma e da matéria na relação estabelecida pela atividade humana com seu objeto, pelo trabalho. Dessa feita, encontramos nossa justificativa em fazer essa investigação.

Devemo-nos situar aquém da primeira aparição do capital, portanto antes da seção II, isto é, na seção I sobre a mercadoria. No final do capítulo 5 (seção III) sabemos que o *processo de produção* é unidade do *processo de trabalho* e *processo de formação do valor*, mas não no sentido de unidade exterior, de dois processos distintos que são somados, e sim no sentido de que se tem, de fato, um único processo com determinações opostas, trata-se do mesmo na diferença. Essa oposição é a mesma presente na mercadoria, assim “vê-se que a diferença anteriormente obtida com a análise da mercadoria, entre o trabalho como valor de uso e o mesmo trabalho como criador de valor, apresenta-se, agora, como distinção dos diferentes aspectos do processo de produção” (*C*, p. 273). O fato de que essa unidade opositiva já estava presente na mercadoria nos indica que é a ela que devemos examinar.

Toda mercadoria não existe senão sob dupla determinação, uma determinação qualitativa e outra quantitativa. Como é sabido, para fins de exposição didática Marx tratou da mercadoria, de início, sob as determinações de valor de uso e valor de troca, no entanto, “isso estava, para ser exato, errado. A mercadoria é valor de uso – ou objeto de uso – e ‘valor’” (*C*, p. 136); todavia, partamos com o próprio autor dessa distinção entre valor de uso e valor de troca. A compreensão da riqueza em sua forma determinada socialmente como mercadoria, isto é, a riqueza no interior de uma formação social produtora de mercadorias, exige sua distinção com outras formações sociais; isso se expressa claramente na exposição de *O capital*:

[1] A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condiçãoada pelas propriedades do *corpo da mercadoria* [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo (...) [2]

Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa, como uma dúzia de relógios (...) O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, *qualquer que seja a forma social* desta. [3] *Na forma de sociedade que iremos analisar*, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca (C, p. 114, interpolação e grifo nosso).

Nós enumeramos os movimentos internos do parágrafo entre colchetes, a fim de facilitar nossa exposição. O primeiro movimento se refere à formação social produtora de mercadorias, visto que trata da utilidade da *mercadoria*, que é condicionada pelas *propriedades* de seu *corpo*. A determinação da utilidade não é específica do capitalismo, qualquer que seja a formação social o produto do trabalho tem uma utilidade, razão pela qual o próximo movimento do parágrafo se refere à utilidade *qualquer que seja a forma social* em questão. O texto faz, assim, uma primeira negação, pois a utilidade é negada como específica à mercadoria. Nas demais formações sociais a determinação quantitativa do produto do trabalho também está presente, mas enquanto *pressuposta*, ou seja, a determinidade quantitativa da coisa está presente objetivamente, mas não está ainda posta. Devido ao fato de que a posição da quantidade não se dá em todas as formações sociais, ocorre uma segunda negação, pois se nega as formações sociais em geral passando à sociedade capitalista, à *forma de sociedade que iremos analisar*. Isso situa o parágrafo seguinte já no interior da sociedade produtora de mercadorias:

O valor de troca *aparece* inicialmente como a *relação quantitativa*, a proporção na qual valores de uso de um tipo são *trocados* por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca aparece como algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*) (C, p. 114, grifo nosso).

O ponto que nos importa é que o produto como mercadoria expressa que sua determinação quantitativa *aparece* na *troca*. Dito por outras palavras, expressa o caráter social da quantidade, cuja posição ocorre na *relação* social entre mercadorias, o que pressupõe, como sabemos, a divisão social do trabalho, o trabalho abstrato e o tempo

socialmente necessário para produzi-las. O ato da troca expressa, portanto, que duas mercadorias, tanto em suas determinações qualitativas quanto quantitativas, são *reduzidas* a um terceiro fator, a um denominador comum a ambas. Trata-se do trabalho abstrato objetivado ou *valor*, consoante a famosa e muito utilizada passagem de *O capital*: “essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi dispendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum elas são valores – valores de mercadorias (...) O elemento comum, que se apresenta no valor de troca ou na troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (C, p. 116). – E isso é uma das coisas mais “sabidas” e conhecidas; no entanto, muitas vezes o que é tido por conhecido é justamente aquilo que não é examinado e, por isso, o mais desconhecido.

Nesse ponto é preciso explicitar uma distinção de níveis presente no texto de *O capital*, a saber, que o item 3, do capítulo 1 da seção I, habita, por assim dizer, o universo do item B (*O fenômeno*) da *Lógica da essência* de Hegel, ao passo que os itens 1 e 2, se aproximam do item A (*A essência como fundamento da existência*), no entanto longe de uma redução simplificadora, o assunto deve ser considerado em sua complexidade, ou seja, tendo em vista que já o item A envolve toda a *Lógica do ser* (cf.: *Enc*, p. 63-291). Essa mudança de nível mostra que no item 3 do texto de Marx opera uma dialética entre forma e conteúdo (*A forma de valor*), ou seja, ele trata da relação entre as formas do valor (simples, total, universal e dinheiro) e seu conteúdo (o desenvolvimento total da forma, ou seja, produto determinado como mercadoria). Isso patenteia o porquê Fausto ao tratar da diferenciação entre a formação social capitalista e as demais centrou aí, sobretudo, suas atenções (cf.: *MLP I*, p. 143-178). De outra parte, os itens 1 e 2 mostram uma dialética entre a *coisa* (determinada como mercadoria) *existente* e seu *fundamento*, portanto algo anterior à *autonomização da forma*, que trataremos mais adiante. Essa é a razão pela qual após a exposição inicial do valor, no item 1 de *O capital*, como negação do valor de troca – que é ao mesmo tempo uma negação da negação, visto que o valor de troca apareceu como negação do valor de uso – a exposição seria conduzida à supressão de ambos no valor, ou seja, ao nível da forma como expressão de um conteúdo consumado, o valor: “a continuação da investigação – diz Marx – nos levará de volta ao valor de troca como o modo *necessário de expressão* ou *forma de manifestação* do valor, mas esse tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma” (C, p. 116, grifo nosso). “Considerado

independentemente dessa forma” significa independentemente da forma de expressão, bem entendido; ou seja, deve-se tratar da relação entre o trabalho e seu objeto, razão pela qual o item 2 trata d’*O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias* (cf.: C, p. 119s.).

Como o que faz da coisa existente uma *mercadoria* não é nem sua utilidade nem seu valor, mas a relação social, segundo a qual algo é produzido em vista de ser “valor de uso para outrem” “por meio da troca” (C, p. 119), então ela é mercadoria na unidade imediata consigo mesma – i.e.: enquanto mercadoria existente – pela mediação de outra ou, em termos lógicos, “a existência é a unidade imediata da reflexão-sobre-si e da reflexão-sobre-Outro” (Enc, p. 242, §123). Todavia, essa determinação social e histórica do existente, da mercadoria – ela é mercadoria numa formação social historicamente determinada, – se opõe ao seu fundamento, ao fato de ser produto do trabalho privado; mas, o trabalho em sua determinação de privado, em sua diferença, conserva a identidade de ser trabalho em geral, donde que fundamento, visto que “o *fundamento* é a unidade da identidade e da diferença” (Enc, p. 237, §121). Ora, se o *fundamento* é um movimento sistematizador do ser, também e ao mesmo tempo, um ser que existe é um *existente* que dis-põe as condições reais do movimento, assim os diferentes existentes (no caso do trabalho privado: o indivíduo, os meios de trabalho, os produtos etc.) fornecem as condições de organização e sistematização do movimento, seu *fundamento*, a disposição atual da *matéria* (os existentes instituem o movimento de que o produto do trabalho é útil para o outro, seu não-produtor, cujo acesso é mediado pela troca e o fundamenta como mercadoria). Nesse sentido, vemos, em outro nível que o da parte I, como o *existente* é constitutivo do *fundamento*, do movimento resultante do conjunto de relações reais estabelecidas pelo existente e que o determinam como *é*, ou seja, constituem sua essência. Como o *ser* é movimento, essa *essência* (ou o conjunto das relações sociais reais estabelecidas) se diferencia no movimento de se pôr na *aparência*, do existente. Compreendemos, assim, por que ao tratar da relação entre o trabalho e seu objeto Marx diz:

[1] Para o casaco, é indiferente se ele é usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate, uma vez que em ambos os casos ele funciona como valor de uso (...) [2] Mas a *existência* do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material [*stofflichen Reichtum*] não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma *atividade*

produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais [Naturstoff] específicas a necessidades [Bedürfnissen] específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (C, p. 120, interpolação e grifo nosso).

Após mostrar, no primeiro movimento do parágrafo, que a utilidade do produto não decorre de sua determinação como mercadoria, pois que a utilidade de um casaco é a mesma enquanto mercadoria, isto é, se utilizado pelo freguês, ou enquanto produto para consumo próprio do alfaiate, então é possível tratar o assunto em geral, válido a todas as formações sociais. Agora é possível, então, pensar o *metabolismo entre homem e natureza*, que pela mediação de uma *atividade produtiva, direcionada a um fim, adapta as matérias naturais (Naturstoff*, o estofo material da natureza). Temos, assim, que um substrato material da natureza (*materielles Substrat*, no sentido de uma matéria *enquanto tal*, um substrato enquanto tal e não presente ao homem) que existia sem a interferência humana é modificado pelo trabalho, resultando numa materialidade (*Stoff*, no sentido de uma matéria presente ao homem que fornece o estofo à sua atividade) *con-formada* pela atividade humana, ou seja, uma *nova forma não-natural* unida a um estofo material da natureza (*Naturstoff*). Qualquer que seja a forma determinada e útil da atividade, ela sempre realiza essa transformação:

[1] Os valores de uso casaco, linho etc., em suma, os corpos das mercadorias [*Warenkörper*], são nexos de dois elementos: matéria natural [*Naturstoff*] e trabalho. [2] Subtraindo-se a soma total de todos os diferentes trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., o que resta é um substrato material [*materielles Substrat*] que existe na natureza sem a interferência da atividade humana. [3] Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma [*Formen*] das matérias [*Stoffe*]. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza [*Naturkräften*] (C, p. 120-121, interpolações e grifo nosso).

É patente no texto que a atividade humana que realiza o intercâmbio entre homem e natureza – esse *trabalho de formação*, diz Marx – repousa sobre a relação entre *matéria e forma*, pois a natureza somente pode proceder dessa maneira, consoante

a citação que Marx faz de Pietro Verri, na nota 13: “Todos os fenômenos do universo, sejam eles produzidos pelas mãos do homem ou pelas leis gerais da física, não são, na verdade, criações novas, mas apenas uma transformação da matéria dada” (C, p. 121). Ora, como o próprio homem é parte da natureza (consoante visto na parte 1 desse capítulo), ele, igualmente, pode apenas alterar a forma da matéria. Aliás, até mesmo a força de trabalho não é senão transformação da matéria, pois como diz expressamente Marx “a força de trabalho é, antes de mais nada, matéria natural transferida ao organismo humano” (C, p. 292, nota 27). Consideremos os três movimentos do parágrafo.

O primeiro se refere ao nível singular da mercadoria, onde uma coisa existente consiste numa conformação da matéria natural, ou seja, trata-se de uma objetividade composta de um estofo material sob determinada forma posta pelo trabalho. No entanto, *todo* produto do trabalho é uma materialidade conformada, assim, suprassumem-se as diferenças, pois todas as diferenças na identidade consigo mesmas mantêm essa *igualdade* e passa-se, assim, à particularidade. Ora, a matéria (*Stoff*) considerada como o que está presente em todo particular já trabalhado pelo homem e, portanto, não se referindo especificamente a nenhuma objetividade presente (o que também indica a expressão: “subtraindo-se a soma *total* dos diferentes trabalhos úteis”) não pode ser senão um *substrato material* (*materielles Substrat*) enquanto tal que fora conformado. Entretanto, passa-se aqui ao terceiro movimento do parágrafo, um substrato material enquanto tal não existe objetivamente a não ser sob forma determinada, de modo que se suprassume o particular no universal, pois universalmente todo produto do trabalho é determinada matéria (estofo material) conformada pelo homem (sob forma determinada pelo trabalho). Aqui, se pode falar de *trabalho de formação* que realiza o metabolismo entre homem e natureza, ou seja, o todo em movimento considerado a partir do produto, de modo que não se trata do trabalho em geral, como atividade presente em todas as formações sociais em sua concretude.

Segue, portanto, que se *o que resta é um substrato material* [*materielle Substrat*], quando subtraída *a soma total dos diferentes trabalhos úteis*, Marx não compreende a matéria no sentido de corporeidade física – pois esta é relativa ao trabalho útil –, mas no sentido de disposição potencial da coisa de ser atualizada em diferentes formas, de modo que “aqui se reencontra a distinção aristotélica entre a matéria enquanto substrato e a forma que nela se imprime” (*MLP I*, p. 211, nota 16). Assim, a

objetividade natural que o homem enfrenta no trabalho consiste numa matéria *natural* sob uma forma *natural*, ou seja, uma objetividade natural numa relação de “indiferença à forma” (G, p. 234). Ocorre que ao atuar na objetividade natural, o trabalho lhe confere uma forma que não reproduz o ciclo da natureza – consoante o processo de abstração real, visto no capítulo 1 desta parte II, pelo qual o homem separa as coisas de sua conexão com o todo; essa forma é forma não-natural, humana, por isso ela se *opõe* à matéria natural.

Desfaz-se, sem mais, muito *mistério* gerado em torno da teoria de Marx: a oposição interna do produto do trabalho, que por vezes pode sugerir o tom de mistério de uma oposição que brota *ex nihilo*, encontra aqui sua raiz – oposição essa que se apresentará entre valor de uso e valor de troca na mercadoria, mas que, nesse momento de nossa exposição, ainda não vem ao caso. Ao invés de oposição vocabular entre *privado* e *social* ou de uma oposição subjetiva, que ocorreria apenas na cabeça do sujeito, se trata de uma oposição que resulta de um processo real entre homem e natureza. Consideremos, agora, cada um dos componentes dessa unidade.

Em relação à matéria, o que resultou do processo de trabalho foi um produto, ou coisa, que consiste na ligação de dois elementos, a matéria natural e o trabalho, num determinado *corpo*. Dito de outro modo, o conceito de corpo, em *O capital*, resulta da relação entre a atividade humana e a objetividade natural na unidade do produto; unidade que também está presente no produto determinado historicamente como mercadoria, razão pela qual ao tratar da mercadoria Marx diz: “os *corpos* das mercadorias [*Warenkörper*], são nexos [*Verbindungen*: uniões] de dois elementos: matéria natural e trabalho” (C, p. 120, grifo nosso). O corpo do produto do trabalho possui *propriedades*, que em seu conjunto condicionam (no sentido lógico de *condição*) sua utilidade; desse modo, não é da matéria que decorre a utilidade de um produto, como se poderia pensar, mas sim das *propriedades* dessa unidade chamada *corpo*; portanto, a utilidade é “*condicionada* pelas *propriedades* do *corpo* das mercadorias [*Warenkörper*], ela não existe sem esse *corpo*” (C, p. 114, grifo nosso). — Aliás, precisamos alertar: muitos autores leitores de Marx que procedem por oposição binária impingem a ele seu mecanicismo dicotômico de resto miserável, segundo o qual a matéria seria relativa à utilidade e o valor relativo à quantidade —. Como as *propriedades* são *determinação* da matéria, a utilidade de uma coisa não decorre *imediatamente* da matéria, mas da *determinação* desta última – é preciso que isso fique

claro, pois terá consequências importantes mais adiante, sobretudo quando tratarmos do conceito de trabalho produtivo. Como as propriedades não são *a* matéria, mas sua determinação, pode-se explicar por que uma mesma matéria sob determinações diferentes possui propriedades diferentes e, por conseguinte, utilidades diferentes; não são poucos os exemplos, em *O capital*, que explicitam o que acabamos de dizer, talvez o mais evidente seja o do ouro como liga metálica para tratamentos dentários ou cunhado como moeda (cf.: *C*, p. 164). A não vinculação *imediata* das propriedades à matéria aponta a uma autonomia possível, o que estaria conforme ao conceito, porquanto “as propriedades são igualmente idênticas consigo, *autônomas* e liberadas de seu ser-vinculado à coisa” (*Enc*, p. 245, § 126). Entretanto, nesse ponto Marx marca, ao mesmo tempo, seu afastamento de Hegel, pois para este último o conjunto das propriedades enquanto determinidades abstratas refletidas sobre si são matéria (cf.: *Enc*, p. 246), ou seja, aqui as propriedades são primeiras e a matéria é segunda, o que não ocorre em Marx.

Em relação à forma é preciso ter em vista o que fora exposto sobre a dupla existência do homem. Pelo trabalho, enquanto atividade negadora, o homem nega sua existência objetiva, que se lhe apresenta como materialidade natural indiferente à forma, a fim de pôr nova forma não-natural, de modo que “a matéria-prima é consumida ao ser modificada, conformada pelo trabalho, e o instrumento de trabalho é consumido ao ser desgastado nesse processo, ao ser gasto” (*G*, p. 233). Ocorre, igualmente, que a própria atividade negadora humana é negada nesse processo, porque “o trabalho é igualmente consumido ao ser realizado, posto em movimento, e desse modo é despendido determinado *quantum* de força muscular etc. do trabalhador, pelo que ele se esgota” (*G*, p. 233). Ora, por ser uma negação da negação, o resultado não pode ser apenas negativo, mas uma positividade, razão pela qual “o trabalho não é só consumido, mas ao mesmo tempo fixado, materializado, da forma de atividade na de objeto, de repouso; como mutação do objeto, o trabalho modifica sua própria configuração e, de atividade, devém ser” (*G*, p. 233-234). Pelo processo de trabalho a objetividade, a existência inorgânica do homem, é negada e, ao mesmo tempo e na mesma relação, sua atividade subjetiva, que existe em seu corpo orgânico, é também negada, de modo que “todos os três momentos do processo, o material, o instrumento, o trabalho, convergem em um resultado neutro – *o produto*” (*G*, p. 234). O resultado é neutro no sentido de que o produto não é nem somente objetivo nem somente subjetivo. Salientamos que

Rosdolsky, ao tratar do processo de trabalho, comentou esse texto do *Grundrisse*, mas não avançou sobre a relação entre matéria e forma (cf., *GEC*, p. 180s.).

Conforme visto, o processo de trabalho não pode consistir senão numa alteração da forma das matérias, que resulta – agora o sabemos – na suprassunção da objetividade e da subjetividade numa positividade posta. “O consumo”, diz Marx, “não é simples consumo do material [primeira negação], mas o consumo do próprio consumo [i.e.: do trabalho, segunda negação]; na superação [*Aufheben*] do que é material supera-se [*Aufheben*] essa própria superação [*Aufhebens*] e, por isso, o *pôr* do material” (*G*, p. 234, interpolação e grifo nosso). Pelo trabalho o homem atua no objeto – i.e.: numa matéria natural sob uma forma natural e, por isso, indiferente à forma – pondo uma forma não-natural, de modo que o processo pode ser considerado como a materialização da forma posta pelo homem: “a atividade que *dá forma* consome o objeto e consome a si mesma, mas consome *somente a forma dada* do objeto para o pôr em uma *nova forma objetiva*, e consome-se a si mesma só em sua forma subjetiva como atividade. Ela consome o que é objetivo do objeto – a *indiferença* à forma – e o que é subjetivo da atividade; conforma o primeiro [i.e.: dá forma ao objeto] e materializa a última [i.e.: a atividade]” (*G*, p. 234, interpolação e grifo nosso). Do consumo da forma dos elementos integrantes do processo de trabalho como um *todo* posto em movimento – a atividade, o objeto e o instrumento – resulta a *posição* de uma matéria sob *nova forma* posta pelo homem, uma forma não-natural; esse *movimento* resulta em “*qualidade* imóvel, na *forma do ser*” (*C*, p. 258, grifos nosso).

Todo produto resultante do processo descrito tem a *qualidade* de ter sido trabalhado, pois “as substâncias enquanto tais [i.e., os elementos do processo de trabalho] foram destruídas, todavia não foram convertidas em nada, mas sim em uma substância conformada de maneira diferente” (*G*, p. 244, interpolação nossa). Ter sido trabalhado, *si badi bene*, consiste em ter nova forma não-natural posta na matéria. Portanto, a objetivação do trabalho equivale ao movimento que resulta numa qualidade imóvel na *forma do ser*, ou seja, todo produto tem a qualidade de ser uma forma não-natural posta pelo trabalho, ou seja, trabalho na *forma* do objeto. Agora, a objetividade resultante do processo se determinou como produto do trabalho humano, cuja unidade consigo do objeto (ser produto do trabalho) condiciona sua qualidade de forma não-natural *em geral* presente em todo produto, portanto não se trata da forma concreta de determinado produto: como toda forma concreta é forma não-natural posta, quando

abstraída a primeira, resta a segunda em geral, ou seja, a qualidade de ser forma não-natural está inserida lá na forma concreta, mas enquanto negada. É fácil ver que essa *qualidade comum a todo produto* do trabalho humano (e que o determina como produto do trabalho humano) de ser forma não-natural posta pelo trabalho é o *trabalho objetivado* ou *cristalizado* na *nova forma* da matéria e, portanto, seu valor.

O valor, portanto, é uma objetividade real presente na concretude enquanto negada (suprassumida), em suma, uma abstração concreta. Ora, se o que resta quando abstraída a forma concreta é o fato de ser trabalho humano objetivado numa forma não-natural em geral para além da figura (aqui como *Gestalt*), então pode-se pensar nos termos de uma *geleia*, pois que ao passo que não possui forma fixa é capaz de *assumir toda e qualquer forma determinada*. Essa é a razão pela qual Marx se refere ao produto do trabalho, quando abstraídas suas propriedades concretas, como geleia (*Gallerte*), isso permite dizer que dos produtos “não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado” (C, p. 116). Patenteia-se, sem mais, que o valor é algo sensível, pois está presente na forma concreta, mas, ao mesmo tempo, enquanto forma não-natural em geral para além de sua figura, por isso suprassensível, em suma, um sensível suprassensível. Se formos de onde estamos ao universo dos produtos existindo como mercadorias, portanto se relacionando socialmente por meio da troca, evidencia-se que o valor é a determinação formal que acabamos de ver independente da materialidade do produto, pois “ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural” (C, p. 125). Marx tinha clara essa relação entre forma e matéria constitutiva do produto já na *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, embora nessa obra ele por vezes se referisse ao *valor de troca* tendo em vista o *valor*, contudo a relação – e é a relação que importa quando se trata de dialética – está lá: “a matéria da natureza como tal não contém valor de troca [i.e., valor], porque não contém trabalho”, assim “o valor de troca [i.e., valor] como tal não contém matéria da natureza”⁶³.

O produto do trabalho é, portanto, um composto de matéria natural e forma não-natural posta. Na mesma medida em que ele é matéria determinada numa corporeidade, cujas propriedades condicionam sua utilidade ou *valor de uso*, ele também é forma não-

⁶³ MARX. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1982, p. 36, interpolação e grifo nosso. Doravante: CEP.

natural ou *valor*, de modo que nessa sua dupla determinação reside sua oposição interna, todavia essa oposição permanece em estado latente para o produto *isolado*, em razão da neutralidade vista acima: supressão da objetividade e da subjetividade. Por outras palavras, essa *neutralidade* pressupõe a *unidade* do vínculo que prende junto (*Zusammenhängen*) o homem e a natureza (entre as condições objetivas da existência, o produto do trabalho), bem como os homens da comunidade entre si; por conseguinte, o rompimento da relação de unidade (*Zusammenhängen*) põe a *oposição*, o que pressupõe a *separação*. Isso ocorre, porque as determinações do valor estão presentes objetivamente, mas ainda pressupostas no produto isolado, visto que o valor somente se efetiva como determinação presente universalmente em todo produto do trabalho humano – que se opõe, por isso, à determinação específica de sua utilidade – quando ele se relaciona socialmente com outra mercadoria. A não compreensão de que as determinações do valor podem estar presentes objetivamente enquanto pressupostas, visto que elas só se efetivam na troca – ou seja, *pontualmente* numa formação social em que a troca é eventual e contingente e *socialmente* numa formação social em que a troca constitui o nexo das relações sociais –, fez correr muita tinta, tanto antes como agora.

Se, por um lado, a oposição entre valor de uso e valor permanece *latente* na neutralidade dos produtos isolados, por outro, quando deslocados do isolamento por seus proprietários, a fim de entrarem em relação pela troca, ela se manifesta. Trata-se de um processo que se desenvolve das trocas eventuais, feitas de início entre comunidades exteriores, até as trocas constantes interiorizadas numa formação social produtora de mercadorias. Assim, “a expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz *latente* na natureza das mercadorias” (C, p. 161). Cabe questionar, então, porque a troca desenvolve essa oposição e quais seus efeitos?

Dois produtos diferentes somente podem ser trocados se forem reduzidos a um denominador comum de mesma qualidade, o qual embora comum a ambos é diferente de cada um deles; retomemos: “o elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou no valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (C, p. 116). Essa qualidade comum é a *nova forma* posta pelo trabalho humano, o valor; ela é comum a ambos e, contudo, diferente da *forma concreta* de cada um deles, de seus valores de uso. Com efeito, o produto sob essa dupla determinação só existe como mercadoria socialmente, quando inserido numa relação social segundo a qual ele é não-valor de uso para seu

proprietário e fora produzido (ou pelo menos *existe para*, no caso das trocas eventuais) em vista da troca, essa é a razão pela qual os produtos “só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem essa dupla forma: a forma natural [i.e., corporeidade] e a forma de valor [i.e., forma não-natural em geral]” (C, p. 124). A oposição entre matéria natural (i.e., o estofo material con-formado) e forma não-natural, entre forma natural e forma de valor, estava latente na neutralidade do produto, porque ele estava posto como valor de uso para seu proprietário, as determinações do valor estavam pressupostas; na troca o valor está posto, assim como o valor de uso pressuposto, a mercadoria não é valor de uso para seu proprietário, mas para outrem; assim, passa-se a uma oposição de outro nível, a uma oposição social determinada pela relação social estabelecida pelos produtos do trabalho. Na mercadoria a oposição se apresenta, agora, entre sua forma natural e forma de valor; enquanto forma natural a mercadoria é produto de trabalho privado, enquanto forma de valor é produto de trabalho humano em geral, abstrato.

Tendo em vista que é o valor que permite a *relação social* dos produtos existindo como mercadorias na troca, então a existência da mercadoria entra em oposição com seu fundamento, que é ser produto de um trabalho privado. Dito de outra maneira, cada mercadoria é não valor de uso para seu proprietário, mas o é para outrem; por isso, para se efetivar como valor de uso ela precisa ser trocada, entretanto a troca somente ocorre porque as mercadorias se relacionam enquanto valor, ou seja, porque são reduzidas à mesma qualidade de forma não-natural posta pelo trabalho. Essa *qualidade* comum de possuírem valor se expressa na troca, por isso “o linho expressa sua própria *qualidade* de ter valor na circunstância de que o casaco é diretamente permutável com ele” (C, p. 132, grifo nosso). Reduzidas à mesma qualidade, as mercadorias somente podem se diferenciar quantitativamente, pois, como é sabido, consumada a qualidade, o ser é determinado como quantidade; por sua vez, a determinação da quantidade sendo-por-si é indiferente e autônoma, podendo variar mantendo, contudo, a qualidade. Assim, não pode se tratar da quantidade de forma não-natural ou valor, visto que essa determinação é qualitativa, mas sim de sua determinação quantitativa indiferente, que *subsiste autônoma*, ou seja, trata-se da quantidade da “substância” dessa qualidade, ou seja, a quantidade de “trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humano” (C, p. 117), objetivado na mercadoria; por isso, “em relação à *grandeza* de valor, ele [o trabalho contido na mercadoria] vale

apenas *quantitativamente*” (C, p. 123, grifo nosso). Essa determinação quantitativa (*quantum* de trabalho objetivado) está pressuposta na mercadoria isolada; ela só se *manifesta* na relação de troca, porque pode expressar na outra a quantidade de sua substância, ou seja, *seu valor de troca* – o quanto só é na unidade imediata consigo pela mediação do outro. Chegados aqui, fica visível que a oposição interna da mercadoria entre valor de uso e valor – oposição que se põe, agora, no nível social da relação de troca – faz com que a qualidade da nova forma posta pelo trabalho seja suprasumida, isto é, seja negada, mas também conservada em sua determinação autônoma da quantidade de sua substância que se expressa em seu outro, na outra mercadoria. (A oposição posta em nível mais elevado, social, é concomitante à *autonomização da forma*; doravante, a relação tem de se dar entre a forma, já autonomizada, e seu conteúdo, o conjunto de seus momentos – aliás, isso é exposto no item 3 (*A forma de valor ou o valor de troca*) do capítulo 1 de *O capital*. Não precisamos adentrar o exame dessa relação, pois ele foi feito por Ruy Fausto (cf., *MLP I*, p. 141-178)). Além disso, visto que o outro de uma mercadoria somente pode ser outra mercadoria, a qual possui igualmente a dupla determinação de valor de uso e de valor, então a expressão de si no outro exige que o suporte da expressão quantitativa da forma pelo valor de troca se realize na determinação oposta da outra mercadoria, na utilidade de sua corporeidade, vale dizer, no valor de uso da outra mercadoria. Trata-se da expressão de si no outro do outro, essa dialética da expressão é semelhante à dialética do reconhecimento, onde “o Outro não vale mais que ele próprio”⁶⁴, à qual, por sinal, Marx se refere duas vezes no capítulo 1, por exemplo, na nota 18: “de certo modo, ocorre o mesmo com o homem que com a mercadoria (...) o homem espelha-se primeiramente num outro homem” (C, p. 129; cf., tb. C, p. 134, nota 21); contudo, ela marca, aqui, sua diferença, visto que é preciso pensá-la nos marcos de um processo objetivo posto. Este é o processo por meio do qual ocorre a *autonomização da forma*, a partir da oposição interna entre matéria natural e forma não-natural; trata-se de um processo real e objetivo, mas suprassensível, visto que a forma (na sua determinação de qualidade-quantitativa) se expressa em seu outro, de modo que ela se mostra ao esconder seu conteúdo; ou melhor, como o conteúdo se expressa *no* seu contrário, no seu outro, ele é expresso pela forma, ou seja, de maneira invertida. Assim, a inversão que oculta e mistifica o conteúdo decorre da autonomização da forma.

⁶⁴ HEGEL, Georg W. F. *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 146; IV, A. Doravante: FE.

Ainda em vista do que foi dito acima, convém salientar três pontos, que serão importantes para o que veremos no capítulo III. Primeiramente, os valores de troca das mercadorias mudam de acordo com as circunstâncias, mas, pelo visto acima, como cada mercadoria possui um valor de troca, não seria possível essa mudança. No entanto, o problema é resolvido porque o valor de troca não é expressão da forma não-natural (valor), mas da quantidade de sua substância (trabalho objetivado). Ora, como a substância para Marx é social, se movimenta e se opõe ao sujeito (cf., as 3 determinações da substância para Marx em: *MLP I*, p. 100-101, e notas 41 e 43, p. 131), então cada mercadoria possui um valor de troca, que varia em função das relações da formação social em que está inserida, pois o conjunto das forças de trabalho de uma sociedade “vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais” (C, p. 117).

Em segundo lugar, ao passo que o valor de uso de uma mercadoria apenas se efetiva no consumo, razão pela qual ela deve ser trocada, o valor somente se efetiva na troca, razão pela qual o conjunto dos trabalhos envolvidos para que a troca se realize – i.e., o tempo total dos trabalhos abstratos socialmente necessários envolvidos – devem ser considerados como constituintes do valor da mercadoria. Não precisamos recorrer aos livros 2 e 3 de *O capital*, pois Marx afirma expressamente já na seção II do livro 1 que “se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda, eles podem satisfazer a necessidade dos produtores. O tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção” (C, p. 243-244).

Por fim, as determinações do valor podem estar objetivamente *pressupostas* no produto do trabalho sem, contudo, que o valor esteja *posto*, consoante demonstra Robinson em sua ilha, o qual “entre os destroços do navio salvou relógio, livro comercial, tinta e pena, pôe-se logo, como bom inglês, a fazer a contabilidade de si mesmo. Seu inventário contém uma relação dos *objetos de uso* que ele possui, das *diversas operações requeridas para a sua produção* e, por fim, do *tempo de trabalho* que lhe custa, em média, a obtenção de determinadas quantidades desses diferentes produtos”, nessas relações “entre Robinson e as coisas que formam sua riqueza (...) já estão contidas todas as determinações essenciais do valor” (C, p. 152, grifos nosso). Entretanto, lá o valor está pressuposto, visto que não há troca e, por conseguinte, não há oposição entre valor de uso e valor. Tal oposição ocorre em virtude da “cisão do

produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor”, que só se realiza “na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção” (C, p. 148). Dado o fator social da troca, o trabalho abstratamente objetivado, somente numa formação social cuja finalidade é a produção privada de mercadorias para a troca – ou seja, uma formação social produtora de mercadorias, que pode não ser ainda uma formação social *especificamente* capitalista –, a oposição interna do produto se efetiva como *oposição social* entre valor de uso e valor, uma vez que a existência do produto como mercadoria se opõe a seu fundamento. Trata-se, sem dúvida, não apenas de um processo, mas de um *processo histórico* no qual e pelo qual as pressuposições presentes no produto exigem um processo histórico real – demonstrado na parte I – para serem postas, fato esse que impede de pensá-lo hipostasiando a forma, segundo um esquema lógico-operatório e a-histórico.

A autonomização da forma mostra, decerto, que ela não paira no éter, mas precisa se encarnar em algo como mostra, por exemplo, a forma simples de valor, pois “por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* converte-se na forma de valor da mercadoria *A*, ou *o corpo* da mercadoria *B* no espelho de valor da mercadoria *A*” (C, p. 129, grifo nosso). Seria um erro grosseiro inferir que a forma de valor se encarna sem mediação na materialidade física da outra mercadoria com a qual se relaciona – o corpo da mercadoria equivalente serve de espelho de valor à relativa –, porquanto as *propriedades corpóreas* que condicionam a utilidade não são *a* matéria, mas sua *determinação*, que se põe como mediação da relação do valor consigo em seu outro, ou seja, da expressão do valor. Portanto, em sua expressão o valor se “imprime” na utilidade da mercadoria com a qual se relaciona, mas não em sua matéria consoante o diz expressamente Marx ao tratar da expressão de valor do linho no casaco: “o valor da mercadoria linho é, assim, expresso no *corpo* da mercadoria casaco, sendo o *valor* de uma mercadoria expresso no *valor de uso* da outra” (C, p. 129, grifo nosso). Muitos são os momentos do texto de *O capital* que patenteiam o que dizemos, todavia o mais explícito talvez seja o do *processo de troca* pelo qual as mercadorias se transformam em dinheiro, na “forma-dinheiro”, pela mediação de uma terceira mercadoria ao assumir a forma de equivalente universal do valor. De início, a encarnação da forma num equivalente universal ocorre “de modo alternado e transitório, ela se realiza nesta ou naquela mercadoria” (C, p. 163). Segundo o processo histórico “a forma-dinheiro se

fixa ou nos artigos de troca mais importantes vindos do estrangeiro (...) ou no objeto de uso que constitui o elemento principal da propriedade doméstica alienável” (C, p. 163), no entanto uma vez constituída socialmente a forma-dinheiro, a forma pode se encarnar em mercadorias, cujas *propriedades* possibilitem o desenvolvimento das *funções* do dinheiro, isto é, os “metais preciosos” (C, p. 164). O que esses casos demonstram é que a forma não se encarna *na* matéria física, mas em sua determinação, as propriedades que condicionam a utilidade. A compreensão deste ponto está na base da compreensão de muitos problemas decorrentes do processo de autonomização da forma – processo que chega ao capital financeiro passando pelo preço – como, por exemplo, a não encarnação necessária tanto do valor quanto do mais-valor produzido pelo trabalho num produto material, pois “o fato de que o mais-valor tem de se expressar em um *produto material* é concepção rudimentar que ainda figura em Adam Smith” (G, p. 269). Essa autonomização da forma, pela qual ela não necessita mais encarnar numa matéria, ao invés de figurar uma *nova fase* do capital ou *novo modo de produção pós-capitalista* contemporâneo, é justamente o que permitiu a formação do capital e seu desenvolvimento em sistema, pois “o capital se torna ele próprio, *enquanto capital*, um valor de uso (aqui não se tem propriamente posição nem encarnação da forma na matéria, mas encarnação da forma na determinação própria à matéria, o valor de uso)” (MLP III, p. 279).

Assim, podemos compreender a relação entre forma e matéria, cujo processo de formação do valor encerra tanto a conformação da matéria natural quanto a autonomização da própria forma pela troca. No entanto, somente no interior de uma formação social produtora de mercadorias e capitalista, ocorre a inversão da relação entre matéria e forma, devido à autonomização dessa última, posto que se antes a forma era momento da matéria – a finalidade da produção era um valor de uso –, depois a matéria é momento da forma que ganhou objetividade de valor – o fim aqui é o valor de troca, sendo o suporte indiferente. O que se manifesta como relação social entre coisas deve ocorrer, igualmente, nas relações que os homens estabelecem na reprodução social de suas vidas, no trabalho, uma vez que “as mercadorias – diz Marx – possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano” (C, p. 125); ou, consoante a *Contribuição à crítica da economia política*, “o trabalho que põe valor de troca [i.e., valor] se caracteriza pela

apresentação, por assim dizer, às avessas, da relação social entre pessoas, ou seja, da relação social entre coisas” (*CEP*, p. 35).

O fato de se tratar de uma inversão indica que os elementos constituintes do trabalho em geral não estão ausentes e também que não se trata de uma particularização simples, isto é, a formação social capitalista não é mais uma formação social ao lado das formações sociais não-capitalistas estudadas por Marx. Tais elementos estão lá, mas enquanto negados, são suprassumidos (cf.: *MLP I*, p. 148). Se as relações que se manifestam como relações entre coisas são relações sociais estabelecidas pelos homens na produção e reprodução de suas vidas, são relações de trabalho, então é a forma determinada que o trabalho assume na sociedade capitalista que precisamos investigar, a fim de identificar nela os elementos já vistos no capítulo 1 desta parte II, pois eles permitirão expor a inversão ocorrida.

O trabalho assalariado

I

Para que haja uma formação social capitalista produtora de mercadorias ou para que haja capitalismo no sentido forte, isto é, como momento específico e elevado onde o capital já está desenvolvido, não basta que as categorias iniciais de *O capital* já estejam postas, visto que se pode ter uma formação social em que existam mercadorias, dinheiro, troca etc., sem que o capital tenha se efetivado. Para tanto, é preciso que certas condições históricas sejam dadas. E isso é dito expressamente:

Suas condições históricas de existência não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Ele [o capital constituído socialmente como sistema] só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento uma nova época no processo social de produção (C, p. 245, interpolação nossa).

Essas *condições históricas de existência*, expostas nos capítulos 1 e 2 da parte I, podem ser reduzidas às duas expostas acima, a saber, primeiro a propriedade privada dos *meios de produção e de subsistência* e, segundo, o *trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho*. Elas são condições históricas porque “a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro” (C, p. 244); para que elas sejam dadas é preciso um processo *que compreende toda uma história mundial*, como vimos. O ponto central, aqui, é que o processo histórico de *devir* e *gênese* pelo qual o capital se constituiu socialmente como sistema é, ao mesmo tempo, o processo de determinação do trabalho sob a forma assalariada; desta feita, “o que caracteriza a época capitalista é, portanto,

que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a *forma* de uma *mercadoria* que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a *forma do trabalho assalariado*” (C, p. 245, nota 41, grifo nosso).

A *razão* – podemos dizer: a causa – *pela qual* ocorre a determinação formal do trabalho em assalariado é o fato de que a *força de trabalho* assume a *forma de mercadoria* que pertence ao trabalhador. A dificuldade do assunto se apresenta de súbito, nesse momento, visto que o *Livro sobre o trabalho assalariado*, que trataria diretamente do assunto, não foi escrito por Marx e “não é possível dizer com certeza que temas deveriam constar do livro planejado sobre o trabalho assalariado, pois não temos informações exatas sobre isso” (GEC, p. 61). Nesse sentido, a ajuda oferecida pelos *Grundrisse* tem seus limites, pois “falta nos *Grundrisse* não só a análise do salário e de suas formas, mas também todo o material relativo à duração da jornada de trabalho, às práticas de exploração do capital e à legislação fabril, que Marx tratou com algum detalhe no primeiro tomo de *O capital*” (GEC, p. 61). Esse livro seria o terceiro dos seis livros previstos inicialmente por Marx, em 1857, mas, segundo a tese de Rosdolsky, embora ele não tenha sido escrito, “a maior parte desses temas encontrou abrigo no primeiro volume de *O capital*” (GEC, p. 63).

Desse modo, o assunto está espalhado, por assim dizer, entre as seções II e VI do livro 1. Como é sabido, o percurso que vai da seção II (*A transformação do dinheiro em capital*) à seção VI (*O salário*), passando pelo mais-valor, consiste de um movimento que vai da aparência à essência do capital, pelo qual seus pressupostos são repostos (cf.: *MLP III*, p.277). Como todo esse percurso é atravessado transversalmente pelo trabalho assalariado, seria impossível tratar o assunto sem termos identificado os elementos do trabalho em geral, a fim de poder identificá-los suprasumidos na forma assalariada. No entanto, devemos adotar aqui o caminho contrário do que fizemos lá, pois devemos tratar primeiro dos elementos integrantes do trabalho (seus momentos simples), visto que já estão dados como mercadoria na seção II, e, em segundo lugar, das condições de produção, que são desenvolvidas nas seções III e IV – esse contraste marca a distinção entre a forma social capitalista e as não-capitalistas. Em seguida, é preciso tratar o assunto em sua especificidade no interior do capitalismo, ou seja, a configuração geral do processo de trabalho, presente nas seções IV e V, o que será feito no capítulo 4 desta parte II.

De acordo com seu conceito, toda atividade humana *que é trabalho* cria valor, mas não valor que se valoriza. Isso somente ocorre sob sua determinação assalariada. Portanto, o ponto de partida que precisamos ter em vista é que a primeira conversão de dinheiro em capital – que ocorre no parágrafo 26 do item 2 do capítulo 5 da seção III: “no final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital” (C, p. 271) – se realiza porque:

Esse ciclo inteiro, a transformação de seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque *é determinado pela compra da força de trabalho* no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de *valorização*, que tem lugar na esfera da produção (C, p. 271, grifo nosso).

Dadas as condições históricas de existência do capital – a propriedade privada dos meios de produção e de vida e o trabalhador livre, cuja única mercadoria que possui e pode vender é sua força de trabalho –, temos que todos os elementos integrantes do processo de trabalho, a saber, a atividade humana, o meio e o objeto de trabalho, existem como mercadorias. Se nas formações sociais não-capitalistas os elementos integrantes do processo de trabalho contavam por sua utilidade, aqui eles contam como mercadorias; essa diferença traz implicações, que veremos adiante.

Para que a força de trabalho se apresente como mercadoria, três condições precisam ser atendidas. Em primeiro lugar, cada pessoa tem de se relacionar com sua própria força de trabalho, que envolve “as capacidades *físicas e mentais*” (C, p. 242), como sua propriedade, o que supõe que (a) ela deve ser vendida pelo seu próprio possuidor, (b) o indivíduo deve poder dispor livremente de sua pessoa, (c) possuir o estatuto jurídico de contratante, o que o situa em igualdade formal ao proprietário de dinheiro e (d) deve vendê-la por um período de tempo determinado. Em segundo lugar, a força de trabalho deve ser a única mercadoria que o indivíduo dispõe para a venda. De outra parte, em terceiro lugar, quem possui mercadorias diferentes de sua força de trabalho para vender, deve dispor de meios de produção e de meios de subsistência (cf., C, p. 242-243). Atendidas essas condições, a força de trabalho pode se apresentar historicamente como mercadoria e, portanto, pode ser *posta* sob a dupla determinação de valor de uso e valor de troca.

Precisamos ter em vista aqui, de uma parte, que assim como toda mercadoria, o valor da força de trabalho já está formado antes de ela entrar em circulação e se expressa por seu valor de troca. De outra parte, seu valor de uso se refere ao fato de ela ser fonte de valor, atividade que cria valor ao se objetivar, ao se pôr na forma de objeto. Portanto, assim como acontece com qualquer outra mercadoria, seu comprador paga o valor de troca e consome o valor de uso:

O vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, *realiza* seu valor de troca e *aliena* [*veräußert*] seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada (C, p. 270, interpolação e grifo nosso).

O uso da mercadoria força de trabalho pertence a seu comprador e dado que esse uso é criar valor, o valor criado pertence a seu comprador, por consequência “o conceito de trabalho assalariado pressupõe que o trabalhador renuncie ao valor de uso de sua mercadoria e, portanto, aos frutos de seu trabalho” (GEC, p. 201). Assim, se o uso da força de trabalho cria uma quantidade de valor equivalente ao seu valor de troca, tem-se um processo de formação de valor; mas, se seu uso cria uma quantidade de valor maior que seu valor de troca, então tem-se um processo de valorização. É isso o que diferencia o *processo de produção de mercadorias* e o *processo de produção capitalista*:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção (C, p. 273).

Portanto, é pelo uso da força de trabalho além do ponto em que o valor criado por ela é equivalente ao seu valor e retorna ao trabalhador como salário, que o processo de produção se torna capitalista. Isso somente é possível quando os elementos integrantes do processo de trabalho – a atividade humana, o instrumento e o objeto do

trabalho – existem como mercadorias. Dito de maneira mais explícita, para haja valorização do valor “é preciso que as condições objetivas e subjetivas do trabalho tenham adquirido a forma social de mercadoria”⁶⁵.

Antes de seguir adiante, notamos que devido à existência dos elementos subjetivos e objetivos como mercadorias ocorre uma “inversão peculiar e característica do modo de produção capitalista” (C, p. 382). Como toda mercadoria existe sob a dupla determinação de valor de uso e valor, esses elementos ao integrarem o processo de produção capitalista como mercadorias, contam como quantidades de valor.

Se antes o elemento subjetivo, a atividade humana produtiva, integrava o processo de produção por sua utilidade, no processo de produção capitalista a *mercadoria força de trabalho* conta apenas como quantidade de valor avançada para que haja produção. Muito embora as atividades específicas e concretas, os diferentes trabalhos produtivos, sejam distintas e sua “diferença se revela subjetiva e objetivamente” (C, p. 265), elas integram o processo de produção capitalista pela mesma determinação de mercadoria força de trabalho e contam todas como quantidade de valor. O mesmo ocorre com os elementos objetivos, o meio e objeto de trabalho, que o integram enquanto mercadorias. Assim, “as mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais, funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente como quantidades determinadas de trabalho objetivado” (C, p. 272). Isso não significa, evidentemente, que tais elementos desaparecem em sua corporeidade, mas que no processo de valorização do valor eles estão presentes, mas suprassumidos, pois contam apenas como quantidade de trabalho objetivado, vale dizer, como *quantum* de valor.

Por isso, os suportes dessas mercadorias contam como meras coisas, inclusive a mercadoria força de trabalho, já que “o próprio homem, considerado como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora coisa viva” (C, p. 280). Basta lembrarmos como a relação capital (*Kapitalverhältnis*), demonstrada no capítulo 3 da parte I, inverte a subjetividade em objetividade e esta naquela para não nos espantarmos com o fato de que existir como coisa que suporta a mercadoria força de trabalho é sua condição de *trabalhador assalariado*. Dessa inversão, que determina o trabalhador como uma coisa dentre as demais que integram o processo de produção,

⁶⁵ NADEL, H. *Marx et le salariat*. Paris : L’Harmattan, 1994, p. 145. Doravante : MS.

decorre sua indiferença em relação à atividade concreta a ser realizada; trata-se, decerto, de um processo histórico, que veremos adiante, de parcelamento e simplificação das atividades, que se consuma com a grande indústria, característico do capitalismo^C. Assim atesta a *Introdução de 1857*, na parte 3: “a indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado de trabalho é para eles indiferente” (*Int.*, p. 57-58). (Digressão G)

Por conseguinte, como as diversas atividades concretas, os diversos trabalhos, integram a produção como mercadoria força de trabalho, onde contam como *quantum* de valor, uma vez que estabelecem a mesma relação com o capital, os suportes dessas mercadorias, os trabalhadores, são redutíveis à mesma relação, cujo denominador comum é serem assalariados. Uma vez que “ao capital e seu mundo”, diz Marx, “a existência contínua *do trabalhador* [i.e., o assalariado] forma sua base [*Grundlage*]” (*C*, p. 293, interpolação nossa), sem a qual o capital não se sustenta, ao tratar da prole do capital o correto é considerá-la como trabalhadores assalariados.

De volta ao nosso percurso, o fato de que o processo de produção capitalista realiza o prolongamento da formação do valor além do ponto em que o valor criado pela utilização da força de trabalho ultrapassa o valor pago pelo capital ao trabalhador (cf., *C*, p. 271) não significa que somente nele há trabalho excedente. Evidentemente, nas formações sociais não-capitalistas havia exploração do trabalho e extorsão de trabalho excedente, no entanto lá a finalidade era produzir valores de uso, ao passo que aqui o valor de troca domina o processo de produção “em toda sua extensão e profundidade” (*C*, p. 244). Isso ocorre, porquanto “na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Aqui, os valores de uso só são produzidos, porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (*C*, p. 263). Se uma das condições de produção vista no início desta parte II era a finalidade, temos que ela também está presente na produção capitalista, mas aqui ocorreu uma inversão, pois agora a finalidade da produção não é o valor de uso, mas o valor de troca como meio de valorizar o valor:

Observando-se o processo de produção do ponto de vista do *processo de trabalho*, o trabalhador se relaciona com os meios de produção não como capital, mas como mero meio e material de sua atividade

produtiva orientada para um *fim* (...) Diferentemente de quando observamos o processo de produção do ponto de vista da *processo de valorização*. Os meios de produção convertem-se imediatamente em meios para a sucção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital não é mais que seu movimento como valor que se valoriza a si mesmo (C, p. 382, grifo nosso).

Visto que o *processo de trabalho* está presente em todas as formações sociais, ao se referir a ele o texto não diz respeito especificamente à produção capitalista. Nesta finalidade também está presente e o trabalhador não se relaciona com os meios de produção como capital, mas como material ao qual será aplicada sua atividade. No entanto, ao se referir em seguida ao *processo de valorização*, o texto se refere à produção especificamente capitalista, na qual ocorre a inversão do *processo de produção*, visto que são os meios de produção que empregam o trabalhador. Assim, no processo de produção capitalista a finalidade enquanto produção de valor de uso é negada, pois sua finalidade é produzir valor de troca, por isso é conservada e invertida.

Salientemos que a inversão da finalidade *aparece na esfera da circulação*, mas em outro nível, como inversão da finalidade formal de suas fases, onde “o ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo. O consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor de uso –, é, assim, seu fim último. O ciclo D-M-D, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca” (C, p. 226). Essa inversão da finalidade para se realizar na esfera da produção exige que a finalidade do processo de produção (capitalista) seja o valor de troca, que é determinado pelo capital de cada ramo produtivo através da personificação do capital, o capitalista que compra todas as mercadorias necessárias para produzi-lo. Assim, posto que “a finalidade da produção capitalista não é a produção de valores de uso, mas sim de valores de troca ou, mais exatamente, de mais valia” (GEC, p. 202), a produção do produto não parte da representação do trabalhador assalariado de suprir específica carência. Ao contrário, sua força de trabalho é propriedade do capitalista e a finalidade de sua atividade produtiva já estava pré-estabelecida pelo capitalista antes de sua venda; a finalidade é imposta ao

trabalhador do exterior. (A esse respeito, diga-se de passagem, como o trabalhador assalariado tem acesso aos produtos do trabalho alheio, aos meios de vida, pelo salário, sua finalidade ao vender sua força de trabalho – não se trata aqui da finalidade da atividade produtiva – é o salário). Em relação à atividade produtiva humana, portanto, a substituição da finalidade do próprio trabalhador pela imposição exterior de uma finalidade pré-estabelecida pelo capital patenteia a inversão operada nessa condição do processo produtivo.

Assim como a finalidade da atividade produtiva não diz respeito ao trabalhador assalariado, tampouco lhe dizem respeito os meios de trabalho e o produto dela resultante, de sorte que o trabalhador não se relaciona com os fatores objetivos do processo produtivo como a extensão inorgânica de si mesmo, pelo qual ele tem existência objetiva, conforme visto anteriormente. Dada essa configuração, a condição de produção relativa ao intercâmbio entre homem e natureza sofre, igualmente, uma inversão; não é o homem que se relaciona com a objetividade como extensão inorgânica de si, mas, ao contrário, ele é convertido em apêndice orgânico dela, apêndice vivo do trabalho morto ou capital. Assim, “toda produção capitalista, por não ser apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador que emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador” (C, p. 495).

Como na forma determinada do trabalho assalariado são *os meios de produção que empregam a força de trabalho* – de modo que o trabalhador pode ser indiferentemente substituído sem prejuízo à produção –, então o indivíduo trabalhador enquanto mero suporte da mercadoria força de trabalho se torna objetividade orgânica que é apêndice dos meios de produção do sujeito inorgânico capital. Por isso, ele não se relaciona com os fatores objetivos da atividade produtiva como a extensão inorgânica de si, pelos quais ele existe objetivamente, e resta-lhe a existência subjetiva de sua corporeidade orgânica. Além disso, é preciso ter em vista que a finalidade da atividade produtiva já estava pré-estabelecida antes da venda da força de trabalho, de modo que ela lhe é exterior. A despeito do fato de que a finalidade da atividade do trabalhador é exterior ao indivíduo, uma vez que ela é finalidade do capital, o processo de produção capitalista atinge sua meta e a mercadoria é produzida. Para compreender como isso é possível, é preciso atentar para a maneira como finalidade é imposta.

Para tanto, basta lembrarmos que, conforme visto no início desta parte II, para que o objetivo se realize no produto é preciso que a vontade do trabalhador esteja subordinada à finalidade. Mas, como o trabalhador assalariado não se relaciona com os fatores objetivos do processo de trabalho como extensão inorgânica de si, ele não se relaciona consigo mesmo, portanto o processo de trabalho ao invés de ser o espaço onde ele exerce sua vontade e realiza sua finalidade, se torna espaço de controle da força de trabalho a fim de que seja realizada a vontade alheia. Esse controle aumenta com o aumento do capital que se defronta ao trabalhador como propriedade alheia: “com o volume dos meios de produção que se apresentam ao *trabalhador assalariado* como *propriedade alheia* aumenta também a *necessidade de controle* de sua utilização adequada” (C, p. 406, grifo nosso). Embora tratemos aqui da dobra da vontade em nível distinto do tratado na parte I, ambos os níveis não são extrínsecos entre si

A vontade do trabalhador assalariado é apropriada pelo capitalista no ato da venda da força de trabalho; agora ela pertence ao capitalista, que a *dobra* e dirige segundo seu interesse, ela é vontade desse último. Isso não significa, todavia, que a vontade do trabalhador esteja ausente no trabalho determinado como assalariado, pois ela está lá presente, mas enquanto suprasumida, pois a vontade do assalariado no processo de trabalho se realiza ao executar uma atividade, mas então ela já é vontade do capitalista. Essa terceira condição da produção também é invertida no trabalho assalariado, porquanto a vontade do trabalhador se inverte em vontade do capitalista singular, enquanto personificação do capital, assim ela é suprasumida.

Por dominar a vontade do trabalhador assalariado, o capitalista pode submetê-la à finalidade, exterior àquele, do processo de produção capitalista, onde sua atividade é comandada e o trabalhador é empregado pelos fatores objetivos. Esse comando é, portanto, uma “relação coercitiva” (C, p. 381) de “controle do trabalho alheio” (C, p. 380), posto que, “no interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade” (C, p. 381). Entretanto, se, por um lado, nessa relação coercitiva de comando sobre o trabalhador o capitalista exerce seu poder sobre ele, por outro lado, o trabalhador sempre encontra meios de resistência a esse poder. Em diversos momentos de *O capital* Marx oferece exemplos de resistência como, por

exemplo, na nota 205 da seção III, onde ele dá voz a um agricultor capitalista: “Sua [de todo agricultor capitalista] atividade deveria consistir na supervisão do todo: ele tem de atentar para seu debulhador, pois do contrário em breve se desperdiçará o salário pago pelo cereal que não foi debulhado; do mesmo modo, têm de ser vigiados seus ceifeiros, segadores etc.” (C, p. 380). A inversão dessa condição da produção, da vontade, mostra o trabalho assalariado como relação de domínio e comando, portanto como relação de poder entre trabalhador e capitalista.

Por fim, resta atentar a um outro aspecto da mediação entre vontade e finalidade pela apropriação. Visto que a mercadoria produzida é propriedade do capitalista, ela não é resultado da vontade do trabalhador assalariado, o qual para ter acesso à mercadoria, aos meios de vida produzidos pelos diversos trabalhos privados, necessita da mediação do dinheiro. Em vista de obtê-lo, o assalariado vende ao capitalista a única mercadoria que possui, sua força de trabalho, a fim de obter uma quantia determinada de dinheiro sob a forma de salário. Nesse ato de compra e venda da força de trabalho, ambos os agentes são proprietários de mercadorias, um da mercadoria força de trabalho, o outro da mercadoria dinheiro; trata-se de um ato de troca, que respeita as condições da troca simples de mercadorias, na qual “eles têm, portanto, de se relacionar como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja *forma* é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma *relação volitiva*, na qual se reflete a relação econômica. O *conteúdo* dessa relação jurídica ou *volitiva* é dado pela própria *relação econômica*” (C, p. 159, grifo nosso). O conteúdo econômico, que se reflete na forma jurídica do contrato, consiste na apropriação sem troca do trabalho alheio pelo capitalista (a rigor, se trata da apropriação sem troca pela classe capitalista do trabalho da classe trabalhadora, consoante demonstramos no capítulo 3 da parte I). Tudo isso é mistificado pela relação de assalariamento onde o poder impessoal do dinheiro se faz valer com força, pois como no modo de produção capitalista o único acesso do trabalhador aos meios de vida é mediado pelo dinheiro, ele deve se submeter ao trabalho assalariado. Ao passo que a vontade do trabalhador é obter o dinheiro – se trata aqui da vontade do trabalhador no nível em que tratamos na parte I – sob a forma salário, a vontade do capitalista é obter a força de trabalho, assim “o contrato é o resultado, em que suas *vontades* recebem expressão legal comum a ambas as partes” (C, p. 250, grifo nosso). Entretanto, conforme o que fora visto acima a respeito da finalidade, pelo contrato o capitalista se apropria ao mesmo tempo da vontade do assalariado. Visto que, consoante

assevera Marx nos *Grundrisse*, a *apropriação da vontade alheia é o pressuposto de toda dominação*, o contrato medeia essa apropriação da vontade alheia e, por isso, a relação social de assalariamento que repousa no contrato é relação de dominação, de poder sobre a vontade alheia. Não se deve inferir daí que somente no trabalho assalariado haja dominação, pois em outras formas determinadas do trabalho havia, decerto, dominação como, por exemplo, no trabalho escravo, servil etc., todavia ao passo que lá a dominação se dava pela força, aqui ela ocorre pelo poder impessoal do dinheiro, sob a forma salário, e aparece invertida no contrato como liberdade. O que nos importa, neste ponto, é que o *conteúdo* do contrato, a relação econômica de dominação social, isto é, a apropriação sem troca do trabalho alheio, aparece formalmente na circulação pela relação capitalista de dinheiro *invertido* em seu contrário, como expressão da livre vontade de ambas as partes, que trocam cada qual sua mercadoria trocando, assim, trabalho por trabalho. Não se trata de um conteúdo metafísico, mas do resultado inevitável da reprodução de uma formação social fundada na relação de separação e não-comunidade; tampouco se trata de uma inversão que ocorre na cabeça dos agentes, mas de uma inversão necessária do modo de produção capitalista, decorrente do desdobramento da autonomização da forma – vista anteriormente –, a qual somente pode se mostrar em seu outro, mistificando, assim, seu conteúdo. (Digressão H)

Temos como resultado que as três condições de produção estão presentes no modo de produção capitalista, mas suprasumidas, pois, primeiro, o trabalhador assalariado ao invés de se relacionar com as condições objetivas do trabalho como extensão inorgânica de si, se torna apêndice orgânico delas; em segundo lugar, a finalidade da atividade produtiva já está determinada antes que o trabalhador ingresse no processo produtivo, de modo que a finalidade presente em sua cabeça se inverte em finalidade exterior imposta; a vontade do trabalhador assalariado, em terceiro lugar, é apropriada pelo assalariamento e, doravante, ela é vontade do capitalista. A inversão dessas condições é resultado de um processo histórico, pelo qual as determinações anteriores estão presentes nesse resultado, mas enquanto negadas, suprasumidas; trata-se do processo histórico no qual uma formação social se consolida como sistema de produção capitalista de mercadorias, no qual os elementos integrantes do processo de trabalho – seus momentos simples: a atividade humana, os meios e o objeto de trabalho – existem, eles mesmos, como mercadorias; a determinação da atividade humana, a força de trabalho, como mercadoria, cujo corpo do trabalhador é mero suporte, é um

produto inteiramente histórico. Em suma, a identificação e exame tanto das condições de produção quanto dos momentos simples do trabalho patenteiam que o trabalho em sua forma determinada de *trabalho assalariado* é produto inteiramente histórico, que suprasse as formas anteriores e se determina como forma inédita especificamente capitalista, por isso indispensável à compreensão do capitalismo; e mais, ele pode assumir diversos matizes, consoante a cor de certa época econômica, mas conserva sempre a relação fundamental, conforme veremos no capítulo 4 desta parte II.

Essa determinação do trabalho em sua forma assalariada, visto que é um processo histórico, pode ser acompanhada pela própria exposição de *O capital*. No último capítulo da seção III (*A produção do mais-valor absoluto*), Marx diz que “inicialmente, o capital subordina o trabalho conforme as condições técnicas em que *historicamente o encontra*. Portanto, ele não altera *imediatamente* o modo de produção” (C, p. 382, grifo nosso). Ou seja, de início os pressupostos do trabalho assalariado não foram postos pelo próprio capital, mas pela dissolução das formações sociais não-capitalistas estudadas por Marx, por isso lhe são exteriores, de modo que o capital não pode modificá-las imediatamente. Apenas com a re-posição pela própria formação social de seus pressupostos eles são internalizados, mas dessa maneira ela modifica-se a si mesma. Esse processo é exposto na seção IV (*A produção do mais-valor relativo*), pelas formas da cooperação, manufatura e grande indústria.

II

Sabemos que os processos de *devir*, *gênese* e *desenvolvimento*, pelos quais uma formação social se constitui capitalista, são um processo histórico; mais ainda, sabemos que porque esse processo é histórico, ele é lógico. Ele foi, também, o processo de determinação do trabalho como assalariado; assim, através dele podemos extrair e compreender o conceito de trabalho assalariado. De início precisamos ter em vista que embora a cooperação não seja uma forma de trabalho decorrente do modo de produção capitalista, visto que em formações sociais não-capitalistas havia a “cooperação simples” (C, p. 409), nele ela “aparece como uma forma histórica específica da cooperação” (C, 410). A cooperação capitalista,

É a primeira alteração que o processo de trabalho efetivo experimenta em sua subsunção ao capital. Tal alteração ocorre natural e espontaneamente. Seu pressuposto, a ocupação simultânea de um número maior de trabalhadores assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista, que por sua vez coincide com a existência do próprio capital (C, p. 410).

Pode parecer suspeito que o *ponto de partida da produção capitalista* coincida com a *existência do próprio capital*, no entanto o problema se resolve se atentarmos ao fato de que se trata de um processo histórico, que se desenrola *natural e espontaneamente*, devido à dualidade desse processo que é único. Formalmente é preciso que o mesmo capital empregue simultaneamente diversos trabalhadores assalariados, portanto o mesmo capitalista deve possuir em seu bolso a soma total dos salários (cf.: C, p. 405); materialmente é preciso que o mesmo capitalista concentre em suas mãos grande quantidade dos meios de produção e de vida (cf.: C, p. 405). No entanto, trata-se de um movimento aparentemente inofensivo, um *ardil* segundo o qual, “num primeiro momento, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados – e, conseqüentemente, a massa de mais-valor produzido – fosse suficiente para libertar o próprio mestre artesão do *trabalho manual*, para convertê-lo de um pequeno patrão em um capitalista e, assim, estabelecer formalmente a *relação capitalista*” (C, p. 405-406, grifo nosso). Através do aumento progressivo da quantidade de trabalhadores assalariados além de certo limite, a partir do qual o trabalho excedente de todos seja suficiente para assegurar a sobrevivência do mestre artesão e liberá-lo do trabalho manual, estabeleceu-se a relação capitalista; chamamos atenção ao fato de que não se trata de um ato motivado pelo desejo de um sujeito transcendental, mas de um processo social – no sentido da relação estabelecida concomitantemente por diversos indivíduos, ainda que restrita a um mesmo ramo produtivo –, que repousa numa dialética da quantidade e da qualidade, pela qual, “quando uma variação quantitativa ocorre, isso aparece inicialmente como algo de todo inocente; mas há algo diverso por trás dela, e essa variação – na aparência inocente [*unbefangen*, não começado] – do quantitativo é por assim dizer um *ardil*, graças ao qual se atinge [*ergreifen*, captar] o qualitativo” (Enc, p. 206, § 108, interpolação e grifo nosso). Ultrapassado *esse* limite quantitativo, o

processo de trabalho combinado transforma-se *qualitativamente* e se determina como *cooperação capitalista*, porque se estabelece a *relação capitalista*.

Liberto do trabalho manual, o capitalista supervisiona e dirige o processo de trabalho, a fim de que seja bem realizado e seu ganho assegurado. Assim, de um lado, o comando do trabalho decorre formalmente “de o trabalhador não trabalhar para si, mas para o capitalista” (C, p. 406) e, de outro, das condições materiais do processo de trabalho ampliado, pois, “com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital se converte num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição de produção” (C, p. 406). Faz-se necessária tanto a supervisão do processo geral quanto a de cada uma de suas partes, assim como, diz Marx, “um violonista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente” (C, p. 406). Desse modo, pode-se entrever a oposição entre o plano ideal e o prático do processo de trabalho, que se reflete no duplo conteúdo da direção capitalista, a qual aparece “para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade capitalista, como poder de uma *vontade* alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo” (C, p. 407, grifo nosso); quanto à forma, ela é “despótica” (C, p. 407). Ademais, tão logo o processo se desenvolva, o capitalista transfere sua função de comando a toda uma classe especial de trabalhadores assalariados (gerentes, capatazes etc.) que exercem o comando segundo os ditames da vontade do capital.

Com a cooperação capitalista, mostra Marx, o processo de trabalho forma um todo, um verdadeiro “corpo produtivo” (C, p. 406), do qual nenhum órgão pode ser subtraído sem que ele seja amputado. Decerto, havia cooperação antes do capitalismo, aliás, a cooperação capitalista é uma forma histórica da cooperação simples e que pode assumir, inclusive, diversas formas mais desenvolvidas, no entanto ela “continua a ser a forma básica do modo de produção capitalista” (C, p. 410). Assim como uma variação quantitativa além de certo limite resulta numa alteração qualitativa, o corpo produtivo formado pela reunião de muitos trabalhadores também resulta numa figura qualitativamente diferente, o “trabalhador coletivo” (C, p. 402); contudo, a especificidade do trabalhador coletivo capitalista é que os muitos trabalhadores assalariados são postos em cooperação pelo *mesmo capital*, pela soma dos salários reunida no bolso de um mesmo capitalista (C, p. 405); a reunião dos assalariados num mesmo local de trabalho é apenas ulterior, o que evidencia que em formas mais desenvolvidas da produção capitalista a dispersão espacial dos assalariados não é

incompatível com o capital. Seja capitalista ou não, o trabalhador coletivo é qualitativamente diferente da soma de forças individuais, porque a fusão das muitas forças de trabalho, que cooperam num mesmo *processo*, criam uma força produtiva “social” (C, p. 400) capaz de realizar tarefas, inexequíveis à soma de forças individuais; não se trata de um ente metafísico, mas de uma “força de massa” (C, p. 401) de *qualidade social*.

Aqui se evidencia a oposição interna da cooperação capitalista, pois ao passo que a força produtiva do trabalhador coletivo é de qualidade *social*, a cooperação capitalista baseia-se, por um lado, na propriedade *privada* das condições de produção e, por outro, em que os indivíduos não entrem em relação *entre si*, pois “os trabalhadores são indivíduos isolados, que entram numa relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa apenas no processo de trabalho, mas então *eles já não pertencem mais a si mesmos*” (C, p. 408, grifo nosso) – eles pertencem ao capital, consoante visto acima quanto tratamos dos elementos integrantes do processo de trabalho existindo como mercadorias. Tal oposição, cabe frisar, inexistente na cooperação simples, que “baseia-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, no fato de que o indivíduo isolado desvincilhou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade” (C, p. 409). — Em diversos níveis se expressa a oposição imanente ao processo de trabalho capitalista; por exemplo, a oposição entre trabalho manual e o não-manual de supervisão, a oposição entre os planos ideal e prático do conteúdo da supervisão e a oposição entre a vontade do trabalhador e a forma *despótica* do comando, que *dobra* a vontade do trabalhador segundo a vontade do capital; todos esses níveis patenteiam o caráter “antagônico – desse processo” (C, p. 408); conquanto essa oposição interna, que se expressa em diversos níveis, não seja o escopo de nossa investigação, atentamos ao fato de que ela se conserva e desenvolve tanto na manufatura quanto na grande indústria —. O ponto que nos importa é que a força produtiva do trabalhador coletivo é de *qualidade social* e sua oposição com a propriedade privada dos meios de produção e com os indivíduos autonomizados é, justamente, o que possibilita aos produtos de trabalhos privados assumirem socialmente a forma mercadoria de maneira *socialmente predominante*.

Visto que, de uma parte, o trabalhador coletivo é um todo, que não pode ter parte alguma amputada, e que, de outra, a cooperação capitalista repousa na ampliação do corpo produtivo, o processo de trabalho fundado no artesanato pode dar origem à

manufatura de duas maneiras distintas, a saber, ou um mesmo capitalista reúne muitos ofícios diversos que se complementam na produção da mercadoria final, ou são reunidos muitos artesãos de mesmo tipo; no entanto, “seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um *mecanismo de produção*, cujos *órgãos* são seres humanos” (C, p. 413, grifo nosso). Num caso ou noutro os trabalhadores assalariados formam um mesmo *mecanismo de produção*, porque submetidos a um mesmo capital, suas tarefas são pouco a pouco parceladas e simplificadas, de modo que o trabalhador se torna o executor de uma única tarefa parcial, tal como uma peça de máquina, ou seja, executa específica função de um único mecanismo produtivo; isso vale inclusive para casos em que “a execução de trabalhos parciais como ofícios independentes entre si” (C, p. 417) de “trabalhadores detalhistas, que trabalham em casa, porém para um mesmo capitalista” (C, p. 418), que embora eles não estejam reunidos numa mesma oficina, mesmo assim compõem uma manufatura.

Assim, esse “trabalhador coletivo, que constitui o mecanismo vivo da manufatura”, é um corpo que “consiste de muitos trabalhadores parciais e unilaterais” (C, p. 414), o qual, uma vez posto em movimento, procede a uma “divisão sistemática do trabalho” (C, p. 412), que produz efeitos sobre os elementos integrantes do processo de trabalho. Em relação à atividade humana, essa divisão tem por efeito o parcelamento das atividades e sua consequente simplificação, de modo que, se antes o artesão dominava todo o processo de trabalho de seu ofício, com o desenvolvimento da manufatura ele acaba por se fixar – por se “soldar” (C, p. 419), diz Marx – numa atividade parcelar. Esse processo lança as bases da configuração da força de trabalho à grande indústria, porquanto ao mesmo tempo que a atividade parcelar e simples pode levar ao virtuosismo em certas funções, ela também pode levar à não especialização de outras (cf., C, p. 423-424), . Não esqueçamos, no entanto, que durante a manufatura a atividade produtiva “continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio do instrumento” (C, p. 413). Em relação aos meios de trabalho, tem-se um desenvolvimento semelhante, pois “o período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais” (C, p. 416). O objeto do trabalho, por sua vez, também se modifica, pois se antes da manufatura ele ingressava o processo sob determinada configuração a ser conformada pelo trabalho humano, a certo grau do desenvolvimento da manufatura, como cada

atividade parcelar executa uma modificação no objeto do trabalho que o determina como matéria-prima a ser trabalhada pela atividade seguinte, a matéria-prima de cada atividade é preparada pela etapa precedente, a todo instante e pelo mesmo processo de trabalho. Além disso, como as diversas atividades parcelares são dispostas no espaço e realizadas ao mesmo tempo, “a matéria-prima encontra-se simultaneamente em todas as suas fases de produção” (C, p. 419). Em suma, uma produção manufatureira, ao repor as condições para que os trabalhadores cooperem, modifica essas próprias condições e cria novas; portanto, “a manufatura não se *limita a encontrar dadas condições* para a cooperação, mas *as cria*, em parte mediante a decomposição da atividade artesanal” (C, p. 419, grifo nosso). Por meio do desenvolvimento da manufatura, todos os elementos integrantes do trabalho são modificados pelo próprio processo produtivo.

Assim como uma manufatura pode combinar diversos ofícios, com base na divisão do trabalho, assim também uma “manufatura total” (C, p. 422) pode combinar diversas manufaturas. Isso ocorre porque, ao passo que a manufatura exige uma divisão do trabalho “amadurecida até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade” (C, p. 427), ela também retroage sobre essa última, pois “a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica a divisão social do trabalho” (C, p. 427). Em virtude disso, as manufaturas que integram uma manufatura total podem se autonomizar em ramos produtivos independentes, consoante patenteia o exemplo da manufatura estadunidense de guarda-chuva (cf., C, p. 429, nota 58a). Ora, o que mostra esse ponto do pensamento de Marx, que é conhecido porém descurado? Ele *explicita* que uma formação social capitalista, antes mesmo de sua consolidação com a grande indústria, requer a divisão das funções, de tal sorte que a compreensão da produção de uma mercadoria exige que se considere o processo produtivo por inteiro, ou seja, o todo do corpo produtivo, porquanto “apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria” (C, p. 429). Portanto, é evidente que funções diversas, antes integradas e concentradas num único trabalhador, são divididas ao formarem um único trabalhador coletivo, ou então, em trabalhadores coletivos que cooperam num processo total; ou ainda, em trabalhadores coletivos já autonomizados, que se relacionam socialmente. Por exemplo, se antes um produtor de sapatos concentrava nele as funções de produção da matéria-prima, planejamento das atividades, logística dos diversos materiais e ferramentas utilizadas, domínio técnico das operações exigidas, planejamento de estocagem etc.; uma manufatura de sapatos exige a separação dessas e

de outras funções, de sorte que o plano das atividades, a logística etc., se tornam funções específicas e parcelares, ou seja, requer a divisão do trabalho manual e não manual ou intelectual, sem as quais a mercadoria não é produzida. Segue, portanto, que uma vez que a produção da mercadoria e, portanto, do valor, requer que todas essas funções atuem conjuntamente, cada uma delas torna-se imprescindível, mesmo que não atue imediatamente no produto (cf., o exemplo da manufatura inglesa de vidros: C, p. 421; desenvolveremos melhor o assunto no capítulo 4 desta parte II). E mais ainda, enquanto “trabalhador coletivo *social*” (C, p. 420, grifo nosso), uma manufatura pode exigir funções de outras manufaturas já autonomizadas e independentes. Na produção de uma mercadoria o designer pode ser tão imprescindível quanto o operador de prensa – esse ponto é importante e precisaremos tê-lo em vista quando tratarmos do conceito de trabalho produtivo mais adiante. A respeito dos diversos trabalhadores singulares (o engenheiro, o designer, o torneiro etc.), importa salientar que eles somente podem compor um trabalhador coletivo de mesma qualidade quando entram em relação com o mesmo capital, ou seja, quando o denominador comum de todos é mesma *relação social de assalariamento*, portanto na comum condição de trabalhador assalariado.

Consoante visto anteriormente, a manufatura revoluciona o processo de trabalho, de maneira que o trabalhador assalariado se inverte em “elemento acessório da oficina do capitalista” (C, p. 435). Essa inversão ocorre porque as três condições de produção também estão invertidas na oficina manufatureira, consoante o mostra Marx numa passagem, que convém citar integralmente:

Os conhecimentos, a compreensão e a *vontade* que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam *agora* a ser exigidos apenas pela oficina *em sua totalidade*. As potências intelectuais da produção ampliando sua escala, por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem defronta-se a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como *propriedade alheia* e como *poder que os domina*. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a *unidade* e a *vontade* do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se *consoma na grande indústria*, que separa do trabalho a ciência como potência

autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (C, p. 435, grifo nosso).

A vontade do trabalhador, sua relação com a objetividade como extensão de si, bem como suas potências intelectuais que determinam a finalidade de sua atividade convertem-se em seu contrário, pois são, agora, competências do capital, exigidas pela *oficina em sua totalidade*. Essa inversão, ao passo que nega a atividade do trabalhador parcial como elemento principal do processo de trabalho ao convertê-lo em elemento acessório, aumenta a produtividade do trabalhador coletivo. Entretanto, a base da força produtiva da manufatura ainda é a força de trabalho do artesão individual, sua aptidão e destreza no domínio da ferramenta, de modo que “sua própria base técnica estreita, tendo atingido certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criara” (C, p. 442). A supressão dessa contradição somente pode ocorrer com a negação dessa negação vista, isto é, com a negação do trabalho do artesão que procede como peça do mecanismo produtivo. Assim, “esse produto da divisão manufatureira do trabalho [i.e., a oficina manufatureira] produziu, por sua vez... *máquinas*. Estas supressam [*aufheben*] a atividade artesanal como princípio regulador da produção social” (C, p. 443, interpolação e grifo nosso).

Como é sabido, a maquinaria desenvolvida consiste de três partes, a saber, “a máquina motriz”, o “mecanismo de transmissão” e a “máquina-ferramenta” (C, p. 446-447). Essa última reúne as ferramentas de diversos artesões e, assim, uma única máquina-ferramenta é capaz de executar diversas operações, que antes eram realizadas por muitos trabalhadores parciais. Tais operações foram separadas do trabalhador, de seu organismo subjetivo, e transferidas a uma máquina capaz de realizá-las sempre da mesma maneira, assim “a partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar da mera ferramenta” (C, p. 448). Evidentemente, as diversas operações da máquina exigem uma força motriz maior que a humana, razão pela qual “a criação das máquinas-ferramentas é que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada” (C, p. 449) e não o contrário; por consequência, o que marcou o revolucionamento da indústria – a chamada Revolução Industrial – foi a criação da máquina-ferramenta e não da máquina a vapor, como erroneamente se acredita, pois “a própria máquina a vapor, tal como foi inventada

no fim do *século XVII*, no *período da manufatura*, e tal como continuou a existir até o começo dos anos 1780, não provocou nenhuma revolução industrial” (C, p. 449). De uma parte, as operações realizadas pelas ferramentas transferidas à máquina estão emancipadas da atividade hábil do trabalhador e, de outra parte, o número de ferramentas que uma única máquina manipula está “desde o início *emancipado dos limites orgânicos* que restringem a ferramenta manual do trabalhador” (C, p. 448, grifo nosso; cf. tb. C, p. 452).

Desde o início, então, a máquina surge emancipada das limitações do trabalhador e sua ferramenta, mas o que ela faz? Ela, evidentemente, “se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme uma finalidade” (C, p. 447), ou seja, ela conforma o objeto. Trata-se, contudo, de uma forma posta objetivamente pela máquina por meio da ferramenta separada da subjetividade do trabalhador, portanto abstraída de todo traço de sua atividade subjetiva; ou seja, trata-se aqui do processo de autonomização da forma já visto, mas em outro nível, pois a forma se autonomiza da atividade do próprio trabalhador; trata-se, em suma, de um trabalho abstraído da atividade realizada pelo corpo orgânico do trabalhador, no qual ele existe subjetivamente – aqui o trabalho é efetivamente abstrato, ou melhor, somente aqui o trabalho abstrato alcança sua forma mais desenvolvida. Tratamos, sem dúvida, de um conceito lógico, mas porquanto é conceito histórico, visto que ele se desenvolve historicamente até ser posto efetivamente em determinada formação histórica, muito embora antes disso ele estivesse objetivamente presente como pressuposto, mas passível de eventual posição contingente. — A oposição dicotômica que os marxistas imputam a Marx sobre o trabalho abstrato, isto é, a querela de ele ser histórico ou um conceito lógico encontra, aqui, sua resposta —. O trabalho resultante da máquina ao atuar imediatamente no objeto substituindo a atividade humana é posto efetivamente como abstrato, pois o trabalho humano não atua imediatamente no objeto, mas “é a supressão de sua própria imediatez e assim se mediatiza consigo mesmo” (Enc, p. 274, § 146). Temos, assim, que a máquina atua diretamente no objeto e a reunião de muitas máquinas, num mesmo organismo produtivo, compõe um “sistema de máquinas” (C, p. 453). Assim,

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente

da ciência natural. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é *puramente subjetiva*, combinação de trabalhadores parciais; no processo da maquinaria, a grande indústria é dotada de um *organismo de produção inteiramente objetivo*, que o trabalhador encontra já dado como condição material da produção (C, p. 459, grifo nosso).

A articulação da manufatura era *puramente subjetiva*, porque se, de um lado, o *mecanismo de produção* convertia o trabalhador em *trabalhador parcial*, por outro lado, o processo era adaptado ao trabalhador com sua ferramenta específica. No entanto, a maquinaria faz com que todo o processo de produção se articule objetivamente, pois o homem apenas presta “assistência” (C, p. 455) à máquina. Isso introduz uma “diferença essencial” (C, p. 454). Além das transformações ocorridas com a atividade humana e com o meio de trabalho (a própria máquina-ferramenta), o *sistema de máquinas* introduz uma transformação no próprio objeto de trabalho, pois assim como na manufatura o objeto de trabalho também está presente simultaneamente em todas as etapas, já que “cada máquina parcial fornece à máquina seguinte sua matéria prima” (C, p. 454). Mas lá a transição de uma fase a outra ainda era efetuada pela mão humana, ao passo que aqui ela o é pela própria maquinaria, que em conjunto compõe uma “máquina de trabalho combinada” (C, p. 454). Por conseguinte, se lá o processo de trabalho era marcado por cortes, na “fábrica desenvolvida” ele se caracteriza pela “continuidade dos processos particulares” constituindo “um grande autômato” (C, p. 454), de cuja articulação a subjetividade está excluída.

Assim, o sistema de máquinas, que constitui uma máquina de trabalho combinada, em sua forma desenvolvida assume a figura de um “monstro mecânico” (C, p. 455), no qual e pelo qual os elementos integrantes do processo de trabalho foram transformados. No entanto, isso não é suficiente para a consumação da *grande indústria*. Os pressupostos dessa última não foram postos inicialmente por ela, mas por outro, de modo que o desenvolvimento do sistema mecanizado até a grande indústria exigiu sua reposição e internalização:

Na manufatura, portanto, vemos a base técnica imediata da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta *suprassumiu* [*aufhob*] os sistemas artesanal e manufatureiro nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. O sistema mecanizado ergueu-

se, portanto, de modo natural-espontâneo, sobre uma *base material* que lhe era *inadequada*. Ao atingir certo grau de *desenvolvimento*, ele teve de revolucionar essa base – encontrada já pronta e, depois, *aperfeiçoada* de acordo com sua antiga forma – e *criar para si uma nova*, apropriada a seu *próprio modo de produção* (C, p. 456, grifo nosso).

A base técnica da maquinaria, *pressuposto* da grande indústria, fora *posta* pela manufatura, de modo que lhe era inicialmente inadequada, exterior. Essa base técnica foi aperfeiçoada, internalizada, por meio da combinação de máquinas diferentes (máquinas motrizes, máquinas-ferramentas etc.) e, também, pela elaboração de novas máquinas, mas ainda a partir da base técnica herdada da manufatura (pequenas dimensões, força limitada, emprego de madeira etc.). Somente no momento em que o modo de produção foi capaz de fabricar máquinas com máquinas, isto é, em que passou a existir fábricas de máquinas, então seu pressuposto pôde ser inteiramente reposto, de modo que essas novas máquinas eram apropriadas ao modo de produção. Apenas nesse momento a grande indústria “se firmou sobre seus próprios pés”, diz Marx; assim, “a grande indústria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Somente assim ela criou sua própria base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés” (C, p. 458).

Dessa maneira, pelo percurso que vai da cooperação à grande indústria, passando pela manufatura, pudemos acompanhar o desenvolvimento histórico do conceito de trabalho e sua determinação como assalariado. Sobre o qual se apoia o modo de produção capitalista. Portanto, temos suficientemente claro que

Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador que emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa *inversão* adquire uma realidade tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. *A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual*, assim como a *transformação daquelas em potências do capital* sobre o trabalho, consuma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria (C, p. 495, grifo nosso).

Somente tendo em vista o processo de *produção* em conjunto, em sua totalidade – conforme exposto e examinado anteriormente –, é possível compreendê-lo, isto é, compreender a *cisão manual e intelectual* do trabalho ocorrida no processo de *trabalho*, mas que atuam juntos no processo de *valorização*. É evidente que o processo de produção capitalista exige a divisão e subdivisão dos trabalhos e, por conseguinte, dos trabalhadores assalariados, de acordo com as mais diversas funções, requeridas como o operário manual da máquina, o gerente da produção, o engenheiro, o contador, etc. Certas funções, embora se separem do trabalho manual, compõem um mesmo corpo produtivo; nesse caso, “trata-se de uma classe superior de trabalhadores, com formação científica ou artesanal, situada à margem do círculo dos operários fabris e somente agregada a eles. Essa divisão de trabalho é *puramente técnica*” (C, p. 592, grifo nosso). Embora em certos ramos produtivos essa classe superior de trabalhadores como “engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc.” (C, p. 592) pudesse ser “numericamente insignificante” (C, p. 592), na época de Marx, ele não apenas a considera, mas sua teoria alerta que são imprescindíveis à produção.

O ponto central é que essa divisão entre trabalhadores assalariados não é apenas técnica, mas *puramente técnica*, porquanto cada uma das funções é necessária à produção. Logo, todas essas funções devem ser consideradas ao se tratar da produção, no entanto essa obviedade dificilmente é visível, tanto à época de Marx quanto hodiernamente. O que dizemos é ratificado quando Marx critica duramente a não consideração de todas as funções ao denunciar que “a intenção de fraude estatística (...) fica evidente no fato de a legislação fabril inglesa *excluir expressamente de seu âmbito de aplicação, como trabalhadores não fabris, os trabalhadores por último mencionados* [engenheiros, etc.]” (C, p. 492, nota 181, interpolação e grifo nosso). O fato é que caso falte algum elo da cadeia produtiva, alguma função específica que é realizada por esses “trabalhadores por último mencionados”, a produção simplesmente não produz (capital). Portanto, continua Marx, “os *Returns* [i.e., relatórios de inspeção] publicados pelo Parlamento incluem *expressamente* na categoria de *operários fabris* não só *engenheiros, mecânicos* etc., mas também *dirigentes de fábrica, vendedores, mensageiros, supervisores de estoques, embaladores* etc., em suma, *todas as pessoas*, com exceção do próprio dono da fábrica” (C, *ibidem*, grifo nosso). Ora, no modo de produção capitalista o denominador comum de funções tão diversas, conquanto

imprescindíveis, como as de mecânico, vendedor, engenheiro, mensageiro ou operador manual de máquina etc., é o fato de serem trabalho assalariado, ou melhor, a redução de todos os trabalhadores à relação de trabalho *assalariado*. “Essa redução apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social” (CEP, p. 55-56).

No modo de produção capitalista, como a redução dos diferentes trabalhos ao trabalho *assalariado* os integra a um mesmo *processo de produção*, no qual sem uma ou mais funções específicas do *processo de trabalho* não há *processo de valorização*, e como a *reposição* do trabalho assalariado é efetuada pelo próprio modo de produção capitalista, então a respeito da prole do capital o correto é falar em assalariado, em trabalhador assalariado. No entanto, *redução* não quer dizer, em hipótese alguma, nivelamento ou equalização, porquanto as funções dos diversos trabalhos conservam suas diferenças, em virtude de sua concretude. Um trabalhador manual, que usa uma engrenagem, é tão produtivo quanto o engenheiro, que a projetou idealmente em cálculos, contudo são funções e atividades inegavelmente diferentes, embora o denominador comum de ambos, que os insere no processo de produção *de capital*, seja o fato de terem vendido suas forças de trabalho por salário, isto é, a relação social de assalariamento. Não se deve confundir, ao falarmos de redução, trabalho assalariado com trabalho abstrato, isso seria um erro grosseiro, porque não se trata da atividade, visto que o assalariamento é a forma assumida pelo conteúdo de uma *relação* social. Mas, então, essa relação precisa ser examinada. Seria produtiva toda atividade remunerada por dinheiro?

III

Na grande indústria, o trabalho em sua forma assalariada possui, de uma parte, as *condições de produção* suprassumidas, elas estão lá presentes, mas negadas; de outra parte, todos os *momentos simples do trabalho*, seus elementos integrantes, foram igualmente suprassumidos, pois enquanto mercadoria eles estão lá, mas negados, visto que contam apenas como valor. O objeto do trabalho, bem como o produto resultante, é propriedade alheia ao trabalhador, uma objetividade que não lhe pertence e lhe é

estranha. O meio de trabalho se transformou num *monstro automático*, que se movimenta independentemente da vontade e da força do trabalhador, o qual passou a ser seu mero apêndice. Quanto à atividade produtiva humana, a máquina-ferramenta tomou seu lugar e substituiu suas ações transformadoras da objetividade em ações abstraídas de sua subjetividade: a con-formação da objetividade torna-se uma atividade produtiva separada da subjetividade a ser realizada pela máquina-ferramenta, vale dizer, trabalho abstrato.

Como o pôr da forma, a con-formação, não é mais realizado pelo homem, o trabalhador assalariado converte-se, por um lado, no executor automático de uma atividade de assistência à máquina, segundo o ritmo ditado por ela; por outro lado, as diversas funções não-manuais, intelectuais e criativas, antes concentradas no mesmo trabalhador se autonomizaram e passaram a ser executadas por trabalhadores assalariados, os quais igualmente sob o domínio do capital, as realizam segundo a finalidade e vontade do capitalista, portanto também de maneira indiferente à sua subjetividade, vontade e finalidade – considerar esse segundo aspecto do mesmo processo é de suma importância. Ao passo que a atividade produtiva é indiferente ao trabalhador assalariado, pois que não está mais fundada em sua subjetividade, ela pode existir qualitativamente como mercadoria força de trabalho e o trabalhador como mero suporte, de modo que no processo produtivo ela conta apenas quantitativamente e pode ser substituída por outra mercadoria de igual qualidade de ser força de trabalho. Ela pode, inclusive, ser posta na reserva, quando o capital necessita da mercadoria força de trabalho em menor quantidade, sendo assim armazenada para os momentos em que o capital necessita dela em maior quantidade, em suma, a mercadoria força de trabalho se autonomiza do limite quantitativo de seu suporte. Assim, ela pode ser comprada e vendida, bem como substituída sem prejuízo à produção já autonomizada da limitação e subjetividade do trabalhador.

Ao mesmo tempo, uma vez que a articulação do processo de produção é inteiramente objetivo, as disposições subjetivas do trabalhador são substituíveis, indiferentes ao seu movimento; por isso, esse monstro automático capital movimenta a si mesmo e sua vontade, finalidade e objetivo devem ser impostos ao assalariado. Esse processo exige, portanto, o poder e o domínio do fator subjetivo, o domínio do trabalhador, razão pela qual a atividade do trabalhador tem que ser *vigiada* e o processo de trabalho inteiro *dirigido*, segundo um plano pré-estabelecido; seu ritmo tem de ser

ordenado e sua vontade *controlada*; seu objetivo e disposições criativas têm de serem *padronizadas, uniformizadas e enquadradas*. Em suma, a relação de trabalho assalariado é relação de poder, pela qual o trabalhador está sob o comando do capital, porquanto é mero suporte da mercadoria força de trabalho; essa relação é legitimada pelo contrato, no qual o possuidor da força de trabalho ao trocá-la por dinheiro, sob a forma salário, aliena seu uso. Pela mediação da relação de salário o capital – na encarnação do capitalista – exerce seu poder, relação essa que alcança sua forma mais desenvolvida com a grande indústria.

A forma determinada do trabalho assalariado é, portanto, um conceito rigorosamente construído, porque é um processo real. Os elementos pressupostos do trabalho assalariado foram postos pelo processo histórico de dissolução das formações sociais não-capitalistas, de tal maneira que somente com a *grande indústria* – o que exigiu as constituições históricas reais da cooperação e da manufatura – o conceito de trabalho assalariado se consuma ao ser repostado por ela própria, consoante visto acima. Somente ao se desenvolver, a grande indústria se *assenta sobre seus próprios pés*. Portanto, nada é mais óbvio de que não se trata, no caso de Marx, de um esquema operatório formal – portanto, a-histórico – criado *a priori*, a partir da dedução de princípios abstratos que se determinariam historicamente.

Historicamente constituído, o trabalho assalariado se consuma no modo de produção capitalista sobre a base constituída pelas condições de produção e de seus momentos simples. No entanto, tendo em vista que a substância, para Marx, é social e se desenvolve, ao se desenvolver ela se modifica. Entretanto, ela se desenvolve conservando os pressupostos do trabalho assalariado. Assim, o próprio trabalho assalariado pode assumir diferentes figuras, em consonância com sua época econômica, mas – contudo! – conserva seu *fundamento*, a relação capital (*Kapitalverhältnis*), e, portanto, a exploração da classe trabalhadora assalariada e o capital. Em suma, se, por um lado, não se trata de um esquema lógico-operatório, por outro, tampouco se trata de um fim da história, porquanto essa forma determinada pode ser superada. Ela somente pode ser superada, todavia, ao ser suprassumida sua *relação fundamental*, a relação capital, o que, por consequência, exige a destruição de toda a formação social assentada sobre ela; não se trata apenas de uma mera mudança de finalidade da produção, mas uma mudança de modo de vida, que envolve as diversas esferas da vida social.

Além disso, cumpre salientar que tampouco se trata, em *O capital*, de uma descrição sociológica de determinado contexto histórico da época de Marx, mas de rigorosa construção teórica. Ocorre que, para Marx, os conceitos não são construções ideais que surgem das próprias ideias, de modo que a teoria seria uma história das ideias, que surgem das próprias ideias. Isso é mistificação! E Marx se debateu para denunciá-la. Os conceitos são, para Marx, reais – conforme vimos ao longo de nosso percurso –; existem objetivamente e, portanto, são engendrados historicamente pelo processo do todo social no qual estão inseridos; contudo, eles são passíveis de compreensão, portanto esse processo histórico objetivo pode ser abstraído e refletido na cabeça. Assim, por detrás de uma aparente “narração de época” ou “descrição sociológica” há uma rigorosa construção conceitual, logicamente coerente, que parte da própria realidade histórica, dando visibilidade à objetividade não-visível.

A relação social de produção chamada:**trabalho assalariado produtivo**

Somente quando uma formação social capitalista é capaz de repor seus próprios pressupostos, tem-se o modo de produção especificamente capitalista, ou seja, capitalismo no sentido forte. Por meio desse movimento de desenvolvimento a subsunção formal do trabalho ao capital dá lugar à subsunção real; o capitalismo se torna a forma socialmente dominante do processo de produção impondo toda uma série de modificações no processo produtivo. Tais modificações, contudo, exigem que o conceito de trabalho produtivo seja também modificado. Essa é a razão pela qual Marx, ao tratar do conceito de trabalho, no capítulo 5, alerta expressamente na nota 7 que a determinação do trabalho produtivo lá exposta não é “de modo algum suficiente” para o modo de produção capitalista (cf., C, p. 258), conforme vimos no início desta parte II; além disso, essa mesma observação é retomada no primeiro parágrafo do capítulo 14 (cf., C, p. 577). Visto que a formação social capitalista é especificamente diferente das demais formações sociais não-capitalistas, a compreensão da determinação do trabalho produtivo interiormente ao capitalismo já consolidado requer que compreendamos *qual* a diferença do trabalho produtivo no capitalismo e fora dele.

Independentemente do grau de desenvolvimento da produção social, ou seja, tanto na formação social capitalista em sua forma mais desenvolvida quanto nas formações sociais não-capitalistas, se é preciso que o trabalhador utilize todo o seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao seu sustento, não lhe sobra tempo disponível para produzir os meios de subsistência para sustentar outrem. Assim, é evidente, sem o tempo de trabalho excedente e, portanto, sem trabalho excedente ou mais-trabalho, não há uma classe de pessoas que sobrevivam do trabalho alheio, ou seja, “nenhum capitalista, tampouco senhor de escravos, barão feudal, numa palavra, nenhuma classe de grandes proprietários” (C, p. 580). O que Marx mostra com isso é que, seja qual for a formação social, existe uma “barreira” à produtividade do trabalho que determina o trabalho necessário à subsistência do trabalhador, a qual tem de ser superada para que outrem possa viver da produção do trabalho alheio. Dois fatores

condicionam a produtividade do trabalho, um deles é histórico-social e outro natural. Vejamos isso mais de perto.

Se para que haja numa formação social trabalho excedente é preciso que a produtividade do trabalho deva superar a produtividade do trabalho necessário, então

Podemos, pois, falar de uma base natural [*Naturgrundlage*, fundamento natural] do mais-valor, mas apenas no sentido muito geral de que nenhuma *barreira natural* [*Naturhindernis*, entrave ou obstáculo] absoluta impede um indivíduo de dispensar a si mesmo do trabalho necessário a sua própria existência e jogá-lo sobre o ombro de outrem (C, p. 580, interpolação e grifo nosso).

Essa *barreira natural* se refere à definição de um ponto ou momento do desenvolvimento da força produtiva de certa formação social a partir do qual a produtividade do trabalho supera as necessidades do próprio trabalhador; trata-se, então, da inexistência de um obstáculo ou entrave (*Hindernis*) absoluto, uma barreira insuperável estabelecida pela natureza. Pelo desenvolvimento do trabalho essa barreira é superada, devido ao fato de o trabalho “já estar socializado num certo grau” (C, p. 580). Assim, a força produtiva de certa formação social se desenvolve ao repor seus pressupostos que de início são exteriores, de modo que – tendo em vista o processo histórico, visto na parte I – “a relação capitalista [*Kapitalverhältnis*], de resto, nasce num terreno econômico que é o produto de um longo processo de desenvolvimento” (C, p. 580, interpolação nossa), mas sem que isso implique uma teleologia. Patenteia-se, portanto, que o desenvolvimento do trabalho, sua conseqüente socialização e aumento da força produtiva social não são dados pela natureza, mas resultam das relações estabelecidas pelos homens vivendo em sociedade na produção e reprodução de suas vidas, por isso são um produto histórico e social.

Não obstante esse fator histórico-social há também um fator natural, pois “independentemente da forma mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho permanece *vinculada* a condições naturais” (C, 581, grifo nosso). Antes de mais nada, a fim de evitar maus entendidos ressaltemos que a produtividade é *vinculada*, mas *não* determinada pelas condições naturais – esse ponto é importante e o retomaremos mais adiante. Dado que o processo de trabalho em geral,

bem o sabemos, consiste numa relação de intercâmbio entre homem e natureza, as *condições naturais* reduzem-se, de uma parte, à natureza, de outra, ao próprio homem.

As condições naturais relativas “à natureza do próprio homem” (C, p. 581) referem-se às suas disposições orgânicas como força, pensamento, habilidades desenvolvidas etc.. Não se trata, evidentemente, de uma *natureza humana* metafísica, pois como demonstrado no capítulo 1 desta parte II, *o homem é produto de si mesmo*. Em certas situações, as condições naturais relativas ao homem podem se tornar barreiras à produção social, consoante visto com a passagem da manufatura à grande indústria. No capitalismo em sua forma mais desenvolvida tais condições foram suprassumidas e a produtividade do trabalho liberada das limitações da força e habilidade humanas; no entanto, mesmo assim sempre resta algo de natural, visto que é o elemento subjetivo do processo de produção que conserva e cria valor.

As “condições naturais externas”, isto é, relativas à natureza, se dividem em (a) “riqueza natural em meios de subsistência” e (b) “riqueza natural em meios de trabalho” (C, p. 581). Ocorre um movimento que transfere a preponderância do primeiro tipo de riqueza ao segundo, pois “nos primórdios da civilização, o primeiro tipo de riqueza natural é o decisivo; uma vez alcançado níveis superiores de desenvolvimento, o segundo passa a predominar” (C, p. 581). Com a grande indústria, o segundo tipo é suprassumido, pois ele passa a predominar enquanto produto do trabalho humano convertido em capital, ele conta não pelas suas qualidades úteis, mas como quantum de valor; por outras palavras, os “metais” podem não contar mais simplesmente enquanto metais, mas como *capital constante* convertido em maquinaria ou matéria-prima, por exemplo. A produção capitalista ainda continua *vinculada* às condições naturais, seja como meio ou objeto do trabalho, mas não é mais determinada por elas, uma vez que o que a determina é o valor, mais exatamente, a finalidade de valorizar o valor. Como a produção está em todo caso *vinculada* às condições naturais – entretanto, no capitalismo elas não se põem mais como barreira, visto que foram suprassumidas –, então a produtividade extremamente intensa do capital pode levar ao seu esgotamento, ou seja, a um colapso ambiental. O debate em torno da “questão verde” ou “questão ambiental” é da ordem do dia; ao contrário do que se poderia pensar, todavia, a devastação desmedida dos recursos naturais não denota um novo capitalismo, mas sim que se trata do capitalismo desenvolvido a ponto de ameaçar suas *condições naturais*; além disso, nada seria mais errado que censurar Marx de não ter “pensado a questão”, porque, como

visto acima, a questão foi pensada, ela não foi tematizada em *O capital* como “questão ambiental”, visto que não é esse o propósito da obra.

Por fim, importa considerar os fatores climáticos e geográficos chamados por Marx de “condições naturais do trabalho” (C, p. 582), mas que não devem ser confundidas com as *condições de produção*. Se, por um lado, as condições naturais favoráveis do trabalho não impelem o homem ao desenvolvimento, pois são as adversidades que o incitam “à diversificação de suas próprias necessidades [*Bedürfnis*], capacidades, meios de trabalho e modos de trabalhar” (C, p. 582), por outro, são as condições naturais favoráveis do trabalho que permitem maior produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o mais-trabalho. Portanto, “a excelência das condições naturais limita-se a fornecer a possibilidade, jamais a realidade do mais-trabalho” (C, p. 583). Favoráveis ou desfavoráveis, a diversidade das condições naturais do trabalho em relação à diversidade das formações sociais não-capitalistas atuam como barreira natural à maior produtividade e, portanto, ao mais-trabalho.

Tais condições só atuam sobre o mais-trabalho como *barreira natural* [*Naturschranke*], isto é, determinado ponto em que pode ter início o trabalho para outrem. Na medida em que a *indústria avança*, essa *barreira natural retrocede* (C, p. 583, interpolação e grifo nosso).

As condições naturais expostas por Marx, tanto as relativas à natureza exterior quanto as geográfico-climáticas, às quais toda produção está *vinculada*, podem se pôr como barreira natural à produtividade, porquanto essa última ao alcançar certo grau de desenvolvimento pode encontrar naquelas sua delimitação. Eis a razão pela qual, aqui, Marx utiliza *Naturschranke*; *Schranke* significa barreira, mas vem de *Schrank* que significa *armário*, um espaço definido que se diferencia de outro ao barrá-lo, delimitá-lo. Ao passo que *Hindernis*, por estar próximo ao sentido de *obstáculo*, foi utilizado em relação ao fator histórico-social do trabalho humano, ou seja, uma dificuldade a ser superada pelo desenvolvimento do trabalho humano, mas sem conotação de constituição de âmbito. Assim, as condições naturais ao se porem como barreira natural [*Naturschranke*] estabelecem o ponto a partir do qual a produtividade social do trabalho é capaz de ampliar o mais-trabalho.

Organizando os resultados obtidos até aqui temos que, em primeiro lugar, relativamente ao fator histórico social, isto é, ao trabalho e sua consequente socialização, é com seu desenvolvimento que “surtem as condições para que o mais-trabalho de um transforme-se em condição do desenvolvimento do outro” (C, p. 580). Esse desenvolvimento pode se dar até a situação em que a socialização representa uma barreira à produtividade como, por exemplo, a socialização da produção pela cooperação simples na oficina do mestre artesão, em que cada trabalhador dominava todo o processo de produção do produto. Tal obstáculo ao aumento da produtividade, nesse caso, foi suprassumido pela manufatura, com sua divisão e simplificação das tarefas e instrumentos. Assim, essa barreira é internalizada pelo processo de produção e a força produtiva aumentada, por conseguinte a produtividade ampliada.

Em segundo lugar, em relação à condição natural relativa à natureza humana, ou seja, às disposições e capacidades presentes no homem, elas são, por um lado, historicamente constituídas e, decorrente disso, por outro lado, são diversas consoante à diversidade das formações sociais. Essa condição pode, igualmente, se apresentar como barreira ao aumento da produtividade como, por exemplo, no caso da produção manufatureira onde a finitude da força humana individual, na habilidade de cada artesão singular e sua fixação vitalícia a uma função específica se tornam “barreiras” “contra o domínio do capital” (C, p. 433; cf. tb., C, p. 445-459). Com a grande indústria, em sua forma mais desenvolvida, essas barreiras são suprassumidas, pois a atividade do artesão no domínio da ferramenta é conservada ao ser negada pela sua transferência à máquina; o dispêndio de força física para realizar uma tarefa está presente, mas transferido à máquina a vapor; cada função se torna mais e mais específica, mas o trabalhador pode ser substituído; portanto, essa barreira não é eliminada, mas internalizada.

Evidentemente, os meios de subsistência imediatos, isto é, aqueles fornecidos pela natureza sem exigir trabalho humano prévio, como frutas etc., são decisivos nos primórdios do trabalho, mas com o desenvolvimento deste último os meios de trabalho passam a predominar como, por exemplo, o arado e ferramentas para construção de um pomar. Essa condição, em terceiro lugar, pode se apresentar como barreira e um exemplo disso é sua expressão pela teoria da população de Malthus, no entanto a mecanização da agricultura a suprassume, efetivando a relação capitalista de trabalho assalariado, uma vez que “é na esfera da agricultura que a grande indústria atua de modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’,

substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade” (C, p. 572). De outra parte, ainda em terceiro lugar, as condições naturais relativas aos meios de trabalho, quando se apresentam como barreiras à produtividade social do trabalho são logo suprassumidas. Por exemplo, a revolução ocorrida pela fiação mecanizada (cf., C, p. 455-458), na Inglaterra do XIX, aumentou a demanda por algodão, de modo que este, enquanto condição natural, se apresentou inicialmente como barreira, pois não podia ser produzido na quantidade demandada. No entanto, essa barreira é suprassumida seja por transformação do trabalho, como com trabalhador coletivo da cooperação, que neste caso podem fazer com que “o trabalho seja realizado melhor e mais rapidamente” (C, p. 401, nota 12), seja pela transformação dos meios de produção como ocorreu com a invenção da “*cotton gin*” (C, p. 457, nota 104), que “finalmente possibilitou a produção de algodão em larga escala” (C, p. 457). Assim, essa barreira natural à produtividade pôde ser, igualmente, internalizada.

Por fim, as condições naturais do trabalho, relativas às especificidades climáticas e geográficas também podem se tornar barreiras à produtividade; como por exemplo, quando a expansão da produção holandesa encontrou como barreira as áreas pantanosas e inundadas da região, as quais não podiam ser cultivadas. Nesse caso, tais áreas foram drenadas e “ainda em 1836 empregavam-se na Holanda 12 mil moinhos de vento de 6 mil cavalos de força para impedir que dois terços do país voltasse a se transformar em pântano” (C, p. 449, nota 93). Esse é um dos exemplos de como tais barreiras podem ser suprassumidas com o desenvolvimento da força produtiva, a fim aumentar a produtividade do trabalho.

O que todos esses casos mostram é que, em primeiro lugar, a produtividade do trabalho é condicionada por um complexo de fatores, os quais estão longe de constituírem uma causalidade linear, na qual poderia se fundar um *telos*. Além disso, em segundo lugar, *O capital* demonstra que a expansão da produtividade é a causa do mais-trabalho, no sentido em que somente pode existir mais-trabalho – e, portanto, mais-valor – se a produtividade do trabalho ultrapassou o ponto em que o tempo que o trabalhador deve dedicar à sua subsistência não ocupa integralmente sua jornada de trabalho. Marx censura Ricardo a respeito disso, pois “quando ele [Ricardo] fala da produtividade, não identifica nela a causa da existência do mais-valor, mas tão somente identifica sua grandeza” (C, p. 584). Em terceiro lugar, o capitalismo se efetiva como

modo de produção especificamente diferente dos demais, como totalização superior de todos eles, porquanto o capital somente pode se efetivar como modo de produção especificamente capitalista quando *todas as barreiras* à produção social forem suprassumidas por ele próprio, isto é, re-postas e internalizadas, destarte, negadas enquanto barreiras, ao mesmo tempo que conservadas e elevadas; e isso vale, inclusive, ao fator histórico-social, ou seja, ao próprio trabalho humano e sua consequente socialização, cujo desenvolvimento pode se levantar como barreira à produtividade, conforme demonstrado acima.

A supressão dessas barreiras levantadas ocorre por meio de um processo histórico, que vai da cooperação à grande indústria, passando pela manufatura. Somente quando todas essas barreiras são internalizadas, o modo de produção capitalista se põe efetivamente; o que só se consuma com a grande indústria. Isso evidencia que nas diversas formações sociais não-capitalistas, segundo a especificidade de cada uma, o aumento da produtividade do trabalho, com vistas à crescente ampliação do mais-trabalho encontra nessas barreiras, em maior ou menor grau, o limite a partir do qual a produção social não pode ser aumentada. Contudo, como no modo de produção capitalista tais barreiras estão suprassumidas, o aumento da produtividade e a produção do mais-trabalho, ou mais-valor, não podem mais ter nelas seu limite. Aqui o limite ao aumento da produtividade é inteiramente histórico. Para compreender essa diferença específica do modo de produção capitalista é preciso, antes de tudo, ter claro que o conceito de *produtividade do trabalho* – isto é, a *relação* entre quantidade de produtos produzidos e quantidade de tempo social de trabalho para produzi-los – é inteiramente distinto do conceito de trabalho produtivo. O conceito de trabalho produtivo no modo de produção capitalista é ampliado, por um lado, e, por outro lado, é restringido. Vejamos isso mais de perto.

No capítulo anterior pudemos acompanhar lógica e historicamente o movimento de desenvolvimento do trabalho, pelo qual o processo de produção e o caráter cooperativo do processo de trabalho são ampliados; tendo isso em vista podemos compreender que o produto do trabalho “antes [da relação capitalista] era produto direto do produtor individual” (C, p. 577); desta feita, o trabalho que produzia um produto útil para suprir uma carência aparecia imediatamente como trabalho produtivo. Tudo se passa diferentemente no capitalismo, onde ao mesmo tempo em que o processo de trabalho não é mais “puramente individual”, de modo que um mesmo trabalhador não

mais “reúne em si funções que mais tarde se apartam umas das outras” (C, p. 577) e, tampouco, o trabalhador controla a si mesmo, mas ele é controlado; também, ao mesmo tempo, ele não atua mais com o emprego de seus próprios músculos e cérebro, de modo que ao invés de o processo de trabalho conectar “o trabalho manual ao intelectual”, ambos “se separam até formar um antagonismo hostil” (C, p. 577).

Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do *conceito* de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas *subfunções* (C, p. 577, grifo nosso).

A coletivização do processo de trabalho, com a subsequente divisão das funções e separação dos trabalhos manuais e intelectuais, forma o trabalhador coletivo, isto é, “um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto do trabalho” (C, p. 577). Como nas formações sociais não-capitalistas – excetuando-se aqui, evidentemente, as formações transitórias ou híbridas – essa separação não estava consumada, então se nelas o processo de trabalho for considerado do ponto de vista do produto, “o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo” (C, p. 258 e 577); já no modo de produção capitalista é preciso considerar o processo de *produção* por inteiro, assim “a definição original do trabalho produtivo (...) continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu conjunto. Mas, já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente” (C, p. 577). Membros do trabalhador coletivo, os trabalhos ou funções não-manuais, não-materiais e intelectuais do processo de trabalho podem ser trabalhos produtivos e seus portadores trabalhadores produtivos. Assim, *molte insufficienzze* atribuídas ao pensamento de Marx são, ao cabo, ou bem descuramento ou bem omissão, pois quando é dada voz a ele, tais insuficiências desvanecem.

A partir do momento em que, com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital*, dito de outra maneira do *modo especificamente capitalista de produção*, não é mais o trabalhador tomado isoladamente, mas de mais em mais uma *capacidade de trabalho socialmente combinada* que *faz efetivamente* [wirkliche]

*funcionar o processo global de trabalho, e que as diversas capacidades de trabalho, que se reúnem para formar a máquina produtiva em seu conjunto, participam de modos muito variados do processo imediato da mercadoria – ou melhor aqui: na fabricação do produto, um trabalhando mais com a mão, outro mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro, técnico especialista etc., outro como contramestre, um terceiro como trabalhador manual direto, ou mesmo simples operador, eles se tornam de mais em mais funções da capacidade de trabalho sob o conceito imediato de trabalho produtivo e seus portadores trabalhadores produtivos, ao se colocarem de maneira geral como trabalhadores diretamente explorados pelo capital e subordinados ao seu processo de valorização e produção*⁶⁶.

No *modo especificamente capitalista de produção* o produto não resulta do trabalho do trabalhador individual, mas do *processo global de trabalho*, ou seja, ele é produzido pelo trabalhador coletivo ou *capacidade socialmente combinada de trabalho*. Por isso, são produtivos os diversos trabalhos ou funções que participam do processo global de trabalho, no qual *um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça*. Ora, é patente que não é em virtude do trabalhador singular, nem da função desempenhada nem do caráter específico do produto, que o processo global de trabalho é constituído, mas sim da *relação* que os diversos trabalhos e seus portadores, os diversos trabalhadores, estabelecem. E, *nota bene*, é porque os diversos trabalhadores assalariados entraram em *relação* com o capital que seus trabalhos são postos em relação na produção; mas, então, eles já não pertencem mais a si mesmos, conforme visto anteriormente. Por isso, eles estabelecem a mesma relação de *se colocarem de maneira geral como trabalhadores diretamente explorados pelo capital* – o que só é possível, evidentemente, porque são trabalhadores *assalariados* – e *subordinados ao seu processo de valorização*.

Nesse momento, ao passo que o conceito de trabalho produtivo se amplia às mais diversas funções do trabalhador coletivo, por outro lado, ele se estreita, porquanto o que reúne essas diversas funções é a *relação* de subordinação ao capital para a valorização do valor. Frisemos: o determinante não é nem o trabalhador singular, nem a atividade ou função desempenhada nem o caráter do produto resultante, mas a *relação* estabelecida para que haja produção. Pois a forma da produção é determinada pela relação em que os homens são postos para produzirem; além disso, como é a totalidade

⁶⁶ MARX, Karl. *Le chapitre VI – inédit: manuscrits de 1863-1867*, Le Capital, livre 1. Paris : Éditions sociales, 2010, p. 212-213. Doravante: *CI*.

dessas relações que efetiva a re-produção da formação social, pode-se dizer que ela é sua essência. Não se trata, portanto, de qualquer sorte de metafísica, mas da totalidade das relações estabelecidas objetivamente pelos homens na produção e reprodução de suas vidas e que reproduz o capital (*Kapitalverhältnis*) e, por conseguinte, a formação social que lhe corresponde. Logicamente, poderíamos dizer que “na essência a relatividade é *posta*” (*Enc*, p. 219 §111, grifo nosso). Essa relação, como sabemos, na formação especificamente capitalista é a valorização do valor, assim

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas *essencialmente* produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou *serve à autovalorização* do capital (*C*, p. 578, grifo nosso).

No modo de produção especificamente capitalista a mera produção de mercadorias não é suficiente para que o processo de trabalho seja produtivo, pois como a finalidade da produção não é o valor de uso, mas um quanto de valor maior que o inicialmente avançado à produção, então o produto específico desse modo de produção é o mais-valor; portanto, somente é produtivo o trabalho que produz mais-valor. Uma cooperativa, por exemplo, inserida no modo de produção capitalista pode produzir mercadorias e o processo de trabalho ser coletivo, mas nem por isso pode-se dizer que ela é produtiva (de mais-valor), pois dependendo do caso a relação social de produção estabelecida pode ser outra. Assim, se “falamos de *trabalho produtivo*, nós dizemos *trabalho socialmente determinado*, trabalho incluindo uma *relação perfeitamente determinada* entre o vendedor e o comprador de trabalho” (*CI*, p. 219, grifo nosso).

Se nos impõe, doravante, examinar essa relação, contudo antes de prosseguir convém abrir um longo parêntese. Tendo em vista que o conceito de trabalho estabelece movimento, que envolve os momentos simples já vistos, os quais se relacionam reciprocamente numa totalidade instituindo processo, não se deve supor que o trabalho se restrinja apenas a determinada atividade concreta executada materialmente pelo trabalhador. Portanto, ao tratar do trabalho produtivo não se deve fazer a simplificação de referir-se ou só à atividade humana ou só ao produto resultante, à coisa – essa observação pode parecer desnecessária, mas ela evita enveredar por essa oposição do

entendimento, digamos assim. Tendo isso em vista evidencia-se que, ao tratar do trabalho produtivo sob sua forma assalariada no modo de produção especificamente capitalista, o assunto se complexifica, pois não se trata mais do intercâmbio *imediato* entre homem e natureza.

Devido ao desenvolvimento histórico do trabalho humano e seu correspondente grau de socialização, no modo de produção capitalista as funções se diversificam como manual, material, não manual ou intelectual e não material. Aliás, ao tratar do trabalho produtivo, em *O capital*, Marx fornece justamente um exemplo de trabalho não manual ou intelectual e não material, o de um professor. Esse exemplo é importante e é tratado tanto aí quanto nos manuscritos de 1863-1867. Vejamos o que diz *O capital*:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita *a trabalhar a cabeça das crianças*, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, *a fim de* enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a *relação* (C, p. 578, grifo nosso).

Ao escolher esse exemplo justamente no momento em que trata do trabalho produtivo – momento central à compreensão da valorização do valor –, Marx mostra dentre outras coisas que o determinante é a *relação* em que o trabalho está posto. Como a finalidade da produção especificamente capitalista não é o valor de uso, mas valorizar o valor, um trabalhador é produtivo quando sua função não só cria valor, mas mais-valor, ou seja, ele é produtivo porque é produtivo de capital, independentemente da determinação concreta e da utilidade da atividade. Que a atividade de um trabalhador seja encher tripas com carne de porco moída ou encher a cabeça de crianças com informação, isso não a faz produtiva, porquanto é pela relação de subordinação ao capital que o trabalho é posto como produtivo. Por outras palavras, a teoria de Marx compreende um espectro muito mais amplo que o proletário de macacão, “de chão de fábrica” como se diz. É intrigante como isso, que é dito expressamente e de maneira assaz clara, não é visto por muitos opositores, reformadores ou mesmo seguidores de Marx.

Ademais, o exemplo diz mais do que aparenta à primeira vista. O que permite a comparação de dois ramos produtivos tão díspares, uma *fábrica de ensino* e uma *fábrica de salsichas*, é que ambos podem estabelecer a mesma *relação* capitalista. Contudo, há uma diferença entre ambas a despeito da qual a mesma relação pode ser estabelecida. Uma fábrica de salsichas pode passar da subsunção formal à subsunção real ao capital, ela pode revolucionar constantemente seus meios de produção; em contrapartida, uma fábrica de ensino não pode fazê-lo inteiramente, porque a força de trabalho não pode se autonomizar por completo do professor, por mais que métodos sejam desenvolvidos como, por exemplo, aumento da quantidade de alunos por sala, apostilas resumidas etc., resta sempre um lastro; ela pode se situar no limite entre a subsunção formal e a real, contudo jamais pode se pôr por completo sob esta última; mesmo assim, ela pode ser produtiva de capital. Em outro momento do manuscrito de 1863-1867, ao tratar do trabalho não material Marx retoma o exemplo do professor, ressaltando a tendência do capital a expandir seu domínio, ao asseverar: “aqui *ainda* o modo de produção capitalista não pode intervir senão de maneira limitada” (CI, p. 226, grifo nosso). O advérbio temporal *ainda* indica que se trata de um movimento de desenvolvimento, pelo qual o capital subsume as mais diversas atividades. Assim, com um único exemplo Marx mostra que podem estabelecer a relação capitalista e serem produtivos, primeiro, até mesmo trabalhos que não podem ser subsumidos realmente, por inteiro, ao capital; segundo, trabalhos não materiais e não manuais; terceiro, até os serviços, cuja utilidade não é uma coisa, mas a própria atividade humana (sobre os serviços cf., CI, p. 216 e 225).

O que faz de um mestre-escola um professor produtivo é a relação, segundo a qual ao trocar sua força de trabalho por dinheiro enquanto capital, por meio do salário, ele é posto como trabalhador assalariado de uma *fábrica de ensino*, cuja finalidade é *enriquecer o patrão*. Nesse caso, ele é produtivo, porque valoriza o valor, porque produz capital. Se esse mesmo professor desse a mesma aula, mas numa relação segundo a qual realizasse um trabalho voluntário, cuja finalidade seria educar sem remuneração em dinheiro, ele seria improdutivo e não assalariado. Ou então, caso desse essa aula numa escola mantida pelo Estado, a relação estabelecida o determinaria como assalariado improdutivo; a finalidade de sua função seria educar sem valorizar o valor e sua força de trabalho seria trocada por dinheiro como renda, mas não como capital.

Patenteia-se, assim, que “um trabalho *de mesmo conteúdo* pode, então, ser produtivo ou improdutivo” (CI, p. 220), em virtude da relação em que está posto:

Um mestre-escola que ensina outrem não é um trabalhador produtivo. Mas, um mestre-escola empregado com outros como *assalariado* por um instituto para valorizar por seu trabalho o *dinheiro* do empresário dessa instituição vendedora de saber é um trabalhador produtivo (CI, 220-221, grifo nosso).

O texto mostra assaz claramente que o que determina a atividade de ensinar como produtiva ou improdutiva é a relação em que ela está posta. Assim como a atividade de ensinar *per se* não faz de um trabalhador um trabalhador produtivo, tampouco o fazem o meio e o objeto de trabalho. O exemplo do professor mostra um trabalhador que executa um trabalho não manual ou intelectual. Dentre os instrumentos de trabalho temos tanto os exteriores à sua corporeidade, como mapas, livros, lousa etc., quanto os que não subsistem separados dela, como a enunciação, voz, gestos etc.. O objeto do trabalho é a *cabeça das crianças* e o produto resultante, a formação proporcionada pela aula.

Dependendo das relações de produção social, esse produto do trabalho, a formação, pode até mesmo se tornar mercadoria, como no caso da mercadoria força de trabalho. (Embora a educação possa não se resumir a isso, em relação à formação da mercadoria força de trabalho, não estamos muito distantes da situação hodierna dos cursos superiores direcionados ao mercado de trabalho, SENACs, SENAIs, etc., e da educação secundária privada de um modo geral, onde o ensino quase sempre é direcionado a que os filhos dos pais pagantes ingressem numa universidade, preferencialmente pública, e se tornem mão-de-obra qualificada para futuramente venderem sua força de trabalho por maiores salários). Conquanto seja atividade e não coisa, a mercadoria força de trabalho formada, em parte, pela escola não existe separada de seu suporte, a corporeidade do trabalhador, ou seja, ela não possui uma existência corporal autônoma desse último. Nesse caso, bem entendido, mesmo que a formação possa durar alguns anos, o trabalho do professor produz mercadoria, pois enquanto mercadoria “a própria força humana de trabalho tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser despendida desse ou daquele modo” (C, p. 121-122).

“Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum [i.e., trabalho não qualificado], são incluídos no valor total gasto em sua produção” (C, p. 247; cf. tb., C, p. 269-270 e 274). Por outro lado, a aula vendida pelo mestre-escola assalariado ao capitalista não é um produto “separável do ato que o produz” (CI, p. 226), isto é, não é uma coisa.

Ora, já é mais que evidente que o mestre-escola ou professor não é produtivo porque sua atividade é manual ou intelectual, nem porque é material ou não material; muito menos porque os meios de trabalho pertencem à sua corporeidade (como os gestos, no caso de um professor de dança); nem porque são coisas materiais exteriores a ele; também não o é porque o objeto do trabalho é material ou não material; e, por fim, também não o é devido à corporeidade do produto, de suas disposições físico-químicas. Nada disso faz do professor um trabalhador produtivo, mas sim a relação em que ele está posto, que subordina sua função à valorização do valor investido pelo capitalista que o contratou. Ademais, não necessariamente um professor executa sempre um trabalho intelectual e não material como, por exemplo, um professor de usinagem industrial, cujo trabalho é manual e material; e mais, se esse professor for contratado pelo SENAI, é produtivo, mas se for concursado numa ETEC, é improdutivo. Portanto, a especulação que abstrai e isola a atividade realizada, o objeto e o produto do trabalho e divaga a respeito de saber se a materialidade ou imaterialidade de cada um deles cria ou não valor se mostra, ao cabo, um falso problema!

Assim como a atividade humana, também os demais elementos integrantes do processo de trabalho são determinados pela *relação* em que estão *postos*. Em diversos momentos, de *O capital*, Marx ressalta o que o dissemos; por exemplo, nesta passagem relativa ao valor de uso: “o fato de um valor de uso *aparecer* como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que *depende inteiramente de sua função determinada* no processo de trabalho, *da posição que ele ocupa* nesse processo, e *com a mudança dessa posição mudam também as determinações* desse valor de uso” (MARX, 2013, p. 260, grifo nosso). Ao tomar qualquer um desses elementos e destacá-lo de sua posição, da relação estabelecida com a totalidade em que está inserido, abstrai-se a relação que o determina. Porque histórico, o conceito se movimenta em Marx, de sorte que a mudança de sua posição é, também, a mudança das relações estabelecidas e, por conseguinte, de suas determinações – em suma: é um erro (e muitos erros de leitura vêm

daí) absolutizar um conceito que é relacional, com a esperança de lograr uma cristalina ordem das razões.

Também sob a pena de Marx, tomemos o exemplo do escritor. Ele pode ser produtivo ou improdutivo, dependendo a relação:

Milton, que escreveu o paraíso perdido, era um trabalhador improdutivo. Ao contrário, o escritor que fabrica para fornecer ao seu livreiro é um trabalhador produtivo. Milton produziu O Paraíso Perdido como um bicho da seda produz seda (...) Ele vendeu em seguida seu produto por 5*l*. e por um acaso se tornou mercador. Mas o *literato proletário* de Leipzig, que produz livros sob a encomenda de seu livreiro, por exemplo, compêndios de economia política, se aproxima de um trabalhador produtivo até porque sua produção está subsumida sob o capital e não ocorre senão para valorizá-lo (*CI*, p. 220).

É a *relação de subsunção* ou não da produção ao capital, que faz do literato um escritor produtivo ou improdutivo, portanto não é o caráter não material de sua atividade ou do produto. Considerando-se o lado formal, tanto a atividade quanto o produto do *literato proletário* não se diferem daqueles do *literato improdutivo*; evidentemente o trabalho do escritor deve ser distinguido dos trabalhos que resultaram na produção do objeto livro, como a edição, a revisão, a impressão, a encadernação etc. A má compreensão disso pode fornecer uma seara às mais diversas tagarelices sobre o trabalho produtivo, contudo o que faz do escritor um trabalhador produtivo é sua relação de subsunção ou não ao capital, bem como de seu trabalho (o conteúdo do livro) um trabalho produtivo, ao lado dos demais trabalhos produtivos vistos acima, os quais compõem em seu conjunto um mesmo corpo produtivo que produz a valorização do valor; se aparece a partir da concretude de livros ou de antidepressivos, pouco importa.

Não seria o caso, nesse momento, de nos questionarmos: visto que hoje em dia o trabalho de um escritor pode prescindir de estar plasmado no papel das páginas de um livro, pois ele pode estar contido em um CD ou numa nuvem da internet, então o trabalho de todo escritor não seria necessariamente produtivo? E dessa questão poderia seguir a seguinte: ele não seria diferente do trabalho do escritor de outros tempos, razão pela qual agora ele criaria valor?

Quanto à primeira questão, é evidente que são sensivelmente diferentes os suportes objeto livro, objeto CD e servidor ou Hard Disk (suportes dos atuais *e-books*). Entretanto, não são eles que fazem do escritor um trabalhador produtivo nem de seu trabalho um trabalho produtivo, mas a subsunção ou não ao capital. Buscar na coisa, a partir de sua materialidade ou não materialidade, a causa da *relação capital* é confessadamente um erro! Esse procedimento toma as características da coisa como imanes e universais, portanto não como produto de relações sociais historicamente determinadas, em suma: é fetiche.

À luz da relação entre forma e matéria vista anteriormente, podemos responder à segunda questão. Com o processo histórico de desenvolvimento do trabalho humano e sua socialização ocorre o processo real de autonomização da forma, conforme demonstrado. De fato, esse processo se reflete invertido na cabeça, como uma *época inédita* – que pode ser nomeada de *pós-moderna*, *pós-industrial*, *pós-contemporâneo* etc. –, que cria novas formas de trabalho, produtos etc. autonomizadas de uma corporeidade específica. Entretanto, o que ocorre é justamente o inverso, pois é pelo processo real de abstração – i.e., o processo objetivo que separa as partes do todo pelo trabalho efetivando a abstração real –, que a forma se autonomiza da matéria, cujo desenvolvimento permite que a forma possa ser posta não na matéria, mas em sua determinação, a utilidade. No caso do livro, por exemplo, é isso o que a permite aparecer – já que autonomizada da matéria –, seja num suporte corpóreo de papel encadernado seja num disco plástico chamado CD, ou ainda, nos transistores de um computador, que pode estar em outro continente, chamado servidor. É isso o que permite, por um lado, o capitalismo e seu desenvolvimento interno – que pode aparecer como *época econômica* inteiramente nova – e não o contrário; por outro lado, isso permite ao mesmo tempo a supressão do atual estado de coisas. Assim como uma caneta tinteiro difere de um Macintosh, assim também a atividade de um escritor de outrora pode diferir daquela de um escritor hodierno, uma vez que aquele utilizava pena, tinta e mata-borrão e esse pressiona botões, todavia tanto antes como agora ela pode criar valor, mas por si só não pode valor que se valoriza, pois, para tanto, é preciso que ela esteja posta na relação de subsunção ao capital. É, por isso, que muito embora tudo tenha mudado, apesar dos apesares, a relação fundamental – a relação capital – continua a mesma!

Por fim, ainda em vista desse processo histórico de desenvolvimento do trabalho, sabemos que certas funções de um corpo produtivo podem se autonomizar e se tornarem ramos produtivos autônomos e mais complexos, consoante visto quando tratamos da manufatura. Assim, certas funções antes organicamente integradas ao corpo produtivo, como por exemplo, as de desenho e projeto, podem se autonomizar numa empresa de designer gráfico. Essa última pode ser, decerto, produtiva; mas não é o fato de fabricar imagens que a faz produtiva ou improdutiva.

Podemos, agora, retornar ao nosso percurso. Sabemos que para que haja produção especificamente capitalista não basta que uma formação social produza mercadorias; ela deve produzir, além disso, mais-valor. Sabemos, também, que é pela relação de subsunção do trabalho ao capital que ele é determinado como produtivo. Essa relação possui dois pressupostos:

Em primeiro lugar, o possuidor da capacidade de trabalho faz frente ao capital, ao capitalista enquanto vendedor dessa capacidade de trabalho (...) É um trabalhador assalariado. Aqui está a primeira pressuposição (CI, p. 214).

Para que haja trabalho produtivo o primeiro pressuposto é que o trabalho assuma a forma determinada de assalariado e, portanto, que seu suporte seja um *trabalhador assalariado*. Para tanto, diversas condições históricas tem de ser atendidas, conforme já visto. O conceito de trabalho produtivo pressupõe que o *possuidor da capacidade de trabalho* ou força de trabalho esteja frente e frente com o *capitalista*. Um enquanto vendedor e o outro enquanto comprador dessa mercadoria. Essa pressuposição é posta pela relação de dinheiro, enquanto *salário*, que medeia a compra e venda dessa mercadoria.

Não se deve inferir daí que todo trabalho assalariado, isto é, toda atividade humana remunerada por dinheiro, seja produtivo, pois para ser produtiva a mercadoria força de trabalho deve ser consumida produtivamente, ela deve produzir mais-valor ou realizar trabalho não pago. Um trabalho remunerado por dinheiro enquanto renda como o de um alfaiate que emprega seus próprios meios de produção, por exemplo, não é um trabalhador produtivo, pois de seu trabalho resulta “não D-M-D”, mas M-D-M (...) aqui

o dinheiro funciona apenas como meio de circulação, não como capital” (CI, p.215); no entanto, se esse mesmo alfaiate vendesse sua força de trabalho por dinheiro enquanto capital a um capitalista e realizasse a mesma atividade numa fábrica de roupas, ele seria um trabalhador produtivo (o exemplo do alfaiate também é de Marx, cf., CI, p. 221). Portanto, não é toda relação de compra e venda da força de trabalho que faz de um trabalho um trabalho produtivo e de seu suporte um trabalhador produtivo, mas apenas aquela em que o dinheiro se apresenta como capital e estabelece a *relação capitalista*.

Com o desenvolvimento do capitalismo diversas atividades que “eram gratuitas ou não diretamente remuneradas” (CI, p. 216) se transformam “diretamente em assalariadas” (CI, p. 216). Contudo, nem toda remuneração é relação capitalista de dinheiro, por isso não se deve identificar o trabalho assalariado ao trabalho produtivo (cf., CI, p. 221). Na posição de “mercenário”, diz Marx, “um soldado é um assalariado, mas isso de nenhuma maneira faz dele trabalhador produtivo” (CI, p. 217). A distinção entre ambas as relações reside no fato de que com a *relação capitalista* de dinheiro a força de trabalho é supracapitalizada e *incorporada* ao capital, assim como qualquer outra mercadoria vertida em capital constante. Essa é a segunda pressuposição do trabalho produtivo:

Em segundo lugar, introduzidos [os assalariados] pelo processo provisório que ressalta da circulação, sua capacidade de trabalho e seu trabalho são incorporados de maneira imediata ao capital enquanto *fator vivo* de sua produção, eles devêm uma de suas partes *constitutivas*, parte *variável* que na verdade não somente, por uma parte, conserva os valores do capital avançado, por uma parte os reproduz, mas ao mesmo tempo os *aumenta* e somente pelo fato de criar mais-valor, se transforma em valor valorizante, em capital (CI, p. 214).

A segunda pressuposição é que a *capacidade* ou força de trabalho e o trabalho sejam *incorporados* ao capital, o que somente se põe no processo de produção em ato, portanto enquanto atuam como *fator vivo*. Essa incorporação ocorre, porque na produção a força de trabalho não pertence mais ao trabalhador, mas ao capitalista que a comanda estabelecendo, assim, a subsunção do trabalho ao capital. A força de trabalho só existe efetivamente *em ato*, como atividade, *na* produção, mas então ela já não é mais força de trabalho, agora torna-se capital variável, pois foi negada enquanto força de

trabalho e conservada como parte do capital — evidentemente isso exige um processo histórico de desenvolvimento, consoante demonstrado no capítulo 3 da parte I. Nessa relação ela é, assim, suprassumida, portanto ela só é lá onde ela não é, ela é seu outro, capital. A relação que incorpora o trabalho ao capital como seu *fator vivo* o determina como sua parte *variável*, porque ao mesmo tempo em que ele conserva os valores do capital *avançado*, ele os *aumenta*, pois cria mais-valor. A força de trabalho se *transforma*, assim, em *valor valorizante, em capital*.

A força de trabalho é posta como parte variável do capital. O valor criado por ela varia quantitativamente além da quantidade equivalente ao seu próprio valor, que retorna ao trabalhador na forma de salário. Sendo assim, não é o *quantum* determinado do valor total criado nem o *quantum* de valor equivalente ao salário ou, muito menos, o *quantum* do mais-valor que determina o trabalho como capital variável, mas sim a *relação social* entre o valor apropriado pelo trabalhador equivalente ao salário, o trabalho pago, e o mais-valor apropriado gratuitamente pelo capitalista, o trabalho não pago. Sob esse ponto de vista, o conceito de trabalho produtivo se funda não em toda relação salarial, mas na *relação salarial* opositiva entre trabalho pago e trabalho não pago. Por isso, o “trabalho assalariado é a forma adequada do trabalho cuja função é gerar produto excedente na forma de valor excedente”⁶⁷. Ora, se todo valor criado pelo trabalho retorna ao trabalhador como salário, não há valorização do valor ou capital.

Do produto-valor total criado durante uma jornada de trabalho, uma parte é apropriada pelo trabalhador e outra pelo capitalista, de modo que uma jornada se divide em duas partes, uma relativa ao trabalho necessário e outra relativa ao trabalho excedente. Conforme vimos acima, somente pode haver trabalho excedente a partir do momento em que a produtividade social ultrapassa o trabalho necessário, possibilitando que uma classe de homens viva à custa de trabalho alheio. Por isso, nas formações sociais não-capitalistas havia, evidentemente, extorsão do trabalho excedente; nelas, contudo, essa extorsão se dava por métodos específicos, ao passo que na formação social capitalista ela se dá pela violência muda do contrato entre pessoas livres, pela mediação do salário. Podemos falar de trabalho necessário e excedente nas demais formações sociais, mas não podemos falar do trabalho como parte variável do capital que valoriza o valor, essa relação é especificamente capitalista. Em suma: a divisão da

⁶⁷ COTRIM, V. *Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 225.

jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente, e a consequente a valorização do valor pela parte variável do capital, está na base do modo de produção capitalista, qualquer que seja seu método de extorsão do mais-valor, ou seja, tanto no mais-valor absoluto quanto no mais-valor relativo:

A extensão da jornada de trabalho *além do ponto* em que o trabalhador teria produzido apenas um *equivalente do valor de sua força de trabalho*, acompanhada pela apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a *base geral* do *sistema capitalista* e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do *salário* (C, p. 578, grifo nosso).

O impulso constante da produção capitalista é a apropriação do trabalho não pago, isto é, do *mais-trabalho* na forma do mais-valor produzido. No mais-valor absoluto esse feito era logrado pela *extensão* da jornada de trabalho *além do ponto* em que se produz o equivalente da força de trabalho. Uma vez estabelecida a extensão da jornada de trabalho, a grandeza de suas partes constituintes estão definidas desde o início. A produção do mais-valor relativo consiste, portanto, em deslocar o limite que separa as partes constitutivas da jornada de trabalho, a fim de reduzir o trabalho necessário. Dito isso, importa salientar que em ambos os métodos de extração do mais-valor existe sempre um limite quantitativo que separa as partes da jornada de trabalho; uma vez ultrapassado esse limite quantitativo, ocorre uma mudança qualitativa da produção, porquanto ao se produzir mais-valor o *processo de formação de valor* se torna *processo de valorização*, cuja finalidade é a valorização do valor.

A mudança de finalidade do modo de produção capitalista muda o conceito de produção. Se nas formações sociais não-capitalistas a finalidade da produção era o valor de uso, no capitalismo ela é a valorização do valor, de modo que nele o conceito de trabalho produtivo é especificamente diferente, pois somente é produtivo o trabalho subsumido ao capital que produz mais-valor. Essa subsunção é mediada pela relação capitalista de dinheiro, que se dá entre o comprador e vendedor da força de trabalho; essa última ao integrar o processo de trabalho como mercadoria é incorporada ao capital

e submetida ao seu comando e domínio. Sob esse ponto de vista o trabalho produtivo se caracteriza como relação social de produção estabelecida entre o trabalho, sob sua forma assalariada, e o capital. Como no modo de produção capitalista as barreiras naturais à produção são supressas, a produção do mais-valor não tem barreiras e encontra seu limite na *relação* entre o trabalho pago e o trabalho não pago, portanto na relação capitalista de dinheiro sob a forma de salário. Ao se referir à produção do mais-valor relativo, portanto quando a subsunção real do trabalho ao capital já está posta, Marx diz expressamente que para prolongar o mais-trabalho, ou seja, para valorizar o valor, *o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário.* (Digressão I)

Somente quando essa relação se põe efetivamente, isto é, quando a relação de salário está efetivada e a redução deste último é condição da valorização do valor, o modo de produção capitalista se consoma como *sistema*. O capitalista exerce seu poder ao submeter o trabalhador ao salário e luta para reduzi-lo, o trabalhador assalariado exerce seu poder lutando para aumentá-lo. Desde que o capital se *firmou sobre seus próprios pés*, essa relação continua a mesma, embora se manifeste com diversas roupagens. Somente nesse momento Marx utiliza, pela primeira vez, a expressão *sistema capitalista*, razão pela qual este é caracterizado, conforme já visto, como *sistema do trabalho assalariado*, o qual se funda na relação de salário, dinheiro e poder.

Considerações finais

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, *incluir, pacificar* (...) Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica *aliança* pelo país, a um *novo contrato social*, capaz de assegurar o *crescimento com estabilidade*. Premissa dessa transição será naturalmente o *respeito aos contratos e obrigações* do país (...) Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com *todos os segmentos* da sociedade e com o próprio governo⁶⁸

A rigor o que segue não pode ser considerado uma conclusão, pelo menos no sentido que o discurso analítico lhe atribui. Isso por duas razões. Assim como não pode haver uma introdução ao objeto antes ou fora da apresentação do próprio objeto, assim também não há como extrair conclusões do objeto depois ou à parte da apresentação do mesmo objeto. Além disso, para tratar as questões que levantamos e verificar a hipótese inicial, nosso projeto de investigação previa três partes, a saber, as duas primeiras que compõem o presente trabalho e uma terceira, cujo estudo incidiria sobre a relação entre salário, dinheiro e poder. Contudo, devido às circunstâncias materiais e aos prazos foi possível realizar apenas as duas primeiras partes, de modo que alguns dos resultados – mencionamos apenas alguns deles no que segue – obtidos ao longo do nosso percurso, abrem novas direções de pesquisa. Por isso, o mais correto será tomar nossas últimas palavras como considerações finais.

Demonstramos em nosso trabalho que a *relação-capital* é relação de separação e não-comunidade, por consequência é imanente à formação social capitalista a cisão da própria sociedade; contudo, essa cisão se manifesta como seu contrário. É bem conhecido em que sentido o salário é *expressão imaginária*. O *salário* como expressão monetária ou *preço do valor relativo* da mercadoria força de trabalho se manifesta como valor *do* trabalho. Dado que o trabalho humano produz valor, mas ele mesmo não

⁶⁸ LULA. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 22/06/2002. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>.

possui valor, então “na expressão ‘valor do trabalho’, o conceito de valor não só se apagou, mas converteu-se [*verkehren*, inverter] em seu contrário” (C, p. 607, interpolação nossa). Assim, imagina-se que o quantum monetário do salário seja o *valor equivalente* do trabalho do assalariado, mas “essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção” (C, p. 607). Embora o salário *apareça* à sensibilidade do indivíduo como objetividade de dinheiro, ao mesmo tempo, ele é *essencialmente* a manifestação de uma relação social de produção. Vejamos isso mais de perto.

A determinação da força de trabalho como mercadoria se *consoma* no momento em que ela é posta historicamente como *forma predominante* no interior de uma formação social. Nesse momento ocorre uma duplicação necessária, pois ela é determinada, num polo, como mercadoria-força de trabalho e, noutro, como sua antítese, forma-salário. Não há nada de misterioso nisso, pois assim como o processo histórico de determinação do produto do trabalho como mercadoria se consoma com sua duplicação necessária entre *forma-mercadoria* e *mercadoria-dinheiro* – uma vez que a determinação do produto do trabalho como mercadoria pressupõe a predominância social dessa forma, isto é, a circulação, e a circulação pressupõe a posição de uma mercadoria como equivalente geral, isto é, como sua antítese mercadoria-dinheiro –, assim também ocorre com a determinação histórica da força de trabalho humana como mercadoria. A determinação da força de trabalho como mercadoria de maneira socialmente predominante exige, com efeito, a divisão social do trabalho e a fragmentação das funções, por consequência a ampliação da dependência multilateral do indivíduo, o qual uma vez preso a determinada atividade específica depende de todos os demais trabalhos úteis para reproduzir sua existência, de modo que o salário põe-se necessariamente como mediador social.

A partir do que fora mostrado sobre a indigência da existência meramente subjetiva a que é forçado o assalariado e sobre a naturalização de sua condição, não é difícil ver que a cisão entre as condições subjetivas e objetivas da produção aparecem como não-cisão. No sistema do trabalho assalariado as relações estabelecidas pelos indivíduos vivendo em sociedade na produção e reprodução de suas vidas se invertem, de tal maneira que na formação social capitalista o assalariado está situado numa condição tal que é somente porque ele produz *trabalho excedente* ou *trabalho não pago* que lhe é permitido produzir o *trabalho necessário* ou *trabalho pago*, ao contrário das

formações sociais não-capitalistas estudadas por Marx, nas quais era porque o membro da comunidade produzia *trabalho necessário* que ele podia produzir o *trabalho excedente*. Portanto, o problema não consiste, meramente, numa questão de pagamento ou não, mas sim no ocultamento de algo mais profundo, de uma fratura social fundamental, da indigência da existência apenas subjetiva, da relação de separação e a não-comunidade.

No salário a cisão social entre as condições subjetivas e objetivas do trabalho, a indigência da existência meramente subjetiva do indivíduo, sua relação com os demais como separação e não-comunidade – tudo isso junto – é ocultado, porquanto no salário todo o trabalho *aparece* ao indivíduo como trabalho pago; além disso, dispor do salário *aparece* como a possibilidade de conexão social, como liberdade de dispor do trabalho alheio e como poder social. Entretanto, considerando o movimento essencialmente contínuo de reprodução da formação social capitalista, vimos por que e como o salário consiste em títulos fornecidos à classe trabalhadora de participação na riqueza produzida por ela própria. Não é por outra razão que Marx afirma expressamente: “sobre essa *forma de manifestação*, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o *oposto* dessa relação, repousam *todas as mistificações* do modo de produção capitalista” (C, p. 610, grifo nosso).

Nossa investigação futura deveria se direcionar, dessa maneira, ao estudo do salário, a fim de investigar seu poder e seus limites enquanto instrumento de luta para derrubar o capital e sua ordem social. Ora, se procede que para supracumir uma contradição a antítese tem que ser negada, a negação da antítese deve necessariamente partir da própria antítese; portanto, se a forma-salário consiste na antítese da mercadoria-força de trabalho, a supracumção da força de trabalho como mercadoria deve partir do próprio salário. Nesse caso, a solução do problema deverá ser contraditória, pois ao mesmo tempo não se deve partir do salário, no seguinte sentido: se a forma-salário é manifestação de uma relação social, ele deve aparecer ao indivíduo não como relação, mas como coisa. Isto é, o salário aparece como quantidade de dinheiro, razão pela qual a investigação futura deverá incidir, também, sobre o dinheiro.

Um dos resultados de nossa investigação até o momento – mas não o único – foi ter demonstrado que o trabalho determinado formalmente como assalariado pode assumir diversas configurações fenomênicas – manual ou não-manual, material ou

intelectual etc. –, mas todas elas repousam na relação capitalista de dinheiro. Lembremos, aqui, que o mesmo processo que põe fim à relação de unidade – onde se pressupõem termos que embora sejam os mesmos são distintos – e, com isso, autonomiza os indivíduos, esse mesmo processo pressupõe a homogeneização do diverso. Por consequência, temos claro que ao mesmo tempo em que esse processo avança – o que envolve, evidentemente, um conjunto de fatores como aumento da divisão social do trabalho, desenvolvimento da técnica, novos meios de comunicação e comércio etc. – os indivíduos se autonomizam, homogeneíza-se o indivíduo isolado e sua correspondente sociabilidade burguesa. O isolamento dos indivíduos é acompanhado pela conexão multilateral de suas dependências recíprocas, entretanto essa conexão somente se efetiva pela relação de dinheiro. Por essa razão, a relação de dinheiro se torna cada vez mais universal, isto é, o dinheiro como conexão objetiva entre os indivíduos autonomizados se torna cada vez mais difundido e inevitável, de tal maneira que essa conexão, embora social, se impõe aos indivíduos autonomizados como natural não podendo ser controlada por eles, mas ao contrário pela qual são controlados.

O que há de comum a todos os indivíduos da formação social capitalista na posição de trabalhadores assalariados, tanto o ativo quanto o da reserva, e que os contrapõem ao capital, a despeito da configuração fenomênica dos trabalhos singulares, é o assalariamento, portanto a relação capitalista de dinheiro. No entanto, se a relação de dinheiro, por um lado, explicita o isolamento e a dependência multilateral dos indivíduos autonomizados, por outro lado, oculta a conexão recíproca dos assalariados como indivíduos da mesma classe.

Nesse ponto é imperioso lembrar que não estamos tratando apenas de mera *coisa*, mas da *forma-dinheiro* do *valor*, portanto do produto de ações reais de indivíduos reais vivendo em sociedade, que na produção e reprodução de suas vidas estabelecem socialmente determinadas relações, que expulsam uma mercadoria específica do mundo das mercadorias e a posicionam como mercadoria-dinheiro, enquanto equivalente universal de valor, no qual os valores de todas as demais mercadorias se expressarão como forma-dinheiro, de tal maneira que a *forma* de valor deve ser perfeitamente distinguida das *funções* do dinheiro. Esse movimento resulta da contradição interna da própria mercadoria, de ser valor de uso e valor, ou seja, da contradição de uma formação social em que o produto do trabalho dos indivíduos isolados resulta do trabalho privado, mas somente pode se efetivar socialmente. Entretanto, a forma-

dinheiro não é a resolução da contradição, mas a forma que permite à contradição interna movimentar-se num nível externo. Por ser a externalização da contradição interna da mercadoria, por conseguinte, da sociedade produtora de mercadorias, o dinheiro pode carregar nele a possibilidade de mandar a sociedade do capital pelos ares.

Neste ponto o movimento é duplo. Por um lado, o dinheiro parece carregar nele a possibilidade da explosão; por outro lado, a movimentação da produção de mercadorias somente ocorre porque a forma-dinheiro produz as *ilusões* necessárias à manutenção e reprodução da formação social capitalista. É preciso, portanto, investigar o dinheiro *na luta* entre capital e trabalho assalariado. Dessa maneira surge mais uma dificuldade: é preciso decifrar qual a base real que produz socialmente a ilusão de que é possível uma aliança entre trabalho e capital; é preciso desvendar as condições que produzem a ilusão de que o trabalhador assalariado se considere individualmente um não-trabalhador, mesmo sem se tornar sua antítese, um capitalista. A questão é da ordem do dia e sua investigação nos compelirá à crítica histórica do marxismo prático brasileiro; ao que tudo indica essa é uma tarefa ainda por realizar.

Vimos como a *neutralidade* do produto do trabalho pressupõe a conexão (*Zusammenhange*) de unidade. No entanto, determinado como mercadoria, a *neutralidade* interna do produto do trabalho é cindida, razão pela qual a mercadoria põe socialmente sua contradição imanente e pressupõe a separação. Por essa razão as mercadorias se movimentam por antíteses externas, ou seja, a relação social da mercadoria com o dinheiro expressa a relação social da forma-mercadoria com sua antítese forma-dinheiro. Por isso, “em toda mutação da mercadoria suas duas formas – forma-mercadoria e a forma-dinheiro – só existem ocupando polos antitéticos” (C, p. 184). Nosso trabalho mostrou o processo que situa o indivíduo numa condição tal que não depende de sua vontade querer ou não realizar a troca. O que *aparece* ao indivíduo autonomizado é a troca de mercadorias, composta de duas fases: 1) a venda ou troca da própria mercadoria por dinheiro (M—D) e 2) a compra ou troca do dinheiro pela mercadoria alheia (D—M). Entretanto, cada uma dessas fases é, nela mesma, a sua contrária, pois toda venda é, do outro lado, uma compra e vice-versa. Do ponto de vista do assalariado, como é fácil ver, “o processo inteiro medeia apenas a troca do produto de seu trabalho pelo produto do trabalho de outros” (C, p. 180), cujo movimento pode ser representado como M—D—M. Considerando o processo em sua dimensão essencialmente social, a circulação, muito embora a inversão provocada pela produção

capitalista de mercadorias possa determinar o movimento como D—M—D, em nada altera a situação, uma vez que do ponto de vista do indivíduo *trabalhador assalariado* o que lhe *aparece* na *troca* é sempre o movimento antitético M—D—M. Somente assim ele se apropria dos demais produtos úteis para suprir suas carências e reproduzir sua existência.

Por um lado, o conteúdo material do movimento aparece ao indivíduo como M—M, ou seja, como troca de uma mercadoria por outra. Esse movimento realiza o “metabolismo do trabalho social, em cujo resultado se extingue o próprio processo” (C, p. 180). Por outro lado, o conteúdo formal do movimento mostra que apenas ocorre a mudança de forma, a *metamorfose*, da mercadoria, onde “a mesma mercadoria percorre sucessivamente as duas mutações inversas, passando de mercadoria a dinheiro e de dinheiro a mercadoria” (C, p. 184). Assim, o dinheiro aparece como a realização objetiva em que se transformou o valor da mercadoria, mas apenas para ser novamente transformado em outra mercadoria. Unindo os conteúdos formal e material desse movimento, temos que para o indivíduo o que aparece é um processo pelo qual o seu não-valor de uso – isto é, sua força de trabalho – é metamorfoseado em valor de uso, pela mediação do dinheiro. Portanto, o dinheiro não aparece como momento da metamorfose do produto do trabalho determinado como mercadoria no processo de metabolismo social, ou seja, como relação social; ele aparece, ao contrário, como coisa dotada naturalmente do poder mágico de transformar um não-valor de uso num valor de uso exigido à reprodução de sua existência.

Nossa pesquisa futura deverá investigar como e em que condições o dinheiro aparece como coisa mágica, o porquê isso ocorre e, também, quais consequências disso, as ilusões geradas. Com efeito, o dinheiro não aparece como momento da metamorfose da mercadoria no processo de metabolismo social, devido à segunda fase do movimento (D—M), pois é ela que apaga qualquer traço do dinheiro enquanto mercadoria. Se na venda (M—D) o dinheiro ainda aparece como mercadoria, pois a própria forma-dinheiro do valor ou preço é expressão ideal da forma-mercadoria, na compra (D—M) o dinheiro aparece como *forma* objetiva de valor cristalizado, que não guarda nele nenhum vestígio de sua *forma* antiga, da forma-mercadoria que ele era. Esse processo somente pode ser decifrado a partir da compreensão da autonomização da forma, que demonstramos ao tratar da relação entre forma e matéria. Enquanto forma autonomizada

de valor, liberta do fardo corpóreo da mercadoria, o dinheiro se apresenta como poder sobre qualquer outra mercadoria, seja uma coisa seja uma pessoa:

Como no dinheiro não se pode perceber o que foi nele transformado, tudo, seja mercadoria ou não, transforma-se em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação se torna a grande retorta social, na qual tudo é lançado para sair como cristal de dinheiro. A essa alquimia não escapam nem mesmo os ossos dos santos, as mais delicadas *res sacrossantae, extra commercium hominum*. Como no dinheiro está apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, também ele, por sua vez, apaga, como *leveller* radical, todas as diferenças. Mas o dinheiro é, ele próprio, uma mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar a propriedade privada de qualquer um. Assim, o poder [*Macht*] social torna-se poder privado [*Privatmacht*] da pessoa privada (C, p. 205, tradução modificada e interpolação nossa).

Na formação social capitalista o dinheiro se torna poder privado, da pessoa privada. Podemos entrever, dessa maneira, o dinheiro como o poder privado do indivíduo sobre o produto do trabalho alheio, sobre os demais trabalhos e indivíduos, por consequência ele *aparece* ao *indivíduo* como o meio individual de superar a relação de separação e não-comunidade, em suma, como a ilusão de emancipação individual que superaria individualmente a cisão da formação social do capital. Trata-se certamente de uma ilusão, mas é uma ilusão objetivamente real, pois o dinheiro aparece ao indivíduo dessa maneira. Por exemplo, o imaginário coletivo, mas nem por isso menos objetivamente real, que se expressa como “sonho da casa própria” não manifesta justamente a superação individual da dependência de moradia do indivíduo isolado dos demais e, por isso, desprotegido, mas sem que a ordem social tenha que ser revolucionada a partir de suas raízes? Mais ainda, para a superação do problema social de moradia (junto à especulação imobiliária etc.) não bastaria apenas a expansão da solução individual das “casas próprias”? Ora, decorre da ilusão de poder superar individualmente a relação de separação e não-comunidade, a ilusão de que o capital e sua ordem social não precisam ser destruídos (suprassumidos), por consequência uma aliança entre capital e trabalho assalariado pode aparecer enganosamente como caminho a ser seguido. Embora seja uma obviedade que a aliança entre capital e trabalho assalariado é uma ilusão, essa ilusão se faz desgraçadamente real, uma vez que ela não

aparece como ilusão e justamente por isso ela o é; assim, muitas vezes ela não é percebida como ilusão inclusive pela *inteligência marxista* de muitos partidos.

Assim, vemos que a relação entre salário, dinheiro e poder, que se mostrava no início como remota hipótese, começa a desenhar-se como articulação que merece ser investigada seriamente. Mais ainda, o dinheiro, tanto como instrumento da luta quanto sua mistificação, começa a ganhar espessura. Para encerrar resta dizer uma última palavra sobre algumas frivolidades que senso comum erudito esperneia: “Marx está morto”, “o pensamento de Marx foi superado” etc. Afinal, elas mostram o contrário do que pretendem seus autores.

Em nosso trabalho demonstramos que o surgimento do capital e sua consolidação como sistema social consiste num processo que se totaliza na Europa, mas que, ao se totalizar, totaliza todo o globo terrestre. Um dos produtos mais característicos – mas de modo algum o único – dessa totalização é a invenção da assim chamada história universal do homem ou das civilizações. Vimos que o capital não é coisa nem quantia de dinheiro, mas uma específica relação social entre pessoas mediada por coisas, no sentido de uma forma de sociabilidade historicamente determinada que envolve as diversas esferas da vida social — apenas por má fé ou obtusidade o assunto pode ser grosseiramente reduzido à simplificação binária entre infraestrutura e superestrutura. Essa forma de sociabilidade vai explodindo as antigas relações comunitárias e as antigas formas de sociabilidade e de propriedade das formações sociais não-capitalistas e dominando-as. Onde se instala, o capital traz consigo a dita civilização – isto é, a sociabilidade burguesa –, somente porque traz consigo ao mesmo tempo seu contrário, a barbárie. Dessa maneira, o sujeito capital domina e comanda todo o globo terrestre. Além disso, também demonstramos que os conceitos não são constructos ideias criados especulativamente por Marx em sua cabeça ou, para usar uma expressão dele próprio, não são meros termos utilizados como “licença poética”; ao contrário, eles são os próprios processos reais refletidos teoricamente — e isso está presente do começo ao fim de nosso trabalho, por exemplo, vimos na Parte I que o *capital variável* não é um constructo ideal de Marx, que poderia ser chamado de outro nome, mas sim o movimento real de reposição do capital, que põe a própria força de trabalho como parte do capital; o deslocamento realizado por Marx na própria tomada do objeto é tão violento, que muitas vezes sequer é percebido, de modo que Marx é tratado como mais um filósofo ao lado dos demais na galeria dos heróis da razão. O

deslocamento realizado por Marx, partindo do próprio real, foi capaz de desvendar o *fundamento oculto do capital* e, portanto, a relação fundamental da sociedade que lhe corresponde, conforme demonstramos. Esse deslocamento elimina toda possibilidade de supor que se trata da mera discursividade do intelectual contemplativo, isto é, que se trata de mais um discurso possível sobre a modernidade feito por Marx ao lado de outros tantos. Portanto, a não ser que essa relação fundamental, a relação-capital, tenha sido efetivamente suprassumida, Marx estará vivo, atual e presente, e seu pensamento será uma pedra no sapato de todo aquele que defende, aberta ou covardemente, o capital e sua ordem social. Não há dúvidas de que Marx será superado, mas ele o será quando for superada a relação-capital; aliás, ele próprio se debateu contra o pensamento burguês de sua época para mostrar que o capital e a formação social que lhe corresponde são um produto histórico e, por isso, serão superados. Mas, para a infelicidade dos filósofos institucionais, a relação-capital real somente poderá ser suprassumida por uma ação real, nunca por uma ideia, por mais que eles possam se autojactar da elegância e suposta complexidade das ideias de seus discursos. Por conseguinte, tanto as querelas em torno da “atualidade” de Marx quanto os mirabolantes projetos de “reconstrução” de *O capital* mostram-se, em parte, *faux problèmes*, em parte, miserável compreensão de sua teoria. Erradiquemos de vez toda ingenuidade: é obvio que Marx não resolverá nossos problemas hodiernos, porquanto os nossos problemas são produto de nossa *época econômica* e somos nós que devemos enfrentá-los.

Il n'est pas de sauveurs suprêmes,
Ni Dieu, ni César, ni tribun,
Producteurs sauvons-nous nous-mêmes !
Décrétons le salut commun !

Digressões

(em formato de notas)

Os jovens arregaçam as mangas, põem as mãos na massa e a fazem crescer com a levedura de seu suor. Entendem que se imita demais e que a salvação é criar (...). O vinho é de banana, e se sair ácido, é o nosso vinho!⁶⁹

Digressão A

Referente à p. 96 e anteriores – O conjunto das relações estabelecidas pelos homens entre si e entre os homens e a natureza na produção e reprodução de suas vidas constituem a forma da sociedade, com suas diversas esferas. Religião e política, organização jurídica e expressões artísticas, formas e conteúdos do conhecimento e a linguagem etc., são produzidos pelos próprios homens vivendo em sociedade. Como a reprodução dos homens é um processo contínuo, a formação social em que vivem é, igualmente, um movimento contínuo, por consequência não é difícil compreender que as mudanças da formação social em seu movimento contínuo de reprodução implicam necessariamente mudanças nas diversas esferas da vida social. Por isso, depois de Marx a tese contemporânea segundo a qual, na era do capital, como uma época econômica determinada difere de outra, as formas e conteúdos do conhecimento e a linguagem respectivos a cada época econômica também diferirão, não se apresenta senão como banalidade.

Esse assunto provocou considerável alarde ao final do século XX e, por surpreendente que seja, ainda o provoca. Nos referimos aqui à filosofia de Jean-François Lyotard unicamente pelo fato de que ela produziu e ainda produz efeitos práticos na esquerda brasileira, precipuamente em movimentos atuantes nas áreas da cultura e educação. Tomemos, portanto, seu texto de maior difusão entre militantes: *A condição pós-moderna* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2013. Doravante: *CPM*).

⁶⁹ MARTÍ, J. “Nossa América”, in, *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 199.

O objeto do livro é “a posição do *saber* nas sociedades mais desenvolvidas” (CPM, p. xv, grifo nosso) e a hipótese é que “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (CPM, p. 3); disso decorreria que “nesta transformação geral, a *natureza* do saber não permanece intacta” (CPM, p. 4, grifo nosso).

É inegável, de fato, que no último terço do século XX houve mudanças nos centros de produção industrial, bem como na forma e conteúdo dos conhecimentos produzidos em relação ao século XIX; é justamente isso que dota o livro de certa objetividade, capaz de cooptar leitores e militantes. Contudo, o que nos interessa é o que subjaz o elegante discurso do filósofo.

Com um bisturi de precisão cartesiana ele separa: saber, conhecimento e ciência. O saber consiste numa “competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (...), de justiça e/ou felicidade (...), de beleza sonora, cromática (...) etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir “bons” enunciados denotativos, mas também “bons” enunciados prescritivos, avaliativos...” (CPM, p. 36). Menos amplo que o saber, pois não aceita todos os tipos de enunciados, “o conhecimento seria o conjunto dos enunciados que denotam ou descrevem objetos, excluindo-se todos os outros enunciados, e susceptíveis de serem declarados verdadeiros ou falsos” (CPM, p. 35). Por sua vez “a ciência seria um subconjunto do conhecimento. Feita também de enunciados denotativos, ela imporia duas condições suplementares” (CPM, p. 35), a saber: 1) o objeto deve ser observável e 2) os *experts* podem decidir se cada enunciado pertence ou não à linguagem que julgam adequada. Essa distinção nos permite compreender a definição do objeto: “partiremos de uma característica que determina imediatamente nosso objeto. O saber científico é uma espécie de discurso” (CPM, p. 3). Assim, se o moderno (e o saber ou discurso que lhe corresponde) se caracteriza pela credulidade no metarrelato que o legitima, o pós-moderno (e o saber ou discurso que lhe corresponde) se caracteriza por oposição:

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe (CPM, p. xvi)

A condição pós-moderna ou a *incredulidade em relação aos metarrelatos* é reduzida a *efeito do progresso apenas das ciências* e, ao mesmo tempo, a supõe. No entanto, a ciência é compreendida unicamente como um jogo de linguagem constituído por enunciados denotativos, onde cada ator ou sujeito do discurso (*expert* ou cientista) emite “lances”; em suma, a ciência é um discurso e os homens são reduzidos a remetentes ou destinatários do discurso. Não nos ateremos ao ponto – problemático – de determinar o pós-moderno como efeito apenas das ciências, excetuando todas as demais esferas da vida social como se a ciência existisse no *éter* do espírito, ao invés de ser um produto social de homens reais vivendo em sociedade, pois o que nos importa é que situando a questão no plano linguístico decorre a seguinte consequência:

Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem (*CPM*, p. xvi)

Deus disse: *fiat lux!* Do verbo cria-se o mundo. Assim, das transformações linguísticas relativas aos metarrelatos, efeito e promovedor do progresso das ciências, nasce toda *uma sociedade que se baseia numa pragmática das partículas de linguagem*. Na esteira desse processo, o filósofo transforma *idealmente* os homens *reais* em meros agentes do discurso! Apresenta-se, então, seu “procedimento: o de enfatizar os fatos de linguagem e, nestes fatos, seu aspecto pragmático” (*CPM*, p. 15).

Enunciados de um mesmo tipo constituem um determinado jogo de linguagem, de modo que as diversas categorias de enunciados constituem diversos tipos de jogos de linguagem. Cada categoria de enunciados é determinada por regras definidoras de suas propriedades e usos, de modo que as regras de cada jogo são *imanes* ao próprio jogo e o legitimam. No entanto, a legitimidade das próprias regras não advém delas mesmas, mas do *contrato* firmado entre os jogadores; assim, sem regras não existe jogo e uma mudança das regras implica mudança do jogo; mais ainda, uma jogada ou “lance” que não respeite às regras não pertence ao jogo; por fim, os “lances” do jogo são os enunciados (cf. *CPM*, p. 17). Segue, pois, que os elementos que se relacionam no jogo (remetente, destinatário e referente) são *posicionados* – poderíamos dizer *determinados*

– pela própria linguagem, vale dizer, pelos enunciados ou lances do jogo. Assim, como a linguagem posiciona os agentes, uma vez que os homens foram *reduzidos* a tais agentes, a linguagem os constitui, no entanto homens reais não comem nem sobrevivem de “enunciados”!

De onde provém a linguagem? Do *âgon* da ontologia heraclitiana, contudo aqui redimensionado no âmbito da linguagem como princípio constitutivo do existente: uma vez que os homens são reduzidos a agentes do discurso é o jogo de linguagem que os posiciona enquanto remetente ou destinatário. Segue, pois, que a relação ou vínculo social que estabelecem entre si é o seguinte: “o vínculo social observável é feito de ‘lances’ de linguagem” (CPM, p. 18). Entretanto, como todo *intellectuel critique* é “ponderado” e “razoável”, ele diz: “não pretendemos que *toda* relação social seja desta ordem (...) mas que os jogos de linguagem sejam (...) o mínimo de relação exigido para que haja sociedade” (CPM, p. 29). Evidencia-se, com isso, por um lado, a tentativa de estabelecimento ideal do “mínimo” de uma relação social, nesse sentido opera aí uma *redução*; por outro lado, essa redução mostra o esforço de estabelecer uma fundação primeira para o social, sua origem.

O saber científico das sociedades modernas mais desenvolvidas caracteriza-se, dentre outras coisas, por sua pragmática segundo a qual o enunciado denotativo expressa o referente ao ser provado, mas com isso introduz-se a dificuldade de provar que a prova é verdadeira. O problema é resolvido de duas maneiras: 1) por exemplo, se um determinado enunciado matemático prova o movimento de determinada órbita de um planeta, então é “permitido” pensar que a realidade é o que diz o enunciado; 2) um mesmo referente não pode fornecer uma pluralidade de provas (cf., CPM, p. 45). Segue-se, disto, o consenso indicativo de verdade. Assim, o “jogo de linguagem da ciência” (CPM, p. 52) fornece a garantia de verdade de seus enunciados legitimando o saber científico; no entanto, há momentos em que ele não é capaz de fazê-lo. “Nesse caso, seria preciso reconhecer uma necessidade de história irreduzível” (CPM, p. 52). A rigor, segundo Lyotard, o saber científico sempre recorreu ao seu outro; ao tratar disso, o autor vai aos *Diálogos* de Platão e conclui: “o fato é que o discurso platônico que inaugura a ciência não é científico, e isto à medida que pretende legitimá-la. O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro sem recorrer ao outro saber, o *relato*, que é para ele o não-saber, sem o que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, o preconceito” (CPM, p. 53, grifo nosso).

Uma vez que, para Lyotard, a sociedade *nasce* dos jogos de linguagem (*sic!*), então o *relato* trama o conjunto das *competências*, que constituem o *saber* de uma sociedade, constituindo um *tecido cerrado* organizador de uma *perspectiva de conjunto*. O relato é a *forma* do gênero do saber narrativo, *par excellence*. Assim como a ponderabilidade, a razoabilidade e a elegância são ubiquidades do *intellectuel critique de gauche en tant que tel*, assim também o é a suposta neutralidade ou ausência de valoração, por isso o saber científico não deve ser considerado uma evolução do saber narrativo:

Não se poderia assim julgar nem sobre a existência nem sobre o valor do saber narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos para um e para outro. Há, apenas, que se admirar com esta variedade de espécies discursivas, como se faz com as espécies vegetais e animais (...) É uma inconsequência (...) querer derivar ou engendrar (por operadores tais como o desenvolvimento etc.) o saber científico a partir do saber narrativo, como se este contivesse aquele em estado embrionário (CPM, p. 49).

Embora o autor propale a *admiração* pelas *espécies discursivas* sem juízo de valor, sua pena deixa escapar sentimentos como: “todos os observadores, seja qual for o cenário que eles proponham para dramatizar e compreender o *distanciamento* entre este estado habitual do saber [narrativo] e aquele que é o seu na idade das ciências (...)” (CPM, p. 37, interpolação nossa e grifo nosso). Ora, se existe *o saber* cujas *idades* se distinguem – e é forçoso admitir que a ciência é produto humano mais recente que a narrativa dos relatos –, esse *distanciamento* entre os saberes indica a suposição de um mais e um menos, de tal modo que a *admiração desinteressada* proposta talvez não tenha logrado o êxito desejado. Ou então, ao tratar da legitimação do saber científico temos: “esse *retorno* do narrativo no não-narrativo, sob uma forma ou outra (...)” (CPM, p. 51, grifo nosso). Com efeito, um *retorno* supõe certa sucessão de momentos de um movimento e, dentro do contexto, alguma regressão. Ou ainda, ao tratar do saber narrativo: “a forma narrativa, diferentemente das formas desenvolvidas dos discursos de saber” (CPM, p. 38). Cumpre que como a forma narrativa se opõe (“diferentemente”) às formas *desenvolvidas* de saber, no mínimo ela não pode ser considerada desenvolvida.

Todavia, ao tratar do saber narrativo, Lyotard se baseia em “descrições etnológicas”, de tal maneira que “a própria ideia de desenvolvimento pressupõe o horizonte de um não desenvolvimento, supondo-se que as diversas competências estão envolvidas na unidade de uma tradição e não se dissociam em qualificações que seriam objeto de inovações, debates e exames específicos” (CPM, p. 37) – ora, é explícita, aqui, a suposição de um mais e um menos desenvolvido entre as espécies discursivas, por conseguinte entre formações sociais. Segundo o autor, essa oposição “não implica necessariamente” – ou seja, há *possibilidade* da implicação – na distinção entre “primitivos” e “civilizados” (CPM, p. 37). O que nos importa não é a posição eurocêntrica do filósofo, mas sim a unilateralidade do processo: a passagem do *não desenvolvido* ao *desenvolvido* é um movimento de *continuidade* realizado pelas *competências*. Mas, aí há apenas continuidade e isso tem sérias implicações.

Nas sociedades ou povos *não desenvolvidos* a “narração obedece frequentemente a regras que *lhe* fixam a *pragmática*” (CPM, p. 38), uma “pragmática dos relatos populares que *lhe* é, por assim dizer, intrínseca” (CPM, p. 38). Assim, as regras do jogo de linguagem posicionam os elementos relacionados determinando-os (remetente, destinatário e referente). Legitima-se sorrateiramente uma *divisão social* entre os elementos (homens reduzidos a agentes do discurso) dada por *natureza* – portanto, universal, necessária e imutável –, uma vez que a pragmática é natural ao jogo de linguagem e o vínculo social é *feito de lances* de linguagem. Assim, é sorrateiramente naturalizada a divisão da sociedade. Isso não é tudo, com efeito, os jogos de linguagem constituem o saber:

O saber que estas narrações veiculam, longe de se ater exclusivamente às funções de enunciação, determina assim ao mesmo tempo o que é preciso dizer para ser entendido, o que é preciso escutar para poder falar e o que é preciso representar (...) para poder se constituir no objeto de um relato (CPM, p. 39).

Assim,

A tradição dos relatos é ao mesmo tempo a dos critérios que definem uma tríplice competência – saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer – em que se exercem as relações da comunidade consigo mesma e com o que a cerca. O que se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social (CPM, p. 40).

A divisão da sociedade dada pela natureza determina *naturalmente* os que falam e os que ouvem. Mesmo que se contra argumente que “os atos de linguagem que são pertinentes para este saber não são portanto efetuados somente pelo interlocutor, mas também pelo ouvinte e ainda pelo terceiro do qual se fala” (CPM, p. 39), isso em nada afeta o que dissemos, porquanto a divisão social resta perene. Aqui se escancara a violência dessa teoria de esquerda: ao contrário do que pensa o filósofo francês não é o discurso que cria a divisão social entre os que falam e os que ouvem, entre os que prescrevem e os que fazem, mas, ao contrário, é uma sociedade dividida que posiciona uns na condição dos que falam (chefe, clérigo, escriba etc.) e outros na condição dos que obedecem. Ora, em que se apoia essa filosofia que parte de uma divisão natural entre os que falam e os que agem?

A teoria de Lyotard se funda no sujeito transcendental kantiano, cindido entre sujeito do conhecimento e sujeito prático. Isso é dito expressamente pelo autor ao tratar dos relatos de legitimação. Por exemplo, no relato dito político: “o conselheiro do ministro coloca-se assim face a um conflito maior, que lembra a ruptura introduzida pela crítica kantiana entre conhecer e querer, o conflito entre um jogo de linguagem feito de denotações (...) e um jogo de linguagem que orienta a prática ética, social, política” (CPM, p. 60); no caso do relato de legitimação dito filosófico: “esse modo de legitimação pela autonomia da vontade privilegia (...) um jogo de linguagem bem diverso, o que Kant chamava de imperativo e os contemporâneos chamam de prescritivo” (CPM, p. 64). Assim, o filósofo pode idealizar o real a partir de um *universal* de base, a linguagem (*logos*), cujo conflito imanente (*âgon*) constitui a existência do real cindido socialmente por *natureza*.

Justamente por essa razão ele funda uma identidade primeira: “o importante nos protocolos pragmáticos desta [i.e. relatos populares] espécie de narração é que eles marcam a *identidade de princípio de todas as ocorrências do relato*” (CPM, p. 41, interpolação e grifo nosso). Ora, dado que o processo histórico (o movimento das

sociedades *não desenvolvidas* às *desenvolvidas*) é contínuo (as *competências* são as mesmas), que os princípios de todos os relatos são os mesmos e que a linguagem constitui o vínculo social, Lyotard soterra toda diferença entre as sociedades ditas desenvolvidas e as não desenvolvidas; o europeu branco e cristão, aniquila o Outro e põe a Si. Em segundo lugar, dessa maneira se soterram inclusive as diferenças das sociedades não desenvolvidas entre si, como se não houvesse *diferença* de *princípios* entre uma tribo brasileira do século IV e um clã de esquimós do século XV. Evidentemente esses princípios são aqueles estabelecidos pelo europeu. Em terceiro lugar, ele consegue naturalizar nas sociedades capitalistas contemporâneas a cisão social entre os que pensam e os que fazem; cisão essa que ele sequer cogita em suprimir durante todo seu livro, tanto na modernidade quanto na pós-modernidade. Essa divisão se mostra naturalmente em diversas passagens que não a tematizam, por exemplo: “tanto os ‘produtores’ de saber como seus utilizadores devem e deverão ter meios de traduzir (...)” (CPM, p. 4).

Examinaremos o que sustenta essa filosofia *critique de gauche* na outra digressão. Por ora, aquilo que acabamos de expor acima e que desvela parte do que estava implícito na teoria de Lyotard explica o porquê após ele detectar que a mudança do capitalismo corresponde à mudança do saber, ele opta por investigar o saber e não o capital. Assim, os problemas reais são tratados como se pudessem ser resolvido por meio de mero discurso, conservando sempre a divisão social, é claro. É devido a críticas dessa espessura, as quais “superaram” Marx, que Roberto Schwarz escreve na tese 5 de seu texto *19 princípios da crítica literária* (In, *O pai de família e outros escritos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. Doravante: *PF*):

5. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (*PF*, p. 112).

Digressão B

Referente à p. 98 e anteriores – Para o que segue é preciso ter em vista tudo o que vimos até aqui. Não seria equivocados reconhecermos que pelo menos de meados do século XX aos dias atuais a discussão sobre o capitalismo levantou e ainda levanta muita poeira, com ela uma névoa embota a vista. De contraparte, pouco se avançou para além de uma diversidade de meras opiniões, divergentes ou convergentes, sobre o assunto. Isso produz efeitos na esquerda.

Hoje em dia não é raro que na economia, na literatura, na política etc., professores e teóricos, a fim de situarem historicamente seu objeto, recorram a teorias “atualizadas” e, sobretudo, “aplicáveis”. Por essa razão, vejamos um dos nomes da historiografia mais influentes – senão o mais influente – *dans le milieu savant de gauche*: Fernand Braudel. A esse respeito, embora *A civilização material, economia e capitalismo* (Paris: Armand Colin, 1979) seja sua obra de maior peso, o texto de maior circulação é *A dinâmica do capitalismo* (Paris: Flammarion, 2008 [1985]. Doravante: *DC*); esse último é um conjunto de conferências onde o autor discorre sobre aquela. Por ser o texto mais difundido entre teóricos e professores, militantes e estudantes, tomá-lo-emos como objeto de exame; o fato de se tratar de um conjunto de conferências não cria impedimentos, pois o que vamos mostrar poderia igualmente ser mostrado em *A civilização material*, conforme o leitor verá.

Como é sabido, para Braudel toda sociedade humana está dividida em grupos hierárquicos de atividades. Ele afirma “que esses dois grupos de atividade – *economia de mercado e capitalismo* – são, até o século XVIII, minoritários, que a massa das ações dos homens permanece contida, engolidas no imenso domínio da *vida material*” (*DC*, p. 43-44). Como esses grupos de atividades são hierárquicos, eles formam três diferentes “estágios”; esses três estágios estão presentes ao mesmo tempo em todas as sociedades ou, para usar uma expressão do autor, “desde sempre”; contudo, em cada sociedade um grupo de atividades pode ser minoritário ou majoritário, assumindo ou não o estágio mais alto da hierarquia e caracterizando, assim, a sociedade. Embora para o francês tal cisão da vida social seja imanente às sociedades humanas ou, para usar outra expressão, em todas as sociedades “até onde chega nosso conhecimento”, o que se tem em vista não é senão “a *evolução* do Ocidente no transcurso desses quatro séculos: XV, XVI,

XVII e XVIII” (DC, p. 28, grifo nosso). Dito isso, vejamos uma apresentação mais clara desses estágios:

segundo esteja de um lado ou de outro do mercado elementar, o indivíduo, o “agente”, está ou não está incluído na troca, nisso que eu chamei a *vida econômica* para opô-la à *vida material*; e também para distingui-lo do *capitalismo* (DC, p. 23).

Por mais que possa chamar a atenção o emprego do conceito de *agente*, não nos deteremos nele; seu emprego surpreende pois não é de modo algum neutro, ele surgiu após a crítica da economia política feita por Marx; uma vez que fora desmistificado que o homem não era o fim da economia, a “ciência econômica” teve forçosamente de forjar a noção de *agente* econômico, um autômato para consumir e trabalhar, passível de ser aplicado tanto a pessoas físicas quanto jurídicas. O que nos importa aqui é que esses três estágios – *vida material*, *vida econômica* e *capitalismo* – são “universos” ou “gêneros de vida estranhos um ao outro” (DC, p. 11). Por exemplo, o consumo dos produtos produzidos pelo próprio *trabalhador* – palavra que não aparece sequer uma única vez em todo o texto, diga-se de passagem – constituem a categoria “autoconsumo”, pertencente ao domínio da *vida material*; ela deve ser inteiramente distinguida do “consumo”, categoria pertencente à *vida econômica*, que designa o consumo dos produtos que adentraram o “circuito do mercado” (cf., DC, p. 22). Entretanto, embora sejam *universos estranhos* entre si, eles se relacionam; por exemplo, o progresso econômico do capitalismo “é carregado [*porté*] nas costas enormes da vida material” (DC, p. 67, interpolação nossa).

Tudo isso mostra mais que pode aparentar à primeira vista. Todavia, antes de seguirmos adiante é preciso alertar: não se trata aqui do conteúdo de tais categorias, ou melhor, do significado atribuído pelo sujeito (Braudel) a um significante, isto é, não se trata de uma discussão acerca da *palavra*. Não é descabido pôr o assunto nesses termos, porquanto uma das suposições do pensamento do autor é que a elaboração conceitual repousa na escolha das palavras “adequadas”, ou seja, capaz da subsunção de um significado completo (acabado) a um significante. Isso se apresenta para ele como um problema, pois ele utiliza a palavra capitalismo apenas por que não encontrou “um

substituto adequado”, afinal, “como diz um economista americano [aqui, o historiador europeu deveria ter dito “norte-americano”], a melhor razão para se servir da palavra [mot] capitalismo, por mais desacreditada que esteja, é que, apesar de tudo, não encontramos outra melhor para substituí-la” (DC, p. 50, interpolação nossa). Em suma, não se trata do que o autor entende por *vida material*, *vida econômica* etc. nem de verificar a validade empírica ou não de seu conteúdo. Ou seja, pretendemos mostrar aqui a maneira como esse historiador europeu pensa e as implicações políticas disso.

O que esses *universos estranhos* nos mostram é que cada categoria encerra o conjunto de suas propriedades imutáveis todas postas, de modo que elas estão “acabadas”, por assim dizer. Isso permite supor que desde sempre houve capitalismo, mesmo que ele não ocupasse o topo da hierarquia. Sendo assim, essas categorias se relacionam, mas relação (*rapport*) consiste para o autor num contato simples. Melhor dizendo, duas coisas já prontas e acabadas entram em contato por meio de algo em comum, no entanto cada uma delas continua sendo o que já era; muito embora esse contato, essa relação, possa ter efeito no outro, ela não é constitutivo do que o outro é. A vida material pode expandir-se ou retrair-se, mas ela já é aquilo que é.

Dentro disso, essa maneira de pensar supõe que o critério de verdade ou, mais exatamente, de *validade* das categorias consiste na determinação completa das propriedades *a priori*. Uma vez que o sujeito logra a determinação completa e *a priori* da categoria, ela deve corresponder ao objeto de fato e, por consequência ser válida. Aliás, daí decorre a dificuldade da palavra “capitalismo”, pois se o capitalismo sempre existiu, tem-se um excesso de significado em relação ao significante, cuja denotação de modo geral refere-se à forma moderna de sociedade. — Embora não seja nosso objetivo nesse momento de nosso exame, convém fazermos uma observação sobre a perspicácia braudeliana: que disparate foi Pierre Clastres não ter teorizado sobre o capitalismo dos Guayaki! Afinal, o que poderíamos esperar? Não são todos que elaboram uma teoria tão consistente como a de Braudel —.

O que nos interessa nesse momento é outra suposição, a saber, a de que o objeto está em repouso. A *vida econômica* não vem-a-ser *vida material* ou *capitalismo*, aliás Braudel “lamenta” que “seja recusada uma distinção entre capitalismo e economia de mercado [*vida econômica*]” (DC, p. 118-119). Para evitar mal-entendidos, uma palavra: a distinção braudeliana entre “economia de mercado A” e “economia de mercado B”,

não implica que essa última venha-a-ser capitalismo, mas sim que sua ampliação fornece condições para a expansão do “processo capitalista” (DC, p. 58); o capitalismo não deve ser identificado à economia de mercado.

Por consequência, como os objetos estão em repouso e se relacionam da maneira vista acima, pode haver apenas oposição simples, mas não contradição. A contradição é expulsa do objeto, pois que ele não pode ser pensado como sendo e não-sendo ao mesmo tempo e na mesma relação. Para darmos apenas uma ilustração dentre muitas possíveis:

para retomarmos uma de suas [i.e. de Witold Kula] imagens, é importante olhar sempre para o fundo do poço, até a massa profunda da água, da *vida material* que os preços do mercado tocam, mas não penetram e nem sempre agitam. Bem como toda história econômica que não seja de duplo registro – a saber, a saída do poço e o fundo do poço – corre o risco de ser terrivelmente incompleta (DC, p. 46, interpolação nossa).

O texto não poderia ser mais claro. Os dois objetos (*vida material* e *vida econômica*) são diferentes. Entre eles há uma relação de oposição entre o fundo do poço e a saída do poço. Contudo, não há contradição, pois um não nega a si mesmo ao passar pelo seu outro. A saída e o fundo do poço se opõem, mas não se contradizem. Por consequência, um processo histórico que parte disso não pode conter contradição; as implicações políticas disso são muitas, por exemplo, na colonização da América Ibérica não pode haver espaço para o sangue, o genocídio e a violência de toda ordem.

Disso decorrem mais duas consequências dessa maneira de pensar. Em primeiro lugar, o objeto não pode ser senão concebido unilateralmente, apenas a positividade ou apenas a negatividade podem ter lugar em determinada posição. Por exemplo, ao tratar do progresso da economia de mercado, Braudel diz: “serão preciso séculos, sem dúvida, mas entre esses dois universos – a *produção* onde tudo *nasce*, o *consumo* onde tudo se *destrói* –, ela é a ligação (...)” (DC, p. 22, grifo nosso). O texto tem o interesse de mostrar como a *produção* e o *consumo* são unilaterais para Braudel; um apenas positivo, outro apenas negativo. Ora, de acordo com os princípios expostos antes, a produção e o consumo não podem ser pensados por Braudel de outra maneira. Ora,

sabemos, com efeito, que a produção é, certamente, positividade, criação de um produto, mas também é negatividade, pois o trabalho ao pôr nova forma na matéria consome a forma anterior. O consumo é, por sua vez, negatividade, negação da forma atual; contudo, é também positividade, é produção do consumidor.

De acordo com a unilateralidade o processo histórico pode ser considerado ou contínuo ou descontínuo, mas nunca contraditoriamente contínuo e descontínuo. Assim, o processo de “evolução do Ocidente” é, para Braudel, uma continuidade. Em diversos níveis a continuidade se mostra como, por exemplo, ao tratar da vida material: “essa vida material tal como eu a compreendo é aquilo que a humanidade ao longo de sua história anterior *incorporou* profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou intoxicações de outrora *são tornadas necessidades do cotidiano*, banais” (DC, p. 14, grifo nosso). Por vezes, ela é afirmada expressamente, por exemplo, ao tratar da ascensão de Amsterdã no século XVII, ele afirma: “os esplendores de Amsterdã ameaçam esconder de nós os êxitos mais ordinários. O século XVII, de fato, é também o florescimento maciço das lojas, um outro triunfo da *continuidade*” (DC, p. 30, grifo nosso). Ou então, ao tratar da economia de mercado: “ela [a economia de mercado] ocupa *continuamente* a cena” (DC, p. 45, interpolação e grifo nosso).

Podemos, agora, identificar a direção e o sentido desse processo. A direção consiste na “evolução” ou “progresso econômico” ao qual tendem desde sempre todas as sociedades humanas. Isso é expresso, por exemplo: “a essa imperfeição [da relação entre produção e consumo] devidamente considerada, subsiste o fato que a *economia de mercado* está em progresso” (DC, p. 22). Ao invés de um *adiante* ou *atrás*, o sentido é dado pela verticalidade da hierarquia, pela posição mais acima ou mais abaixo das diferentes esferas da vida social: “conservarei em mente essa *hierarquia* no capítulo seguinte, quando tentarei avaliar as *posições* ocupadas pela economia de mercado e o capitalismo. Com efeito, essa *ordenação vertical* permitirá que a análise renda seus frutos. *Acima* da massa enorme da vida material de todos os dias, a economia de mercado estendeu suas malhas e manteve em vida suas diversas redes. E foi, habitualmente, *acima* da economia de mercado propriamente dita que prosperou o capitalismo. Poderíamos dizer que a economia do *mundo inteiro* é visível sobre um verdadeiro mapa em *relevo*” (DC, p. 39, grifo nosso). Do deslocamento vertical do sentido separado de sua direção resulta um processo histórico que abarca oposições,

contudo isento de contradições, razão pela qual o capitalismo é apresentado como *derivação* (DC, p. 73) tranquila: “há condições sociais para a vinda [*porté*] e o êxito do capitalismo. Ele exige certa *tranquilidade* da ordem social (...)” (DC, p. 77, grifo nosso; retomaremos esse texto na outra digressão).

Ainda a respeito da relação, uma vez que ela não é constitutiva da coisa que se relaciona, pois que a coisa já é constituída, a coisa não pode ser considerada como especificamente diferente devido à relação que a determina. Dito por outras palavras, pensando dessa maneira torna-se impossível apreender a diferença específica tanto de cada coisa quanto da relação que a determina. É justamente isso o que permite considerar uma relação de dinheiro da Roma antiga e uma relação de dinheiro de um mestre artesão inglês do século XVIII como idênticas; um outro exemplo talvez seja mais esclarecedor: é isso o que permite ao Braudel identificar a escravidão antiga e a escravidão da América dominada pelos ibéricos: “foi ainda a Europa que transferiu e como reinventou a escravidão do (tipo) antiga [*à l’antique*] no Novo Mundo” (DC, p. 97). Ora, o texto anula as diferenças entre a escravidão na América e a escravidão antiga europeia, pois a *reinvenção* supõe que a escravidão seja algo em si, passível de diversas posições atualizadas.

Isso não é tudo, há mais aí. A anulação da diferença específica – da diferença como primeira –, da relação em sua especificidade, bem como do objeto como movimento, implica que o que aparece é imediatamente o que é. Não há nada para além do que se mostra de imediato. O fenômeno fornece, em sua *superfície*, tudo o que o objeto *é*, por completo. Mesmo que se admita diversas possibilidades de *visadas* do objeto pelo sujeito, o objeto não *passa* (*no* e *além*) do que aparece – por exemplo: o passeio que o historiador faz por variados mercados (da China, Islã, Índia etc.) são visadas, da categoria transcendental *mercado*, esta é universal (está presente em todos os povos) e eterna (presente desde sempre). Daqui se seguem duas consequências: primeiro, como tudo do objeto está dado no que aparece, os conceitos por consequência aderem à superfície e aí estacionam – não há profundidade. Além disso, a superfície repousa num *universal* de base, que lhe fornece apoio; diversas são as categorias universais em que se apoia Braudel como, por exemplo: “é a potência biológica por excelência que impulsiona o homem, como todos os seres vivos, a se reproduzir” (DC, p. 14-15); aqui, temos dois universais de base, um é *o* homem e outro *a* potência biológica.

(A respeito dessa última convém uma breve observação: vimos no capítulo 1, da parte I, que a reprodução do indivíduo vivendo em sociedade é mediada pela sua relação com a comunidade (H—C) bem como pela sua relação com a natureza (H—N). Nesse sentido, para Marx pode-se considerar a reprodução de “pessoas pelo processo natural dos dois sexos” (G, p. 401) apenas como uma das “*condições originárias da produção*” (G, p. 401) assim como a Terra. Ou seja, à medida que o homem se reproduz em sociedade, as condições não são mais *originárias*, pois foram modificadas socialmente em seu metabolismo com a natureza. Por consequência, a procriação é um produto social e histórico, de modo que ela é indissociável do processo social de simbolização psicológica e cultural. Para Marx, portanto, a procriação e o sexo (a posição de comportamentos e padronizações de gênero etc.) não estão fundidas aos processos instintivos como para o animal. Essa tese, difundida na modernidade sob a pena de Freud – mas de outra maneira, evidentemente –, já se encontra em Marx, para quem era um ponto de suma importância à compreensão dos processos sociais. Infelizmente, esse é um dos pontos do pensamento de Marx ao qual não se atenta; até onde temos conhecimento Marilena Chauí foi a única a atentar para isso).

Subsunção nominal do significado ao significante e determinação *a priori* das propriedades da categoria como critério de sua validade, imobilidade do objeto e a relação como não constitutiva, linearidade cristalina e não-contradição, unilateralidade e continuidade, categorias universais e planas são algumas características da *maneira* pela qual procede o pensamento de Fernand Braudel. De maneira sabida ou não – pois não podemos afirmar se ou o quanto ele pensou sobre a maneira como pensava –, ou ainda, de maneira voluntária ou não, o pensamento do historiador se rege dessa maneira. Esses posicionamentos de Braudel decorrem de sua posição política, contudo a questão é complexa, pois não se trata de uma escolha voluntária, uma opção entre direita e esquerda; o que estamos dizendo, bem entendido, é que a posição do pensador, isto é, sua história e experiências vividas, constituem a base real de seu pensamento, o que está muito longe de ser um processo neutro. Por consequência, sua teoria não é neutra e, mais grave, é *impossível* ao militante ou intelectual que a utilize e “aplique” promover a transformação social desde suas raízes, o revolucionamento radical da sociedade.

Trataremos das implicações decorrentes da maneira de como Braudel pensa na outra digressão, contudo podemos adiantar uma. A respeito da distinção vista no início entre *autoconsumo* e *consumo*, sabemos que para ele com a expansão do nível mais

elevado na hierarquia da vida social, o capitalismo, tem-se a substituição do *autoconsumo* pelo *consumo*. A inserção dessa distinção categorial poderia provocar o efeito no teórico, no professor ou no estudante de que se está diante de um sistema de pensamento mais “complexo” e “atual”, afinal uma nova distinção categorial foi criada. Contudo, ao invés de complexidade de pensamento ela se mostra como simplificação brutal, pois a distinção entre *autoconsumo* e *consumo* se impõe quando não se consegue dar conta do processo pelo qual o indivíduo foi espoliado das condições de assegurar sua própria sobrevivência, o que exige a compreensão da conexão (*Zusammenhang*) de unidade com demais membros da comunidade e com a natureza, onde seu comportamento (*Verhalten*) era de proprietário. Assim, torna-se impossível de compreender a diferença específica de cada objeto. Quando tudo isso é ignorado no processo de “superação” de Marx, surgem mirabolantes palavras, ou melhor, palavreados. Torna-se inevitável, portanto, recorrer desta vez à tese 8 de Schwarz:

8. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (*PF*, p. 112).

Digressão C

Referente à p. 124 e anteriores – Vejamos, agora, duas consequências decorrentes de se ignorar a especificidade da relação-capital por Fernand Braudel. No que segue não pretendemos colocar em questão o conteúdo semântico das palavras (categorias) de sua teoria, mas mostrar os processos de pensamento que a possibilitaram e duas de suas implicações. Nesse momento, precisamos ter em mente tudo o que foi visto aqui. Iremos diretamente à chave do problema, ou melhor, o que para o autor é a “palavra-chave”:

A palavra-chave é capital. Este, nos estudos dos economistas, tomou o sentido apoiado de *bem de capital*; ele não designa somente as

acumulações de dinheiro, mas os resultados utilizáveis e utilizados de todo trabalho anteriormente realizado: uma casa é capital; trigo enceleirado é capital; um navio, uma estrada são capitais. Mas um bem de capital não merece seu nome senão se ele participa do processo renovado de produção: o dinheiro de um tesouro não empregado não é um capital, do mesmo modo que uma floresta não explorada etc. Dito isso, há uma única sociedade, de nosso conhecimento, que não tenha acumulado, que não acumule bens de capitais, que não os utilize regularmente para seu trabalho e que, pelo trabalho, não os reconstitua, e não os faça frutificar? (DC, p. 52-53).

A bagunça aqui é imensa, pois o autor confunde produto bruto, produto líquido e produto excedente. É evidente que da produção total de uma sociedade, o produto bruto produzido, por exemplo, num ciclo produtivo anual, uma parte será destinada a ingressar novamente o processo produtivo do ano seguinte como novos meios e objetos de trabalho. A outra parte resultante, o produto líquido, será destinada ao consumo dos homens vivendo em sociedade a fim de reproduzirem suas existências. Uma parcela dessa segunda parte pode ser apropriada por alguns membros da sociedade sem que tenham trabalhado, o produto excedente. A maneira como isso ocorre depende, evidentemente, da forma historicamente determinada da sociedade em questão.

Que o produto excedente seja apropriado por um grupo de membros da sociedade, a fim de reiniciar novo ciclo produtivo em escala maior ao invés de, por exemplo, ser empregado na construção de um templo do deus comunitário, é uma situação historicamente específica. É justamente essa apropriação do excedente por uma parcela da sociedade com vistas a ampliar a produção (*frutificar*) que determina o produto do trabalho como *bem de capital*, para usar as *palavras* do autor; assim se *acumula bens de capital*.

A especificidade histórica desse processo – o que de maneira alguma deve ser reduzida à estratificação simples de estágios hierárquicos universais e eternos da vida social, pois exige que diversas condições históricas tenham sido atendidas como a perda do vínculo comunitário e a relação de separação entre os indivíduos, autonomização do sistema de trocas no comércio, produção orientada de produtos como valores para a troca etc. – está longe de ser uma lei *natural* das sociedades humanas, vale dizer, de todas as sociedades *de nosso conhecimento*. Braudel passa completamente ao largo da especificidade da relação-capital e, por consequência, da formação social que lhe

corresponde, de tal maneira que é incapaz de perceber que o *capitalismo* – o correto seria: capital instituído socialmente como sistema – não consiste apenas na expansão do estágio mais elevado da atividade econômica – e nem apenas numa simples mudança de finalidade da produção, como de outra parte poderia supor o marxista –, mas sim numa transformação do *modo de vida* dos indivíduos, o que envolve as diversas esferas da vida social.

Sendo assim, o que permitiria ao historiador encontrar o capital em todas as sociedades humanas? A palavra capital designa: “o capital, realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, sempre em ação” (DC, p. 52). Dessa maneira, capital consistiria na acumulação da produção excedente, essa *massa de meios facilmente identificáveis*, com a finalidade de reiniciar o processo produtivo para produzir mais, *frutificar*. Ora, conforme visto na digressão anterior, dado que seu pensamento se movimenta por categorias prontas e acabadas, reciprocamente extrínsecas cuja relação não é constitutiva do que se relaciona, a especificidade da relação fundamental de cada formação social resta inteiramente inacessível, tanto da formação social capitalista quanto das não-capitalistas; aliás, por isso o próprio autor confessa haver uma natureza “secreta” (DC, p. 70) do capitalismo.

Chegamos a um dos momentos em que seu pensamento possui certa objetividade e angaria assentimentos de militantes da esquerda: de fato, em todas as sociedades humanas que conhecemos sempre houve a produção de um excedente apropriada por uma parte da sociedade. Isso se deve, antes, ao fato de que todas as sociedades que conhecemos estavam divididas em classes em luta, mas de modo algum à suposição de que as sociedades não-capitalistas se fundassem na relação-capital. — Isso é um manifesto absurdo! — No entanto, surpreendentemente a luta de classes não existe na história de Braudel. Dessa maneira, como não há diferenças entre as sociedades, ele conclui que sempre houve capital. Assim, além do capital, é naturalizada a divisão da sociedade em classes.

Sabemos como através de universais de base (categorias universais e eternas, válidas para todas as formações sociais) o historiador francês estabelece uma estratificação de níveis todos *postos* (vida material, vida econômica e capitalismo), constituintes de todas as sociedades humanas, cuja diferença reside na maior ou menor amplitude de cada um desses níveis. Por consequência, o capitalismo não se apresenta

como formação social especificamente diferente, mas apenas como “a maneira como é conduzida, para fins usualmente pouco altruístas” (DC, p. 52) a inserção do capital (excedente acumulado) no processo incessante de produção. O problema do capitalismo residiria no fato de que “o mercado, entre produção e consumo, é apenas uma ligação imperfeita” (DC, p. 48); isso se agravaria com a “categoria B” (DC, p. 55) da economia de mercado, pois a “categoria A” (DC, p. 54) se caracterizaria pelo contato direto entre produtor e consumidor no mercado, ela seria “transparente” (DC, p. 54), ao passo que a “categoria B” se caracterizaria pelos intermediários que formariam uma cadeia de trocas, “fugindo da transparência e do controle” (DC, p. 55). Assim, “quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o processo capitalista emerge claramente” (DC, p. 58). Por isso, o autor diz: “eu creio nas virtudes e na importância de uma economia de mercado, mas eu não creio em seu reinado absoluto” (DC, p. 48-49) e se posiciona:

Àqueles que no Ocidente atacam os malefícios do capitalismo, os homens políticos e os economistas respondem que se tem aí um mal menor, o inverso obrigatório da livre iniciativa e da economia de mercado. Eu não creio em nada disso. Àqueles que, segundo um movimento sensível até mesmo na URSS, se inquietam com o peso da economia socialista e gostariam de lhe propiciar mais “espontaneidade” (eu traduziria: mais liberdade), a resposta é que se tem aí um mal menor, um inverso obrigatório da destruição do flagelo capitalista. Eu também não creio em nada disso (DC, p. 119).

Dado que o capitalismo sempre existiu, quando ele se torna predominante a ligação imperfeita entre produção e consumo realizada pelo mercado (lugar dos “jogos da troca”) deveria ser corrigida e controlada. Resultaria, assim, uma sorte de economia de mercado e controlada pelo Estado. Ou seja, como o capitalismo não consiste de outro modo de vida, mas apenas de uma *maneira de condução* caracterizada por ser *pouco altruísta*, bastaria regulá-la tornando-a mais altruísta, mas mantendo a exploração da classe trabalhadora e a divisão da sociedade em classes dentro de limites aceitáveis. *De cette façon il ne faut pas échanger la société, il suffit soutenir la misère de l'existence dedans les limits supportables et, comme ça, le capitalisme ça va bien, merci !* Essa é a posição política de Braudel.

Entretanto, o que nos interessa aqui é que a existência eterna do capital e do capitalismo está intimamente unida à maneira pela qual procede o pensamento de Braudel, vista na digressão anterior. Isso tem consequências. Um delas é que sua posição – sua história e experiências vividas, que constituem a base real de seu pensamento – ao não considerar a especificidade da relação fundamental do capital e a diferença específica da formação social que lhe corresponde, o orienta a determinados documentos e não a outros. Dessa maneira, está inteiramente fora de questionamento que sua “interpretação do capitalismo e da economia se funda sobre uma longa frequência de arquivos e de numerosas leituras” (DC, p. 119-120); o ponto é que essa longa frequência já é direcionada, mesmo que ele não se dê conta disso.

Tomemos apenas um exemplo para não nos estendermos. Por não haver diferença entre a formação social capitalista e as demais, ele percorre arquivos que vão desde o século XII (por vezes desde a antiguidade) ao século XIX como se tratasse da mesma formação social: “o fenômeno [aumento da economia de mercado da categoria B e consequente expansão do capitalismo] é visível na Alemanha desde o século XIV, em Paris desde o XIII e nas cidades da Itália desde o XII e talvez mais cedo” (DC, p. 59-60). Assim, resta de somenos importância a invenção da nação e do Estado *moderno*, melhor dizendo, do *Estado-nação*, condição imprescindível à consolidação do capital como sistema social, devido dentre outros fatores à unificação monetária, financiamento público de obras estruturais necessárias ao interesse privado do capital industrial, socialização da dívida pelo sistema tributário e, muito importante, o monopólio da violência a favor de uma classe social. Por consequência, a pesquisa é capaz de ser direcionada a documentos, que permitem inferir que “o Estado moderno não fez o capitalismo, mas o herdou” (DC, p. 68) como se fossem duas ordens categoriais extrínsecas; além disso, dada a existência eterna do capitalismo – e também do Estado ou o “conjunto” do “político” (DC, p. 67) – com sua expansão desordenada que *foge à transparência* e ao *controle*, brota milagrosamente um espaço neutro para regular suas injunções, o Estado moderno que o herda, assim nos documentos pesquisados o Estado moderno se apresenta como neutralidade: “Ele [o capitalismo] exige certa *tranquilidade* da ordem social, assim como certa *neutralidade* ou fraqueza ou complacência do Estado” (DC, p. 77, grifo nosso; texto utilizado na digressão anterior). Não precisamos dizer meia palavra sobre o Estado como *neutralidade*, uma experiência de militância, por menor que seja, resolve a questão.

Se uma das implicações é o direcionamento, a outra não é de somenos importância. A maneira pela qual procede o pensamento de Braudel delimita, também, o campo de visibilidade dentro do material eleito como documento a ser examinado. Dito por outras palavras: o que se enxerga naquilo que é visto. Para que haja capitalismo é preciso que tenha havido acumulação (excedente), o que consoante o procedimento unilateral de seu pensamento remonta a um longo processo europeu de continuidade (apenas); tal processo é caracterizado por “*relativa tranquilidade*”, porquanto “é preciso essas águas sociais calmas ou relativamente calmas para que a acumulação se faça, para que cresçam e se mantenham as linhagens, para que com a ajuda da economia monetária o capitalismo emergja” (DC, p. 74).

Ao tratar da emergência do capitalismo europeu o autor se vê forçado a tratar do revolucionamento técnico do processo de produção. (As especulações braudelianas sobre as transformações técnicas são vergonhosamente pueris, de tal maneira que as análises de Marx a esse respeito, presentes no Livro I de *O Capital*, não podem sequer ser comparadas; as “perspicazes” considerações sobre o processo de modernização do Terceiro Mundo também o são; mas não trataremos de ambas aqui). Quando Londres se torna um centro do poder econômico e político, o autor afirma que “foi virada uma página da história econômica da Europa e do mundo” (DC, p. 107) e reconhece a importância do processo de industrialização inglês. No entanto, é prodigioso que o historiador o veja como um processo que, ao invés de ter sido levado a efeito pela violência, *caminhou naturalmente*: “é na Inglaterra que são dados passos decisivos. Tudo lá caminhou como que *naturalmente* e é esse o problema apaixonante que apresenta a primeira Revolução Industrial do mundo” (DC, p. 110, grifo nosso). Ver em documentos o processo histórico, chamado pela economia política de *acumulação primitiva*, que envolve o revolucionamento técnico do processo de produção e a aplicação da ciência como força produtiva, a expropriação da população rural e o uso monopolizado da violência pelo Estado etc., como um *caminhar natural* é realmente uma façanha! O historiador elenca, ponto a ponto, como ele ocorreu:

Os campos ingleses esvaziaram-se de seus homens, sem que deixassem de manter sua capacidade de produção; os novos industriais encontraram a mão-de-obra, qualificada e não-qualificada, de que necessitavam; o mercado interno continuou a se desenvolver apesar da

alta dos preços; a técnica acompanhou propondo regularmente serviços no momento em que havia necessidade deles; os mercados externos abriram-se em cadeia, um após o outro. E mesmo os lucros decrescentes, a queda muito forte, por exemplo, dos benefícios da indústria do algodão depois do primeiro *boom*, não provocaram crise: os enormes capitais acumulados foram transferidos para outro lugar e as estradas de ferro sucederam ao algodão (DC, p. 112).

Que história linda! Como que por encanto os campos se esvaziaram e os industriais “encontraram” mão-de-obra assalariada como que por acaso, os mercados ao redor do mundo se abriram pacificamente por si mesmos e por aí vai... tudo isso pareceu transcorrer segundo a mais perfeita harmonia preestabelecida por Deus. Essa história só poderia ficar mais bonita se o devoto das *virtudes do mercado* a finalizasse com: “...e viveram felizes para sempre!”. O texto tem interesse, porque todos seus pontos foram tratados no capítulo 24 (*A assim chamada acumulação primitiva*), de *O capital*, onde se vê um processo bem diverso. Não se trata de qual fonte se busca – ou melhor, não se trata apenas disso –, mas do que se enxerga naquilo que se tem em mãos. A quantidade de documentos frequentada por Braudel é, sem dúvida, considerável e, decerto, pode impressionar o teórico, professor ou estudante; entretanto, consoante o procedimento do pensamento do autor tanto os documentos quanto o que neles é visto revelam uma posição de mundo e uma orientação política clara. Mais grave que isso – em consonância com as categorias estanques de Braudel podemos dizer *ex nihilo nihil fit* –, dessa teoria não pode surgir senão uma posição conservadora da ordem do capital.

Com o historiador francês temos uma história sem contradição – em sentido rigoroso –, um Estado como espaço neutro, a divisão da sociedade em classes obliterada de modo que não deve ser abolida etc.. Na periferia do capital não precisamos recorrer à história para constatar a vacuidade de tais posicionamentos, pois o martelo do cotidiano se encarrega disso. Não contestamos a autenticidade dos documentos consultados, mas da pesquisa realizada pelo historiador, o capitalismo se apresenta como realidade inevitável, eterna e insuperável resultante dos *jogos da economia de mercado* e dos *jogos de poder*. Ora, trata-se de um jogo onde as cartas estão marcadas em favor da burguesia. Patenteia-se que apenas as teses 5 e 8 de Schwarz já não bastam, por isso recorreremos à sua tese 12:

12. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (PF, p. 113).

Digressão D

Referente à p. 134 e anteriores – Devido à perda do vínculo de unidade (*Zusammenhang*) dos indivíduos vivendo em sociedade, o capital se constitui como um sujeito autônomo e semovente, cujo fundamento oculto é a relação de separação e não-comunidade. Em seu desenvolvimento ele se reproduz em escala sempre ampliada, reproduzindo assim a *separação* entre assalariados e capitalistas. Além disso, esse movimento se realiza pela criação de novos produtos úteis, descoberta de novas propriedades físicas e invenção de novas técnicas produtivas. Em suma, trata-se de um processo pelo qual novos conteúdos e formas do conhecimento são produzidos e a ciência se torna força produtiva.

Segundo Lyotard, o surgimento do saber científico moderno em sua especificidade pragmática – conjunto de regras imanentes ao jogo de linguagem, referente observável e passível de prova, consenso da comunidade dos *experts* quanto às regras, os enunciados e a prova – exige um discurso que o legitime. Esse discurso ou metarrelato corresponde a algo como uma espécie de *retorno* do narrativo no não narrativo. O retorno, por sua vez, corresponde ao período histórico onde o “apelo explícito ao relato na problemática do saber é concomitante à emancipação dos burgueses em relação às autoridades tradicionais” (CPM, p. 54). A ascensão e emancipação da burguesia e sua oposição à classe trabalhadora seria característico da modernidade, consoante tal fato dado pela pragmática moderna.

O *apelo* do saber científico ao relato ocorre porque “o saber dos relatos retorna no Ocidente para fornecer uma solução à legitimação das novas autoridades” (CPM, p. 54), por essa razão o “povo” que surge – o relato, atores do jogo de linguagem prescritivo – *pela* narratividade assegura a legitimidade sociopolítica, pois nessa

narrativa “o nome do herói é o povo, o sinal da legitimidade seu consenso, a deliberação seu modo de normatização” (CPM, p. 55). Assim, “o povo está em debate consigo mesmo sobre o que é justo e injusto, da mesma maneira que a comunidade dos cientistas sobre o que é verdadeiro e falso” (CPM, p. 55). O “povo” emite enunciados prescritivos que legitimam a ciência orientando-a, mas o “povo” possui “existência real” (CPM, p. 55) no Estado que o representa, isto é, nas “instituições nas quais ele é admitido para deliberar e decidir, e que compreende todo ou parte do Estado. É assim que a questão do Estado encontra-se estreitamente imbricada com a do saber narrativo” (CPM, p. 55-56). Não vamos questionar esse Estado de conto de fadas, um espaço institucional neutro e não violento que superaria as limitações da sociedade civil através da participação igualitária de cidadãos livre etc.; um mínimo conhecimento da história mostra a falácia dessa concepção politicamente orientada. O que nos interessa é que nesse período, na modernidade, a oposição do saber científico ao se legitimar pelo seu outro, o saber não científico, pode admitir uma oposição social que lhe é intrínseca, esse seria o “princípio da luta de classes na teoria da sociedade a partir de Marx” (CPM, p. 22).

Tudo se passa diferentemente na sociedade pós-moderna. A pragmática em “seu desenvolvimento pós-moderno coloca em primeiro plano um “fato” decisivo: é que mesmo a discussão de enunciados denotativos exige regras. Ora, as regras não são enunciados denotativos, mas prescritivos, que é melhor chamar metaprescritivos para evitar confusões (eles prescrevem o que devem ser os lances dos jogos de linguagem para ser admissíveis)” (CPM, p. 117). Por outras palavras, o relato legitimador do saber pós-moderno, com suas prescrições, não advém de um outro (um não-saber), mas segue do próprio jogo de linguagem pós-moderno, por isso “o traço surpreendente do saber pós-moderno é a imanência a si mesmo, mas explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam” (CPM, p. 100).

Assim, o saber pós-moderno se diferencia do positivismo lógico (Círculo de Viena), que busca produzir o conhecido, o consenso da comunidade dos *experts* e é orientado pela eficiência *input / output* da performance, que Lyotard denomina *determinismo*. É a diversidade das argumentações, sempre variáveis; o antagonismo dos “lances” da agonística; não o consenso geral, mas o consenso local, que caracterizam o saber pós-moderno, cuja orientação não é a melhor *performance (input / output)*, mas “a diferença compreendida como paralogia” (CPM, p. 108), que significa para o autor “um

lance, de importância muitas vezes desconhecida de imediato, feito na pragmática dos saberes” (CPM, p. 112). Dessa maneira, o saber pós-moderno “produz, não o conhecido, mas o desconhecido” (COM, p. 108). Dentre as diversas supostas vantagens do saber pós-moderno, mencionemos duas: em primeiro lugar, por ser “diversificante, a ciência em sua pragmática oferece o antimito do sistema estável”, “é isso o que impede (...) o terror” (CPM, p. 116, grifo nosso); além disso, dada a multiplicidade de “lances” antagônicos, “a única legitimação que ao final das contas torna aceitável essa *démarche*, seria a de que produzirá *ideias*” (CPM, p. 117, grifo nosso). Produção de ideias novas e desinteressadas e inibição do terror, dois produtos do saber pós-moderno que parecem ser inegavelmente respeitáveis.

Em lugar da oposição entre saber científico e não saber, a ciência pós-moderna se autolegitima ao explicitar suas próprias regras e internalizar a multiplicidade de “lances” antagônicos dos jogadores. Isso indica que a oposição entre o povo e a burguesia, se não desapareceu, pelo menos foi anulada por *diluição*:

Não se pode esconder que o pilar social do princípio da divisão, a luta de classes, tendo se *diluído* a ponto de perder toda radicalidade, encontrou-se totalmente exposto ao perder sua base teórica (CPM, p. 23, grifo nosso).

A perda da base teórica (Marx) que anula a *divisão* social se deve à *diluição* da luta de classes. Aos antagonismos do pós-moderno, que são “efeitos de jogos de linguagem” (CPM, p. 28), corresponde não a luta de classes, mas uma “entropia própria” (CPM, p. 29), no sentido da teoria da informação, grosso modo, um excesso ou um déficit de informação num sistema que tende ao equilíbrio. Assim, a nova base teórica pós-moderna não se apoia mais no relato legitimador, cujo sujeito – “o povo” – não lhe fornece mais enunciados prescritivos.

Como para Lyotard o sujeito é cindido – conforme vimos na digressão anterior –, o relato legitimador da ciência moderna deve ser de dois tipos: “o modo de legitimação de que falamos, que reintroduz o relato como validade do saber, pode assim tomar duas direções, conforme represente o sujeito do relato como cognitivo ou como prático: como um herói do conhecimento ou como um herói da liberdade” (CPM, p. 56).

Cumpra admitir, portanto, que ocorreu um processo de *deslegitimação* que precisamos examinar.

O autor não ignora o desenvolvimento do capitalismo durante o século XX. Reconhece fatos como “o desenvolvimento das técnicas e tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial”, o avanço do capitalismo após o “keynesianismo durante os anos 1930-1960” que “eliminou a alternativa comunista e que valorizou a fruição individual dos bens e serviços” (cf., *CPM*, p. 69). Contudo, ele alerta que estabelecer causalidades são “sempre decepcionantes” (*CPM*, p. 69), muito embora ele mesmo tenha estabelecido uma fundação primeira para o social, conforme vimos na digressão anterior. Ao tratar do problema da deslegitimação, afirma:

A “crise” do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das ciências e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber (*CPM*, p. 71).

O *progresso das ciências* e a *expansão do capitalismo* poderia gerar – o pretérito imperfeito “poderia” utilizado por nós se justifica pelo texto citado acima de Lyotard: “seria” – uma *multiplicidade fortuita das ciências*. Ora, a proliferação de diversos saberes científicos não seria razão de crise desses saberes. Por isso, a deslegitimação do saber não pode vir senão do próprio saber, sua *erosão interna* devido aos “germes” de “deslegitimação” e de niilismo”, que são “inerentes” aos “grandes relatos” (*CPM*, p. 69). Para seguirmos adiante é preciso que aceitemos a petição de princípio do autor: o saber (em geral) constituído pela pragmática dos jogos de linguagem possui germes de niilismo que lhe são inerentes; mais ainda, dado que as condições históricas poderiam gerar novos saberes, mas não a crise deles, então tem-se um movimento aos moldes da atualização necessária de uma potencialidade interna. Há dois grandes relatos – correspondentes ao sujeito cognitivo e ao sujeito prático – que sofreram o processo de deslegitimação.

O relato que corresponde ao sujeito cognitivo é o do idealismo alemão. O “dispositivo especulativo” (*CPM*, p. 70) que nele opera estabelece que um saber

somente é saber quando inserido num “discurso de segundo nível” (CPM, p. 70), isto é, o processo de desenvolvimento do Espírito. Sua inserção deve se dar segundo um processo de engendramento hierárquico, no qual cada “discurso denotativo sobre um referente” (CPM, p. 70) (ciência) possui seu *locus* determinado. No entanto, sua inserção somente pode ocorrer se seus princípios forem os mesmos que o do processo, mas com isso os princípios de determinada ciência são negados como princípios dela própria, assim ocorre a *supressão*. Assim, um saber é saber porque ingressa um processo universal de *engendramento*. Mas, o que garante que o próprio processo é um saber? A suposição da existência desse processo, ou seja, a “Vida do espírito” (CPM, p. 70). Entretanto, isso supõe que a linguagem do saber é a das ciências positivas e, também, que suas pressuposições formais e axiomáticas sejam explicitadas, por essas razões o discurso especulativo não pode se sustentar como saber: “essa erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem” (CPM, p. 71).

O relato do dispositivo especulativo se orienta por dois princípios. De uma parte, pelo discurso denotativo, cujo critério é a verdade; de outra parte, a formação (*Bilbung*) que orientaria a prática social, em suas dimensões ética, moral e política. Apresenta-se, então, o impasse de se chegar a uma finalidade (a formação) por meio do conhecimento desinteressado (a busca da verdade por ela mesma). Dado que no dispositivo especulativo “existe uma “história” universal do espírito, o espírito é “vida”, e esta “vida” é a apresentação do que ele mesmo é” (CPM, p. 61), o sujeito desse saber não é o povo nem o Estado-nação, mas o espírito. Nesse sentido, “a enciclopédia do idealismo alemão é a narração da “história” deste sujeito-vida” (CPM, p. 61). O espírito especulativo é um “metassujeito”, cujas “matérias brutas” são “o povo” e “a ciência” (cf., CPM, p. 62). O “Estado-nação” exprime o povo pela “mediação do saber especulativo” (cf., CPM, p. 62). Assim, “o saber encontra de início sua legitimidade em si mesmo, e é ele que pode dizer o que é o Estado e o que é a sociedade” (CPM, p. 62).

O que nos interessa é que, segundo Lyotard, a expressão da sociedade (povo) pelo Estado é mediada pelo saber especulativo. Por sua vez, esse último apenas é saber por meio das ciências que o compõem, ou seja, pela supressão da verdade do discurso denotativo como verdade válida por si mesma e à parte. Segue, portanto, que a relação entre povo, Estado-nação e verdade é caracterizadora da modernidade. Com a

deslegitimação, devida aos germes de niilismo inerentes ao saber, essa relação (povo, Estado-nação e verdade) sofre seus efeitos.

Vejam agora o relato que corresponde ao sujeito prático, ele é o do iluminismo francês. No "dispositivo da emancipação" (CPM, p. 72) o que legitima um discurso denotativo como saber são os enunciados prescritivos. Por isso, "sua característica é a de *fundamentar* a legitimidade da ciência, a verdade, *sobre* a autonomia dos *interlocutores* engajados na prática ética, social e política" (CPM, p. 72). Ora, vemos sem maiores dificuldades que a legitimidade de um enunciado denotativo como verdadeiro não é assegurada pelo próprio enunciado denotativo, mas por um enunciado de outra *competência*, um enunciado de *valor prático*. Por isso, a diferença entre eles é de *pertinência*. Contudo, quando se volta a questão da legitimidade ao enunciado prescritivo, ele não é capaz por si mesmo de assegurar sua legitimidade, pois nada garante que um enunciado prescritivo seja justo. Como cada um dos enunciados (denotativo e prescritivo) é regido por regras próprias, o jogo de linguagem denotativo não é capaz regular o jogo prático que o prescreve. O dispositivo "da emancipação nada tem a ver com a ciência" (CPM, p. 73).

O relato do dispositivo da emancipação se orienta pelo "sujeito prático que é a humanidade" (CPM, p. 64), o *povo* movido pela busca da *liberdade*. Desta feita, o saber "não tem outra legitimidade final senão a de servir aos fins visados pelo sujeito prático" (CPM, p. 65). Assim, "o saber positivo não tem outro papel senão o de informar o sujeito prático da realidade na qual a execução da prescrição deve se inscrever" (CPM, p. 64). Dito de maneira mais clara, o discurso denotativo informa o povo sobre a verdade, ele diz o que é possível fazer, mas não o que se deve fazer; de outra parte, o povo prescreve o que deve ser feito, visando sua *emancipação* e a *justiça*; ele o faz por meio das instituições que o representam, o Estado. "Assim introduz-se uma relação entre o *saber* e a *sociedade* e seu *Estado*" (CPM, p. 64, grifo nosso).

O que nos interessa nesse tipo relato é que a relação entre o saber (verdade) e o povo (sociedade) não pode ser senão mediada pelo Estado. Neste caso, a modernidade (o discurso moderno) é caracterizada pela relação entre povo, Estado-nação e verdade. Assim como o dispositivo especulativo, essa relação (povo, Estado-nação e verdade) do dispositivo da emancipação sofre os efeitos da deslegitimação. Já sabemos que, para Lyotard, "a legitimação não pode vir de outro lugar senão de sua prática de linguagem e

de sua interação comunicacional” (CPM, p. 74). É o que ocorre com a ciência pós-moderna, pois ela “joga seu próprio jogo” (CPM, p. 73). E mais, “nessa disseminação dos jogos de linguagem, *é o próprio sujeito social que parece dissolver-se*. O vínculo social é de linguagem, mas ele não é constituído de uma única fibra” (CPM, p. 73, grifo nosso).

¡Compañeros, adelante! Agora já possuímos elementos que nos permitem ver como a filosofia de Lyotard é uma expressão teórica brilhante da inversão mistificada do processo histórico real!

Quando o capital se totaliza e, ao se totalizar, totaliza o globo, inicia-se um processo histórico pelo qual o sujeito autônomo e semovente capital começa a se liberar dos elementos que lhe serviram de apoio, pois agora tais elementos se põem como entrave (*Schranke*). A expressão jurídica e política da sociedade no *Estado* como instituição em prol do *povo* de determinada *nação* começa a desnudar-se. As duas Guerras Mundiais, bem como o período intermediário que as une, constituem um mesmo processo pelo qual o capital fortalece seu poder e se consolida como senhor do mundo. Se na primeira Guerra ele mostra pela primeira vez sua força em escala mundial, na Segunda ele sela seu senhorio. Os filhos da *pátria* são lançados às trincheiras e a *nação* sacrifica sua cria ao Deus capital; a violência organizada do *Estado* obriga seus cidadãos a matarem ao passo que as riquezas são consumidas em armas e afins enquanto os homens mendigam; em nome *povo* genocídios são realizados.

As invenções *povo*, *nação* e *Estado* mostram que não estão à serviço do burguês singular, mas do capital. Frente ao espelho, as burguesias nacionais são constrangidas à posição de joguete, ao invés de donos da Terra. Ao mesmo tempo, o mito do conhecimento como um fim em si mesmo, cuja orientação pela verdade conduziria ao bem comum e à emancipação humana, cai por terra. Santos-Dumont vê sua invenção utilizada na Primeira Guerra e se suicida ao vê-la usada pelo Estado contra os filhos da pátria; Einstein se lamenta pelos episódios de Hiroshima e Nagasaki. O conforto ao cientista e ao intelectual do conhecimento por si mesmo, desinteressado e promotor do progresso humano revela aquilo que sempre foi na era do capital: uma produção estranhada, que está a serviço do mistério, fundada na divisão social entre os que pensam e os que fazem. Um massacre como Auschwitz fornece as condições históricas

que impelem o cientista a se questionar: isso que eu sei é mesmo um saber? Ou, pelo menos, um saber válido?

Mesmo se as considerações históricas acima forem questionadas, informamos que infelizmente isso não afeta em nada nosso argumento; confessamos que talvez elas sejam um pouco vagas, contudo permitem entrever o movimento geral que temos em vista, o qual não pode ser demonstrado aqui, pois que não visamos fazer historiografia. É ponto pacífico o que segue. É ponto pacífico que após a Segunda Guerra Mundial inicia-se um processo histórico de mundialização do capital. Esse ponto é assumido até mesmo por Lyotard. (cf. *CPM* p. 3, 69 e 71). Dentre outros fatos, é expoente do início desse processo o surgimento das empresas multinacionais, que se disseminam ao redor do globo; as fronteiras territoriais que unificam geograficamente as *nações* são suprassumidas; os nascidos do território, o *povo*, como invenção identitária de hábitos e costumes também o é, pois seu trabalho está comandado por exigências internacionais, os produtos consumidos provém de diversos países, hábitos estrangeiros se disseminam etc. São fatos, mas de modo algum os únicos, que expressam a consolidação do processo, por exemplo, o fim do acordo de Bretton Woods pelo chamado *Choque Nixon* em 1971, que fora ratificado em 1973 pelo FMI com a difusão do câmbio flutuante. Com as moedas nacionais não sendo mais lastreadas em ouro, a exploração do mundo pelas multinacionais pode avançar de maneira mais livre; a exploração realizada por uma multinacional não encontrava mais a reserva de ouro do *Estado-nação*, onde ela se localizava, como barreira de conversão: quando o lastro de convertibilidade da moeda é inteiramente produzido pelo homem (dólar), a massa de mais-valor explorada pode ser diretamente convertida na moeda do referido capital. O processo que se inicia em 1947 com GATT (*General Agreement on Tariffs on Trade*) até a criação da OMC, passando pela chamada Ronda Uruguai, explicita a preocupação relativamente à *propriedade intelectual* e às *patentes*, com isso mostra o quão interessante ao capital é o saber científico desinteressado e a busca pela *verdade* sob o capital – essa é “a questão do estatuto do saber”, de fato!

¡Ya basta! É evidente que não se trata de uma mudança no saber, a partir de suas causas internas, devido aos *germes imanes de niilismo*, cujos efeitos incidem sobre o povo, o Estado-nação e a verdade. Ao contrário, a relação povo, Estado-nação e verdade é produto de um mesmo processo de reprodução do capital, no qual a mudança em diversas esferas da vida social é também a mudança do saber científico. Cumpre

precisar, pois o “também” deve ser corretamente compreendido: não se trata de causalidade mecânica, o que suporia tais esferas como categorias *a priori*, mas de esferas da vida social todas presentes em seu movimento conjunto – o que não consiste numa estratificação de níveis todos *postos* a partir de uma base material. O véu mistificador das invenções povo, Estado-nação e verdade é rasgado, tais invenções se apresentam em sua nudez, isto é, como invenções. A “questão da legitimação” é, *tout court*, a da legitimação da ordem social do capital.

O que permite, portanto, tratar da legitimação do saber como uma questão por si e separada das demais esferas da vida social – vale dizer, como problema de discurso e seu jogo de linguagem – não pode ser senão a pressuposição de base de um sujeito transcendental cindido em sujeito cognitivo e sujeito prático. O saber e sua legitimação, enquanto “questão” por si mesma, é tarefa pertinente apenas ao sujeito do conhecimento, uma vez que o “discurso de ciência” “é um jogo de linguagem dotado de suas regras próprias (cujas condições *a priori* do conhecimento são em Kant um primeiro esboço)” (CPM p.72). A divisão entre o sujeito do conhecimento e o sujeito prático se põe na vida social como divisão entre os que pensam e os que fazem; como o sujeito transcendental é dado por *natureza* – e é isso que assegura sua universalidade, pois todos são dotados de razão e das mesmas faculdades –, a divisão da sociedade entre os que pensam e os que fazem é *natural*, portanto não deve ser abolida.

Embora Lyotard considere a divisão da sociedade em classes sociais *diluída*, ao longo de todo o seu livro está presente a divisão da sociedade entre os que pensam e os que fazem. Ela pode se apresentar de diversas maneiras como, por exemplo, entre os *experts* e os beneficiários, os homens de ciência e o povo, a comunidade científica e coletividade social etc., contudo uma parte da sociedade sempre aparece ao lado e separada da outra. A seguinte passagem é uma dentre outras em que isso se explicita: “os problemas de comunicação interna que a *comunidade científica* encontra em seu trabalho para desfazer e refazer suas linguagens são de uma natureza comparável aos da *coletividade social* quando, privada da cultura dos relatos (...)” (CPM p.116, grifo nosso). Ao invés de abolir a divisão, Lyotard defende expressamente a manutenção dessa ordem social: “não se espera [a condição pós-moderna] destas contradições [socioeconômicas] uma saída salvadora, como pensava Marx” (CPM p. xvii, interpolação nossa). Ora, se escancara que o que sustenta *la philosophie critique de cet intellectuel critique* é uma posição política !

Não podemos supor qualquer tipo de inocência ou ingenuidade. O livro resulta das conferências ministradas no Canadá a pedido do “governo de Quebec” e do “conselho das Universidades” (CPM p.xvii), cujo objetivo era combater os impactos da nova industrialização nipo-americana. Não podemos supor que o autor desconheça o imperialismo francês e, muito menos, a nova divisão internacional do trabalho que se constitui com o processo de mundialização do capital. Dentro disso, a divisão social entre os que pensam e os que fazem ganha contornos mundiais entre os países produtores de conhecimento e os países que o consomem. Isso é uma posição política de perpetuação da desigualdade e exploração do homem pelo homem dissimulada por um “verniz de esquerda”. A concepção do saber das ciências como um campo neutro regido por suas próprias regras pragmáticas empalidece frente a seu desenrolar de fato:

Trata-se da revolução biotecnológica, a qual utiliza o material genético mundial como matéria prima e deriva da união da informática, biologia e engenharia genética. Tal fenômeno é encabeçado por algumas *poucas corporações globais, instituições de pesquisa e governos*, as quais rapidamente estão adquirindo o controle sobre o patrimônio genético da humanidade. (...) A biotecnologia e a sua consequente cobiça por material genético têm estimulado uma prática conhecida por *biopirataria*, que consiste em *usurpar o patrimônio genético* de nações ricas em biodiversidade, como o Brasil, de maneira a se *patenteiar invenções* baseadas nesse material genético ou em *conhecimentos tradicionais* associados ao manejo da biodiversidade. Tais patentes geram bilhões de dólares em lucros para as grandes corporações dos países do Norte. Todavia, por outro lado, negligencia-se a repartição de benefícios com países do Sul (detentores do patrimônio genético) e com as comunidades locais que, ao longo de muitas gerações, conhecem e utilizam as propriedades de substâncias que serviram de base para o “invento”. (...) países como os Estados Unidos, que possuem as maiores empresas de biotecnologia do mundo, não ratificaram a CDB [*Convenção sobre a Diversidade Biológica*]. Contrariado com a perda de bilhões de dólares que a observância da CDB poderia gerar, o lobby americano conseguiu aprovar o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC) na OMC em 1995. Tal acordo favorece a biopirataria e prejudica a eficácia da CDB. (...) Em certos casos, os laboratórios desenvolvem medicamentos com o uso de plantas medicinais encontradas na Amazônia, a partir do estudo de uma medicina indígena secularmente construída por meio da sabedoria de inúmeras gerações ancestrais. Trata-se, como se vê, de usurpação do patrimônio genético e da

sabedoria popular dos povos nativos da região amazônica. (...) Considere-se apenas o valor de novas drogas. Quase 75% de todas as drogas que possuem princípios ativos de plantas em uso na atualidade derivaram de drogas usadas pela medicina indígena. É o caso, por exemplo, do curare, um importante anestésico cirúrgico e relaxante muscular derivado de extratos de plantas que os índios da Amazônia utilizam há séculos para imobilizar as suas presas. É por isso que países como o Brasil denunciam que as alegadas “descobertas” de corporações do Norte estão na realidade pirateando o conhecimento acumulado pelas culturas e povos indígenas. (...) o regime uniforme de propriedade intelectual protege as modernas técnicas biotecnológicas e, assim, favorece o domínio do mercado por algumas poucas multinacionais. Em contrapartida, os direitos da nação brasileira e dos povos nativos são negligenciados. *Tais fatos geram disputas jurídicas e geopolíticas que contrapõem os países que exploram a biotecnologia com pesquisas de ponta como os Estados Unidos e o Japão e países como o Brasil*, ricos em biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados à sua eficaz utilização (RANGEL, H. “A proteção da propriedade intelectual e a biopirataria do patrimônio genético amazônico à luz de diplomas internacionais”, in, *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 89-115, grifo nosso, jul/dez, 2012, ISSN: 21798699).

Se a ciência resulta de um jogo de linguagem, nesse jogo *les dés sont pipés!* Frente a um pensamento tão sóbrio e perspicaz como o de Lyotard, impõe-se como incontornável o seguinte imperativo:

5. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (PF, p. 112).

Digressão E

Referente à p. 173 e anteriores – Para Marx, o trabalho humano se distingue do trabalho animal justamente pelo papel desempenhado pelo pensamento, mas em hipótese alguma

é correto afirmar que o que distingue o homem do animal é *o trabalho*, pois isso seria transformá-lo numa abstração *a priori*.

A discussão em torno do conceito de trabalho fez correr muita tinta, todavia quando o assunto é o trabalho, dificilmente a teoria de Marx pode ser ignorada. Não poucas filosofias dizem ter superado Marx e influenciam praticamente a esquerda – pelo menos a brasileira. Por isso, devemos nos deter um instante sobre o assunto. Um caso de influência exemplar é o da renomada filósofa Hannah Arendt em *A condição humana* (São Paulo: Forense universitária, 2008. Doravante: *CH*), onde ela diz:

Em seus primeiros escritos, Marx achava que “os homens começam a distinguir-se dos animais quando começam a produzir seus meios de subsistência” (*Deutsche Ideologie*, p.10). É esse o próprio conteúdo da definição do homem como *animal laborans*. Mais digno de nota ainda é o fato de que, em outros trechos, Marx não se mostra satisfeito com essa definição, que não chega a constituir distinção suficiente entre o homem e os animais. “A aranha realiza operações que lembram a de um tecelão, e a abelha mostra-se superior a muitos arquitetos na construção da colmeia. Mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas é que o arquiteto erige sua estrutura na imaginação antes de construí-la na realidade. Ao fim de cada processo de trabalho, temos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o começo” (*Capital*, Modern Library, p. 198). É óbvio que Marx não se referiria mais ao labor, mas ao trabalho – no qual não estava interessado; e a melhor prova disso é que o elemento de “imaginação”, aparentemente tão importante, não desempenha papel algum em sua teoria do trabalho (*CH*, p. 111).

Não nos parece correto querer imputar à teoria de Marx que o trabalho diferencia o homem do animal com esta citação de *A ideologia alemã*, pois além de ela estar descontextualizada por completo, sequer o conceito de trabalho é mencionado nela. Não obstante, a locução verbal “começam a distinguir-se”, ao invés de delimitar um ponto fixo a partir do qual se passa de animal a homem, indica um processo de desenvolvimento *real*, o qual, por isso, não deve ser estabelecido *a priori* – isso seria uma determinação transcendental do objeto alheia às determinações históricas reais. Certas críticas ao pensamento de Marx muitas vezes sequer lhe dão espaço, o que fica patente quando buscamos a citação no texto d’*A Ideologia Alemã* (São Paulo:

Boitempo, 2007. Doravante: *IA*). Vejamos o que precede citação para podermos situá-la em seu contexto:

O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (*IA*, p. 87).

O primeiro ponto a se notar é que o contexto em que está inserida a citação é a historiografia, isso fora intencionalmente omitido por Arendt. O pano de fundo de Marx é mostrar que a história dos homens não surge da cabeça dos filósofos, mas do movimento do próprio real. Trata-se de algo bem diverso de querer fundar a origem do homem a partir do animal, seja pelo trabalho, linguagem etc.. O texto, que contém a referida citação, segue:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos [os homens reais] começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal (*IA*, p. 87).

No primeiro movimento do texto Marx explicita que os filósofos podem até tirar de suas cabeças categorias nas quais a realidade deva se encaixar, no entanto isso está longe de ser o que se passa factualmente. Já no segundo movimento, ele expõe que os homens começam a *se distinguir* dos animais; em nenhum momento é afirmado a causa factual de tal distinção e muito menos que ela se deve ao trabalho. Não parece, portanto, que por meio desse procedimento a filósofa tenha superado Marx e muito menos que sua “crítica” seja consistente; por si só, isso já seria suficiente, mas avancemos.

Não obstante, a filósofa omite intencionalmente o segundo período da frase, no qual se afirma a condição subjetiva desse movimento de desenvolvimento do homem, já que no primeiro trecho de Marx citado por nós foram expostas as condições objetivas. Trata-se, agora, da *organização corporal* do homem, um complexo de disposições *físicas e mentais*, as quais de modo algum podem ser rebaixadas simples e unicamente ao trabalho.

O surpreendente é que o procedimento de Arendt não pode ser justificado por ignorância, pois a gama de citações de Marx patenteia que ela conhecia grande parte de seus escritos. O que motivaria esse procedimento é o que devemos ver mais adiante. Por ora, observamos, apenas, que devido ao que vimos, a legitimidade de seu texto estaria, no mínimo, comprometida.

Ademais, mesmo procedendo desta maneira Arendt não consegue extrair de Marx uma distinção entre homem e animal a partir do trabalho e, por isso, ela atribui a esse último uma *insuficiência* e chega a asseverar que o próprio Marx não estava *satisfeito* com essa definição, de modo que ele arriscaria outra mais ousada. Então, a filósofa cita a famosa passagem da abelha e do arquiteto. Esse texto, inserido em seu contexto em *O capital*, trata da distinção do *trabalho* do homem e do animal, mas de modo algum da distinção entre homem e animal pelo trabalho. No entanto, esse procedimento complica ainda mais a situação da autora, porque ele explicita que, mesmo assim, o que diferencia os dois tipos de trabalho é, em última instância, o pensamento, não a atividade.

Até mesmo se procedêssemos filologicamente a argumentação de Arendt não se sustentaria, pois ela traduziu *Kopf* (que significa tanto cabeça quanto *inteligência*) por imaginação (*imagination*, na edição de língua inglesa de *CH*), o que já aproxima Marx a certa tradição filosófica e cristã. (Tal procedimento está longe de ser casual, pois a certa altura de seu livro Arendt iguala a teoria de Marx à Bíblia!). Poder-se-ia replicar que a autora apenas utilizou a edição para a língua inglesa de *O capital*, o que ela de fato fez. Mas, ela o fez especificamente nesse ponto, pois em outras citações (por exemplo, na página anterior) o livro de Marx fora citado diretamente da edição alemã.

No mais, ao citar o texto de *O capital* ela omite a continuação, onde se desenvolve o que fora exposto sobre o trabalho humano abordando, dentre outras coisas, a *representação* e a *existência ideal* do produto no processo de trabalho humano

(cf., C, p. 255-256). Novamente, Arendt não consegue extrair *d'O capital* uma distinção entre homem e animal pelo trabalho, mesmo que se valendo intencionalmente de fragmentação, descontextualização e omissão do texto de Marx. Todavia, é de se notar que, agora, ela se enrosca na própria questão, pois como o conceito marxiano de trabalho é complexo e envolve pensamento (erradamente tomado por imaginação), ela não pode dar conta da própria crítica, uma vez que não pode justificar a imaginação. A questão é resolvida, por conseguinte, dogmaticamente ao afirmar, sem demonstrar, que para Marx a imaginação (deveria ter dito o pensamento) não *desempenha papel algum* em sua teoria! Ponto final e sem demonstração: se ela disse, está dito.

Todas as referências de Arendt à teoria de Marx, bem como suas críticas (*sic!*) são dessa feita e podem abalar a credibilidade de seu texto. A despeito de sua inédita distinção filológica entre trabalho e labor não conseguir solucionar ao menos um problema real, não é isso o que nos interessa. O ponto é: por que é preciso encaixar o pensamento de Marx numa diferenciação entre homem e animal pelo trabalho? Ela diz:

A noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem ou de que o trabalho (e não a razão) distingue o homem dos outros animais, era apenas a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava (CH, p. 96-97).

Nada é mais estranho a Marx do que afirmar que o trabalho tenha *criado* o homem, essa é uma maneira enviesada (para sermos respeitosos) de interpretar a tese de que o homem é produto histórico de si mesmo, conforme vimos no corpo do texto. Decerto, o trabalho aí cumpre papel importante, mas não se trata em hipótese alguma, no caso de Marx, de substituir o *Espírito* hegeliano pelo trabalho, tal como a autora o interpreta. — Nesse ponto, é imperioso fazermos uma advertência: a crítica (*sic!*) de Arendt a Marx em muitos casos recebe assentimento de leitores, porque eles supõem que a interpretação de Arendt seja rigorosa, perspicaz e, sobretudo, honesta. Nada mais falso. Se para a interpretação da autora o trabalho ocupa o lugar do *Espírito* hegeliano e a produção é a força *determinante* (em sentido forte) do homem e, por conseguinte, do desenvolvimento linear das sociedades humanas, sua leitura se alinha à de seu antípoda Stalin: “o materialismo histórico considera que essa força [determinante do homem e

das sociedades] é o *modo de obtenção dos meios de existência* necessários à vida dos homens, o *modo de produção dos bens materiais*: alimentos, vestuário, calçado, habitação, combustível, instrumentos de produção etc.” (STALIN, J. *Materialismo dialético e materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1979, p. 28) —. Em nota ao último extrato citado acima, o tema da autoprodução do homem é tratado pela filósofa da seguinte maneira:

“A criação do homem através do trabalho humano” foi uma foi uma das mais persistentes ideias de Marx desde a juventude (...) Parece que foi Hume, e não Marx, o primeiro a insistir em que o trabalho distingue o homem do animal (CH, p. 97, nota 14).

A despeito da citação de Marx propositadamente sem referência, notamos que a filósofa atribui a originalidade da distinção entre homem e animal pelo trabalho a Hume. Talvez, ela não pudesse estar mais correta, uma vez que, como vimos, não é o trabalho que diferencia ambos. O fato é que ao estabelecer o trabalho como um ponto fixo e diferenciador do homem e do animal, ao mesmo tempo estabelece-se uma oposição binária, segundo a qual desse ponto para cá trata-se do animal e desse ponto para lá, do homem. É preciso fazer isso, porque somente assim se estabelece um fundo homogêneo de identidade para o trabalho humano, a partir do qual se torna possível tratá-lo sem lidar com suas diferenças históricas reais, pois o trabalho humano seria um só e o mesmo em toda a história da humanidade.

Visto que, para a filósofa, seria impossível refutar as determinações históricas do trabalho *demonstradas* por Marx com *embasamento factual*, em *O capital*, restaria somente a alternativa de fundar a teoria dele nessa oposição binária para obliterar as diferenças historicamente determinadas — é mais do que ponto pacífico que para a dialética de Marx a diferença é primeiro, não a identidade. Somente assim, seria possível tratar o trabalho como um conceito determinado *a priori*, portanto a-histórico, tal como uma história das ideias que surgisse das próprias ideias. Delimitado nesses marcos, o problema consiste unicamente numa definição conceitual, o que abre espaço ao recurso filológico como *organon* descritivo e prescritivo do real; assim, trata-se do trabalho (e do labor, *sic!*) sem ter de lidar com os problemas reais de cada formação sócio-histórica; por outras palavras, pode-se tratar do trabalho de maneira que *não seja*

relevante lidar com o patrão! Independentemente de sua figura histórica: feitor, capitalista etc. Isso é, inegavelmente, uma posição política! Ela mesma o confessa: “sempre que a *relevância* do discurso entra em jogo, a *questão torna-se política* por definição” (CH, p. 11, grifo nosso). Essa é motivação da filósofa que subjaz invisível ao seu texto sinuosamente erudito.

A crítica profunda de *cette intellectuelle* não nos deixa outra alternativa senão concordar com a tese 5 de Schwarz:

5. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (PF, p. 112).

Digressão F

Referente à p. 180 e anteriores – O que acabamos de ver nos impele a dialogar com teorias atuais sobre o trabalho, as quais embasam militantes e intelectuais da esquerda, inclusive a brasileira. A esse respeito notemos que é da ordem do dia o debate acadêmico sobre o artigo de Axel Honneth chamado *Trabalho e Reconhecimento: tentativa de uma redefinição* (Civitas - Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan-abr. 2008. Doravante: TR). Esse filósofo alemão foi aluno de Habermas e, atualmente, é diretor do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, também conhecido como Escola de Frankfurt. *Sans phrase*, Honneth é considerado um pensador de esquerda, como se diz, e pretende, nesse artigo, “defender um conceito emancipatório, humano de trabalho” (TR, p. 46).

Partindo do que “ocorre na organização real do trabalho” (TR, p. 46), o filósofo sagazmente percebe a “tendência ao retorno de um trabalho desprotegido” (TR, p. 46), isto é, não “assegurado pelo estado social” (TR, p. 46), e para reverter essa situação ele elaborará um *conceito* – frisemos: um conceito! – *emancipatório de trabalho*, por meio

de uma “crítica imanente” (TR, p. 48), na qual as exigências normativas estejam inseridas *racionalmente nas estruturas da própria reprodução social*. Para tanto, ele critica as teorias do trabalho do século XIX, tidas como “projetos utópicos” (TR, p. 49), cujo ideal era um trabalho que tivesse um caráter próximo do artesanato ou da arte (cf. TR, p. 51). Aliás, o próprio Honneth defendeu outrora essa posição:

Independentemente de que tipo de atividade se trate, o seu simples caráter como *uma ação individual orientada a fins* exige que ela permaneça no controle mais amplo possível do sujeito executor. Uma argumentação dessas eu próprio tentei desenvolver quando eu, com base em pesquisas da Sociologia Industrial, tentei mostrar que os trabalhadores manifestam seu desejo de uma estruturação autônoma de sua atividade através de suas práticas cotidianas de resistência (TR, p. 52, grifo nosso).

O filósofo tinha essa posição em 1980. Nessa época, seu mestre Habermas “objetou que com tal procedimento de comprovação eu [Honneth] sucumbiria a um ‘sofisma genético’ porque da pura existência de determinados desejos e exigências deduzia a sua justificabilidade moral” (TR, p. 52). Passado alguns anos, ele percebeu que a objeção era correta:

me parece um tanto forçado imputar à *atividade orientada a fins como tal* uma constituição artesanal (...) é extremamente desapropriado querer afirmar a respeito de todas as atividades socialmente necessárias que elas, por si próprias, estão afeitas a uma estrutura conclusiva, *orgânica*, segundo o tipo do fazer artesanal (TR, p. 53, grifo nosso).

Eureka! De fato, é *extremamente desapropriado* propor teoricamente um retorno idílico do processo de trabalho industrial dos anos 1980 ao processo de trabalho artesanal, isso é inquestionável. A despeito da tremenda ingenuidade do filósofo vamos ao ponto que importa, a saber, o porquê supor tal retorno em algum momento fez sentido em sua cabeça.

Para o filósofo o trabalho consiste numa *atividade* ou *ação individual orientada a fins enquanto tal* – frisemos: a ampliação da finalidade pelo “enquanto tal” tem peso aqui, pois nenhuma outra restrição é efetuada. Tal definição – uma atividade orientada a fins – está correta e é justamente isso o que permite que sua teoria tenha algum grau de concretude e a capacidade para explicar fenômenos sociais; mais que isso, ela é o ponto de Arquimedes do texto, pois toda argumentação futura se apoia em que o trabalho seja o que fora definido. Entretanto, de modo algum ela é suficiente, porquanto ignora todos os demais elementos envolvidos no processo de trabalho e, por conseguinte, não permite compreender a relação estabelecida entre eles. A rigor, uma simples ida ao parque é, sem dúvida, uma atividade orientada a fins, mas isso não faz dela um trabalho; essa mesma ida ao parque, se realizada por uma babá, pode ser um trabalho; mas o que a determina como trabalho é a relação. Mais ainda, o buraco de uma toupeira é uma atividade orientada dotada de finalidade *enquanto tal*; isso, segundo definição do filósofo, a equipararia ao trabalho humano, de modo que entre o buraco da toupeira e o túnel de um metrô não haveria diferença formal, ambas seriam atividades orientadas as fins *enquanto tal*.

Segue, assim, que a inexistência dos demais elementos do trabalho implica a não consideração das relações estabelecidas, tampouco de sua historicidade. Sendo assim, é impossível compreender as determinações históricas do trabalho em diferentes formações sociais, permitindo supor a determinação do trabalho artesão num modo de produção em que impera a grande indústria e o setor de serviços. Uma vez percebido o absurdo dessa suposição, bem como a impossibilidade de explicação teórica do trabalho em sua época, o que resta à compreensão do trabalho é um vazio, pois não existem as relações que o determinam, por consequência não há como solucionar o problema da situação *real* do trabalho, mesmo que, para o próprio filósofo, a solução seja forjar um conceito emancipatório. Assim, a não ser que se reconheça que a concepção de trabalho como atividade orientada a fins enquanto tal é limítrofe, o que resta a fazer é mudar o foco da questão. É exatamente isso o que ele faz:

Algo diferente seria se com Habermas deixássemos nosso olhar migrar da estrutura da atividade para as *normas da organização* do trabalho (TR, p. 53, grifo nosso).

Et, voilà! Como num passe de mágica a questão foi transferida para o âmbito da normatividade, seja ela moral ou jurídica. O ponto aqui que nos importa é: por que Honneth fez isso? Pois, dificilmente se poderia atribuir o feito à ignorância, pelo filósofo, de que o trabalho envolve muito mais que uma atividade orientada a fins enquanto tal. Ocorre que limitado a essa definição, o trabalho pode ser pensado sem relação e, portanto, sem padrão, sem dinheiro e sem capital! O que evidentemente é uma escolha política!

Sobre a normatividade e suas implicações discorreremos mais adiante, na digressão H. Talvez seja lícita a suposição de que a complexa construção sintática do texto junto à gama de referências explícitas e implícitas a Kant e Hegel, Ernst Bloch e Parsonns, Durkheim e Habermas, surta algum efeito em seus leitores. Ao invés daquelas enferrujadas teorias do século XIX, a de Honneth é atual, o que corrobora, desta vez, uma das teses de Schwarz, do texto que já citamos:

8. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (*PF*, p. 112).

Digressão G

Referente à p. 206 e anteriores – É evidente que a posição histórica da força de trabalho como mercadoria no interior do modo de produção capitalista, o que a diferencia especificamente das demais formações sociais, altera todo o conjunto de relações envolvidas no processo de trabalho. Contudo, isso pode não ser facilmente visível, inclusive hoje em dia, até mesmo por quem se arroga *philosophe*, que por desconsiderar a determinação histórica de certas posições as supõem como idênticas em todas as formações sociais da história humana. A esse respeito, é exemplar a opinião de Hannah Arendt:

um fato ainda mais importante nesse particular, já pressentido pelos economistas clássicos e claramente descoberto e expresso por Karl Marx é que a própria atividade do trabalho (labor), *independentemente de circunstâncias históricas e de sua localização* na esfera privada ou na esfera pública, possui realmente uma “produtividade” própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam seus produtos. Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na “*força*” humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um “excedente”, isto é, mais que o necessário à sua “reprodução”. Uma vez que não é o próprio trabalho, mas o excedente da força de trabalho humana (*Arbeitskraft*), que explica a produtividade do trabalho, a introdução deste termo por Marx, como Engels observou corretamente, constitui o elemento mais original e mais revolucionário de todo o seu sistema (*CH*, p. 99).

Deixemos de lado a interpretação de Arendt, que poderia ser tomada, se não como errônea, pelo menos, como falta de rigor. Isso se patenteia ao se afirmar, por exemplo, que a *própria atividade* (trabalho/labor) *possui realmente (!) uma produtividade*, que *reside na força humana* (e não que aquela é resultado do uso desta, apenas quando integrante de um processo de trabalho); ou identificar *intensidade, uso e produtividade* e, até mesmo, confundir trabalho necessário, trabalho excedente, produto necessário e produto excedente etc. No entanto, o ponto que nos importa é que, segundo ela *independentemente das circunstâncias históricas e de sua localização (!) a força humana* de trabalho é e sempre foi a mesma, de modo não haveria a menor diferença entre a força de trabalho, e o trabalho, de um escravo romano e de um assalariado inglês. A ignorância das circunstâncias históricas (inexistente em Marx) não apenas é atribuída a Marx, mas lhe é imputada sua *descoberta*.

A desconsideração da determinação histórica em que a coisa está posta parte de um procedimento que a considera como categoria transcendental, segundo a qual é suficiente que suas determinações estejam estabelecidas *a priori* para que ela seja posta efetivamente. Por exemplo:

A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma

existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana (CH, p. 17).

Não poderia estar mais claro o sujeito transcendental presente em ato no texto. Para que haja *experiência possível* todas as *condições de possibilidade* têm de ser atendidas, tanto as relativas ao sujeito do conhecimento quanto ao objeto da experiência, ou seja: *a objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra*. Portanto, a representação do sujeito exige que o objeto se confronte a ele empiricamente, que o fenômeno seja dado à intuição sensível, consoante a estética transcendental; inclusive a representação do próprio sujeito, a “apercepção transcendental” ou “eu penso”, dependem disso, ou seja: *por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas*. De outra parte, é o sujeito transcendental que sintetiza o múltiplo desordenado que se lhe apresenta empiricamente, de modo que sem o sujeito o mundo exterior resta desordenado, ou seja: *e estas [as coisas do mundo] seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo*. O sujeito do conhecimento não tem acesso à coisa-em-si, mas apenas ao fenômeno, quando o objeto é dado empiricamente (o que é condição de existência da própria “apercepção transcendental”), ou seja: *[o mundo não seria mundo] se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana*.

Consoante esse procedimento, a própria palavra encerraria nela as determinações conceituais *apriorísticas*, mesmo que elas não estivessem postas efetivamente, de modo que bastaria ao filósofo identificá-las e sintetizá-las no conceito verdadeiro e, assim, atribuir realidade ao real sem ter de lidar com o estorvo da história: “é historicamente verdadeiro que, à parte de certas observações esporádicas (...) quase nada existe para corroborá-la na tradição pré-moderna do pensamento político ou no vasto campo das modernas teorias do trabalho. Contra essa carência de provas históricas, porém, há uma testemunha muito eloquente e obstinada: a simples circunstância de que todas as línguas europeias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade, e conservam ambas a despeito do fato de serem utilizadas como sinônimas” (CH, p. 90). Isso explica, de uma parte, o fato de Arendt não recorrer a fontes históricas, mas apenas a textos filosóficos ou teóricos e,

de outra, sua fidelidade à palavra, mesmo que tal palavra tenha sido ignorada em outras épocas: “esta distinção permaneceu ignorada e sua importância nunca foi examinada nos tempos antigos” (CH, p. 91). A consequência disso é que, assim, o objeto pode ser deslocado de sua existência histórica e real para ser conhecido e ser dotado de sentido pelo sujeito; fora da história o objeto se apresenta, digamos, como vacuidade a ser inteiramente determinada *a priori* pelo sujeito do conhecimento, como uma categoria transcendental, portanto universal e eterna, de modo que sua universalidade de base asseguraria sua identidade válida a todas as formações sociais independente de suas determinações históricas.

Segue, pois, que, primeiro, restam nulas as especificidades históricas do objeto, o que fica patente quando a filósofa trata da riqueza, a qual tem a mesma determinação, independente da formação social em que está inserida, de modo que, por exemplo, a riqueza na antiguidade grega, na sociedade capitalista do século XXI e numa tribo Tapajós do século XVIII seria a mesma coisa. Isso é, sem mais, um absurdo! Além disso, em segundo lugar, determinado inteiramente *a priori* o objeto não é tomado a partir da posição em que está inserido numa formação social historicamente determinada, portanto restam igualmente invisíveis as *relações* por ele estabelecidas e que o determinam.

Por isso, como na filosofia de Arendt a relação é descartada, ela não pode dar conta de um processo reflexivo de determinação recíproca, por outras palavras, não existe o social. Isso explica, portanto, como ela foi capaz de escrever mais de 100 páginas sobre o trabalho (e o labor), em que ele existisse à parte da sociedade historicamente determinada em que está inserido, como se o trabalho pairasse no éter das ideias, tão caro aos filósofos. Isso explica, também, uma consequência extremamente grave: como sua filosofia do trabalho exclui o solo social e histórico no qual e pelo qual o trabalho existe realmente, não existe conflito, não existe luta, não existe exploração – e no caso da modernidade, não existe capital! *En bref*, toda história é transformada no melhor dos mundos possíveis! E, infelizmente, não são poucos os estudiosos e militantes políticos de hoje que buscam embasamento nessa filosofia.

Já vimos anteriormente – relativamente à sua crítica a Marx – como a filosofia de Arendt procede, ao menos em parte, e sua motivação política de fundo. Veremos adiante o que sustenta tudo isso. Cumpre questionar se a distinção entre trabalho e labor

de Arendt poderia dar respostas satisfatórias aos acontecimentos reais do mundo, como o fluxo migratório de mão-de-obra tanto em escala regional quanto mundial, por exemplo. Por isso, evocamos desta vez a tese 12 de Schwarz:

12. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (PF, p. 113).

Digressão H

Referente à p. 211 e anteriores – A relação capitalista de dinheiro, sob a forma de salário, aparece na circulação ou, caso se queira, no mercado de trabalho, como contrato firmado entre pessoas livres e iguais. Pelo que vimos, a manifestação do contrato mistifica seu conteúdo, a relação de dominação e a exploração do trabalho.

É curioso notar que quando Honneth, ao tratar da situação *real* do trabalho *contemporâneo*, transfere a questão ao “real mercado de trabalho” (TR, p. 54), a exploração e os conflitos não têm visibilidade. Na melhor das hipóteses há apenas “protestos silenciosos dos trabalhadores” (TR, p. 54), os quais podem ser resolvidos ao se “desvendar a base normativa” (TR, p. 54), que se assenta na *racionalidade das estruturas da reprodução social* (TR, p. 48). Para tanto, ele se apoia em algumas teses de Hegel e Durkheim.

Segundo Hegel, o mercado além da função de *aumentar a produtividade do agir econômico* (?), teria a função de realizar internamente o sujeito em oposição à *realização apenas externa*:

A nova instituição do mercado aumenta consideravelmente a produtividade do agir econômico, sua função não pode limitar-se a esta uma realização apenas externa, pois que assim ela ficaria sem qualquer ancoramento moral na sociedade, logo, sem a necessária legitimação moral. Por isso Hegel tenta mostrar que todo o sistema de

troca do trabalho próprio pelos meios para a satisfação das necessidades mediado pelo mercado só poderia contar com o consentimento se satisfizer determinadas *condições normativas* (TR, p. 55).

Assim, a *nova instituição do mercado* forneceria a base normativa para o trabalho – considerado, até então, simplesmente como atividade orientada a fins enquanto tal (!) –, que forneceria o *ancoramento moral* à realização interna do sujeito. Hegel estabelece duas condições normativas, a saber:

a primeira realização integradora da nova forma da economia consiste em transformar o “egoísmo subjetivo” do indivíduo na disposição individual de atuar “para a satisfação das necessidades” de todos os outros (...) Hegel divisa a segunda conquista normativa da nova forma da economia no fato de ela criar um sistema de dependência recíproca que assegura a subsistência econômica de todos os seus membros (TR, p. 55).

Além disso, Honneth lança mão de outro argumento de autoridade, pois Durkheim também identificaria uma base normativa para o trabalho fornecida pelo mercado:

Tal como Hegel, também Durkheim examinará as estruturas da organização capitalista do trabalho (...) e tal como seu antecessor, ele se depara com uma série de condições normativas que devem estar na base das relações de troca mediadas pelo mercado na singular forma de pressupostos e ideais contrafactuais (TR, p. 60).

Portanto, a configuração real do trabalho ou a *coordenação do agir econômico* se fundariam sobre a base normativa do mercado, que forneceria uma moralidade, visto que ele possibilitaria a supressão do *egoísmo subjetivo do indivíduo*. Trata-se, aqui, de uma moralidade no sentido da *Sittlichkeit* hegeliana. Os problemas do trabalho, por sua vez, seriam solucionados pelo estabelecimento da normatividade adequada:

a coordenação do agir econômico através de mercados se defronta com uma série de problemas que afinal podem ser solucionados unicamente através da anteposição de regulamentações institucionais e normativas: os atores do mercado nem saberiam por que parâmetros eles deveriam orientar-se em suas ponderações supostas como puramente orientadas a fins, se previamente não houvesse entre os participantes um certo *consenso com vistas ao valor* de determinados bens, as regras de *uma troca equitativa* e a confiabilidade do *cumprimento das expectativas* (TR, p. 58, grifo nosso).

Não esqueçamos, que se trata da compra e venda da mercadoria força de trabalho, que estabelece o mercado de trabalho capitalista como lugar de *integração social*. Para que essa relação entre os indivíduos possa se realizar, superando assim o *egoísmo subjetivo*, é preciso que três normas sejam respeitadas. Primeiro, é preciso que haja *certo consenso com vistas ao valor de determinados bens*, por outras palavras, que cada mercadoria tenha seu valor; segundo, que seja *uma troca equitativa*, ou seja, que se troquem equivalentes e, terceiro, *a confiabilidade do cumprimento das expectativas*, cada um somente pode adquirir a mercadoria alheia ao alienar a sua. Tais são os pressupostos da troca, que estabelecem um espaço, que pode ser denominado mercado.

De fato, não poderia estar mais correto: Honneth expõe corretamente os pressupostos da troca. Esse é o fundamento que permite sua filosofia encontrar alguns correspondentes fenômenos na realidade; essa é uma das razões que garantem a Honneth o assentimento de intelectuais. No entanto, não é dito o seguinte: dado que para o filósofo não há produção, portanto nem propriedade privada dos meios de produção e nem capitalista, mas apenas contratantes livres e iguais, então o mercado não pode se fundar senão em normas imanentes. Assim, o trabalho se assentaria na base normativa do mercado. Por quê? Porque o próprio mercado se assenta em normas. Portanto, tem-se, *au fond*, uma subjacente tautologia, por detrás de uma dificultosa construção sintática do texto e pincelada com léxico hegeliano.

Consistindo o problema na normatividade, a formação social capitalista é concebida como uma racionalidade estrutural, cujos *pressupostos* estariam presentes objetivamente, mas não ainda postos. Por isso, para além da *positividade jurídica* e suas

prescrições, se entrevê uma racionalidade fundante, que *motiva os agentes econômicos* a agirem. Assim, o texto segue:

Essa “ordem social” dos mercados, como se diz na nova terminologia, portanto, não abrange *apenas prescrições e princípios legais-positivos*, que fixam as condições de liberdade de contrato e da troca econômica; ao contrário, fazem parte dela uma *série de normas e regras não prescritas nem formuladas explicitamente* antes de cada transação mediada pelo mercado, como deve ser estimado o valor de determinados bens e o que em sua troca legitimamente deve ser observado. Provavelmente seja mais adequado compreender estas imputações recíprocas como certezas normativas do agir que, ao estarem presentes, *motivam* os atores a darem curso a uma determinada transação (TR, p. 58, grifo nosso).

Poderíamos deslocar a questão questionando: seriam, de fato, *as certezas normativas* que *motivariam* um trabalhador a ser assalariado? O que lhe ocorre caso não o faça? Onde se encaixa nisso o desemprego? Mas, não o faremos; continuemos pelo texto, segundo o qual os problemas do trabalho decorreriam da não posição de tais pressupostos: “a maior dificuldade na compreensão do status desses pressupostos normativos, possivelmente se deva ao fato de que eles, por um lado, tiveram pouca influência sobre o desenvolvimento econômico de fato e, por outro, ainda assim devem ter validade geral” (TR, p. 59). A validade de tais princípios normativos é assegurada, segundo Honneth, porque Hegel teria retirado os “princípios normativos” (TR, p. 57) do próprio sistema; e mais, uma vez que eles são internos, são verdadeiros e o sistema econômico deve segui-los. No entanto, ocorreu o contrário, pois uma vez que tais princípios foram descobertos

ao invés de levar a uma transformação das relações morais, o desenvolvimento da economia capitalista deve levar a uma desvinculação de toda moralidade do mundo da vida. (TR, p. 57).

Ora, Hegel criara um capitalismo ideal a partir do sistema econômico capitalista. Contudo, ele observou que a realidade não lhe correspondia, pois tendia à desvinculação

da moralidade e não sua integração pelo mercado. Logo, a realidade estava errada! Não obstante, é por aí que Honneth caminha, pois o mundo atual do trabalho tem problemas, porque não seguiu e não segue as prescrições morais hegelianas, balizadas pela “honra burguesa” (TR, p. 57)! Elas são reais, porque são ideais, mesmo que a realidade factual não lhe corresponda. “A nova forma econômica só pode assumir a função da integração social”, se cumprir as funções morais “que estão presentes como pressupostos contrafáticos em todas as relações de troca do mercado de trabalho” (TR, p. 62).

Aqui, o intelectual assegura e justifica seu lugar de existência no mundo, pois todo problema do trabalho reside na normatividade pressuposta, imanente à estrutura racional da formação social capitalista, mas que ainda não é visível. Assim, “se torna agora cada vez mais evidente que o mercado capitalista de trabalho depende de condições normativas que *só estão ocultas atrás de um véu de conjuras* sobre as ‘forças auto-reguladas do mercado’ ” (TR, p. 63, grifo nosso). *Voici!* Basta apenas que o filósofo Honneth, aquele que vê a verdade por detrás do véu, formule um *conceito emancipatório* de trabalho e a ralé siga suas palavras para que tais pressupostos sejam postos.

Assim, toda realidade é transformada num conto de fadas onde reina uma moralidade pressuposta, que pode ser posta simplesmente pelo discurso. A opressão do capital sobre o trabalho, então, pode ser resolvida facilmente, pois as “as certezas normativas de fundo formam o recurso moral ao qual os atores podem recorrer quando quiserem questionar as regulamentações existentes na organização capitalista do trabalho” (TR, p. 60). Portanto,

Todos os movimentos sociais que no passado se rebelaram contra as condições salariais inaceitáveis ou contra a desqualificação do trabalho em princípio só necessitariam utilizar para seus propósitos o vocabulário moral já presente rudimentarmente na análise hegeliana. Aquilo que Hegel sintetizou no conceito da “honra burguesa” tratava de objetivos como a defesa de postos de trabalho suficientemente complexos e não totalmente heterônomos, ou da conquista de salários que assegurem a subsistência, todas exigências normativas (TR, p. 60, grifo nosso).*

C'est parfait! Toda a luta dos trabalhadores contra o capital seria resolvida simplesmente utilizando um vocabulário moral! De que se trata essa moral? Da moral burguesa, de querer ser burguês, mas não de sê-lo de fato, pois isso seria impossível: se todos assalariados se tornassem burgueses, não haveria mais exploração do trabalho e, portanto, nem burguês nem capital! Tudo se passa como se fosse enunciado: queira ser burguês e defenda a “honra burguesa”, mas com “salários que assegurem a subsistência”!

Não obstante, o filósofo de esquerda, exatamente nesse ponto ainda cita uma nota se referindo ao Marx : (*) “O adjetivo na expressão ‘bürgerliche Ehre’ pode, se referir a burguês, a cidadão e civil; em Hegel, ele especifica uma qualidade característica da sociedade que a burguesia, enquanto movimento histórico, estava gestando. A conotação negativa encontrada em Marx lhe é estranha”. Precisamos ver, então, qual a moralidade dessa *honra burguesa* defendida por Hegel e reclamada por Honneth para si. Entretanto, é preciso buscá-la lá onde ela não é expressamente tematizada, uma vez que nem sempre ela fica visível por detrás dos *Insich, Ansich* etc.. É lá onde ela não é expressamente tematizada, que ela se expressa. Vejamos o que diz Hegel (*Filosofia da história*. Brasília: UNB, 2008. Doravante: *FH*):

Custará muito até que europeus lá cheguem [na América do sul] para incutir-lhes alguma dignidade própria. A inferioridade desses indivíduos, sob todos os aspectos, até mesmo o da estatura, é fácil de se reconhecer (*FH*, p. 75)

E mais adiante:

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa (...) O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia de caráter humano (*FH*, p. 84).

Marx vê aí, decerto, uma moralidade que fornece a legitimação da violência e dominação do homem pelo homem. Sem dúvida, ver isso é algo que Hegel não faz, por isso Honneth não poderia estar mais correto. O inadmissível é que isso receba o assentimento de *intellectuels de gauche*, inclusive na periferia do capital. Quanto à ladainha a respeito das lutas dos trabalhadores poderem ter sido resolvidas por meio de um discurso moral, citemos apenas um caso, para não nos estendermos mais. Podemos mencionar o massacre dos mineiros bolivianos em greve, da mina Siglo XX, realizado pelo exército em setembro de 1965. Vejamos o relato de Domitila Chungara, que lá estava presente:

Em 4 de novembro de 64 tomou o poder o general Barrientos (...) E veio Barrientos com o exército a Siglo XX. Tocaram a sirene do Sindicato e vieram os soldados quase a tirar-nos de nossas casas e nos levaram à praça (...) E saiu o *decreto de rebaixamento salarial*, mas quando saiu a notícia, todos estavam descontentes (...) E vieram as medidas atentatórias à economia (...) e *começaram os protestos e manifestações*. Então os do governo começaram a tomar medidas contra os dirigentes (...) E, bom, a *Federação dos Mineiros declarou greve geral* (...) “Todos os dirigentes devem sair [da mina]” (...) se não saíssem, o exército ia tirá-los todos. E ia correr muito sangue (...) Tiraram os dirigentes do Sindicato, os jornalistas da rádio A Voz do Mineiro, os maridos das mulheres que eram dirigente do Comitê das Donas de Casa (...) E também começaram a desarmar o povo (...) *Nós não tínhamos armas, com o quê íamos nos defender?* Pensaram os mineiros (...) 18 de setembro de 1965 saiu Camacho para reunir-se com as pessoas na frente do Sindicato. E ali o prenderam. E para agarrá-lo, detiveram muitos outros, e também mataram estudantes, algumas senhoras, várias pessoas, portanto (...) *Camacho desapareceu* (...) *Domingo enterraram os mortos* e segunda entraram os trabalhadores nas minas (...) Os trabalhadores reagiram, porque *não era justo que o exército matasse tanta gente assim*. E resolveram sair em uma manifestação de protesto. E se armaram também: pegaram dinamite dos armazéns da empresa. Mas o exército, que havia se inteirado de tudo, já tinha equipado os soldados com metralhadoras e armas pesadas na boca da mina (...) os soldados estavam esperando ali fora para “limpá-los” na porta da mina (...) Mas felizmente os trabalhadores se deram conta da situação (...) e saíram por cima (...) E, bem, teve um enfrentamento onde os trabalhadores se defenderam com muita coragem, porque a única coisa que tinham era dinamite, enquanto os soldados tinham armas bem modernas. Mas quando pensávamos que já tínhamos dominado a situação e ela já se acalmava, então começou o pior: começaram a metralhar com aviões.

Ali, pela primeira vez, pudemos ver como voava um avião (...) e como pequenos raios de luz partiam de dentro do avião, eram balas que caíam: pá!, pá!, pá!... (...) como raios de luz saíam as balas de todas as partes, em direção abaixo. E mataram muita gente (...) *Havia muitos mortos e os feridos eram tantos, que nem cabiam no Hospital de Catavi* (VIEZZER, M. *Si me permiten hablar... Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*. Mexico: 1978, p. 101-105, grifo nosso).

Infelizmente, o filósofo Honneth não estava lá para ensinar a essa gente, que, ao invés de lutar, eles deveriam defender a *honra burguesa*. Não há dúvidas de que tudo isso poderia ter sido evitado, simplesmente, se eles tivessem utilizado o vocabulário moral de Hegel... No caso mencionado, o massacre da classe trabalhadora ocorreu, porque fizeram greve por salários. Uma demonstração factual de que no mercado os *agentes econômicos* [sic!] são livres e iguais, um tem o direito de vender a força de trabalho, outro de comprá-la. São direitos iguais, que entram em conflito: “um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força” (C, p. 309) ! Tais fatos patenteiam que está ultrapassada a teoria de Marx, por isso

8. Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (PF, p. 112).

Digressão I

Referente à p. 248 e anteriores – O trabalho produtivo, bem como seu oposto, o trabalho improdutivo, são determinados pela relação em que a atividade humana está inserida. Em relação à formação social capitalista, trata-se de uma determinação histórica específica, que a diferencia das demais formações sociais. Assim, ao se absolutizar o

conceito de trabalho produtivo, que é relacional, ele é transformado numa categoria válida universalmente a todas as formações sociais, perdendo-se, com isso, a relação. Esse procedimento é o que autoriza Arendt a considerar como produtivo somente o trabalho do qual resulta uma coisa, um objeto:

Deste ponto de vista puramente social, que é o ponto de vista de toda a era moderna, mas que recebeu sua mais corrente e grandiosa expressão na época de Marx, todo trabalho é “produtivo”; perde sua validade a distinção anterior entre “tarefas servis”, que não deixam vestígios, e a produção de coisas suficientemente duráveis para que sejam acumuladas (CH, p. 100).

Tais palavras são surpreendentes! Se fôssemos fiéis a elas, poderíamos supor que na *era moderna* um *trabalho produtivo* – a produção de privadas, por exemplo –, produz mercadorias “suficientemente duráveis para que sejam acumuladas” e não para valorizar o valor. A despeito disso, atentamos que, segundo o texto, todo trabalho seria produtivo devido à *produção de coisas*. O trabalho improdutivo seria um erro conceitual, decorrente do ponto de vista *puramente social* de Marx, pois as atividades improdutivas seriam labor. Melhor dizendo, o labor poderia ser produtivo ou improdutivo, pois “ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos” (CH, p. 99). O trabalho (labor) é improdutivo, porque dele não resultam objetos, portanto tanto o trabalho quanto o labor são produtivos, porque e quando produzem objetos. Esse pensamento superficial não é de modo algum original à madame Arendt e o próprio Marx já respondia a ele cerca de 100 anos antes do livro de Hannah Arendt no manuscrito de 1863-1867, cuja passagem convém citar integralmente:

A coceira de definir o trabalho produtivo e improdutivo a partir de seu conteúdo material [stofflichen] tem 3 fontes: 1) A ótica fetichista própria ao modo de produção capitalista e resultante de sua essência, segundo a qual as determinações da forma *econômica*, como a de ser *mercadoria*, de ser trabalho *produtivo* etc., são consideradas como propriedade em si inerente aos portadores concretos e suas determinidades formais ou categoriais; 2) que considerando o

processo de trabalho como tal, somente é *produtivo* o trabalho que resulta em um produto (produto material [materiellen], já que não se trata aqui de riqueza material); 3) que o processo de reprodução *efetivo* – considerando seus fatores *reais*, há uma grande diferença concernente à formação etc., da riqueza, entre o trabalho que se apresenta em artigos reprodutivos e aquela outra que não dá senão objetos de luxo.

(Por exemplo: que eu compre uma calça ou que eu compre tecido e faça vir a domicílio um alfaiate lhe pagando seu *serviço* (i.e., seu trabalho de alfaiataria), é para mim completamente igual. Eu a compro numa loja de roupas sob medida onde é ainda menos caro. Nos dois casos eu converti o dinheiro, que eu desembolso em um valor de uso que deve servir ao meu consumo individual, satisfazer minha necessidade individual, e não em capital. O alfaiate me fornece o mesmo serviço, caso ele trabalhe para mim na loja ou em minha casa. Em compensação, o serviço que o mesmo alfaiate empregado por um mercador de roupas fornece, ao capitalista, consiste em que ele trabalhe 12 horas para ser pago apenas 6, etc. O serviço que ele lhe fornece consiste, pois, em que ele trabalhe 6 horas grátis. Que isso tenha ocorrido sob a forma de confecção de calças não faz senão mascarar a transação efetiva. Logo que possível, o mercador de roupas procura converter de novo as calças em dinheiro, quer dizer, em uma forma onde desaparece completamente o caráter determinado do trabalho do alfaiate, e o serviço fornecido se exprime no fato em que de um táler se tornaram dois) (*CI*, p. 223-224).

Embora o produto do trabalho, a calça, seja a mesma nos dois casos, a relação determina o trabalho em um caso como improdutivo e noutro como produtivo. Tal diferença resta invisível aos olhos da filósofa. Não obstante, ela precisa atribuir a Marx a tese de que trabalho produtivo é o que produz objetos, para fundamentar sua distinção *inusitada* entre trabalho e labor, que supostamente estaria latente na obra de Marx; isso a permitiria “superá-lo”. Ela viu a distinção entre trabalho e labor que ele, pobre Marx, não havia visto. Partindo disso ela afirma, tendo em vista Marx, que

a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contém, embora *eivada de preconceito*, a distinção mais fundamental entre trabalho e labor (*CH*, p. 98, grifo nosso).

A distinção entre ambos se assentaria lá nas palavras gregas *ponein* (laborar) e *ergazesthai* (trabalhar), que no caso de *ponein* indicaria a vinculação às necessidades, ao passo que a palavra *ergazesthai* indicaria as atividades do cidadão vinculadas à vida livre. Assim, o labor estaria vinculado às atividades árduas e servis da esfera privada e indispensáveis à manutenção da vida biológica, ao passo que o trabalho estaria vinculado às atividades livres e políticas da esfera pública, indispensáveis à ordenação da sociedade e ao comando dos indivíduos. A importância – de fundo – dessa distinção se refletiria no produto da atividade, na coisa, pois o produto do labor, salvo exceções, seria consumido e desapareceria tão logo fosse produzido, mas o produto do trabalho resguardaria durabilidade e estabilidade.

é típico de *todo* labor nada deixar atrás de si: o resultado de seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência (CH, p. 98, grifo nosso).

Ao passo que,

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo (...) fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano (...) essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade (CH, p. 149).

A distinção entre labor e trabalho, que em relação ao trabalhador se apresentaria como *animal* que labora (*animal laborans*) e *homem* que trabalha (*homo faber*), se apresentaria em diversas épocas como a distinção entre *trabalho produtivo* e *improdutivo*, *trabalho qualificado* e *não-qualificado* e, por fim, entre *trabalho manual* e *intelectual* (cf., CH, p. 97). — A respeito desta última distinção, Arendt chega até mesmo a afirmar que a distinção “entre trabalho manual e intelectual não desempenha *papel algum* na economia política clássica *nem na obra de Marx*” (CH, p. 101, grifo nosso); uma afirmação dessas a respeito de Marx somente é possível ou por ignorância ou por calhordice, sabemos contudo que Arendt conhecia a obra de Marx —. Essa

distinção, contudo, se apresentaria de maneira “mais óbvia na distinção entre *trabalho leve e pesado*” (CH, p. 105, grifo nosso).

Delineada a distinção, ela se apresentaria na oposição binária entre durabilidade e desaparecimento, entre estabilidade e mudança. A tentativa assegurar uma estabilidade do *estado de coisas* é de suma importância para a filósofa, dado que a natureza seria o movimento infinito de mutabilidade cíclica.

A natureza e o movimento cíclico que ela imprime, à força, a todas as coisas vivas, desconhecem o movimento e a morte tais como os compreendemos. O nascimento e a morte de seres humanos não são ocorrências simples e naturais, mas referem-se a um mundo ao qual vêm e do qual partem indivíduos únicos, entidades singulares (...) Sem um mundo ao qual os homens vêm pelo nascimento e do qual se vão com a morte, nada existiria a não ser a recorrência imutável e eterna, a perenidade imortal da espécie humana, como a de todas as espécies animais (CH, p. 108).

É preciso que o movimento seja estabilizado para que se estabeleça o mundo humano, em oposição ao natural. Segue o texto na mesma página:

A palavra “vida”, porém, tem significado inteiramente diferente quando usada em relação ao mundo para designar o intervalo de tempo entre o nascimento e a morte (...) A principal característica desta vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela, em si, é plena de eventos que posteriormente podem ser narrados como história e estabelecer uma biografia (CH, p. 108-109).

O que estabiliza o movimento da natureza é o trabalho ao criar coisas duráveis, ao *reificar* o mundo, pois “são as coisas que emprestam ao artifício humano a estabilidade sem a qual ele jamais poderia ser um lugar seguro para os homens” (CH, p. 180); e mais que isso, esta passagem do texto deixa claro que, dentre os trabalhos, é o trabalho intelectual (ou seu correlato “trabalho leve”, conforme vimos), que se apresenta como constituinte protetor e preservador da vida no mundo: o trabalho de rememorar,

organizar, narrar e estabelecer uma história. Assim, ao passo que os *animais que laboram* fazem o *trabalho pesado*, que apenas provê a subsistência, os *homens que trabalham* fazem o *trabalho leve*, que é mais importante, pois estabelece o mundo humano e o preserva. A realidade e confiabilidade do mundo decorre do trabalho, que produz coisas: “a realidade e confiabilidade do mundo humano repousam basicamente no fato de que estamos rodeados de coisas mais permanentes que a atividade pela qual foram produzidas” (CH, p. 107). Compreende-se, então, que

ao contrário do processo de *trabalhar*, que quando termina o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo das coisas, o processo do labor move-se sempre no mesmo ciclo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo (CH, p. 109).

Assim,

O mundo de coisas feitos pelo homem, o artifício humano construído pelo *homo faber*, só se torna uma morada para os homens mortais, um lar cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento continuamente mutável de suas vidas e ações, na medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para o uso. A vida em seu sentido não-biológico, o tempo que transcorre entre o nascimento e a morte do homem, manifesta-se na ação e no discurso (CH, p. 187).

¡Compañeros, ya basta! Por meio dessa argumentação aparentemente despretensiosa Arendt assegura um lugar de existência no mundo ao *intellectel critique*, pois o mundo humano seria construção do trabalho leve, que lhe asseguraria estabilidade, cabendo aos animais que laboram apenas “o processo essencialmente pacífico” (CH, p. 112) de assegurar a sobrevivência. De fato, esse *processo* na sociedade capitalista somente pode ser *pacífico* se for varrido para de baixo do tapete toda exploração, todo conflito, toda luta e o capital! É exatamente isso o que ela faz. Estabelecida essa ordem social é assegurada a terceira *atividade fundamental* que é uma das condições básicas da vida: *a ação (e o discurso)*.

Seriam a ação e o discurso, que *fundariam e preservariam os corpos políticos* criando *condições* para a *história* (cf., *CH*, p. 16-17). A ação “transcende a mera atividade produtiva” (*CH*, p. 193). Todavia, os homens de ação (que são os políticos, não os animais que laboram), dependem dos intelectuais, pois “os homens que agem e falam precisam da ajuda do *homo faber* em sua *mais alta capacidade*, isto é, a ajuda do artista, de poetas e historiógrafos, de escritores” (*CH*, p. 187, grifo nosso), em suma dos intelectuais.

Aqui se explica o que sustenta a *distinção inédita* entre trabalho e labor realizada pela filósofa e sua crítica acrítica a Marx. Ela fundamenta uma sociedade dividida em classes e hierarquizada entre os animais que laboram ao serem explorados pelo capital, cuja exploração sustenta tanto os homens que trabalham, onde está inserido o intelectual, quanto o homem de ação e discurso, o qual, por sua vez, depende da genialidade do intelectual crítico. Evidentemente, a mudança da ordem social, que abole a exploração e as classes, não pode representar senão uma ameaça: “numa sociedade completamente ‘socializada’ (...) a distinção entre labor e trabalho desapareceria completamente” (*CH*, p. 100). Que horror! O que subjaz a essa filosofia é um imenso medo de mudança da ordem social.

Essa posição política de Hannah Arendt seria desinteressada? A *intellectuelle* teria chegado a esse resultado a partir de uma investigação neutra e crítica? Não temos razões para crer nisso. O procedimento de Arendt apresentado nas três digressões, por si só, já nos mostra o interesse da autora. Mas, isso não é tudo. Em 1952 ela elaborou um projeto de pesquisa intitulado “Elementos totalitários do marxismo”, visando, dentre outras coisas, barrar o marxismo (cf. a esse respeito o trabalho de: SARTORI, V. *Contribuição para uma crítica ontológica à ideologia de Hannah Arendt: natalidade, história e revolução*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado, 2011. Doravante: *CIHA*). Em seu trabalho Sartori *demonstra* como “há uma contraposição expressa da autora ao marxismo” (*CIHA*, p. 217) e, além disso, revela que seu projeto “Elementos totalitários do marxismo” foi financiado pela filantrópica e politicamente neutra Fundação Guggenheim (cf., *CIHA*, p. 184). Do estudo financiado pela fundação estadunidense resultaram suas obras mais conhecidas publicadas nos anos 1950-60, inclusive *A condição humana*, em 1958 (cf., *CIHA*, p. 29). Ora, nos parece plausível que Hannah Arendt aprecie a manutenção da ordem social burguesa...

Em greve, garis protestam em frente à Prefeitura do Rio (“Cotidiano”. In, *Folha de São Paulo*, 07/03/2014, grifo nosso)*.

Cerca de 500 garis, vigias e auxiliares de serviços gerais da Comlurb - a companhia de limpeza urbana do município - fazem uma manifestação por *aumento salarial*, na manhã desta sexta-feira (07), em frente à Prefeitura do Rio.

Segundo os líderes dos manifestantes, cerca de 70% da categoria adere à greve pelo sétimo dia consecutivo.

À **Folha**, os garis reclamaram também da *falta de cuidados com a saúde* dos profissionais que lidam diariamente com lixo. "Estou há seis anos na Comlurb e só fiz um exame periódico até hoje, em 2008. E nunca vi esse resultado", disse Alex Martins, 30, que trabalhou com coleta até o fim do ano passado e agora varre as ruas da cidade.

Na terça-feira (4), Vinícius Roriz, presidente da empresa municipal, determinou a *demissão de 300 funcionários* que deveriam ter voltado ao trabalho no turno da noite de ontem.

Um acordo firmado entre a Comlurb e o sindicato da categoria estabeleceu um reajuste de 9% para os 15 mil garis da cidade. Após a negociação do aumento na tarde de segunda-feira, a Comlurb exigiu que os funcionários voltassem imediatamente ao trabalho.

(...)

Iniciada na última sexta-feira (28), a paralisação está sendo conduzida por um grupo de dissidentes, que reivindica aumento do salário base de R\$ 800 para R\$ 1.200, além do *pagamento integral das horas extras* nos fins de semana.

O sindicato da categoria - que negociou o reajuste de 9% com a prefeitura - não aprovou a paralisação durante o Carnaval.

Um grupo de garis, no entanto, decidiu ir contra a decisão do sindicato e planejou a interrupção dos serviços em pontos cruciais do Carnaval carioca. A estratégia foi suspender a limpeza, principalmente, em áreas que concentram atividades ligadas ao Carnaval.

Que disparate, querer extorquir do patrão um salário acima da exorbitante quantia de R\$800,00, o pagamento das horas-extra e o exame médico! Isso é tanto mais descabido, uma vez que a filosofia de Arendt já mostrou a esses (e muitos outros)

animais que laboram, que a teoria de Marx, *franchement* “eivada de preconceito”, está realmente superada! Nada resta senão recapitular as teses 5, 8 e 12 de Schwarz:

Não esqueça: o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas (*PF*, p. 112-113).

Bibliografia:

- ALTHUSSER, L. « L'objet du Capital », in, *Lire le Capital*. Paris : PUF, 2008.
- _____. *Pour Marx*. Paris : La découverte, 2006.
- ARENDT, H. *A condição humana*. São Paulo: Forense universitária, 2008.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2013.
- ARON, R. *Le marxisme de Marx*. Paris : Fallois, 2002.
- BALIBAR, E. *Cinq études du matérialisme historique*. Paris : Maspero, 1974.
- BARRY, H; HIRST, P. *Modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Zahar, 1976.
- BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BIDET, J. *Explicação e reconstrução do Capital*. Campinas: Edunicamp, 2010.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, F. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion, 2008.
- BRECHT, B. “Hymne an Gott”, in, *Gesammelte Werke, Band 8*. Frankfurt: Verlag, 1967.
- CHASIN. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHAUÍ, M. “A história no pensamento de Marx”, in, *A teoria marxista hoje*. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- COTRIM, V. *Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- DANTE. *Divina commedia*. Roma: Newton Compton, 2014.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- ÉLIE, M. *Idées pour une philosophie de la nature: commentaire*. Paris: Éditions Ellipses, 2000.
- FAUSTO, R. *Marx, lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1983, tomo I.
- _____. *Marx, lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1987, tomo II.

_____. *Marx, lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Editora 34, 2002, tomo III.

FILHO, S. *O valor de Marx*. Campinas: Edunicamp, 2011.

GARO, I. *Marx, une critique de la philosophie*. Manchecourt : Seuil, 2000.

GIANNOTTI, J. “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos”, in, *Estudos CEBRAP*, n. 17, São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1976.

_____. *Marx além do marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

GRESPLAN, J. “A dialética do avesso”, in, *Crítica marxista*. n. 14, Campinas: Ed. Unesp, 2002.

_____. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HEGEL, G. *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEGEL, G. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: A ciência da lógica*. Rio de Janeiro: Loyola, 1995, vol. I.

HEGEL, G. *Filosofia da história*. Brasília: UNB, 2008.

HOBBSBAWM, E. “Introdução”, in, *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HONNETH, A. “Trabalho e Reconhecimento: tentativa de uma redefinição”. In, *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan-abr. 2008.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Caouste Gulbenkian, 2008.

LEBRUN, G. *A paciência do conceito: ensaio sobre o discurso hegeliano*. São Paulo: Unesp, 2000.

LETIZIA, V. “A grande crise rastejante”, in, *O olho da história*, p. 7, ISSN 2236-0824.

LUKÁCS, G. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: COUTINHO, N.; NETTO, P. *O jovem Hegel e outros escritos filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MARCUSE, H. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARTÍ. “Nossa América”, in, *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, J. “As cartas de Marx”, in, *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Das Kapital: kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin: Verlag, n.d., zweiten Auflage.

_____. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Marx-Engels Werke. Berlin: Dietz Verlag, 1983, Band 42.

_____. *Le chapitre VI – inédit: manuscrits de 1863-1867, Le Capital, livre 1*. Paris : Éditions sociales, 2010.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital, Livro I – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital, Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Oeuvres complètes*. Paris : Éditions de la Pléiade, 1982, vol. III, philosophie. Org. RUBEL, Maximilien.

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

_____. *Teorias da mais-valia, volume 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, K; ENGELS, F. *Opere: Lettere. Volumi XXXVIII-XLIII*. Roma: Riuniti, 1974.

MEHRING, F. *Karl Marx, a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann, 2014.

MESSER, A. *La filosofía moderna de Kant a Hegel*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

MUSSETTI, F. “Marx e a Constituição da república francesa de 1848”, in, *Verinotio*, n. 19, ano X, abr./2014, ISSN 1981-061X.

NADEL, H. *Marx et le salariat*. Paris : L’Harmattan, 1994.

NEGRI, A. *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 1998.

- NETTO, J. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PLEKHÂNOV, G. *A concepção materialista da história*. São Paulo: Escriba, 1963.
- RANGEL, H. “A proteção da propriedade intelectual e a biopirataria do patrimônio genético amazônico à luz de diplomas internacionais ”, in, *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 89-115, grifo nosso, jul/dez, 2012.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- RUBEL, M. *Crônicas de Marx*. São Paulo: Ensaio,
- RUBEL, M. *Marx critique du marxisme*. Paris: Payot, 2000.
- RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SARTORI, V. *Contribuição para uma crítica ontológica à ideologia de Hannah Arendt: natalidade, história e revolução*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado, 2011.
- SCHELLING, F. *Deducción general del proceso dinámico*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- _____. *Introduction à l'Esquisse d'un système de la philosophie de la nature*. Paris: Librairie générale française, 2001.
- SCHWARZ, R. *O pai de família e outros escritos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- STALIN, J. *Materialismo dialético e materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1979.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista : princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TRONTI, M. *Operai e capitale*. Roma: DeriveApprodi, 2006.
- VAISMAN, E. “Marx e a filosofia: elementos para uma discussão necessária”. In, *Nova economia*, Belo Horizonte, vol. 16, 2, p. 327-341, maio-agosto 2006.
- VASQUEZ, A. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- VIEZZER, M. *Si me permiten hablar... Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*. Mexico: 1978.